



*ARQUEOLOGIAS
E SEUS CONTEXTOS*



www.cta.ipt.pt

N. 12 // julho 2020 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Instituto Politécnico de Tomar - Centro das Arqueologias

EDITORA

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Centro das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

DIVULGAÇÃO

Em Linha

DIRECTORES-ADJUNTOS

Helena Moura, Rodrigo Banha da Silva, Vasco Gil Mantas, Thierry Aubry

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana M. S. Bettencourt, Professora Auxiliar com Agregação, Departamento de História, Universidade do Minho

Professora Catedrática Doutora Primitiva Bueno Ramírez, Universidad de Alcalá de Henares

Professor Catedrático Doutor Rodrigo Balbín Behrmann, Universidad de Alcalá de Henares

Doutor Rossano Lopes Bastos, Arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Superintendência Estadual em Santa Catarina/Brasil (IPHAN/SC)

Doutor e Livre Docente pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade De São Paulo, (MAE/USP)

Doutor Thomas W. Wyrwoll, Forschungsstelle für Archäoikonologische Theriologie und Allgemeine Felsbildkunde (FATAF) / Institut für Theriologie und Anthropologie

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183- 1386

LATINDEX folio nº 23611

ANOTADA DA ERC | REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores.

Índice

EDITORIAL	
Ana Cruz	05
O CONTRIBUTO DA SEMIÓTICA PARA O ESTUDO DA ARQUEOLOGIA FUNERÁRIA – ALGUMAS NOTAS ACERCA DOS RITUAIS FUNERÁRIOS NO BRONZE REGIONAL ALENTEJANO	
Ana Rosa	15
ARQUEOLOGIA NO ENGENHO DO MURUTUCU: UM SÍTIO HISTÓRICO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	
Diogo Menezes Costa	30
LE SAVOIR LOCAL AMAZIGH: LA TRANSMISSION À L'ÉPREUVE	
Fatima Ez-zahra Benkhallouq, Wahiba Moubchir, Farid El Wahidi	59
INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO PORTO DO TOPO. CONTRIBUTO PARA O PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO DA ILHA DE SÃO JORGE	
João Gonçalves Araújo, João Moniz, José Luís Neto, Pedro Parreira	81
LA ESTACIÓN RUPESTRE DE HUAYLLANQORI, PROVINCIA DE ANTABAMBA (APURÍMAC, PERÚ)	
Raúl Carreño-Collatupa	118
GRAVURA RUPESTRE DO CORUTO (ESCARIZ, AROUCA): ESTUDO, SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO	
Paulo A. Pinho Lemos, Ana M. S. Bettencourt, João Ralha	139
A PAISAGEM DE LONGA DURAÇÃO DO ALTO VALE DO JEQUITINHONHA – OS VESTÍGIOS DE OCUPAÇÃO HUMANA DO HOLOCENO MÉDIO NA SERRA DO ESPINHAÇO MERIDIONAL, MINAS GERAIS – BRASIL	
Átila Perillo Filho	173
ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DO LITORAL SUL DO BRASIL E SUA PATRIMONIALIZAÇÃO: OS VESTÍGIOS DA OFICINA LÍTICA NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA PONTA DO RETIRO, FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA	
Márcio Mota Pereira	222
TESTEMUNHOS RECENTES DE TEÓNIMOS PRÉ-ROMANOS NA LUSITÂNIA	
José d'Encarnação	249

ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DO ESPÓLIO OSTEOLÓGICO PROVENIENTE DAS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS REALIZADAS NO PÁTIO SUL DA IGREJA NOSSA SENHORA DO PÓPULO, CALDAS DA RAINHA (LEIRIA)

Daniel Alves, Augusto Ferreira, Cláudio Monteiro, Alexandra Figueiredo, Ricardo Lopes 274

CASA DO CORPO SANTO – 1531 A 1714. ARQUEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO

Luís Neto, Patrícia Trindade Coelho 298

UNIDADES DOMÉSTICAS DO SÉCULO XIX DO BAIRRO DA BOA VISTA DO RECIFE: UM ESTUDO DO PERFIL TÉCNICO E DAS CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICO-ARQUITETÔNICAS

Clara Diana Figueirôa Santos, Henry Sócrates Lavalle Sullasi 327

EDITORIAL

Este número contempla contribuições de Portugal, do Norte de África e da América do Sul. O enriquecimento da diversidade de realidades arqueológicas e culturais com raízes continentais, afigura-se como uma “*porta aberta para o diálogo científico*”, num entrecruzar de contextos pré- e históricos, cujo lastro (económico, social, político e cultural), tende ainda, nos inícios do século XXI à discussão objectiva acerca de potenciais rupturas epistemológicas **de quem Colonizou / de quem foi Colonizado; de quem Escravizou / de quem foi Escravizado**; sem peias e sem a negra sombra da tradicional “*mea culpa, mea culpa, mea maxima culpa*”.

Os contributos deste número 12 da *Antrope* estão listados por temas similares: Discussões teóricas com base em Modelos Aplicados, Arqueologia Sub-Aquática, Arte Rupestre, Arqueologia Pré-Histórica, Epigrafia, Antropologia Biológica e Património Edificado.

Revelam-se como produtos “*actuais*” a partir dos tortuosos caminhos da Pré- e História, já Global na diacronia.

O Contributo da Semiótica para o estudo da Arqueologia Funerária – algumas notas acerca dos Rituais Funerários no Bronze Regional Alentejano defende o modelo pós-processualista enquanto instrumento de leitura holística, enquadrando os registos arqueológicos para lá dos factos exumados. A ferramenta eleita neste texto com o intuito de compreender a ritualização da morte na Idade do Bronze do Sudoeste português, reporta-se à Semiótica. Esta surge como um método no qual se desvenda o significado dos signos dados aos objectos, implicando o intercâmbio de ideias na vertente social, impressa no comportamento humano.

Arqueologia no Engenho do Murutucu: um Sítio Histórico na Amazônia

Brasileira discute a importância Cultural do Passado em ordem à compreensão do Presente, perspectivando um estudo de caso baseado nas intervenções arqueológicas do Engenho do Murutucu (1990 a 2000). A pesquisa do século XXI integrou uma abordagem eco-anropológica, revisitando os factos anteriormente registados no plano metodológico (técnico e histórico).

Le Savoir Local Amazigh: La Transmission à L'Épreuve apresenta uma sociedade conservadora – os agdals pastorais das tribos de AitSoukhman – que sofreu alterações no seu seio, enquanto realidade comunitária. Fornece um caso de estudo antropológico de aprendizagem corporizando as transmutações ocorridas entre 1930 e 2010. Alterações e desestruturação dessas tribos são o objecto de investigação no que concerne os aspectos ambientais modificados.

Intervenção Arqueológica no Porto do Topo. Contributo para o Património Cultural Subaquático da Ilha de São Jorge apresenta o projeto de requalificação e beneficiação do porto do Topo (Concelho da Calheta na ilha de São Jorge, arquipélago dos Açores). O foco da investigação remete para dados publicados no *Diário Insular* (de 1 de Maio de 2018), tendo como objectivo a peritagem e importância da informação a recolher, com vista à Salvaguarda e Protecção do Património Cultural Subaquático desta Ilha.

La Estación Rupestre de Huayllanqori, Provincia de Antabamba (Apurímac, Perú) divulga pinturas rupestres e petróglifo localizadas na província de Antabamba (Departamento de Apurímac), encontrados a curta distância do final da saída do canyon, muito estreito, de Huayllanqori. São representados veados e outros mamíferos

(possivelmente camelídeos), além de figuras indefiníveis; as cores utilizadas (vermelho e preto), levam-nos a colocar a hipótese de serem pinturas diacrónicas. O petróglifo apresenta uma figura geométrica abstracta. Com base na iconografia e na localização destas expressões elaboradas na rocha-mãe, admite-se a sua provável correspondência ao período arcaico andino.

Gravura Rupestre do Coruto (Escariz, Arouca): Estudo, Salvaguarda e Valorização é apresentada na sequência de acções de acompanhamento arqueológico realizadas no âmbito do projeto de execução do Interface Logístico do Parque de Negócio de Escariz, através da empresa Araducta Arqueologia Unipessoal, L^{da}. Foi possível descobrir uma gravura Rupestre (Gravura Rupestre do Coruto), num afloramento intervencionado. Procedeu-se ao protocolo metodológico utilizado pela Arqueologia e Arte Rupestre, bem como à sua divulgação.

A Paisagem de Longa Duração do Alto Vale do Jequitinhonha – Os Vestígios de Ocupação Humana do Holoceno Médio na Serra do Espinhaço Meridional, Minas Gerais – Brasil trata de pinturas rupestres bem como indústria lítica, localizadas em três sítios arqueológicos brasileiros implantados no Alto Vale do Jequitinhonha (Serra do Espinhaço Meridional), mais precisamente na região Centro-Norte de Minas Gerais. Estes arqueossítios são datáveis do Holocénico Médio, propondo os autores uma longa diacronia (transição do Pleistocénico para o Holocénico), perante os registos do protocolo metodológico. É então possível debater a questão do hiato populacional apresentada por alguns autores.

Aspectos da Colonização Pré-Histórica do Litoral Sul do Brasil e sua Patrimonialização: os Vestígios da Oficina Lítica no Sítio Arqueológico da Ponta do

Retiro, Florianópolis, Santa Catarina traz-nos o sítio arqueológico da Ponta do Retiro (Sambaqui), do litoral Leste da América do Sul, em território administrativo brasileiro. Este sítio é o mote para a apresentação de investigação direccionada para a Valorização do Património Pré-Histórico da região.

Testemunhos Recentes de Teónimos Pré-Romanos na Lusitânia contemplam a epígrafe de Arronches, o altar fundacional de Viseu e as duas aras de Alcains. Estes dados epigráficos conduziram a reflexões acerca dos novos testemunhos de teónimos identificados na Lusitânia Ocidental.

Análise Antropológica do Espólio Osteológico Proveniente das Intervenções Arqueológicas Realizadas no Pátio Sul da Igreja Nossa Senhora do Pópulo, Caldas da Rainha (Leiria) são analisados pela Antropologia Biológica, um conjunto de restos osteológicos exumados na intervenção arqueológica de 2019, na área circundante á Igreja de Nossa Senhora do Pópulo (Caldas da Rainha), (Monumento Nacional pelo decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910). Juntamente com ossos humanos, encontrados *in situ*, foi ainda possível registar outros materiais que auxiliarão no enquadramento cronológico.

Casa do Corpo Santo – 1531 a 1714. Arqueologia, Conservação e Musealização a instalação de um novo Gabinete dos Centros Históricos, promovida pela autarquia de Setúbal, no piso térreo da Casa do Corpo Santo, permitiu avançar com uma intervenção arqueológica, em contexto prévio ao começo dos trabalhos da empreitada, com vista à salvaguarda do património arqueológico. Esse trabalho surge na sequência de anterior intervenção, efetuada em 2000, e permitiu retirar novas conclusões sobre a evolução daquele espaço, que se assume como um dos mais ricos, ao nível patrimonial, em toda a

cidade. Permitiu, igualmente, retirar novas relações sobre a cultura material das sucessivas épocas de ocupação humana no território, tal como a forma como as mesmas se interligaram ao longo dos séculos.

Unidades Domésticas do Século XIX do Bairro da Boa Vista do Recife: um Estudo do Perfil Técnico e das Características Estilístico-Arquitetónicas foca a “Arqueologia da Arquitectura” em ordem à observação das alterações verificadas no Recife nas moradias do bairro da Boa Vista, durante o século XIX. O método aplicado consistiu no levantamento bibliográfico, na análise estilística das fachadas e no modelo das técnicas de construção. Procedeu-se pois à observação das características estilístico-arquitetónicas e técnicas construtivas (como tijolos e argamassas). Devido à singularidade histórica dos exemplares investigados e ao grave estado de degradação estrutural actual, o propósito inicial debruçou-se também na Salvaguarda do Edificado enquanto Identidade Cultural da cidade do Recife.

Ana Cruz
Tomar, 31 de Julho de 2020

This *Antrope* journal’s number includes contributions from Portugal, North Africa and South America. The enrichment of the diversity of archaeological and cultural realities within Continental roots, seems to be an “*open door for scientific dialogue*” at crossroads of Pre- and Historical contexts, whose ballast (economic, social, political and cultural), still tends at the beginning of the XXI century to the objective discussion about potential epistemological ruptures **of those who Colonized /**

of those who were Colonized; of those who Enslaved / of those who were Enslaved;

without prejudices, without the black shadow of the traditional “*mea culpa, mea culpa, mea maxima culpa*”.

The contributions of *Antrope* 12th number are listed by similar themes:

Theoretical Discussions based on Applied Models, Underwater archaeology, Rock Art, Prehistoric Archaeology, Epigraphy, Biological Anthropology and Architectural Heritage.

They reveal themselves as “*current*” products from the tortuous paths of Prehistory and History, already Global within diachrony.

The contribution of Semiotics to the study of Funerary Archaeology - some notes on Funerary Rituals in the Regional Alentejo Bronze Age holds the post- processualist model as an instrument of holistic reading, framing the archaeological records beyond the exhumed facts. The tool elected in this paper aims understanding the Ritualization of Death in the Bronze Age of the Portuguese Southwest, refers to Semiotics. This emerges as a method in which the meaning of the signs given to the objects is revealed, implying the exchange of ideas on the social fringe, printed in human behaviour.

Archaeology at Murutucu Engenho: a Historical Site in the Brazilian Amazon discusses the Cultural importance of the Past in order to understand the Present, framing reference to a case study based on archaeological interventions at Engenho do Murutucu (1990 to 2000). The 21st century research combined an eco-anthropological approach, revisiting the facts previously recorded in the methodological plan (technical and historical).

Amazigh Local Knowledge: Proof Transmission presents a conservative society – the agdals shepherds from the tribes of AitSoukhman – that has undergone changes within community's circumstances. It provides a case study of anthropological learning embodying the transmutations that took place between 1930 and 2010. Changes and destructuring of these tribes are the subject of research regarding the modified environmental aspects.

Archaeological intervention in Porto do Topo. Contribution to the Underwater Cultural Heritage of the Island of São Jorge presents the re-qualification and improvement project of the Port of Topo (Municipality of Calheta in the Island of São Jorge, Azores Archipelago). The focus of the research refers to data published in the *Diário Insular* (May 1st, 2018), with the purpose to collect information of expertise and importance in order to Safeguard and Protect the Underwater Cultural Heritage of this Island.

Huayllanqori a Rock Art site, Antabamba Province (Apurímac, Peru) reports cave paintings and petroglyph located in the Antabamba Province (Apurímac Department), found at a short distance from the end of the very narrow Huayllanqori canyon exit. Deer and other mammals (possibly camelids) are represented, besides indefinable figures; the colours used (red and black), lead the author to hypothesize that they are diachronic paintings. The petroglyph presents an abstract geometric figure. Based on iconography and the location of these expressions elaborated on the bedrock, it is assumed that they probably correspond to the Andean archaic period.

Gravura Rupestre do Coruto (Escariz, Arouca): Study, Safeguard and Valorisation is presented as a result of archaeological follow-up actions carried out

within the scope of the project for the execution of the Logistics Interface of the Escariz Business Park, throughout the company Araducta Arqueologia Unipessoal, L^{da}. It was possible to discover a Rupestrian engraving (Gravura Rupestre do Coruto), when excavating an outcrop. The methodological protocol used by Archaeology and Rock Art was followed, as well as its public dissemination.

The Long Duration Landscape of the Upper Jequitinhonha Valley - The Traces of Human Occupation of the Middle Holocene in the Serra do Espinhaço Meridional, Minas Gerais - Brazil deals with cave paintings as well as lithic industry, located in three Brazilian archaeological sites located in the Upper Jequitinhonha Valley (Serra do Espinhaço Meridional), more precisely in the region of Minas Gerais (Center-North). These archaeological sites are dated from the Middle Holocene, the authors propose a long diachrony (transition from the Pleistocene to the Holocene), before the records of the methodological protocol. It is then possible to discuss the issue of the population gap presented by some other authors.

Aspects of the Prehistoric Colonization of the South Coast of Brazil and its Patrimonialization: the Remains of the Lytic Workshop at Ponta do Retiro Archaeological Site, Florianópolis, Santa Catarina presents the archaeological site of Ponta do Retiro (Sambaqui), on the East coast of South America, in Brazilian administrative territory. This site is the tagline for the presentation of research conducted to the Improvement of the territorial Prehistoric Heritage.

Recent testimonies of Pre-Roman Theonites in Lusitania contemplate the epigraph of Arronches, the founding altar of Viseu and the two orans of Alcains. These

epigraphic data led to reflections on the new testimonies of theonimus identified in Western Lusitania.

Anthropological Analysis of the Osteological Proceedings of the Archaeological Interventions Held in the South Patio of Nossa Senhora do Pópulo Church, Caldas da Rainha (Leiria) a set of osteological remains exhumed in the 2019 archaeological intervention, in the area surrounding the Church of Nossa Senhora do Pópulo (Caldas da Rainha), (National Monument by the edict of 16-06-1910, DG, no. 136, of 23-06-1910), were studied by Biological Anthropology. Together with human bones, found *in situ*, it was also possible to record other materials that will help to establish the chronological framework.

The House of the Holy Body - 1531 to 1714. Archaeology, Conservation and Musealization the facility of the new Historical Centres Office, promoted by the Setúbal Municipality, on the ground floor of the Casa do Corpo Santo, allowed an archaeological intervention to be carried out with a view to safeguarding the archaeological heritage, in the prior context of the beginning construction work. This construction work follows on from a previous intervention carried out in 2000, and allowed new conclusions to be drawn about the evolution of that space, which is one of the richest throughout the city related to Heritage. It has also made it possible to draw new conclusions about the material culture of the succeeding periods of human occupation, as well as the way in which they have interconnected over the centuries.

Domestic Units from the 19th Century of the Boa Vista District of Recife: a Study of the Technical Profile and Stylistic-Architectural Characteristics focuses on the "Archaeology of Architecture" in order to observe the changes that took place in Recife

in the dwellings of the Boa Vista district, during the 19th century. The method applied consisted in the bibliographic survey, the stylistic analysis of the facades and the construction techniques models. The stylistic-architectural characteristics and construction techniques (such as bricks and mortars) were observed. Due to the historical singularity of the specimens investigated and the serious state of current structural degradation, the initial purpose was also to Safeguard the Buildings as a Cultural Identity of the Recife city.

Ana Cruz
Tomar, July 31, 2020

**O CONTRIBUTO DA SEMIÓTICA PARA O ESTUDO DA ARQUEOLOGIA
FUNERÁRIA – ALGUMAS NOTAS ACERCA DOS RITUAIS FUNERÁRIOS
NO BRONZE REGIONAL ALENTEJANO**

**THE CONTRIBUTION OF SEMIOTICS TO THE STUDY OF FUNERARY
ARCHEOLOGY - SOME NOTES ON FUNERARY RITUALS IN THE
REGIONAL ALENTEJO BRONZE AGE**

Recebido a 26 de janeiro de 2020

Revisto a 28 de abril de 2020

Aceite a 20 de maio de 2020

Ana Rosa

Arqueóloga

ana_vs_cristina@hotmail.com

Resumo

A corrente pós-processualista marcou indelevelmente a interpretação dos vestígios arqueológicos, ao procurar ler o registo arqueológico para além da evidência material. A

ligação com a antropologia produziu as principais linhas orientadoras do seu pensamento, destacando-se a semiótica como um dos principais campos de estudo, ao garantir a aplicação da significação dos signos aos objectos, com base no estudo do intercâmbio de ideias pela actuação do Homem na sua esfera social.

O presente trabalho tem como objectivo aplicar os conceitos de semiótica na arqueologia funerária, com particular foco na ritualização da morte na Idade do Bronze do Sudoeste português. A partir de uma exposição do tema em forma de recensão, significado e símbolo funcionarão como os principais métodos de análise para compreender a cultura de um grupo.

Palavras-chave: Semiótica; Arqueologia funerária; Idade do Bronze; Sul de Portugal

Abstract

The post-processualist trend marked the indelible interpretation of the archaeological remains, as they sought to read the archaeological record beyond material evidence. The connection with anthropology produced the main guidelines of his thought, highlighting the semiotics as one of the main fields of study, in ensuring the application of the meaning of signs to objects, based on the study of the exchange of ideas by the action of

Man in their social sphere.

The present work aims to apply the concepts of semiotics in funerary archeology, with particular focus on the ritualization of death in the Bronze Age of the Portuguese

Southwest. From an exposition of the theme in the form of a review, meaning and symbol will function as the main methods of analysis to understand the culture of a group.

Keywords: Semiotics; Funerary archeology; Bronze Age; South of Portugal.

“(...) um indivíduo não precisa de ter qualquer relação genética com outro para herdar ideias e padrões de comportamento (...)”
(Jordan, 2001, p. 69)

1. Nota Introdutória

O indivíduo é responsável pela organização de um conjunto de comportamentos enquanto parte integrante de uma sociedade. Os gestos, então gerados socialmente, são aprendidos e transmitidos entre grupos e as manifestações culturais servem como complemento ao fortalecimento das relações sociais, essencial para a estruturação da organização social.

Integrado no seu meio ambiente, o Homem é influenciado pelos elementos presentes na natureza. Um conjunto de formas dominam por completo o redor (os astros, as flores, os frutos), constituindo-se como o ponto de partida para a construção do pensamento simbólico. Neste sentido, considerando que a causa do conhecimento é a apreensão directa da própria realidade, elemento e espaço constituem-se como funções semióticas de uma cultura (Doria, 2017).

Através da linguagem, da arte, da matéria, são exteriorizadas ideias, deixando clara a noção de elemento, pois passam a ser concretas, as formas abstractas que

marcam o imaginário do indivíduo. A construção de um objecto, independentemente da função a que está destinado, é portador de significado, pois “entendemos por representação de uma ideia tudo aquilo que está associado ao que concebemos como mundo ou como uma coisa” (Silva & Silveira, 2015, p. 446).

2. Símbolo e Cultura: uma perspectiva sobre os rituais funerários

A percepção de perda do Outro foi talvez uma das mais significativas metas alcançadas pelo Homem, no sentido de compreender a sua condição no mundo, constituindo a “ritualização da morte, marco distintivo relativo aos demais primatas e que tem implícita, a consciência do eu” (Cunha, 2010, p. 97). A organização do espaço funerário é, assim, a representação última dos gestos e das atitudes face ao efémero, é a manifestação cultural, social e mental de um grupo perante o fim da vida e a forma como se dá ao sujeito, o repouso eterno.

O facto de a morte se constituir como uma etapa próxima, ao ritual funerário é atribuído significado, desde a posição do cadáver à organização do próprio espaço. O papel socialmente activo que o indivíduo desempenha no seio do seu grupo demonstra, sob uma perspectiva conceptual, o modo como vê e entende o mundo. O acto intencional de construir uma sepultura torna a cerimónia fúnebre um momento único e torna os “lugares investidos de sentido” (Augé, 1992, p. 47).

O uso consciente e intencional de símbolos torna-se imprescindível para a construção de uma conduta simbólica complexa, abrindo, assim, caminho para a hierarquização através da manifestação de elementos distintivos. Com efeito, uma

sociedade pode apresentar distintas formas de enterramento, constituindo, as diferentes estratégias adoptadas, o meio pelo qual se atribui diferenciação social. O tipo de estrutura utilizada para um determinado sepultamento só é passível de ser explicada através de um conjunto de variáveis que estrutura um grupo (crenças e cultura, entre outros), e, pelo estatuto do indivíduo na hierarquia social.

Nos últimos anos, os trabalhos arqueológicos preventivos decorrentes do projecto de rega, executada pela EDIA, S.A, permitiram a identificação de um conjunto de novos sítios no território alentejano, entre outros, enquadrados nos processos funerários da Idade do Bronze do Sul de Portugal.

No subterfúgio da paisagem alentejana, permanecia uma diversidade de soluções, mantendo omissos rituais e significados que nos importa compreender. A mente humana é vasta, “o Homem age com propósitos e motivos” (*apud*, Alarcão, 1997, p. 19), por isso, a construção do Passado está para além dos objectos e das estruturas, está presente nas ideias e nas crenças reproduzidas em cada acção.

Os ritos funerários na Idade do Bronze reflectem uma profunda cisão com os momentos antecedentes, marcados pelos grandes recintos megalíticos. Ainda que ao nosso alcance apenas encontremos um campo de questões sem respostas, reconhecemos que “a prática social adquire forma e sentido, admitindo-se todo um espaço de arbítrio, criatividade, improvisação e transformação” (Rocha & Eckert, 1998, p. 8). Interpretamos um elemento pelo uso e forma, embora, não sejam as mesmas estruturas estáticas.

Condicionados por factores ambientais, espaciais e temporais, podem ser moldados consoante as necessidades de um grupo.

A nova ordem social, imposta durante a fase compreendida pela Idade do Bronze, trouxe, portanto, uma nova perspectiva de encarar a morte, revelada através de diferentes formas de sepultamento. As arquitecturas em fossa, assim como, os hipogeus assumem particular relevância neste contexto, respondendo ao propósito de “ocultar o apodrecimento e a transformação a que o corpo morto está sujeito” (*apud*, Cruz, 2011, p. 54). Mas a desigualdade social existe e está presente e a construção de *tumulus*, por outro lado, está vinculada a um restrito número de indivíduos. Consta-se inclusivamente que “por vezes, as cistas partilham aparentemente o espaço com outras formas funerárias - enterramentos em fossas tipo "silo" (Mataloto, Martins & Soares, 2013, p. 310), perpetuando, depois da vida, a distinção do indivíduo no seio do seu grupo.

A presença ou ausência de espólio votivo reflecte igualmente essa dicotomia. A integração dos objectos na esfera funerária assinala a representação simbólica das relações sociais existentes, reforçada pela quantidade e qualidade dos artefactos depositados junto ao morto. O objecto perde o seu carácter utilitário para ocupar um lugar que não pode ser pensado “fora da possibilidade da sua conexão com os estados de coisas” (Crespo, 2011, p. 107), ou seja, é criada uma relação de dependência entre o objecto e o espaço que não pode ser interpretada de forma indissociável.

O discurso arqueológico pós-moderno exige o auxílio dos vários ramos das ciências sociais e humanas na leitura dos dados. Em certa medida, influenciados pela Escola Pós-processualista, aceitamos que a interpretação do registo não pode ser linear, da mesma forma que “perceber os grupos humanos do passado e os vestígios materiais da sua presença só será possível se aceitarmos como premissa apriorística, o papel

determinante de uma (in)antigível e profunda estrutura de pensamento simbólico que organiza e produz cultura” (Diniz, 1995, p. 12).

A aplicação da semiótica à cultura material destas comunidades abre a possibilidade de ver o objecto numa dimensão mais ampla que ultrapassa o seu mero uso funcional. A vida social só é possível se se traduzir num intercâmbio de signos, portanto, o Homem como ser social é detentor de ideias e significados simbólicos que transmite através dos elementos materiais. Quanto mais complexa uma sociedade, maior a transmissão de significado aos símbolos.

No gesto ritual, ao próprio indivíduo é atribuído significado. De um modo geral, as sepulturas tornam-se espaços mais reduzidos e individuais e o cadáver é depositado em “posição fetal, com os joelhos junto à boca” (Matoso, 1993, p. 112). Está subjacente uma intenção simbólica associada ao renascimento do indivíduo, numa lógica de o fazer retornar às origens.

No sítio Monte da Misericórdia 1 (Santa Clara do Louredo, Beja) – Rosa, 2014 - foi identificado, numa área de dispersão de vestígios de época romana, um enterramento em fossa (Figura 1), enquadrado em cronologias mais recuadas. Esta estrutura caracterizava-se pela planta circular, de paredes convexas e fundo tendencialmente plano. Na base, o indivíduo foi depositado em covacho, sugerindo que a fossa foi aberta propositadamente para o efeito. O indivíduo, não adulto e depositado em posição fetal (Fernandes, 2014), foi coberto por lajes de xisto de média e grande dimensão, ligadas por uma matéria gordurosa, as quais, sob um depósito pétreo.

A posição do indivíduo, o tipo de túmulo e a sua disposição no território constituem um conjunto de “comunicações não verbais que estruturam a organização

social e conferem coerência aos grupos de indivíduos” (Fidalgo & Gradim, 2004-05, p. 131). Com base nestes factores e em comparação com outros sítios, consideramos que o enterramento identificado no Monte da Misericórdia 1 se enquadra nas práticas funerárias conhecidas para a Idade do Bronze do Sul peninsular. Apesar da ausência de espólio, estão presentes as características, por si só, quase diferenciadoras destes grupos.



Figura 1. Enterramento em fossa identificado no Monte da Misericórdia 1. Fonte: Ana Rosa

A comensalidade, também documentada para este período, representa uma profunda ligação entre os membros de um grupo a partir de uma prática social básica. A alimentação apresenta-se “tanto uma função biológica vital quanto uma função social essencial: a função biológica se estende do biológico ao cultural, da função nutritiva à simbólica” (Diefenthaler, 2013, p. 110).

Na intervenção realizada no sítio Barranco das Figueiras 2 (Santa Clara do Louredo, Beja) – Rosa, 2015 - foi identificada uma concentração de estruturas negativas de morfologias e funções distintas, inseridas em cronologias dentro da pré-história recente. Este conjunto integrava uma estrutura funerária (Figura 2), imbuída de algumas particularidades. Tratava-se de um hipogeu que se caracterizava pela planta semi-circular, de paredes convexas e fundo plano. Por ora, esta estrutura encontrava-se vazia de quaisquer vestígios arqueológicos. Esta situação não é exemplo isolado, sendo conhecidos outros hipogeus com as mesmas características, por exemplo, em Coelheira 2 (Valera, Ramos & Castanheira, 2015), em Torre Velha 3 (Alves et al., 2014) e no Monte das Cabeceiras 2 (Silva, 2016).



Figura 2. Hipogeu identificado no Barranco das Figueiras 2. Fonte: Ana Rosa

O hipogeu encontrava-se selado por uma estrutura de combustão – um plano ovalado assinalado por uma forte tonalidade alaranjada, composto por pequenos blocos pétreos imbricados (Figura 3). Apesar de a construção de uma lareira pressupor uma tarefa relacionada com a confecção de alimentos, a ausência de restos faunísticos e artefactos associados leva-nos a considerar que no local possa ter sido realizada uma cerimónia de carácter simbólico, assim como, foram consideradas as várias lareiras identificadas nas imediações do recinto funerário de Vinha do Casão (*Apud*, Porfírio & Serra, 2010, p. 53).



Figura 3. Estrutura de combustão que selava o hipogeu. Fonte: Ana Rosa

No Barranco das Figueiras 2 a ausência de ossos e cinzas na presença de uma estrutura de combustão pode tratar-se de “algo efectuado pontualmente para fazer frente

a uma situação específica” (*Apud*, Pereira, 2014, p. 5). Neste caso, poderá estar implícito um controlo visual e simbólico do território em estreita relação com o sítio de habitat.

Com efeito, imagem e espaço complementam-se, logo, os locais funerários não encerram a ocupação dos sítios, pelo contrário, mantêm-se em articulação com a estratégia de ocupação do território envolvente.

A capacidade de utilizar e controlar o fogo é incrivelmente transformador, permitindo ultrapassar o seu uso doméstico. O carácter do fogo é ambivalente, ilumina e aquece, por outro lado, queima e destrói. É, assim, dotado de um poder purificador e regenerador e a utilização do fogo em sepulcros pode também “ser vista como uma forma de clausura do monumento” (*Apud*, Pereira, 2014, p. 3).

A ritualização constitui-se como uma parte importante do sistema de relações sociais, fundamental para manter a organização e coesão entre os indivíduos. Estes aspectos comportamentais tornam os próprios lugares, objectos de significação e que adquirem uma nova função, a simbólica (Casal, 1994).

Em suma, a semiótica pode actuar como um todo, uma vez que “os tipos de comportamentos são simplificados e transformados em símbolo” (Eibl-Eibesfeld, 1998, p. 78). No fundo, os comportamentos são estruturas físicas, nas quais os signos podem ser compreendidos desde imagens a gestos ou objectos.

Nesta busca, incessante, pelo conhecimento sobre o *modus vivendi* das populações pretéritas, das necrópoles recuperamos os objectos e os esqueletos e tentamos desvendar o seu significado na sua manifesta expressão cultural. Tendemos a interpretar “as coisas” segundo os preceitos e normas que seguimos, tendemos a extrair significados do Passado a partir da nossa visão contemporânea, apesar de, não

podemos deixar de constatar que “os resultados nunca vão poder constituir mais do que conclusões profundamente incompletas e esparsas” (Evangelista, 2003, p. 20).

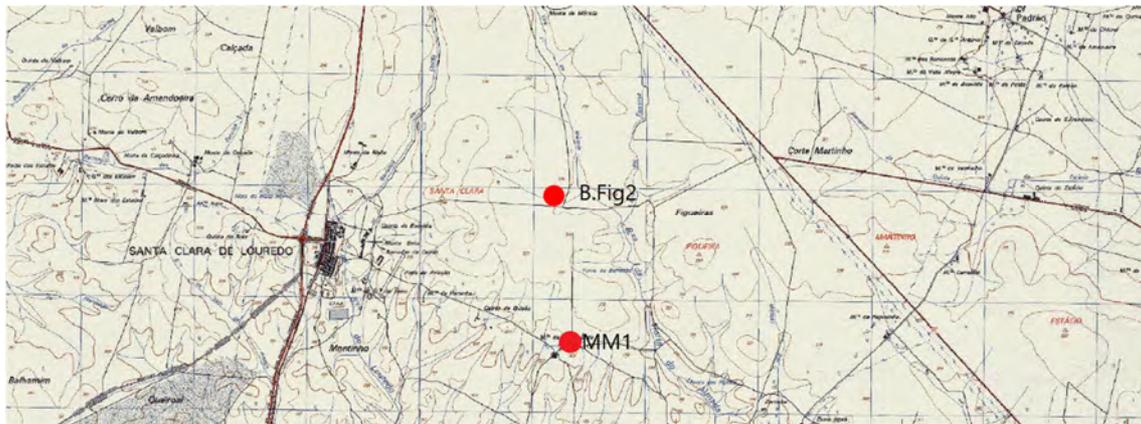


Figura 4. Localização dos sítios referenciados no texto na CMP, à escala 1/25000, folha 521 (modificado).

Referências

- Alarcão, J. (1997). A Arqueologia Contextualista. In MÁTHESIS. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, nº 6, 1, 11-32.
- Alves, C. et al. (2004). Caracterização preliminar da ocupação pré-histórica da Torre Velha 3 (Barragem da Laje, Serpa). In *4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva*. 2ª Série, vol.14, Évora: EDIA, 103-111.
- Augé, M. (1992). *Não-lugares, Introdução a uma Antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.
- Casal, Y.A. (1994). A Arqueologia, Antropologia e Património. In *Ethnologia*. nº 1-2, Lisboa: Edições Cosmos, 11-22.
- Crespo, N. (2011). *Wittgenstein e a Estética*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Cruz, C.B.S da (2011). *Viver a morte em Portugal: o potencial informativo dos relatórios antropológicos de campo (1994-2007)*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.

- Cunha, E. (2010). *Como nos tornámos humanos. Estado de Arte*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2ª ed.
- Diniz, M. (1995). A Arqueologia Pós-Processual ou o Passado Pós-Moderno. In *Ophiussa*. Lisboa: Edições Colibri, nº 0, 9-19.
- Diefenthaeler, I.B.F. (2017). *Das árvores às panelas no fogo: como nos tornámos humanos*. Tese de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- Doria, S. (s/d). *Semiotica Arqueológica desde una perspectiva hermenéutica reflexiva*. Tese de Mestrado. Ciudad de Mexico.
- Eibl-Eibesfeld, I. (1998). *Amor e Ódio, História Natural dos padrões elementares do comportamento*. Lisboa: Bertrand Editora, 3ª ed.
- Evangelista, L.S. (2003). *O complexo arqueológico dos Perdigões e a construção da paisagem em Reguengos de Monsaraz*. Tese de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.
- Fernandes, D. (2014). *Relatório antropológico do espólio osteológico exumado durante os trabalhos arqueológicos decorridos no Monte da Misericórdia I*. Beja.
- Fidalgo, A. & Gradim, A. (2004-05). *Manual de Semiótica*. UBI – PORTUGAL. Obtido na www.ubi.pt.
- Jordan, P. (2001). *O homem primitivo*. Lisboa: Temas&Debates, 1ª ed.
- Mataloto, R., Martins, J.M.M. & Soares, A.M.M. (2013). Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados, tratamento estatístico. In *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, vol. 20, 303-338.
- Matoso, J. (Dir.) (1993). *História de Portugal – antes de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa. vol. I.

- Moreira, R.A., Carlan, C.U. & Funari, P.P (2015). *Iconografia e Semiótica, uma abordagem histórica*. São Paulo: Annablume, 1ª ed.
- Pereira, D. (2014). *Nas cinzas jazem engendros da morte, reflexos de vidas de outrora: as cremações pré-históricas dos Perdigões*. Tese de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Porfírio, E. & Serra, M. (2010). Rituais funerários e comensalidade no Bronze do Sudoeste da Península Ibérica: novos dados a partir de uma intervenção arqueológica no sítio da Torre Velha 3 (Serpa). In *Estudos do Quaternário*. Braga: APEQ, nº6, 49-66.
- Rocha, A.L.C. da & Eckert, C. (1998). A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. In *Revista de Antropologia*. São Paulo, nº 41, 1-19.
- Santanella, L. (2005). *Matrizes da Linguagem do Pensamento: sonora, visual, verbal*. São Paulo: Iluminuras, 1ª ed.
- Santos, F. et al. (2008). O Casarão da Mesquita 3 (S. Manceos, Évora): um sítio de fossas “silo” do Bronze Pleno/Final na encosta do Albardão. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, vol.11, 55-86.
- Serra, M. (2014). Os senhores da planície. A ocupação da Idade do Bronze nos “Barros de Beja” (Baixo Alentejo, Portugal). In *Antrope*. Série monográfica Nº1, 270-297.
- Silva, C.M.L. da (2016). *O Povoado do Monte das Cabeceiras 2 - o estudo dos interfaces negativos e análise da componente artefactual das Fossas 13, 16 e 54*. Tese de Mestrado. Instituto Politécnico de Tomar – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

- Silva, P.P.S. & Silveira, M.R.A. (2015). O pensamento e a linguagem na fundamentação de conceitos, leis e princípios que regem a física moderna. In *INTERACÇÕES*. nº 39, 445-459. Obtido na <http://www.eses.pt/interaccoes>.
- Rosa, A. (2014). *Relatório Final de Escavação Arqueológica do Monte da Misericórdia 1 (Beja)*. Beja.
- Rosa, A. (2015). *Relatório Final de Escavação Arqueológica Barranco das Figueiras 2 (Beja)*. Beja.
- Valera, A., Ramos, R. & Castanheira, P. (2015). Os recintos de fossos de Coelheira 2 (Santa Vitória, Beja). In *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: Era-Arqueologia/NIA, nº10, 33-45.

**ARQUEOLOGIA NO ENGENHO DO MURUTUCU: UM SÍTIO HISTÓRICO
NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

**ARCHEOLOGY AT MURUTUCU ENGENHO: A HISTORICAL SITE IN THE
BRAZILIAN AMAZON**

Recebido a 25 de março de 2020
Revisto a 20 de abril de 2020
Aceite a 15 de maio de 2020

Diogo Menezes Costa

Ph.D. and Professor of the Graduate programs in
Anthropology and Cultural Heritage Sciences at the Federal University of Pará (UFPA)
Leader of the Amazonian Historical Archaeology research group (GAHiA), and researcher from
the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq - Brazil)
dmcosta@ufpa.br

Resumo

Quais são as funções do passado? Desvelar o presente, já que muitas crises atuais têm origens remotas, e diversos fatos antigos são cada vez mais contemporâneos. As pesquisas arqueológicas no Engenho do Murutucu tiveram início como parte de um treinamento específico na área na década de 1980, e durante as décadas seguintes de 1990 a 2000 adquiriram um caráter mais investigativo. Entretanto, é na mudança do século XXI que novas perspectivas são incluídas, além do técnico e do histórico, agora com uma abordagem mais eco-anropológica. Para a compreensão de todas as trajetórias de uma pesquisa, é necessário antes de tudo uma revisão de forma detalhada das atividades realizadas. Para com isso, demonstrar as relações entre as atividades em campo, os estudos em laboratórios e as compilações em gabinete. Os resultados alcançados, são a reutilização do registro material de atividades acontecidas no passado para comparação de similaridades e diferenças com eventos no Presente.

Palavras-chave: Brasil, Amazônia, Arqueologia, Antropologia, Patrimônio, História

Abstract

What are the functions of the past? Unveiling the present, since many current crises have remote origins, and several ancient facts are increasingly contemporary. Archaeological research at Engenho do Murutucu started as part of a specific training in the area in the 1980's. During the following decades from 1990 to 2000, they acquired a more researcher character. However, it is in the change of the 21st century that were included new perspectives. In addition to the technical and historical, now with a more eco-anthropological approach.

In order to understand all the trajectories of a research, it is necessary first of all a detailed review of the activities carried out. To carry on we were able to demonstrate the relationship between activities in the field, studies in laboratories and compilations in the office. The results achieved are the reuse of the material record of past activities to compare similarities and differences within Present events.

Keywords: Brazil, Amazon, Archaeology, Anthropology, Heritage, History

“Pouco sabemos da história do Murutucu. Alguém, algum dia, possa ainda desvendar aquele mistério.”
(Mello Junior, 1971, p. 241)

O sítio arqueológico histórico Engenho do Murutucu localiza-se na periferia da cidade de Belém do Pará, Amazônia brasileira e nas coordenadas UTM 22 M 786258.25m E e 9839937.31m S, no Datum WGS84 – como ponto central. A área tombada constitui-se de um polígono de forma quadrangular de dimensões aproximadas de 400m x 300m, ocupando uma área também aproximada de 120.000 m² que inicia no portão existente junto ao pórtico da CEASA, sendo delimitado a leste pela rodovia de acesso ao porto do rio Guamá e a oeste pelo igarapé Murutucu afluente do rio Guamá (SPHAN, 1981) (Figura 1).



Figura 1. Localização geográfica do Engenho do Murutucu. Fonte: DMC (2017)

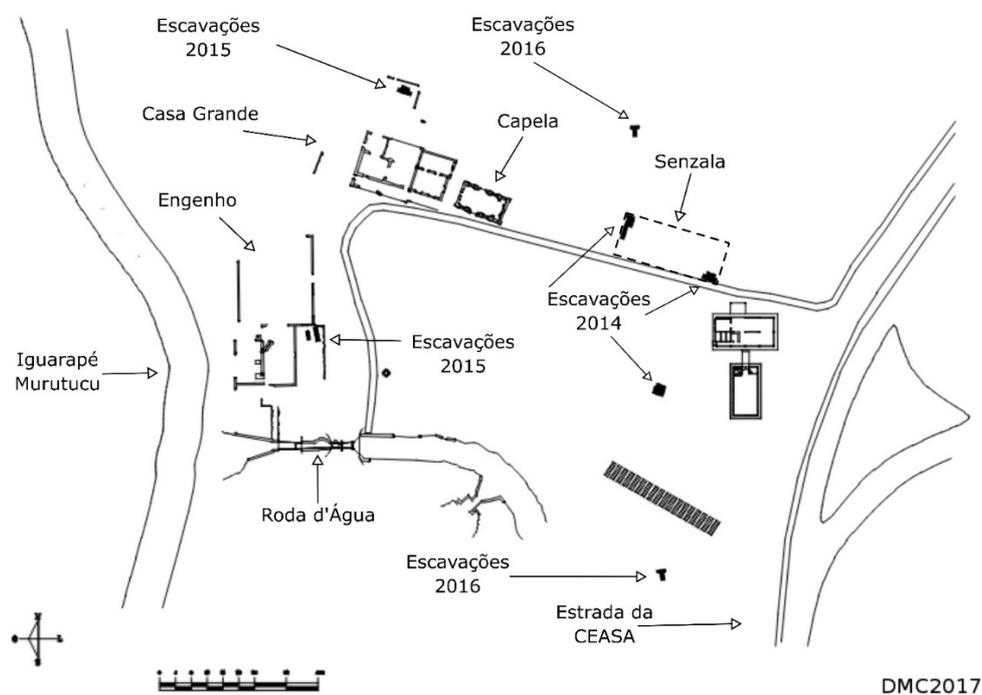


Figura 2. Localização das Intervenções Arqueológicas. Fonte: DMC (2017)

As primeiras intervenções arqueológicas no Engenho do Murutucu aconteceram em 1986, em decorrência de um curso de Arqueologia Histórica ministrado pela professora Margarida Andreatta da Universidade de São Paulo – USP, com patrocínio do Museu Paranaense Emílio Goeldi – MPEG. Onde foram escavadas sete unidades arqueológicas nas ruínas, tanto da capela quanto da casa grande. As escavações centraram-se principalmente no espaço interno da capela com a abertura de quatro unidades, uma no canto interno nordeste da casa grande e duas trincheiras na parte externa da capela e da casa grande. As unidades escavadas tiveram por principal objetivo identificar as técnicas construtivas das edificações, e para tanto foram pesquisadas as composições e disposições dos pisos e alicerces internos e externos das construções. Sendo ainda coletados vários vestígios como fragmentos de louça, vidro e metal, além da identificação e coleta de dados do material construtivo como telhas e tijoleiras (Marques, 1997, Moreira, 2010).

Em 1996 e 1997 foram realizadas pesquisas de salvamento arqueológico no espaço interior da capela e na área da casa grande pelo arqueólogo Fernando Marques do MPEG com apoio do IPHAN. Os espaços pesquisados durante estas intervenções foram novamente o interior da capela e da casa grande. Na capela foram feitas sondagens para delimitação do piso e a abertura de quadrículas com profundidade média de 25cm de profundidade, e a coleta de material tanto construtivo como doméstico. Na casa grande foi feito um trabalho de monitoramento da retirada de entulho de cada cômodo, com 50cm de espessura e até aproximadamente 10cm do piso. Sendo identificados os pisos compostos por ladrilhos cerâmicos ou tijoleiras com diferenciação de cômodo para cômodo, assim como demais técnicas construtivas com uso de tijolo e

telha. O material coletado foi identificado como instrumentos agrícolas, de armaria e domésticos (Marques, 2003, 2004).

Em 2000 Fernando Marques e o geólogo João Barradas retomam as pesquisas arqueológicas no engenho, utilizando de um magnetômetro e georadar para prospecção geofísica de estruturas construtivas sob a superfície. A área de pesquisa foi delimitada ao norte pela capela e a casa grande, a oeste pela fábrica e ao sul pela calha, apresentando diversas áreas de concentração das isolinhas e, portanto, possíveis zonas de interesse arqueológico (da Silveira e Melo et al., 2007, Melo, 2007). As pesquisas de Fernando Marques também identificaram que o sistema motriz de maré utilizado no engenho se constituía de um canal de adução, uma barragem, um reservatório, e uma calha onde existia uma roda d'água que se atrelava à moenda. Da mesma forma, a área da casa do engenho ou fábrica de açúcar e aguardente que se situava na lateral norte da calha com aproximadamente 60m x 40m. Assim como a área da casa grande que possui aproximadamente 17m x 30m, e da capela com 14m x 5m. Também orientadas por Marques outras pesquisas documentais e tecnológicas foram conduzidas sobre o engenho (Villar, 2011).

“O material total estudado referente ao sítio do Engenho Murutucu somou 4.322 fragmentos, destacando-se 156 de cerâmica não torneada, que incluiu também ocorrência de cachimbos decorados, 611 de cerâmica de torno, 412 de cerâmica de materiais construtivos, 543 de faiança, 1.130 de faiança fina, 74 de grés, 70 de metais, 1.187 de vidro entre outros. Foram identificadas também 10 moedas de cobre, relativas aos séculos XVIII e XIX, e 1 pedra de pederneira.”
(Fernando Luiz Tavares Marques, 2004)

O que podemos observar em todas estas intervenções arqueológicas é que certas regularidades se mantiveram entre as campanhas de 1986, 1996, 1997 e 2000. Primeiro que os espaços trabalhados foram centrados nas estruturas mais evidentes do empreendimento, ou seja, a capela e a casa grande. Em segundo, que as investigações arqueológicas ocorreram principalmente sobre as técnicas construtivas das estruturas, e tendo a coleta de material sido orientada conforme estas prerrogativas. Desta forma, tornou-se necessário que novos espaços fossem investigados no sítio para complementar toda a enorme informação já coletada, e sob outras intenções que não somente da história da técnica construtiva.

Quanto ao material recolhido também podemos observar uma dicotomia em duas esferas. Primeiro que os vestígios referentes ao universo doméstico, onde 49% do material foram identificados como louça entre faiança, faiança fina e grês, 30% em vidro e 21% como cerâmica torneada e não torneada. Pode apresentar uma clara tendência aos artefatos ligados mais as elites que viveram nestes espaços investigados, sendo que a cultura material dos grupos subalternos só pôde ser identificada de forma indireta e anódina.

Já dentro do universo construtivo, 76% da amostra referem-se a telhas e pisos, enquanto 15% correspondem a vidraças e 9% a elementos de fixação como cravo e dobradiças. É interessante notar aqui também que, se compararmos a quantidade de elementos relacionados ao universo doméstico com os do construtivo, temos uma percentagem quatro vezes maior para o primeiro. E no caso de vestígios ligados a armaria como cartuchos e a numismática como moedas o número é ainda mais insignificante.

“A pesquisa arqueológica nesse sítio ficou inconclusa, faltando estudos sobre a área da casa e a localização do espaço da senzala, até então inteiramente desconhecido. Assim, esses aspectos do Engenho permanecem obscuros, o que impede de se conhecer o teor de uma história, talvez bastante relevante e significativa para a contribuição do processo de formação do patrimônio histórico cultural de Belém.”
(Moreira, 2010)

Desta forma, foi imperativo que novos estudos investigativos fossem conduzidos na área do sítio arqueológico, para que através do aumento quantitativo e qualitativo da amostra de vestígios, novas inferências sobre o comportamento dos diversos grupos que ocuparam o engenho em variados períodos pudessem ser estabelecidas. Estas pesquisas serviram de base não somente para o entendimento do microcosmo relacionado ao Murutucu, mas também como referência para o entendimento de toda a sociedade constituinte de Belém, do Pará e da Amazônia.

1. O Projeto Sítio-Escola Engenho do Murutucu

Durante o desenvolvimento do projeto “Sítio Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos” de 2014 a 2016, as áreas identificadas e selecionadas no sítio arqueológico Engenho do Murutucu para pesquisa foram: em 2014 a Senzala e Lixeira do sítio, em 2015 a Casa Grande e a Fábrica de Açúcar e Aguardente, e em 2016 a parte externa da Senzala e o final da Lixeira do sítio, além de uma delimitação da área do sítio externa as estruturas edificadas através de prospecções em transect. Com este trabalho foi feita uma primeira classificação espacial e temporal dos vestígios arqueológicos presentes no sítio, e que compõem por sua vez uma coleção de dados coletados sobre a área em pesquisa para que, de forma descritiva possa

estabelecer em um segundo momento as direções de investigação a serem seguidas, e melhores exploradas em campanhas posteriores com a intervenção em áreas selecionadas.



Figura 3. Projeção das construções antigas sobre a área atual. Fonte: Costa, 2016

As intervenções nas áreas identificadas e selecionadas do sítio arqueológico Engenho do Murutucu não foram extensivas, e tiveram por prerrogativa mais a caracterização do pacote arqueológico e recuperação de informação sobre os artefatos e estruturas neles localizados. A recuperação destas informações através de escavações controladas foi responsável pelo estabelecimento de correlações entre os vestígios exumados, e com os dados externos inferentes ao sítio. Esta etapa, foi realizada em campo através da exumação dos vestígios e estudo dos seus contextos, assim como a

coleta do maior número possível de dados informativos ainda em campo. O resultado obtido com esta etapa de exploração arqueológica, de certas áreas do sítio, gerou um grande volume de dados que foram transportados ao laboratório para ser realizada uma etapa de análise e posterior interpretação.

A análise dos dados coletados em campo do sítio arqueológico Engenho do Murutucu foram realizadas através da correlação entre similaridades e diferenças estabelecidas entre as propriedades dos dados coletados em campo e os atributos inferidos a estes dados através de dados externos ao campo, e obtidos em pesquisa de gabinete. Por sua vez, os dados analisados em laboratório derivaram em uma série de padrões estabelecidos por suas variáveis e constantes próprias que levaram a interpretação através da compilação e divulgação destes resultados. Os resultados obtidos em laboratório sobre a análise dos dados coletados em campo foram fundamentais para o estabelecimento de certas interpretações na forma de um conjunto de novas informações sobre o referido sítio, e se o caso, de novas investigações a serem realizadas em campo.

A compilação e divulgação dos resultados obtidos no sítio arqueológico Engenho do Murutucu foi transformada em uma série de trabalhos finalizados, ou em fase de finalização tanto no meio acadêmico como não acadêmico. Estes trabalhos resultaram em artigos, relatórios técnicos, projetos de pesquisa, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso, projetos de iniciação científica, projetos de extensão e apresentações em eventos. Outro resultado obtido com a pesquisa foi também a formação de uma coleção única de dados materiais informativos sobre o modo de vida cotidiano de segmentos marginalizados/esquecidos da sociedade colonial

e pós, que através de sua expressão material possuem uma presença que pode ser investigada por gerações posteriores. Este legado tanto em produto pronto ou dado bruto, é a singularidade desta inovadora pesquisa.

2. As Pesquisas Arqueológicas de 2014

A campanha de 2014 teve como objetivo principal objetivo a identificação da área ou áreas de senzala(s) no sítio. Informações históricas do sítio fazem referência à presença de escravos indígenas e africanos no engenho. Em complemento a estas informações, pesquisas anteriores com magnetômetro e georadar também apontaram esta área como uma zona com presença de anomalias em subsuperfície, representadas através de concentração de isolinhas – área I, II e IV (Melo, 2007). Outra indicação da possível área da senzala foi também uma imagem do fotógrafo português Felipe Augusto Fidanza provavelmente da década de 1870, onde aparece uma construção a leste da capela e casa grande. Esta construção também é muito semelhante com as construções do período colonial e imperial para habitação dos escravos denominada de senzala do tipo “pavilhão”. Utilizando a sobreposição da imagem antiga no terreno atual através do método Prince (Costa, 2012), foi possível localizar o espaço correspondente a esta edificação.

Desta forma a área entre a ruína da capela e a construção recente foi delimitada como área correspondente a existência da estrutura apresentada, assim como o local da provável senzala no sítio. Para isto foram identificados três pontos iniciais de exploração, dois relacionados a estrutura em questão, onde o objetivo foi identificar

elementos construtivos que indiquem a existência no local de uma estrutura edificada e os vestígios arqueológicos da cultura material associada. E um terceiro ponto na maior concentração de isolinhas apresentadas, a fim de investigar a causa desta ocorrência e tentar relacionar este evento ao contexto do sítio.

Em campo a primeira área explorada apresentou uma ausência de vestígios arqueológicos nos seus 5-10cm iniciais, sendo que o pacote arqueológico ficou restrito entre 10 a 30-40cm de profundidade. Após os 30cm ocorre um piso até aproximadamente 40cm, e após um contra-piso em pedra e novamente a ausência de material arqueológico. Foi identificado também nesta área de escavação três camadas arqueológicas, uma primeira com pouco material arqueológico, uma segunda com bastante, e uma terceira novamente com pouco material arqueológico. A segunda área de escavação no sítio também não apresentou vestígios arqueológicos nos 10cm iniciais, sendo que a concentração de material começou aos 20cm e terminou aos 30cm. Após os 30cm começam a ocorrer somente vestígios de lítico e cerâmica e uma estrutura de combustão com sua base alcançando os 55cm de profundidade. Na terceira área de escavação o material arqueológico em algumas quadriculas só apareceu a partir dos 15cm de profundidade, mas sua ocorrência normal foi depois de 05cm, e concentrou-se principalmente entre os 20 a 30cm. Nesta área foi identificada uma fina camada arqueológica sobre um afloramento rochoso.

Podemos observar em campo que algumas regularidades se apresentaram entre as três áreas investigadas nesta campanha, como primeiro a ausência inicial de material arqueológico nos primeiros níveis em todas as áreas. Este fenômeno pode estar

associado com o abandono do sítio em períodos mais recentes, e como os dados históricos mostram ter ocorrido principalmente após a segunda metade do século XIX.

Outra hipótese é também em decorrência com o deslocamento do material devido a utilização da área pela EMBRAPA para plantio e obras. O pacote arqueológico em campo por sua vez apresentou uma continuidade entre as três áreas pesquisadas, concentrando-se entre 20 a 30cm de profundidade e não apresentando uma clara variação interna como um hiato na ocupação. Por sua vez, as estruturas identificadas em campo assinalaram as três áreas pesquisadas de forma que, na primeira área foi identificada uma unidade construtiva uma vez que o piso e o contra-piso localizados correlacionam-se a uma edificação. Na segunda área uma estrutura de combustão também foi identificada, porém em uma profundidade maior do que a comparada com outras áreas. Na terceira área por outro lado, o fino pacote arqueológico e a presença de uma matriz rochosa a pouca profundidade indicam a ocorrência de uma área de descarte e aterro.

Nas louças estudadas podemos observar uma maior quantidade de garrafas de aguardente e artigos individuais para consumo de alimentos sólidos, e que apresentam o período de maior intensidade no uso em torno de 1612 a 1845, com um pico no uso em torno de 1728. Enquanto os metais apresentaram em sua maioria cravos de ferro com o pico de uso em torno de 1746. Já os artefatos em vidro apresentam em sua maioria serem garrafas de vinho e terem um pico de uso em 1778. Juntando estas três datas médias para os artefatos históricos exumados no sítio, podemos então definir a data de 1750 como o período de maior ocupação para o sítio arqueológico histórico Engenho do Murutucu.

A cerâmica utilitária diagnosticada de 526 fragmentos que incluiu as campanhas do Museu Goeldi e da UFPA, apresentou variáveis e constantes que identificaram uma possível ocorrência de dois grupos ceramistas distintos na área. A cerâmica construtiva da campanha de 2014 foi separada em duas categorias os tijolos e as telhas. Os tijolos apresentaram pouca quantidade de remontagens sendo localizadas a sua totalidade na primeira área, entre os níveis 2 e 3. Já as telhas apresentaram uma quantidade maior de remontagens, sendo na primeira área entre os níveis 2 e 3, na segunda área entre os níveis 2, 3 e 4, e na terceira área somente no nível 3. Estas remontagens indicaram o grau de preservação do sítio, sendo que o quanto maior o número de remontagens menor é a intensidade de perturbações, que no caso do sítio foram nos níveis mais inferiores em todas as áreas pesquisadas. O material lítico da campanha de 2014 primeiro passou por uma triagem que identificou 96 objetos com possíveis marcas de lascamento



Figura 4. Material recolhido durante a campanha. Fonte: Costa, 2016.

3. As Pesquisas Arqueológicas de 2015

A campanha de 2015 foram definidas duas novas áreas de investigação, a área da cozinha da Casa Grande e o interior da Fábrica de Açúcar. A área identificada como a provável localização da cozinha adjacente as ruínas da Casa Grande, foi selecionada devido as pesquisas anteriores em campo realizados no interior da estrutura e sobre os estudos realizados em laboratório sobre o material recuperado nas campanhas anteriores. A área selecionada para pesquisa no interior da Fábrica de Açúcar, foi definida através da sua localização na parte central da estrutura e em sua cota mais elevada, e sobre os estudos realizados em laboratório sobre o material recuperado nas campanhas anteriores. Em complemento as atividades já descritas, também foi realizado um levantamento arqueológico com georadar de penetração do solo - GPR, na área de possível localização do cemitério no Engenho do Murutucu. O local definido para a prospecção geofísica foi o intervalo entre a Capela e a área da Senzala do sítio, o local foi escolhido em função de sua proximidade com a Capela e por apresentar uma área plana sem cobertura vegetal e que ainda não havia sido investigada anteriormente. Esta atividade ocorreu em parceria com o Prof. Marcos Welby da faculdade de geofísica da UFPA e bolsistas, e serviu de introdução e treinamento para os participantes na escavação.

Na área da cozinha da Casa Grande, foi possível através das pesquisas em campo identificar um espaço construtivo composto por provavelmente dois ambientes, onde através de uma estrutura em pedra localizada pretendeu-se estabelecer as similaridades e/ou diferenças entre a cultura material exumada em suas duas porções adjacentes. Para tanto, a localização de uma porção do que parece ser um piso em

tijoleira a 70cm, já estabelece uma diferenciação do que pode ser a parte interna e externa da unidade construtiva. Que por outro lado, foi contraposto pela grande quantidade de concentração de telhas em seu lado oposto. O desnível encontrado entre a superfície deste piso, e do piso da própria Casa Grande e da Capela, também demonstrou a adaptação da construção ao terreno, e quem sabe uma sequência cronológica de construção, ou até mesmo uma hierarquia de uso do espaço.

Na área da Fábrica de Açúcar e Aguardente também foi possível através das pesquisas em campo identificar um espaço construtivo composto por provavelmente dois ou mais ambientes, onde através de uma estrutura em taipa localizada pretendeu-se também estabelecer uma similaridade e/ou diferença entre a cultura material exumada em suas duas porções adjacentes. Neste caso, a não ocorrência de um piso estruturado em nenhuma das porções da escavação, pode ser resultado de um piso que foi retirado, provavelmente em madeira, ou mesmo a ocorrência em uma profundidade maior a qual foi alcançada na escavação. Por outro lado, a qualidade de preservação da parede ainda com o reboco *in natura*, demonstra o alto grau de preservação do sítio neste espaço, assim como um grau de investimento relativamente elevado em uma divisória aparentemente interna, a qual não precisaria de um tratamento extra já que não ficaria exposta ao tempo.

Assim sendo, nas análises em laboratório do material arqueológico exumado durante a campanha e 2015 podemos observar que, a louça concentrou-se somente na área da cozinha da Casa Grande apresentando uma maior quantidade de artigos para consumo de alimentos em estado sólido como os pratos em detrimento as peças de servir ou guardar. Mas também a ocorrência de peças para consumo de alimentos

pastosos, o caso das malgas e líquidos no caso das xícaras, destarte em combinação estes jogos apresentam a grande ocorrência de artigos individuais para o consumo de alimentos, o que é mais condizente com uma área de consumo de alimentos, como uma sala de jantar por exemplo, e não de preparo de alimentos como o que ocorre em uma cozinha. Portanto, através da análise somente do material em louça é plausível pensar que a área explorada se tratou de algum cômodo da Casa Grande, para consumo e não preparo de alimentos, e não necessariamente a principal cozinha do engenho, que pode estar localizada em uma unidade totalmente afastada da Casa Grande.

Quanto aos artefatos em vidro algo parecido ocorreu, com a grande maioria destes sendo relacionada somente a área da cozinha trabalhada, mas, no entanto, tendo sua coleção composta além de garrafas de vinho, por também frascos medicinais e potes de higiene. É aqui possível também que estas variedades de artigos em vidro não estejam somente relacionadas com uma área de cozinha, mas sim com outro cômodo da casa, talvez um depósito. Por outro lado, os vestígios em metal tanto na área da cozinha como na área da fábrica foram em sua maioria cravos de ferro, que podem ser correlacionados diretamente com o abundante material construtivo presente nas mesmas áreas. Quanto a datação do material exumado, foi identificado que a louça apresentou uma data média de 1735 para a amostra, o vidro apresentou uma data média de 1844 para a amostra, e o metal apresentou uma data média de 1782 para a amostra, estabelecendo uma data média final de 1787 para amostra exumada na campanha de 2015.

Além das atividades de pesquisa, também foi realizado o atendimento ao público visitante ao sítio e a imprensa. As visitas seguiram um roteiro guiado, que partia da

apresentação do histórico do sítio e dos objetivos da pesquisa, passava pela visita as ruínas da Capela, Casa Grande, Trapiche, Roda D'Água e Fábrica, até as áreas em escavação e terminava com a aplicação de um questionário sobre a visita. Foram ao todo 36 visitantes, que responderam em torno de uma hora de entrevista cada, todo este material foi transcrito, tabulado e interpretado pela bolsista de extensão do projeto.



Figura 5. Detalhe do piso a 70cm de profundidade na área da cozinha em junção com a parede de pedra. Fonte: Costa, 2015

4. As Pesquisas Arqueológicas de 2016

A campanha de 2016 foi caracterizada por duas campanhas distintas, primeiro foi realizada uma etapa de prospecção fora do espaço concentrado das estruturas edificadas no sítio, e depois a exploração das porções mais significativas através de duas áreas de escavação nos limites conhecidos do sítio.

As prospecções arqueológicas foram realizadas através da abertura no sítio de sondagens com boca de lobo. A localização destas sondagens ocorreu com a prévia determinação de um espaçamento de 25 em 25 metros entre cada uma, no sentido norte-sul e leste-oeste, e com a profundidade máxima determinada pelo alcance do leito rochoso ou da afluição de água na sondagem. Estas primeiras intervenções foram necessárias para identificar nestas áreas a ocorrência de estruturas edificadas em subsuperfície, e também as áreas de maior concentração de vestígios arqueológicos no perímetro. As sondagens também serviram para identificar e caracterizar a composição estratigráfica do terreno, auxiliando assim na delimitação e projeção das áreas de escavação. Portanto, durante o período de 09 a 19 de maio de 2017 foram abertas 06 linhas na área norte do sítio totalizando 20 sondagens, 08 linhas na área sul do sítio totalizando 25 sondagens, e 01 linha na área oeste do sítio totalizando 04 sondagens. No geral foram realizadas 15 linhas de transects na área com a abertura de 49 sondagens, que posteriormente foram selecionadas como áreas estendidas de escavação no sítio.

A primeira etapa de prospecção fora do espaço construído resultou em uma ampliação significativa da área até então entendida como de ocorrência dos vestígios arqueológicos históricos no sítio, para quase três vezes a área anteriormente delimitada

pela concentração das estruturas edificadas. Esta constatação ampliou e muito o potencial arqueológico do sítio, apontando inclusive para possíveis áreas com funcionalidade específica e diferenciada das áreas já identificadas nas estruturas edificadas. A exploração desta informação ocorreu através da abertura de duas novas áreas de escavação, denominadas área 06 e 07. Em ambas as áreas foi identificado uma primeira camada com material arqueológico desde a superfície, seguido de uma concentração de material construtivo e com as camadas de solo sendo encerradas em um afloramento rochoso.

Já a abertura das áreas de escavação no sítio ocorreu a partir da eleição dos locais mais propícios para a abertura de uma área ampla de escavação, como superfície plana, pouca cobertura vegetal e ocorrência de sombreamento. As escavações foram conduzidas através da abertura de 02 áreas amplas, utilizando-se para isso quadrículas de 1 x 1 m seguindo a estratigrafia cultural do terreno, e em cada camada por níveis artificiais de 10 em 10 cm. A ampliação das áreas de escavação seguiu os indicativos do depósito arqueológico e das estruturas construtivas identificadas em levantamento de campo anteriores. As escavações da campanha de 2016 também se localizaram nas duas áreas de maior concentração de vestígios arqueológicos localizados nos transects já relatados, e definidas como áreas 06 e 07.

Quanto análise do material em laboratório, as categorias materiais estudadas foram a louça, o vidro e o metal. Na louça, as formas indicaram um predomínio de artefatos para consumo de alimentos sólidos e individuais, confeccionados em faiança simples, possuindo esmalte branco opaco, decorados com técnica pintada a mão, em cor azul média, com motivos decorativos florais e estilo branco e azul, tendo a data média de

1611. No vidro, foram identificados em sua maioria fragmentos de corpo de garrafas, na cor verde água com formato quadrado, de função medicinal ou para bebida fermentada, produzidos em moldes de duas partes, e com a data média em torno de 1778. No metal, foram estudados em sua maioria elementos de construção em ferro forjado como cravos, que apontaram para uma data média de 1805. Por fim, podemos estabelecer uma data média geral para toda a amostra recolhida durante as campanhas de 2016 no sítio arqueológico do engenho do Murutucu, foi de 1731.

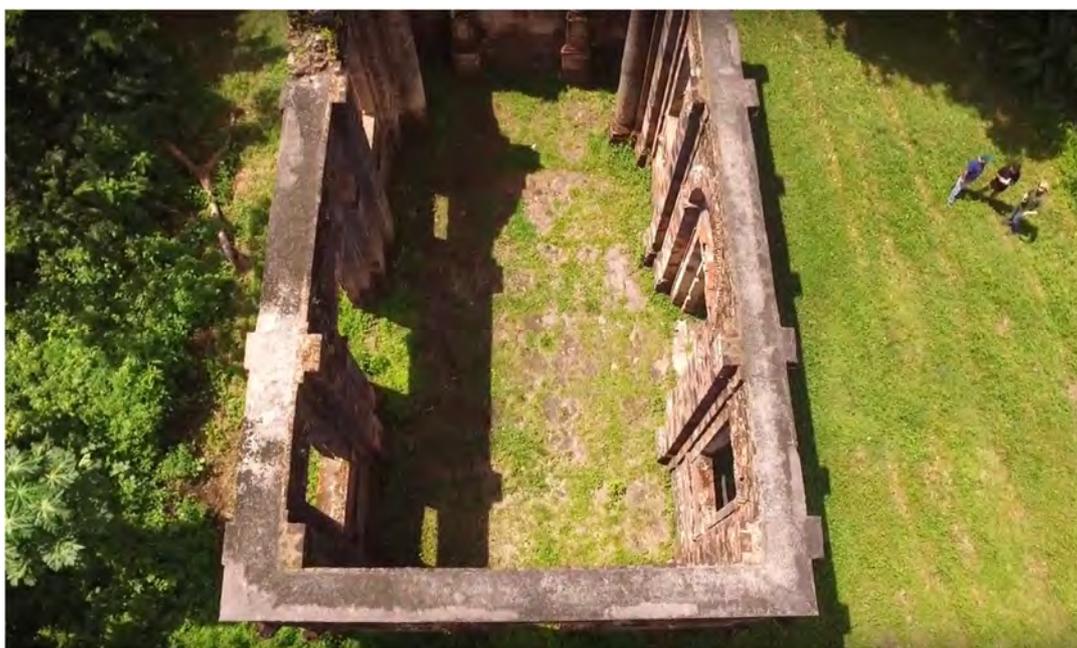


Figura 6. Levantamento com drone. Fonte: Costa, 2016

5. Resultados Obtidos

Ao longo dos três anos 2014, 2015 e 2016 os impactos do projeto “Sítio Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos” para o avanço do estado da

arte na área do conhecimento em Arqueologia Histórica Amazônica foram inúmeros. Através das ações de investigação e valorização deste patrimônio arqueológico histórico da Amazônia, foram possíveis o aumento exponencial do conhecimento sobre a realidade material de segmentos sociais até então marginalizados e desconhecidos no contexto das pesquisas tradicionais. A realidade cotidiana de grupos desfavorecidos como escravos ou mesmo mulheres e crianças em uma sociedade colonial e imperial na Amazônia foram trazidas a luz através das pesquisas arqueológicas-históricas ocorridas em gabinete, campo e laboratório sobre este objeto. Isto sem falar da ampliação diacrônica e sincrônica sobre o contexto amazônico onde tais vivências podem ser incorporadas ao saber tradicional sobre os grupos constituintes da sociedade amazônica hoje. O estudo de caso do Engenho do Murutucu, proporcionou um aumento significativo neste conhecimento, entretanto nem tudo foi explorado e muito ainda precisa ser pesquisado.

Como parte deste processo podemos elencar que o conhecimento arqueológico sobre o período histórico na Amazônia teve um alargamento com a incorporação dos dados de pesquisa sobre o Engenho do Murutucu. Através dos dados brutos coletados em campo e de seu tratamento em laboratório para posterior comparação com as informações prévias obtidas em gabinete, foi possível uma nova síntese deste conhecimento. Como principal exemplo podemos citar a própria datação do sítio, que segundo os documentos históricos mais antigos remonta a data de 1711 quando é referido nestes a construção da capela do engenho pelos padres Carmelitas na região. No entanto, as pesquisas desenvolvidas em campo desde 2014, e sobre o material analisado em laboratório em 2013 e referente as pesquisas anteriores de 1986, 1996-97 e

2000¹, apontam para a data média de 1612 como o período inicial de ocupação portuguesa da área. Este fato, por si só, já abre uma discussão relevante sobre o período de fixação dos europeus na região, que segundo a historiografia oficial só ocorreria após a fundação de Belém em 1616 (Coelho, 2011).



Figura 7. Material analisado. Fonte: Costa, 2016

A contribuição do projeto “Sítio-Escola Engenho do Murutucu” para a inovação em produtos, processos e políticas de pesquisa em Arqueologia Histórica Amazônica foram marcantes. Primeiro pela quantidade de material coletado, e que está sob guarda do laboratório de arqueologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal do Pará - PPGA/UFPA. E um total de 10.424 vestígios das

campanhas de 2014 a 2016, categorizados em 1.977 fragmentos de louça, 1.066 fragmentos de vidro, 413 objetos em metal, 5.171 fragmentos de cerâmica doméstica, 66 peças líticas, e 1.645 fragmentos de cerâmica construtiva, 111 fragmentos de osso, 9 remanescentes de conchas, 58 fragmentos de carvão, e 8 cachimbos em cerâmica. Junta-se a isso outros 14.582 vestígios arqueológicos já analisados, sendo compostos por um total de 2.705 vestígios das campanhas de 1986, 1996-97 e 2000, categorizados em 1.696 fragmentos de louça e 1.009 fragmentos de vidro, estes pertencentes ao acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi. Todo este material serve hoje como uma imensa base de dados para a elaboração de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, mestrado e doutorado desenvolvidos nas faculdades e programas de pós-graduação destas e outras instituições.

Sobre os dados informativos já extraídos destes produtos, além da datação inicial já apontada anteriormente, também é estabelecido o período de meados do século XVIII como mais ativo no sítio e o dos meados do século XIX como o final ou hiato de ocupação. O estudo dos vestígios descreve os hábitos de consumo, alimentação e higiene, assim como o status socioeconômico. As louças informam sobre uma alimentação baseada mais em produtos sólidos e de caráter individual, enquanto o vidro revela uma reciclagem para o acondicionamento de bebidas alcoólicas ou a confecção de instrumentos cortantes (Santos Júnior, 2017), e o metal um emprego maior na fixação de elementos. Já as cerâmicas produzidas localmente indicam algumas diferenciações étnicas, assim como as técnicas construtivas utilizadas (Martins, 2015). Estas práticas cotidianas dos moradores e trabalhadores do engenho foram materializadas com a pesquisa em espaços distintos como a Casa Grande e Capela,

Senzala, Fábrica de Açúcar e Aguardente e principalmente uma lixeira coletiva. Além das pesquisas arqueológicas, outros trabalhos teóricos também foram conduzidos sobre o sobre o patrimônio cultural no Engenho do Murutucu, envolvendo o público visitante (Azulai, 2014) e os moradores do entorno (Santos, 2019).



Figura 8. Etapas de campo. Fonte: Costa, 2017

6. Futuras Direções

Através do novo projeto intitulado “Ecoarqueologia Histórica no Engenho do Murutucu: Uma Perspectiva Amazônida” (2020 – 2022) pretende-se ampliar todo este conhecimento já adquirido, por meio de uma outra abordagem que enfoque agora as relações ecológicas ocorridas entre os diferentes coletivos constituintes e ocupantes do espaço do sítio com o meio ambiente da área. Esta investigação ocorrerá através da

seleção dos novos locais de intervenção, agora orientados para entender as relações humanas e não-humanas acontecidas no sítio, e pelo emprego de uma leitura aqui chamada de ecoarqueológica (Costa, 2018; Costa, 2019), onde não só as ações humanas sobre o meio ambiente são entendidas, mas também as respostas ambientais do meio a estas ações são estudadas.

Para isto propõem-se seguir uma nova exploração do sítio em três outras fases: Primeiro, para caracterizar os elementos indicadores não-humanos na área do sítio, como por exemplo a biota presente no sítio hoje, a geomorfologia da área atual, etc.; Segundo, para identificar as ações humanas causadoras de impacto ecológico na área, como por exemplo, a inserção de fauna e flora exóticas, a canalização de recursos hídricos, etc.; E terceiro, para pesquisar as respostas ambientais das ações humanas na área, tanto positivas como negativas, e estabelecer uma cronologia e espacialidade para estes eventos e fenômenos não-humanos.

Desta forma, o projeto “Ecoarqueologia Histórica no Engenho do Murutucu: Uma Perspectiva Amazônida” é tanto uma continuidade do projeto “Sítio Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos” já realizado. Quanto também, uma nova abordagem com problemática, execução e resultados inovadores e originais esperados para o estudo de sítios arqueológicos do período histórico na Amazônia brasileira. Assim como as pesquisas aqui apresentadas também se encaixam em uma proposta mais ampla de investigação sobre a Diáspora Africana na Amazônia, ainda em curso (Costa, 2016a, 2016b).

Referencias

- Azulai, L.C.O. (2014). *Relação Interdisciplinar entre Museologia e Arqueologia: Uma Perspectiva de Preservação e Socialização Patrimonial do Sítio Histórico do Engenho do Murutucu* [Tcc]. UFPA.
- Coelho, M.C. (2011). *Fundação de Belém*. Belém: Editora Estudos Amazônicos.
- Costa, D.M. (2016). Arqueologia dos Africanos Escravos e Livres na Amazônia. Vestígios. In *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. 10, 69-91.
- Costa, D.M. (2016). Archaeology of the African Slaves in the Amazon. In *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*. 5, 198-221.
- Costa, D.M. (2018). Eco-historical Archaeology in the Brazilian Amazon: Material, Natural and Cultural Western Transformations. In de Souza, M.A.T. & Costa, D.M. (Orgs.) *Historical Archaeology and Environment*. Springer International Publishing, 65-86. Obtido na https://doi.org/10.1007/978-3-319-90857-1_4
- Costa, D.M. (2012). Virtual Worlds: A Theoretical Proposal about the Practice of Computer Simulations in Archaeology. In *Journal of Art History and Archaeology*, 18.
- Costa, D.M. (2019). Ecoarqueologia Histórica na Amazônia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 52(0), Article 0. Obtido na <https://doi.org/10.5380/dma.v52i0.70010>
- Marques, F.L.T. (1997). *Prospecção na Área da Casa do Engenho Murutucu - Belém, Pará: MPEG*.
- Marques, F.L.T. (2003). Organização espacial e cultura material no Engenho Murutucu: Uma abordagem arqueológica [Powerpoint]. In *Simpósio Internacional Landi e o Século XVIII na Amazônia*. Belém.

- Marques, F.L.T. (2004). *Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX*. [Tese de Doutorado], PUCRS.
- Martins, I.F.O. (2015). *Arqueologia e Etnicidade na Amazônia Oriental: O caso do engenho Murutucu em Belém do Pará*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Pará.
- Mello Junior, D. (1971). A Capela do Engenho Murutucu em Belém do Pará. In *Antonio José Landi: Arquiteto de Belém*. Belém: Grafisa.
- Melo, M.D.S.E. (2007). *Geofísica Aplicada à Arqueologia: Investigação no Sítio Histórico Engenho Murutucu, em Belém, Pará*. [Dissertação de Mestrado], UFPA.
- Moreira, N.S.L. (2010). *Cidadania e gestão de preservação do patrimônio histórico público sociocultural: O caso do engenho do murutucu em Belém do Pará*. [Dissertação de Mestrado], Unama.
- Silveira e Melo, M., Luiz, J.G., Marques, F.L.T., Barradas, J.A., Gomes, K.P. & Medeiros, A.R.C. (2007). Investigação geofísica no sítio arqueológico Engenho Murutucu, Belém-PA. In *10th International Congress of the Brazilian Geophysical Society & EXPOGEF 2007, Rio de Janeiro, Brazil, 19-23 November 2007 (Vol. 1-0, pp. 1096-1100)*. Brazilian Geophysical Society. Obtido na <https://doi.org/10.1190/sbgf2007-215>
- Santos, S.F. dos (2019). *Memórias e esquecimentos na “Fazenda Velha”: O sítio arqueológico-histórico Engenho do Murutucu*. [Dissertação de Mestrado, UFPA].
Obtido na

https://drive.google.com/file/d/1I96xO8aiYbngsFTHntk4uomKXvtLinV5/view?usp=sharing&usp=embed_facebook

Santos Júnior, E. (2017). *Objetos sobre vidro lascado em contexto de Senzala na Amazônia Oriental Brasileira: Uma proposta metodológica de macro e microanálise*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Pará.

SPHAN (1981). Certidão de Tombamento das Ruínas do Engenho Murucutu e respectiva Capela de Nossa Senhora da Conceição (Livro Histórico vol. 1).

Villar, L. (2011). Vida nos Engenhos: Relações de trabalho, parentesco e edificações. In *Informativo do Museu Paraense Emílio Goeldi*. 27(53), 1-8.

LE SAVOIR LOCAL AMAZIGH: LA TRANSMISSION À L'ÉPREUVE

AMAZIGH LOCAL KNOWLEDGE: PROOF TRANSMISSION

Recebido a 01 de maio de 2020

Revisto a 17 de junho de 2020

Aceite a 07 de julho de 2020

Fatima Ez-zahra Benkhallouq

Faculté de Langue arabe
Université Cadi Ayyad, Marrakech, Maroc
f.benkhallouq@hotmail.com

Wahiba Moubchir

École Normale Supérieure
Université Cadi Ayyad, Marrakech, Maroc
moubchirwahiba@gmail.com

Farid El Wahidi

Faculté des Lettres et Sciences
Humaines
Université Cadi Ayyad, Marrakech, Maroc
elwahidifarid@gmail.com

Résumé

Dans une société foncièrement traditionnelle, les dispositifs de valorisation des éléments naturels demeurent une obligation pour réussir une survie en commun. La transmission assure ainsi cette passation intergénérationnelle. Les agdals pastoraux des tribus des Ait Soukhman (T.A.S) sont un exemple concret de cette gestion communautaire riche d'enseignements. L'étude de cet exemple met en lumière des sous-basements institutionnels et culturels des dispositifs collectifs des T.A.S. Ainsi proposerons-nous une étude complémentaire, celle du dispositif référentiel qui expliquera le passage de la conservation à la déplétion de la ressource. En travaillant sur les agdals pastoraux attestés depuis le début du siècle dernier dans la zone d'étude, les déperditions au niveau du nombre des agdals et la dégradation du milieu sont des indices de changements qui sont identifiés et suivis entre 1930 et 2010. C'est pourquoi il est important d'interroger les structures profondes qui touchent aux différentes altérations qui secouent les structures tribales.

Cette recherche est le résultat d'un effort de recoupement de différentes sources d'informations, en l'occurrence la recherche documentaire et les entretiens ouverts semi-directifs lors de nombreux séjours effectués chez les T.A.S.

Mots-clés: Patrimoine, transmission, altération, agdals pastoraux, dispositifs culturels.

Resumo

Numa sociedade profundamente tradicional, as estruturas de avaliação de elementos naturais continuam a ser um requisito para a sobrevivência conjunta e bem-sucedida. Os agdals pastores das tribos de AitSoukhman (T.A.S) são um exemplo

concreto dessa gestão comum, que oferece uma riqueza de oportunidades de aprendizagem. Ao trabalhar com os censos de agdals realizados desde o início do século passado, nesta área de estudo, verificamos que a perda do número de agdals e a degradação ambiental são indicadores de mudanças identificadas entre 1930 e 2010.

É por essa razão, que se torna tão importante questionar as estruturas profundas, implicando alterações de vários tipos que desconstruam as estruturas tribais.

Esta investigação é o resultado de um esforço para recuperar diferentes fontes de informação, em resposta às entradas documentais e semi-diretas ou ao efeito do T.A.S.

Palavras-chave: Património, Transmissão, Alteração, Interesses Pastorais,
Dispositivos Culturais.

Abstract

In a fundamentally traditional society, the development of natural elements remains an obligation to achieve joint survival. Transmission thus ensures this intergenerational transfer. The pastoral agdals of the Ait Soukhman tribes (T.A.S) are a concrete example of this community management, which is rich in lessons. The study of this example highlights the institutional and cultural foundations of the collective mechanisms of the T.A.S. Thus, we will propose a complementary study, that of the referential device which will explain the transition from conservation to depletion of the resource. By working on the pastoral agdals attested since the beginning of the last century in the study area, the losses in the number of agdals and the degradation of the environment are indicators of changes which are identified and monitored between 1930

and 2010. Therefore, it is important to question the deep structures which touch the various alterations which shake the tribal structures.

This research is the result of an effort to cross-check different sources of information, in this case documentary research and semi-structured open interviews during numerous stays at the T.A.S.

Keywords: Transmission, heritage, agdals, cultural features.

1. Introduction

Le dédain à l'égard des connaissances liées aux spécificités culturelles s'expliquerait entre autres par le développement du savoir scientifique et de la spirale du progrès technologique au détriment des savoirs qualifiés de rudimentaires et d'immuables provenant de peuples ignorants perpétuant ainsi une image ethnologique polémique. Chercher à impliquer la population locale dans le processus de collecte et de sauvegarde du savoir à la fois naturel et culturel révolutionne les anciennes méthodes d'approche¹.

¹ La notion des « savoirs locaux » n'apparaît que quelques décennies auparavant, précisément en 1950 pour qualifier dans un premier temps les savoirs botaniques des sociétés dites « traditionnelles ». L'intérêt croît ensuite graduellement, ainsi vers les années 80, on introduit la notion de « savoir écologique traditionnel » (Traditional Ecological Knowledge), connu sous le sigle de TEK. La nomination « autochtone » soulève une grande polémique. D'où l'appellation savoir local, plus générale et moins subjective.

En effet, cette ruée vers la population locale et son implication dans la collecte et la sauvegarde de ses connaissances privilégie essentiellement la composante naturelle et écologique. Toutefois, cette approche demeure partielle puisque les détenteurs de ces connaissances transmettent, en effet, un tout complexe et composite qui ne rime pas obligatoirement avec la science universelle². Il va du savoir naturel au culturel et vice versa passant par le langagier. Ce tout demeure, pour ainsi dire, un document vivant en mouvement dans la mesure où il renvoie à une réalité linguistique, historique, culturelle et sociale.

Miroir des continuités et des transformations socioculturelles, la transmission assure à elle seule la reconnaissance d'un legs culturel dynamique lui attribuant ainsi la légitimité d'être, d'évoluer et de se connecter avec d'autres visions du monde.

C'est dans cette perspective que se développe notre étude dans un domaine peu exploré par les recherches nationales. En effet, notre objectif consiste à questionner attentivement et à étudier un savoir local matériel et immatériel des Tribus des Ait Soukhman au Moyen Atlas à savoir l'agdal pastoral. Pour nous, le lieu n'est pas un territoire dans le sens géographique du terme mais plutôt un dépositaire de ressources, de représentations, de religieux, de mystique et d'une identité commune.

² L'expérience menée par un groupe de chercheurs (de 2000 jusqu'à 2005) qui porte sur le patrimoine naturel dans les pays du Sud en Afrique paraît d'une grande importance dans ce sens. Il suffit de noter qu'en conclusion du bilan (2005, p. 516), il est écrit: «En ce qui concerne les pays du Sud et plus particulièrement l'Afrique et Madagascar, lorsque nos études démarrèrent, il n'existait encore que fort peu d'informations raisonnées et détaillées sur le patrimoine naturel. Nous ne savions même pas si cette notion imposée par le modèle occidental était porteuse de sens dans les Suds. La création de parcs naturels, de réserves de biosphère, de sites UNESCO du patrimoine mondial ou encore la signature par la plupart des pays africains des grandes conventions sur les espèces menacées (Cites, CMS etc.), attestaient des tentatives de transfert, généralement peu concluantes, de cette conception particulière du rapport à la nature. Mais les informations sur les perceptions locales de ces patrimoines naturels et surtout, sur l'existence d'autres patrimoines naturels issus de dynamiques plus locales faisaient grandement défaut».

Ci-dessous, la carte géographique³ qui précise la localisation des dits tribus:

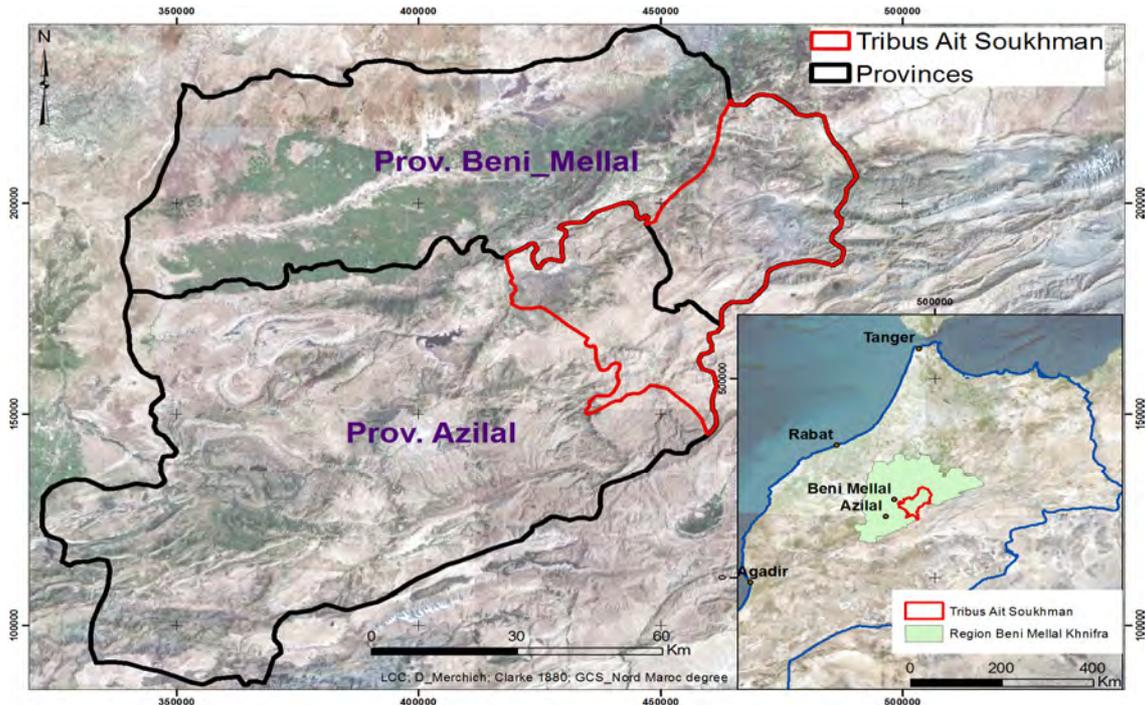


Figure 1. Situation géographique des tribus des Ait Soukhman (arrière-pays de la province de Beni Mellal et d'Azilal).

En interrogeant les mécanismes de la transmission dans l'optique du milieu naturel qui héberge savoir et pratiques, l'interaction entre la population et le milieu naturel nous paraît une vraie mine d'or dans la mesure où le côtoiement permanent des éléments naturels ne peut aucunement être sans incidence sur la diversité culturelle, la vision et le génie montagnards dans différents domaines. Le regard scientifique fait défaut dans ce sens, il réduit ce tout cohérent à des disciplines scientifiques compartimentées.

³ Les cartes géographiques ci-dessus sont faites par professeur El Wahidi Farid, co-auteur et professeur du Système d'Information Géographique. Les informations sont collectées lors d'une enquête sur terrain et des entretiens (focus groupe) avec les bergers de la zone d'étude.

Roué (2012, p. 3) explique: «Il est réductionniste de désigner ces savoirs du nom d'une discipline scientifique, alors qu'ils sont également des savoir-faire, un mode de vie, une représentation du monde et une éthique. Ce que savent les peuples autochtones, ce qu'ils savent faire et surtout leurs représentations du monde sont intimement liées: leur pensée procède d'une démarche holiste. La vision occidentale dichotomique qui sépare la Nature de la Culture, et l'homme de tous les autres êtres vivants, n'est nullement la leur. Les peuples autochtones ne font jamais de la science une activité séparée. Notre science occidentale, elle, s'est constituée en se coupant de la philosophie et de la religion, et en séparant de surcroît chaque domaine scientifique de celui des autres sciences. Enfin l'opposition entre savoir et croire, cette volonté d'universalité de la science qui cherche des lois valables en toutes circonstances est une démarche que ne partagent qu'en partie les «savants autochtones».

En observant de près la population, sa langue, son savoir et ses convictions, nous avons essayé d'approcher la transmission du savoir de la manière suivante : donner la parole aux Amazighs et les écouter, expliquer leurs visions du monde et leurs perceptions et ce, à partir de plusieurs pratiques, savoirs et activités qui traversent l'année agricole.

Faire parler la population dans des domaines variés, sans avoir à sélectionner, à classer ou à s'immiscer dans l'ordre qu'elle-même fait de sa vie nous permet de toucher des zones enfouies du génie de l'être humain et de son souci permanent de passation du savoir et de transmission de valeurs communes.

Pourquoi la transmission? Parce qu'elle est partout dans les lieux, dans les objets et dans le dynamisme des cultures, parce qu'il n'y a pas de culture isolée dans le monde.

Edouard Glissant (1993, p. 27) introduit une notion-clé dans la pensée du métissage, celle du «Tout- monde». En mettant en avant les «histoires des peuples» et les «Relations» entre elles, il va à l'encontre des « absolus de l'Histoire». Penser le monde dans la transmission, c'est le penser dans la diversité et dans le va et vient des langues et des cultures.

Et puisque tout s'inscrit dans un dynamisme et dans un mouvement, la transmission est l'une des opérations d'envoi la plus complexe quant à ses mécanismes et ses composantes. Orchestrée par une puissance à la fois interne et externe, consciente et inconsciente, elle traverse les lieux et les personnes pour assurer un passage permanent de la culture, des idées, des milieux et des savoirs. Ce passage bien évidemment, n'est pas toujours heureux, il peut être affecté par des écarts, des déperditions, des oublis volontaires ou involontaires et il est variable dans les circonstances où il se produit. Le corps humain, ses dires et ses actes, est le véhicule de toute transmission consciente.

Se traduisant dans l'insertion du passé dans le présent, les usages vivants disent beaucoup quant aux anciennes croyances et convictions. En perpétuant des actes et en changeant d'autres, on s'inscrit toujours dans la lignée du transmissible comme le souligne bien le proverbe amazigh «les anciens ont tout dit et ont tout pensé», ou encore le proverbe du sud de Ghana: «une nouvelle corde est tissée au bout de l'ancienne».

Parallèlement, surgissent de nouvelles perceptions et conceptions du monde, des modes de vie, des croyances, des valeurs et aspirations. En conséquence, dans ce processus dynamique, les catégories traditionnelles de perception qui dominaient autrefois et qui étaient transmises par la mémoire collective du groupe local, sont peu à

peu altérées. Elles sont confrontées à d'autres cadres de sociabilités (colonisation, élections, scolarisation, décloisonnement) et à d'autres façons de voir, d'agir et de penser. Il se forme alors d'autres perceptions avec d'autres significations.

Pourquoi le savoir local naturel et culturel ? Le savoir naturel et culturel serait ce savoir local puisé dans la nature, partagé par une population donnée et qui en fait usage au quotidien. Il n'est local qu'en le comparant à la science dans sa dimension supra-locale, et il est aussi relationnel dans le sens où il génère une articulation avec et par plusieurs autres interlocuteurs locaux. En revanche, penser le savoir dans sa dimension qui transcende le temps et l'espace permet de voir la localité autrement, celle de «l'errance enracinée» (Edouard Glissant, 1990).

2. La transmission de valeurs: l'agdal pastoral comme paysage naturel et culturel

Une des pratiques fondamentales que nous étudierons ici est: «l'agdal pastoral»⁴, la mise en défens traditionnelle des ressources communes. Étant donné que la ressource est utilisée collectivement, l'agdal assure l'égalitarisme entre les ayants droit. De même, il garantit la répartition des risques et la sécurisation de l'accès à une ressource. De ce fait, la conservation de la ressource part d'abord d'une reconnaissance du partage de l'espace et d'une prise en compte des règles de conservation.

⁴ Le mot agdal dérive du verbe «gdal» qui désigne selon Laoust (1920, p. 43) «faire paître le bétail dans une prairie». Pour cet auteur, «l'agdal et l'agudal» représentent un «pré réservé sur les rives d'un oued et entouré d'une enceinte en pierres».

Derrière ce dispositif⁵ réglementaire se cache une gestion coutumière mais aussi et surtout un système de valeur où l'interdit et le sacré jouent un rôle primordial.

La transmission de ces valeurs, étant assurée avec succès, fait revivre de telles pratiques ancestrales.

En étudiant les constantes qui reviennent dans les différents discours des personnes interviewées, nous avons pu détecter trois convictions fondamentales structurées en une mémoire communicative collective. C'est cette structure profonde truffée de connotations socioculturelles que nous voudrions étudier dans cet article pour pouvoir mettre la lumière sur les instances de transmission et celles du blocage au fil des années.

2.1. L' Interdiction

La connotation même de cette prohibition est sacrée. Le fait que la décision soit prise pour la clôture de la parcelle et l'interdiction d'accès, attribue au pacte une certaine sacralité. «Quand c'est interdit, c'est-à-dire «iḥṛəm : prohibé par la religion», normalement on mettait un gardien, et même s'il n'est pas là, rares sont les personnes qui s'introduiront pâturer clandestinement parce qu'elles risquent la malédiction (maladie et même mort du bétail)»; cette déclaration est reprise de différentes manières par nos informateurs (Bassou, 65 ans, Mḥa, 55 ans, Lḥsen 50 ans). De surcroît, la mise

⁵ Pour assurer une bonne gestion des ressources, Ostrom (1992) propose les critères suivants:
- définition précise des ayants droit (les ménages ou la fraction tribale);
- précision des liens entre les caractéristiques des ressources et la communauté des utilisateurs (dates d'ouverture-fermeture des agdals...);
- élaboration des règles par les utilisateurs eux-mêmes (saints, chefs de foyer au sein de l'assemblée);
- application de ces règles par des personnes responsables devant la communauté des usagers (gardiens, amzwar...) et le système de sanctions.

en défens est certes consensuelle, mais émanant d'abord de « ceux d'en haut » puis des représentants des villages bénéficiaires. Cette interdiction d'accès devient autant un droit qu'un devoir.

Les usagers savaient tous que toute infraction à ce règlement induira à une punition divine. L'agdal est dès lors décrit comme un espace protégé d'« en haut », tenu par un groupe humain qui impose sa loi pour une durabilité et un bénéfice commun, celui d'une gestion collective. Plusieurs informateurs emploient le verbe « iḥṛəm : c'est défendu par la morale, interdit par la religion » pour qualifier cette mise en défens. Le mot est lourdement chargé de signification religieuse.

Autre caractéristique de cette interdiction par le passé, c'est qu'elle fut fixe, les jours de clôture et d'ouverture venaient de « Ait ufəlla: ceux d'en haut » par l'intermédiaire des saints, ainsi, personne n'avait le droit de changer cet ordre cosmique préétabli (ordre qui prenait en considération les conditions climatiques de chaque zone).

Or, avec l'avènement de la colonisation et la détérioration de quelques images véhiculées, avec les années de sécheresse successives et la montée de voix contre les pratiques non orthodoxes, l'interdiction passe des mains de « ceux d'en haut » aux mains de « ceux d'en bas », créant ainsi des assemblées de concertation et de décision de fois controversées.

2.2. Les valeurs du partage de l'espace et de la ressource

Les valeurs de commun, de partage et d'hospitalité constituent un fondement solide chez ces tribus. Ce sont des notions qui reviennent dans différents contextes et situations et qui sont maintenues par des légendes ancestrales toujours en vie dans la

bouche de ceux qui les transmettent. Il est à rappeler que dans d'autres pratiques, le partage symbolique d'un repas suffira pour inscrire la relation dans l'immortel.

En fait, l'ouverture des agdals est vécue comme un événement d'une haute importance locale parce qu'il s'agit d'un grand espace de rassemblement non seulement de troupeaux, mais aussi de la population locale: femmes, hommes et enfants, tous dans une ambiance festive.

Il s'agit d'un mode de gestion et de conservation, d'un système commun et partagé mais aussi et surtout d'un moment fort qui ponctue l'année : un mode de gestion dynamique et subjectif. Toutes les composantes s'inscrivent dans une chaîne continue : la ressource végétale écologique est au service de la ressource animale (les bétails) et de la ressource humaine. Ne règne dans un tel espace-ressource que l'atmosphère de cohabitation et de partage, (Tuda, 90 ans) explique que: «le jour de l'ouverture de l'agdal béni, les paysans sont heureux et les troupeaux aussi. Tout le monde mange et boit, tout le monde est rassasié. Manger cette herbe est bénéfique pour nous aussi êtres humains».

L'ouverture du pâturage de bêtes en période d'été est un événement festif pour la population et le début de la transhumance. S'installe alors un climat de détente et d'euphorie puisque le partage est commun et la rudesse du climat est allégée. (Uleïd, 50 ans) dit dans ce sens: «avec l'ouverture de l'agdal, c'est la grande fête, les femmes préparent le couscous, on égorge un mouton pour l'occasion d'ouverture, c'est «l eahd»: le pacte respecté.». Le sacré et la vertu, pour ainsi dire, couronnent l'atmosphère du savoir-faire. (Bassou, 65 ans): «Si quelqu'un ose violer les règles, ça peut entraîner des

conséquences fâcheuses. De ce fait, tout le monde a peur de le faire par crainte de châtement».

Ces récits montrent que les règles de gestion des ressources naturelles au niveau de la zone ont d'abord un soubassement sacré bien qu'il n'en soit pas le seul. Il existe aussi la sanction graduée mais coutumière dans la mesure où elle se résume dans l'expression «inbyawən: invités». Il s'agit des invités à recevoir chez le transgresseur de lois de mise en défens. Le nombre des «inbyawən» dépend de la gravité du délit commis. Ce n'est pas seulement ce genre de sanctions qui enseigne à la population le respect de la ressource commune mais surtout le sentiment de déshonneur au sein des siens qui partagent les mêmes fondements de vie en commun.

La richesse de tels espaces est certes naturelle et biologique mais elle est aussi et surtout rituelle, culturelle et sociale. Cette idée de symbiose⁶ est développée par (Auclair & Alifriqui, 2012) celle de l'image de la verdure qui rime avec l'idée du paradis terrestre (l'eau et l'herbe) d'un côté et de la profusion de la vie de l'autre côté. Il s'agit de représentation analogue à d'autres images relevant de différentes cultures. Le jour de l'ouverture, les chants et vers poétiques de joie et d'euphorie juxtaposent les beuglements et les cris excités des animaux, meublant ainsi l'espace verdoyant:

⁶ Auclair écrit: «Le statut de protection de l'agdal, 'domaine de l'interdit', est lié à un ensemble de valeurs, représentations et croyances. Nous trouvons dans l'agdal tous les éléments de la définition des «choses sacrées», séparées du reste du monde et interdites (Durkheim, 1912). Dans l'espace enclos de l'agdal, l'interdit fait référence à Dieu, aux saints musulmans et aux génies et/ou, plus prosaïquement, à la loi coutumière et à l'honneur de la communauté. » Introduction Un patrimoine socio-écologique à l'épreuve des transformations du monde rural in Agdal Patrimoine socio-écologique de l'Atlas marocain, IRCAM, IRD, édition 2012.

«aaday ddun ayt igallən s igwdlan hati dinnag ayd iyya umdaz almu», traduit ainsi: «Quand les montagnards regagnent les agdals il n'y a que béatitude et fête qui règnent!».

«han agdal irzəm a iezzabən n wulli adağ tannay tiṭṭ if rəh awd wul!»

«Agdal est ouvert, oh ! Bergers d'ovins pour que l'oeil contemple le beau paysage et que le coeur se réjouisse !»

Il s'agit du comble de la joie et de l'euphorie. Le moment idéal pour manifester une quiétude à la fois physique et morale.

2.3. Le mystique et l'utilitaire

De par le passé et jusqu'à nos jours encore, l'agdal est perçu comme source d'alimentation faisant partie du système culturel et mythique de la population locale. Il est présent dans le quotidien des familles et lors de leurs activités festives.

Toute la vie donc en dépend, pour reprendre l'expression de (Naba, 70 ans): «où es-tu mon agdal béni, lieu des saints ? Tu es abondant ou pas encore ? Ton odeur nous manque, ton parfum et tes joies, mes yeux te cherchent. Les hommes t'attendent, les femmes et le bétail aussi».

Espace des Correspondances à la conception Baudelairienne, où tout s'associe : «la nature est un temple» et le paysage comme monde matériel se connecte avec le monde spirituel. Dans ce sens, cette synesthésie psychologique, tant chantée par Baudelaire, se concrétise aisément dans cet espace naturel emblématique.

Le besoin du vivre en commun est vécu comme une nécessité pour pouvoir apaiser la rudesse du climat et des reliefs. Les liens tribaux ont donné naissance à un

système de partage et de cohabitation entre autres par souci de déplétion de la ressource en commun.

3. L'agdal pastoral aujourd'hui, la transmission à l'épreuve

L'étude de la relation de l'Amazigh avec la nature, faune et flore s'avère très complexe. En effet, la transmission du savoir véhiculée au sein de cet espace-ressource accidenté par nature, nous met devant des schémas de pensée et structures référentielles partagées dignes d'analyse.

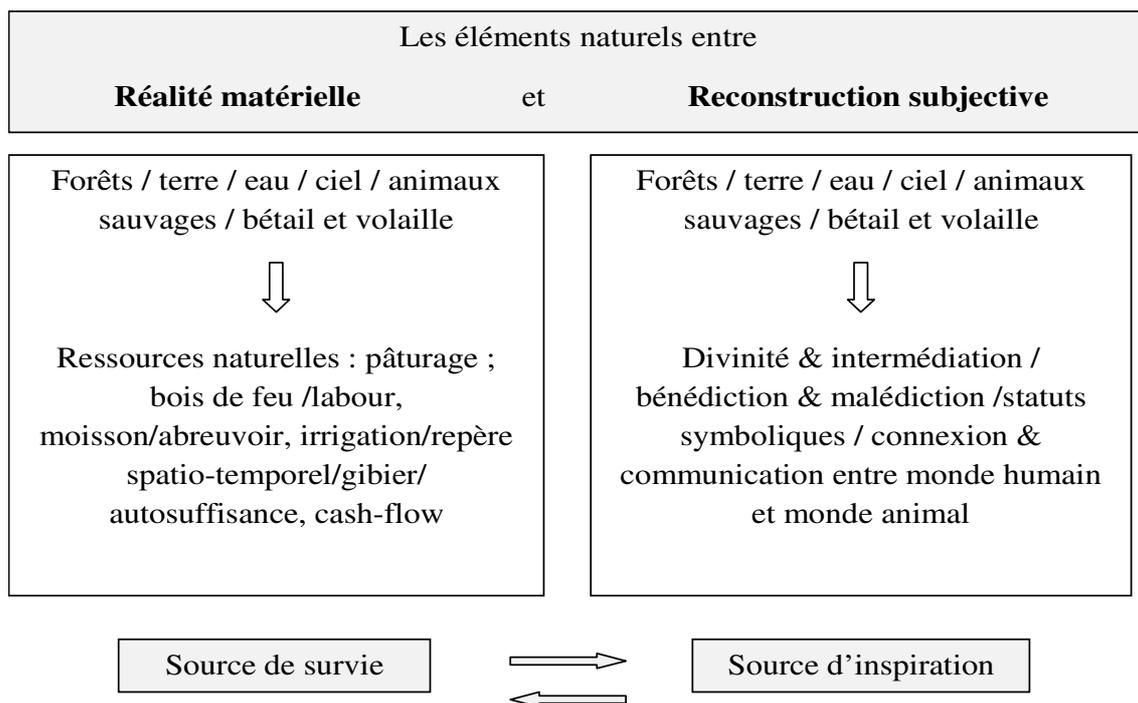


Figure 2. Les éléments naturels entre source de survie et source d'inspiration. Source: Auteurs

Se dégage ainsi l'articulation de différents domaines et différents savoirs et pratiques: du travail pour la survie jusqu'aux représentations les plus subjectives, celle

du sacré et de l'appartenance voire même la filiation. La nature est à la fois la matrice et la mère nourrice, l'ennemi que l'on craint lorsqu'on abuse et la source de vie que l'on cherche. La figure ci-dessous résume ce va et vient entre milieu physique, vécu et milieu imagé.

Or, avec l'ouverture de la zone sur le monde extérieur et avec le déclin de quelques valeurs anciennes jugées archaïques, nous assistons à un changement dans les pratiques. De nos jours, des personnes se soulèvent contre la pratique de la mise en défens; la notion de l'interdit religieux ne fonctionne plus, les jeunes ont tendance à s'autonomiser davantage dans un milieu peu hospitalier, la scolarisation et l'évolution des mentalités ont fait que la population refuse de plus en plus cette mise en défens sous prétexte que la surexploitation gâche ces principes de partage et de commun longtemps mis en avant (cf. Hardin, Tragédie des Communs, 1968).

Les autres usagers voient dans de telles attitudes une violation des principes préétablis et inébranlables et ne manquent pas à leur chanter de petits vers le jour de l'ouverture de l'agdal :

«wadda ur iririn agdal adas yar udgar»

«Celui qui ne veut plus d'agdal qu'il soit ruiné ! Que sa récolte soit détériorée!».

La gestion fortement symbolique truffée de sacré – qui était d'abord bénie, relativement démocratique, reproductible dans le temps et qui fournissait aux tribus le nécessaire pour atteindre le seuil de survie – a cédé la place à un système modernisé et désacralisé qui n'est plus rentable comme auparavant par rapport à une population qui chercherait plus la compétition et le profit individuel ou même familial.

Ci-dessous, les cartes géographiques affichent les espaces attestés comme des agdals dans notre zone d'étude depuis presque un siècle: «agdal n idəmran», «agdal n tingarf», «agdal n imğal», «agdal n tadawt», «agdal n gədruz», «agdal n waw ngarf», «agdal n tamgist», «agdal nuglaf», «agdal n sğat», «agdal n war inbyawn», «agdal n barqiq», «agdal n tuzzalt», «agdal n tamətgarf», «agdal n infi», «agdal n bu tmijja» et «agdal n iğir n ait emer».

Nous remarquons que les non-lieux attestés entre 1930 et 2010 indexent la déperdition de onze espaces partagés.

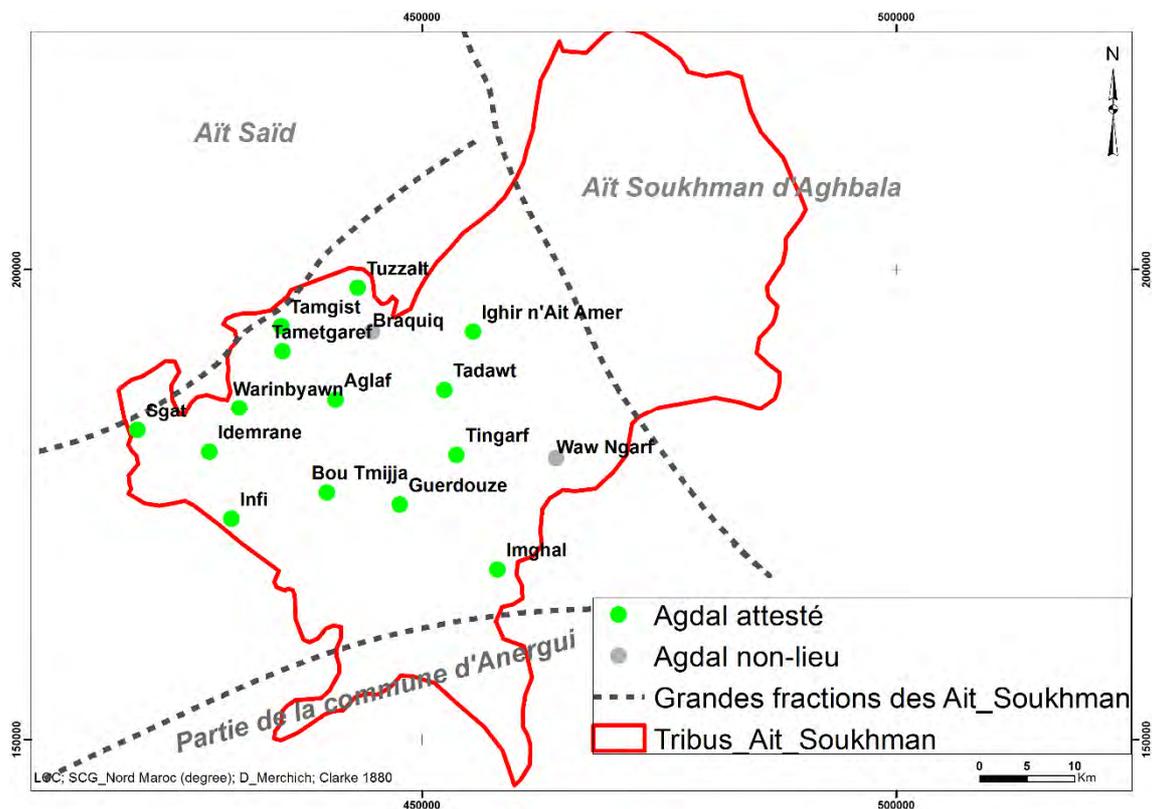


Figure 3. Les agdals attestés jusqu'au 1930 (Non-lieu de 2 agdals sur un total de 16 agdals).

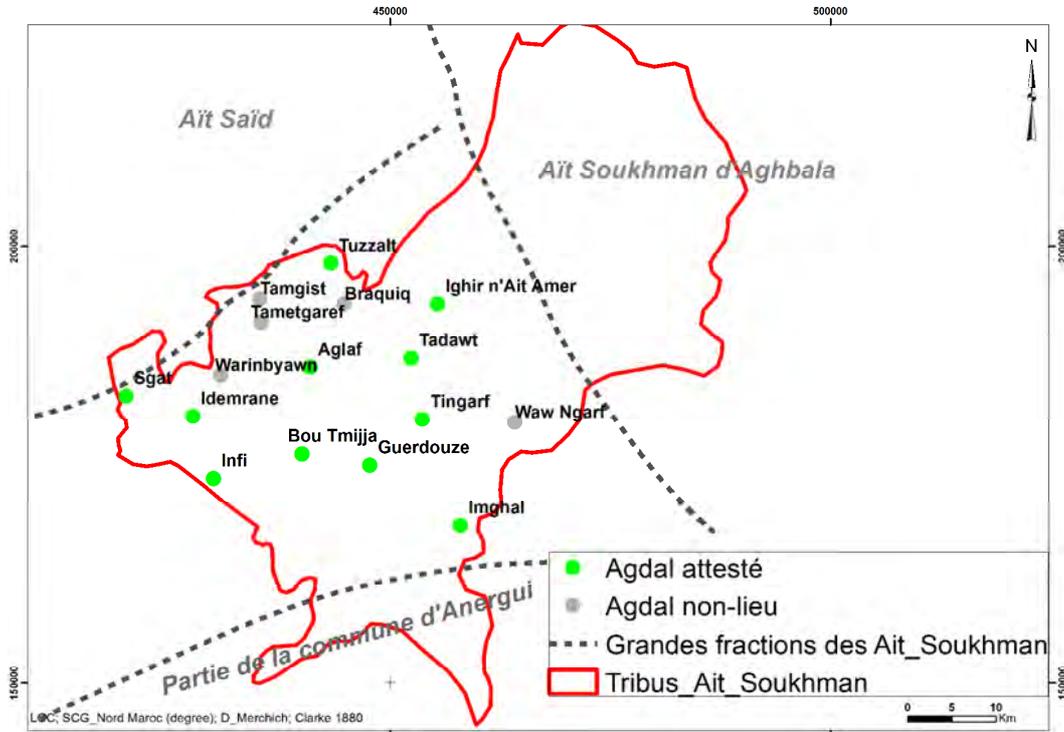


Figure 4. Les agdals attestés jusqu'au 1960 (Non-lieu de 5 agdals sur un total de 16 agdals).

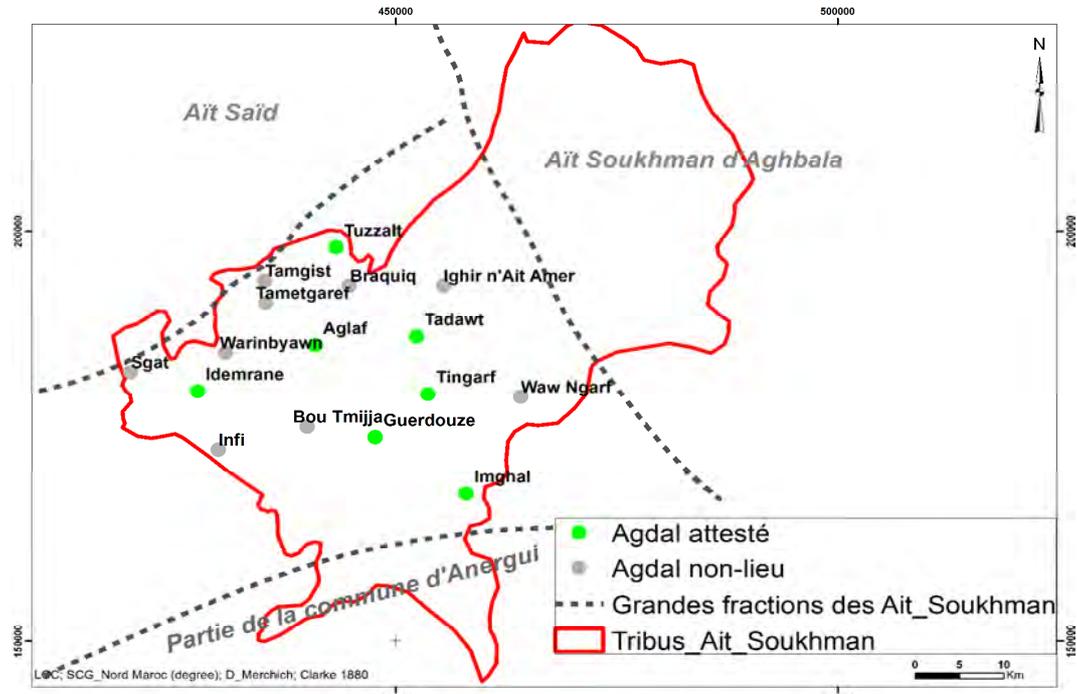


Figure 5. Les agdals attestés jusqu'au 1990 (Non-lieu de 9 agdals sur un total de 16 agdals).

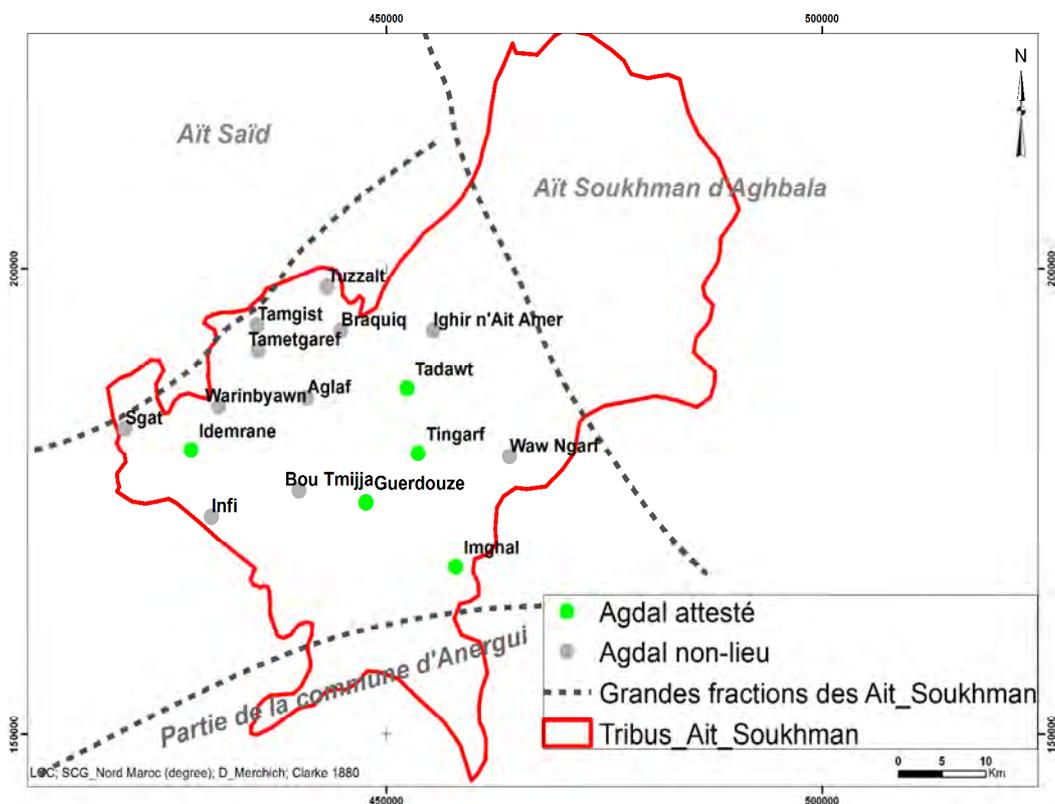


Figure 6. Les agdals attestés jusqu'à 2010 (Non-lieu de 11 agdals sur un total de 16 agdals).

Premier constat qui se dégage de ces cartes est que les agdals ne font plus l'unanimité des tribus. Le passage de seize agdals chez les T.A.S. depuis 1930 à cinq agdals actuellement y compris deux agdals optionnels est un témoin du changement dans la structure de surface. Ce changement ne peut s'expliquer qu'à travers l'altération de la transmission d'un fond culturel jusque-là partagé. Vient après le non-consentement sur les dates de fermeture et d'ouverture, et enfin l'irrégularité dans les mises en défens annuelles.

Nous proposons le schéma ci-dessous qui résume les instances de changements qui ont assuré le passage d'un agdal ancestral culturel à un agdal controversé. L'ouverture sur le monde extérieur, les changements dans les modes de vie, l'élimination du poids de l'organisation tribale, la surpopulation et la désacralisation des

pratiques ancestrales sont entre autres les raisons qui mettent en péril une des pratiques traditionnelles hautement bénéfiques.

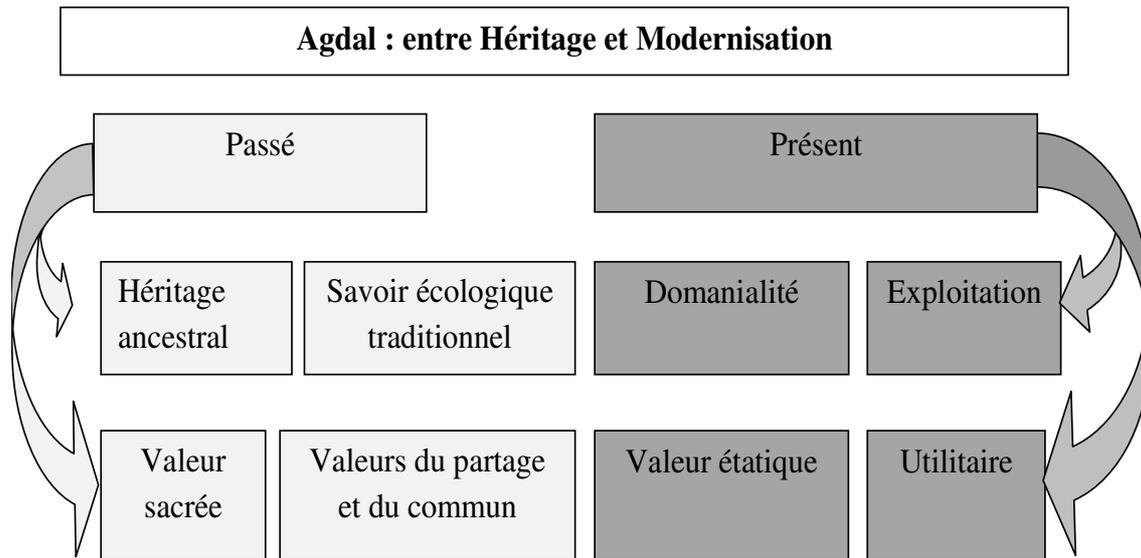


Figure 7. L'agdal pastoral, d'abord un système ancestral, béni et sacré permettait d'entrer en communion avec les éléments naturels en des saisons peu donnantes en matière d'herbe et d'eau. Transmis depuis des siècles de génération en génération, il a résisté aux déperditions avant de devenir une pratique utilitaire. Entre un passé et un présent, le discours de la population étudiée dégage une nostalgie par rapport à un temps révolu. Source: Auteurs

4. Conclusion

La transmission du savoir n'est pas à dissocier de la transmission de la langue, des valeurs et des représentations communes. L'altération des normes communément partagées induit à des déperditions au niveau des pratiques transmises. Le cas de l'agdal pastoral traité dans cet article fait montre de cette altération dont les soubassements dépassent les instances externes.

L'ingéniosité ancestrale amazighe a favorisé la création de modes d'utilisation des ressources qui génèrent des adaptations et des innovations pour faire face à la dégradation, à la pauvreté et aux conflits. Se dégage ainsi la transmission/altération de règlements des comportements et des représentations culturelles partagées: le vivre en commun au sein d'un milieu naturel peu hospitalier devrait s'instaurer. Le fondement étant que l'esprit du groupe devrait dominer – avec des déperditions près – chez la population et ce, en instaurant des règles tacites amplement respectées. Le commun, l'interdit et l'hospitalité inconditionnelle sont quelques fondements articulateurs de plusieurs savoirs qui perdurent.

L'exemple pris dans cet article est un lieu des vivres où les trois dimensions: humaine (vivants et morts), animale et herbacée prennent forme. L'agdal héberge dans ce sens un patrimoine naturel polysémique et lourd en connotations mémorielles et s'inscrit foncièrement dans un va et vient entre passé et présent.

References

- Amselle, J-L. (1990). *Logiques métisses. Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*. Paris: Payot.
- Auclair, L. & ALifriqui, M. (2005). Les agdals du Haut Atlas marocain: enjeux d'une recherche pluridisciplinaire. In *Cah. Rech.* 3, Rabat: Centre Jacques Berque (CJB), 60-79.
- Berque, J. (1981). *Structures sociales du Haut-Atlas*. Paris: P.U.F. 2^{ème} édition.
- Bertrand, A. (1977). *Tribus Berbères du Haut Atlas*. EDITA: VILO, 137p.

- Boukous, A. (1995). *Société, langues et cultures au Maroc. Enjeux symboliques*. Rabat: Publications de la Faculté des Lettres et des Sciences Humaines de L' Université Mohammed V.
- Bourbouze, A. (1981). *L' élevage dans la montagne marocaine: organisation de l'espace et l'utilisation des parcours par les éleveurs du Haut Atlas*. Thèse. Paris-Grignon et IAV: INA, [Rabat (1981)], 323p.
- Dupré, G. et al. (1991). *Savoirs paysans et développement*. Karthala-Orstom. Paris. 524p.
- Cormier-SAlem, M. C., Juhe-Beaulaton, D., Boutrais, J. & Roussel, B. (Dir.) (2005). In *Patrimoines naturels au sud. Territoires, identités et stratégies locales*. Paris: IRD éd., Colloques et Séminaires.
- Durand, G. (1973). *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. Paris: Payot.
- Mahdi, M. & Dominguez, P. (2009). *Les agdals de l'Atlas marocain: un patrimoine en danger*. In *BESM*, Okad, juillet 2009, 327-350.
- Ostrom, E. (2010). *Gouvernance des biens communs, pour une nouvelle approche des ressources naturelles*, de boeck, 301p.

**INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO PORTO DO TOPO.
CONTRIBUTO PARA O PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO DA
ILHA DE SÃO JORGE**

**ARCHAEOLOGICAL INTERVENTION ON PORTO DO TOPO.
CONTRIBUTION TO THE UNDERWATER CULTURAL HERITAGE OF THE
SÃO JORGE ISLAND, AZORES**

Recebido a 11 de março de 2020
Revisto a 19 de abril de 2020
Aceite a 07 de maio de 2020

João Gonçalves Araújo

(Associação HistóriaSábias – Património Cultural, Artístico e Arqueológico)
araujo.jng@gmail.com

João Moniz

(Associação Os Montanheiros)
jgmoniz@gmail.com

José Luís Neto

(Direção Regional da Cultura dos Açores)
jlneto77@gmail.com

Pedro Parreira

(Direção Regional da Cultura dos Açores)
pedro.parreira14@gmail.com

Resumo

Anunciado o projeto de requalificação e beneficiação do porto do Topo, concelho da Calheta, ilha de São Jorge, arquipélago dos Açores, no periódico local, *Diário Insular*, a 1 de maio de 2018, procedeu-se à avaliação técnica do potencial patrimonial da área de afetação, com vista à salvaguarda de eventuais vestígios de património cultural subaquático. A intervenção permitiu, no ano seguinte, salvaguardar o património detetado, produzindo novos contributos para o estudo e promoção do património cultural subaquático, na ilha de São Jorge.

Palavras-chave: Arqueologia Subaquática; Arqueologia Moderna; Divulgação patrimonial; Património cultural subaquático.

Abstract

On May 1st, 2018, it was publically announced, on a local paper, named *Diário Insular*, the requalification and improvement project, for the harbour in Topo, São Jorge island, Azores archipelago. After said public announcement, what followed was a technical evaluation of the heritage values in the affected are of the project, to better protect any underwater archaeological heritage in danger of destruction. The archaeological campaigns, during 2018 and 2019, saved several underwater cultural assets and brought new contributions to the research and promotion of that heritage, in São Jorge island, and the Azores.

Keywords: Underwater archaeology; Modern Age archaeology; Heritage dissemination; Underwater Cultural Heritage.

1. Património Cultural Subaquático – São Jorge

Poderemos dizer, sinteticamente, que a arqueologia subaquática, no arquipélago dos Açores, iniciou-se na década de 60 do século XX, mercê da invenção do escafandro autónomo, que facilitou a liberalização do mergulho, em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira. Dessa década foram recuperadas algumas peças de artilharia, atualmente a integrar a coleção de artilharia do Museu de Angra do Heroísmo (Rocha, 2006, pp. 237-248).

Nos finais dos anos 90, houve um novo impulso para a arqueologia subaquática na Região, com o Grupo de Arqueologia Subaquática da Associação dos Amigos do Museu de Angra do Heroísmo, associado ao Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, do então Instituto Português de Arqueologia e ao Institute of Nautical Archaeology, da Universidade Texas A&M. Desenvolveram, nesse âmbito, algumas campanhas de prospeção subaquática que, embora centradas na baía de Angra do Heroísmo, se estenderam também às ilhas do Faial, Pico, São Jorge e, já no grupo Oriental, à das Flores (Crisman, 1999, pp. 3-9).

Em finais de 2000, a administração do património arqueológico, em território próprio, foi transmitida para as regiões autónomas, pela Lei n.º 19/2000, de 10 de agosto. Criaram-se, desde então, cinco parques arqueológicos, reservas que visam a proteção e valorização do património subaquático. São eles: o Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira; o Parque Arqueológico Subaquático do *Dori*, na ilha de São Miguel; o Parque Arqueológico Subaquático do

Caroline, na ilha do Pico; o Parque Arqueológico Subaquático do *Slavonia*, na ilha das Flores e o Parque Arqueológico Subaquático do *Canarias*, na ilha de Santa Maria.

Mais recentemente, nasceu, no âmbito da valorização e fomento do turismo cultural, o *Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores*, com trinta sítios visitáveis acessíveis aos mergulhadores. Continuam a realizar-se campanhas de arqueologia subaquática, para o desenvolvimento de ações de monitorização e inventariação do património cultural subaquático, levando à identificação dos cerca de sessenta sítios já reconhecidos, em todo o arquipélago, disponíveis para consulta no portal digital, *Cultura Açores*, seção da *Carta Arqueológica dos Açores*.

No âmbito da *Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático*, da UNESCO, assinado em Paris, em 2001, as escavações subaquáticas devem ser desenvolvidas em locais que estejam em perigo de perda, uma situação decorrente de causas naturais ou artificiais.

Nesse sentido em 1998, na campanha realizada pelo Instituto Português de Arqueologia, pelo Institute of Nautical Archaeology, da Universidade A&M, do Texas, e pela Direção Regional da Cultura, foi detetado o naufrágio do *Her Majesty Ship Pallas*, afundada no porto da Calheta, em São Jorge, no final do século XVIII. Durante os meses de outubro e novembro do ano 2000, no seguimento dos trabalhos de obras de ampliação do molhe do porto da Calheta, Paulo Alexandre Monteiro e Ana Catarina Garcia, coordenaram uma campanha de escavação arqueológica subaquática, que visou a recuperação de artefactos e a interpretação dos vestígios. A escavação realizou-se ao longo de três valas de sondagem, procurando vestígios do casco do navio, ao mesmo tempo que se exumaram os dois canhões que ainda subsistiam dessa fragata.



Figura 1. Azores Shipwreck Survey – 1998. Fonte: Acervo DRC Açores.

Tratava-se de uma fragata pertencente a uma tipologia pioneira na guerra naval, a classe “Pallas”, de 36 peças de artilharia, que se destacou pela construção experimental, no revestimento em cobre do seu casco e na utilização de ferro como lastro.

O advento da fragata remonta ao século XVIII, com a criação de uma nova tipologia naval, especializada em manobrabilidade, com velocidades mais elevadas que as restantes embarcações da época. Integradas em esquadras, as fragatas assumiam o papel de navios batedores, navegando em frente à formação principal, para assinalar possíveis ameaças. Quando desenquadradas de comboios navais, as fragatas ocupavam funções polivalentes, tais como as de corso ou de comércio.

A primeira fragata moderna é construída em 1740, de origem francesa. Foi-lhe atribuído o nome de *Médée*. Era uma embarcação de uma única ponte, sobre a qual se encontravam vinte e seis canhões, de 8 libras, com um falso convés sob a bateria, onde se alojava a tripulação. Essa característica construtiva permitia reduzir as obras mortas do navio, facilitando a diminuição da quantidade de lastro que, conseqüentemente,

aumentava a sua velocidade sem sacrificar a estabilidade estrutural. Essa tipologia francesa, quando apresada pelas forças britânicas, serviu de inspiração para as primeiras fragatas inglesas. A primeira alguma vez construída foi a *H.M.S. Pallas*.

Construída em 1757, nos estaleiros navais de Wells, em Deptford, Inglaterra, orçava 728 toneladas e podia armar até trinta seis peças de artilharia, embora na sua última viagem transportasse apenas vinte e quatro canhões de 12 libras e oito de 6 libras. Manobrada, habitualmente, por 240 tripulantes, a *Pallas* tinha a reputação de ser um navio veloz, capaz de enfrentar tempestades e carregar pano durante o mau tempo. De destacar a instalação de duas inovações tecnológicas: a introdução de revestimento em folha de cobre no casco e a utilização de lastro em ferro.

O cobre servia para manter os cascos de navios relativamente livres de algas e, conseqüentemente, torná-los mais rápido. A contrapartida era o aumento da corrosão galvânica que afetava os pregos e cavilhas de ferro, facilitando o rebentamento de pranchas de madeira. A utilização de ferro, no lastro da *H.M.S. Pallas*, ocorreu em novembro de 1759, sendo um dos primeiros navios, no mundo, a experimentar essa inovação. Essa mudança, de pedra para ferro, aumentou exponencialmente a sua capacidade de manuseamento, libertando espaço de carga na embarcação.

A *Pallas* participou em diversos conflitos geopolíticos, como parte da frota inglesa, entre eles a Guerra da Revolução Americana. Acabou por naufragar, a 10 de fevereiro de 1783, junto à baía da Calheta, na ilha de São Jorge. Foi um dos primeiros naufrágios a ser objeto de escavação arqueológica no arquipélago, sendo possível visitar, em terra, uma parte do seu espólio, no museu local, e no mar, as duas peças de artilharia do navio, submersas ao largo do molhe da baía da Calheta (Garcia, 2002, pp. 347-360).

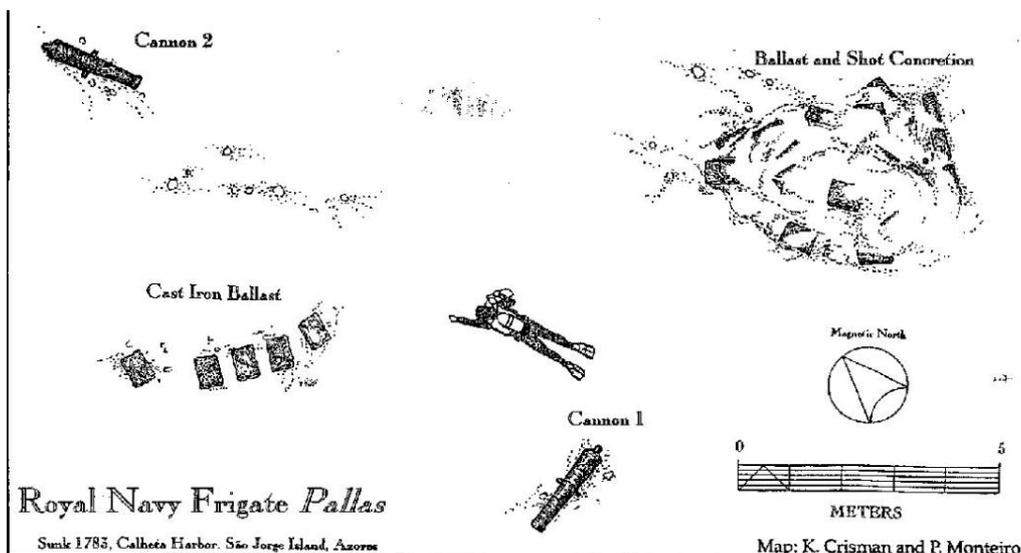


Figura 2. Ilustração do sítio do naufrágio do *Pallas*.
Fonte: Kevin Crisman e Paulo Alexandre Monteiro.

A ilha de São Jorge apresenta um potencial patrimonial, no que concerne ao património cultural subaquático, materializável nos quarenta e cinco naufrágios já identificados, em pesquisa documental. Desses, alguns foram já reconhecidos por arqueólogos, em intervenções científicas efetuadas, ao longo dos anos.

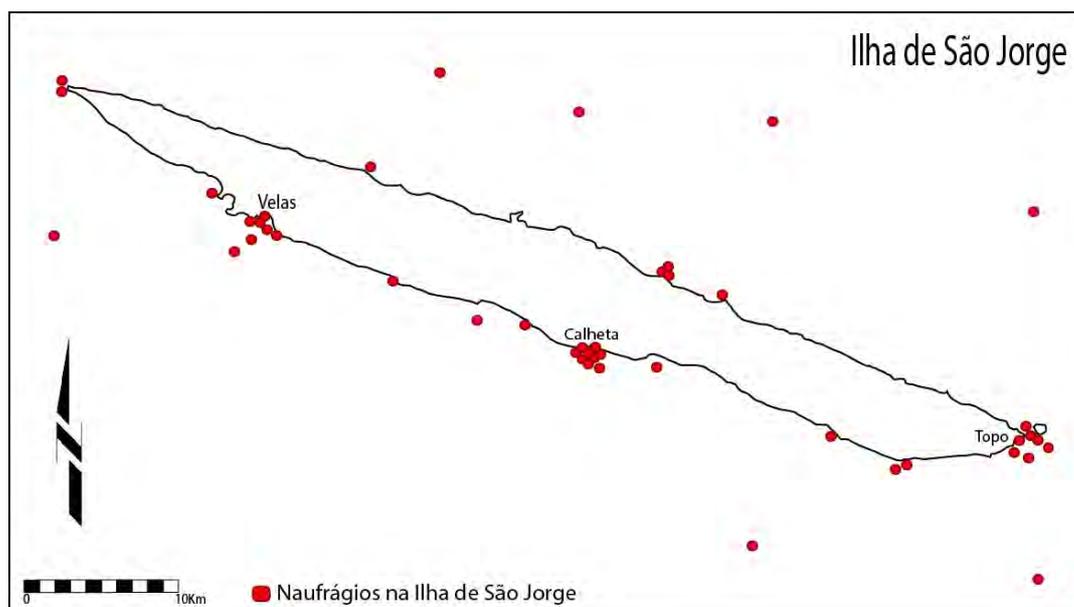


Figura 3. Naufrágios na Ilha de S. Jorge. Fonte: Autores

Outra intervenção arqueológica subaquática, na ilha de São Jorge, só veio a acontecer, dezassete anos depois, nos dias 7 e 8 de junho de 2016. Procedeu-se à avaliação dos fundos marinhos que iriam ser afetados com alargamento do molhe do Porto de Velas. A obra foi promovida pela *Portos dos Açores, S. A.* e executada pela *Tecnovia*, tendo a equipa da Direção Regional da Cultura detetado uma âncora, um maxilar de uma baleia, com cerca de 1.70 metros, dois fragmentos de telha de produção local, um fragmento de coral, uma lasca de calcário, dois fragmentos de sílex, um fragmento de bordo de taça de tipo “Faiança Ratinha”, produção coimbrã que perdurou durante todo século XIX, terminando cerca da terceira década do século XX e um fragmento de garrafa de vidro transparente, ostentando, no fundo, a marca “SB”, da unidade fabril Santos Barosa, empresa criada em 1889, na Marinha Grande, ainda em laboração.



Figura 4. Parte de maxilar de baleia e âncora detetadas, no porto das Velas. Fonte: Acervo DRC.

Não existindo qualquer indício de naufrágio associado, estes materiais revelam a atividade no porto de Velas, desde finais do século XIX e ao longo de todo o século XX, onde laboraram indústrias baleeiras, como bem descreve Avelino de Meneses: “Apesar do seu desenvolvimento tardio, porventura do último quartel do século XIX, a caça à baleia beneficia em São Jorge de marítimos especializados, talvez favorecidos por experiências em mares longínquos. De resto, persiste ainda a memória da safra baleeira há muito praticada em águas açorianas, sobretudo por ingleses e norte-americanos, e da qual os locais só lucravam muito marginalmente. A comprová-lo, um episódio do verão de 1820 na Caldeira de Santa Cristo, quando chegam à costa os despojos de um cachalote, certamente rejeitados por uma embarcação baleeira estrangeira. (...) Porém só a partir de 1885, com a chegada das primeiras canoas, por exemplo, aos portos do Topo, da Urzelina e das Velas, a faina experimenta um maior desenvolvimento com o surto da baleação que quando soçobra no 3º quartel do século XX deixa por sucedânea a indústria conserveira.” (Meneses, 2013, pp. 106-107).

Nesse mesmo ano, no âmbito das prospeções arqueológicas subaquáticas para a constituição do *Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores*, foram descobertos outros três sítios, a saber, o naufrágio da *Mont Ferran*, o naufrágio do *Her Majesty Ship Eriskay* e o cemitério das âncoras da Urzelina.

Durante a campanha arqueológica, foram reconhecidos elementos de um naufrágio, no centro da antiga baía da Calheta, em zona de baixios. A cerca de 12 metros de profundidade, foram identificadas três âncoras, de tipo almirantado, com cerca de 1,20 metros de comprimento da haste, com braços e unhas em bom estado. Pelas suas características, enquadram-se, cronologicamente, na segunda metade do século XIX, ou começo do XX.



Figura 5. Campanha de identificação das âncoras da Mont Ferran.

Fonte: Acervo DRC.

Confrontados os dados documentais, para o período em questão, constatou-se que fora detetado o local de afundamento da barca *Mont Ferran*. No começo do mês de maio de 1864, naufragou na baía da Calheta, ilha de São Jorge, uma barca com um carregamento de linhaça, que causou grande alarido entre a população local:

“Em maio, por ocasião das audiências gerais neste concelho, achando-se nesta vila em exercício de suas funções o juiz de direito Dr. Luís Francisco de Bivar Gomes da Costa, com o delegado Dr. José António de Sousa Lixa, a sala do tribunal que regurgitava de espetadores, esvaziou-se repentinamente, ficando apenas os magistrados e mais pessoal de justiça que, deixando seus lugares, vieram todos para as janelas do edifício, surpreendidos por uma tal debandada. Que havia de insólito, pois todo o povo que corria para o terreiro do porto como se fosse apagar algum incêndio?

do edifício, surpreendidos por uma tal debandada. Que havia de insólito, pois todo o povo que corria para o terreiro do porto como se fosse apagar algum incêndio?

Era uma grande e elegante barca francesa que, com todo o pano fora, mar manso e tempo calmo, abicara ao areal tocando no fundo em meia baía, onde ficou imóvel. Chamava-se Mont Ferran, e era um navio negreiro. Carregava baganha para justificar sua escala pelos pontos da costa de África donde se exportavam escravos. Frustrados os lucros da viagem pelo cruzeiro português, procurou os Açores vindo desarmar no pequeno porto da Calheta de S. Jorge. Roto o fundo da embarcação, saiu a linhaça em terra, aproveitando-se apenas a sacadura, sendo tirada em quantidade pelos marítimos deste porto pelas escotilhas. Com a baganha entraram na praia legiões de ratazanas que invadiram as vinhas, dando depois grande perda aos cultivadores. Desarmada a barca, saiu a tripulação para suas terras, sendo arrematado por Vital do Carvalho de Azevedo, de sociedade com o alferes Miguel António, filho do capitão-mor, tudo quanto pertencera ao Mont Ferran. Trazia armas, gargalheiras e algemas, donde se evidenciou empregar-se no infame tráfico da escravatura. O povo ficou chamando ao Mont Ferran o navio da linhaça. Com efeito esta, levada pela maré,

enxurrou na costa, encontrando-se até à Ribeira do Arieiro do concelho das Velas. O chicharro que então se apanhava, porque comeu daquela linhaça, tinha o sabor do respetivo óleo.” (Cunha, 1981, pp. 511-512).

Tratava-se de um navio de tráfico negroiro, cujos destroços foram adquiridos pelo capitão das milícias e são ainda, parcialmente, visitáveis. Na segunda metade do século XIX, o tráfico de escravos fora já proibido pela maioria das grandes nações europeias. Todavia, são vários os relatos de embarcações que saíam do velho continente em direção à costa africana e, daí, partiam para as Américas, vendendo escravos e trazendo, na viagem de regresso, carregamentos de produtos legais, com vista a iludir as autoridades que patrulhavam os mares. A *Mont Ferran* é um dos últimos navios negreiros conhecidos em todo o mundo que se dedicou a este tráfico de forma ilegal.



Figura 6. Vestígios arqueológicos da *Mont Ferran*. Algemas e parte do cavername da barca, altamente decorada. Fonte: Coleção privada de Orlando Noronha.



Figura 7. Vestígios arqueológicos da *Mont Ferran*. Algemas e parte do cavername da barca, altamente decorada. Fonte: Coleção privada de Orlando Noronha.

Os vestígios do *Eriskay* foram primeiramente identificados por mergulhadores locais que, frequentemente, visitavam o sítio de naufrágio, na Fajã do Negro, freguesia das Manadas, Velas. Reconhecido na campanha de 2016, os destroços localizam-se numa zona de rochedos, entre os 4 e os 8 metros de profundidade. Trata-se de um conjunto de partes metálicas do forro exterior do navio, sendo que, o restante, terá sido claramente reaproveitado pela população local.



Figura 8. Fotografia do *Eriskay*, encalhado na Fajã do Negro.
Fonte: Acervo DRC.

O *Eriskay* foi um navio de guerra, inglês, construído em 1942, nos estaleiros de Fleming & Ferguson Ltd., da tipologia conhecida como “Classe Faial” (“Isle Class Trawler”), empregue, normalmente, em missões de rotina, associadas à patrulha de rotas navais, medições barimétricas e prospeções de minas subaquáticas. Entrou ao serviço durante a Segunda Guerra Mundial e, como tal, naturalmente terá participado em vários cenários de conflito. Entre 1943 e 1944, integrou as forças portuguesas, com o acrónimo

“P8”. Atendendo ao estatuto neutral de Portugal, não foi possível encontrar documentação com referência a esse empréstimo, ainda que se saiba que essas ações eram relativamente comuns à época.

Em 1945, regressou ao serviço dos britânicos, sendo nesse mesmo ano, a 12 de novembro, que acabou por soçobrar ao largo de São Jorge. De acordo com a informação oficial, seguia para o Mediterrâneo, para efetuar uma patrulha de rotina, quando foi apanhado por uma tempestade que o forçou em direção aos rochedos da Fajã do Negro. O episódio foi relatado pelos periódicos locais, que indicaram que toda a tripulação foi salva, ressaltando que o navio acabou por ficar encalhado durante algum tempo.

(*Diário dos Açores*, 14 de novembro de 1945, Ponta Delgada, p. 1)

Um último sítio arqueológico subaquático foi reconhecido, na campanha de 2016, junto ao porto da freguesia da Urzelina, no concelho das Velas. Trata-se de um conjunto de cinco âncoras, submersas a profundidades variáveis entre os 18 e os 25 metros, na zona de fronteira entre o fundo rochoso e a areia, em proximidade a um ilhéu. Foi sinalizado como *cemitério de âncoras*.

Um “cemitério” desse género corresponde a um local onde se aglomeram âncoras, pelo corte de amarras de embarcações que ali fundearam, pelos mais diversos motivos naturais ou antrópicos. Nos Açores, são conhecidos pelo menos mais três, em posições geográficas semelhantes, junto a ilhéus nos portos de Vila Franca do Campo, Angra do Heroísmo e Praia da Graciosa.

A história das âncoras identificadas está, intrinsecamente, ligada à história daquele porto, que pela sua implementação, encontrava-se particularmente desabrigado,

e exposto ao vento sueste. Construído em 1647, José Avellar escreveu sobre ele, e sobre um episódio trágico a ele associado:

“Nele carregavam alguns navios laranja para Inglaterra, na época em que esta fruta era um dos ramos do comércio da ilha. Em um desses navios, na escuna inglesa Tamar Queen, no mês de janeiro de 1866, deu-se a tragédia de que foi uma das vítimas o infeliz Amaro José Soares, práctico do porto (...). A escuna inglesa Tamar Queen marca uma cena de sangue nas águas da ilha de S. Jorge. A fim de carregar laranja para Inglaterra, fundeara no mês de dezembro de 1865, no porto da Urzelina aquela escuna, e no das Velas outra da mesma nação, de nome Delgada.



Figura 9. Âncora detetada ao largo do porto da Urzelina. Fonte: Acervo de Pedro Soares.

Sobrevindo um temporal levantaram, seguindo na Tamar Queen o pratico do dito porto, Amaro José Soares, por não poder voltar para terra. No dia 9 de janeiro de 1866, regressou a Delgada às Velas, para o seu capitão dar notícia ás autoridades que vendo a Tamar Queen com bandeira pedindo socorro, fora a seu bordo e sobre o convés tinto de sangue deparara com os cadáveres do capitão Henry Trimills e dum

marinheiro seu confidente, assassinados a golpes de machado! Que os restantes tripulantes da Tamar Queen – o piloto, um marinheiro e o cozinheiro – rapaz de 14 para 15 anos, - lhe disseram que o assassino fora o pratico Amaro José Soares. Este fora amarrado pelos três a um mastro e assim estava. Semelhante tragédia tivera lugar no dia 5 de janeiro.

Largando o capitão da Delgada de bordo da dita escuna, perguntou ao piloto qual o seu destino, visto estar sem capitão, respondeu-lhe que iria para onde o vento lhe desse, com tanto que a S. Jorge não tornava. Estas declarações foram reduzidas a auto na administração do concelho inquirindo-se os tripulantes da Delgada, remetendo-se cópia para o governo civil. A escuna dirigiu-se para Inglaterra, onde chegou, havendo os tripulantes, assassinado na viagem o infeliz Amaro, alegando que este caíra ao mar e morrera.

Averiguado o facto pelas autoridades inglesas, o pequeno cozinheiro confessou que o piloto e marinheiro haviam sido os autores dos assassinatos do seu capitão, com quem andavam de rixa, - do seu confidente e do pratico. O pequeno foi posto em liberdade por inocente, e o piloto e marinheiro enforcados. Amaro José Soares era homem de boa conduta e inofensivo.” (Avellar, 1902, p. 82, p. 307).

2. Porto do Topo – intervenção arqueológica (2018-2019)

O trabalho de minimização e salvaguarda do património cultural subaquático, no porto do Topo, decorreu de forma faseada, entre 2018 e 2019. Em primeiro lugar, foram efetuados mergulhos de prospeção arqueológica, entre os dias 23 e 27 de julho de 2018.

O trabalho decorreu dentro das possibilidades, atendendo a complicações com as condições meteorológicas, decorrentes da geografia natural da enseada, propícia a correntes fortes e ondulação elevada.

Efetuaram-se doze imersões, que permitiram cobrir visualmente a totalidade da área a afetar pela empreitada de beneficiação. Malgradamente, ainda que estivesse previsto, não foi possível alargar a área de pesquisa, com vista a localizar eventuais vestígios do antigo forte do Topo, que desabou, parcialmente, no mar, durante o terramoto de 1 de janeiro de 1980.

A equipa foi constituída por José Luís Neto e Pedro Parreira, com o apoio de Pedro Soares, da *São Jorge sail and dive centre*, que já anteriormente havia colaborado na criação local do *Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores*.



Figura 10. Escarpa onde se encontravam os vestígios do antigo forte do Topo.
Fonte: Acervo de Pedro Parreira.

Não se justificou o recurso a magnetómetro, uma vez que, não só, não estavam previstos significativos desassoreamentos – apenas a normalização dos fundos numa infraestrutura diretamente sobre o fundo marinho –, como também, os fundos marinhos

do porto do Topo apresentam depósito abundante resultante das quedas das escarpas, pelo que os resultados não resultariam fidedignos.

Foram realizados doze mergulhos de monitorização sistemática, feitos em corredores de dois metros de intervalo, varrendo a área delimitada em planta, procurando prever impactos diretos, do novo molhe, rampa e aterro, e indiretos, na área de navegação. As condições de mergulho foram boas, atingindo-se profundidades variáveis entre os -3 e os -15 metros.

Foram detetadas duas ocorrências patrimoniais, na área de incidência direta da obra e na área de impacto da mesma duas outras, correspondendo a duas âncoras e dois canhões, todos eles em ferro.



Figura 11. Uma das âncoras detetadas, durante a campanha de 2018.
Fonte: Acervo DRC.

As duas âncoras detetadas tratam-se de peças de tipo almirantado, semienterradas em fundo de pedra ciclópica rolada, resultante das quedas das barreiras,

profundamente concrecionadas, com cerca de 1.30 metros de comprimento na haste visível, e unhas com 20 cm. Pelas suas características, clássicas, correspondem a um sistema de fundação integrável, cronologicamente, da segunda metade de Oitocentos até meados de Novecentos.

Já no que respeita às bocas-de-fogo, colocadas na vertical, e invertidas, no cais, associadas que estavam à fortificação, foram reaproveitadas como pontos de apoio à rampa de varadouro das embarcações, encontrando-se em elevado estado de degradação. As medidas das peças são as seguintes:

Canhão 1: comprimento – 127 cm; anel da boca – 5 cm; diâmetro interior da boca – 9 cm; diâmetro exterior da boca – 20 cm; diâmetro máximo da peça – 21 cm; largura dos munhões – 8 cm; comprimento dos munhões – 10 cm;



Figura 11. Peça de artilharia detetada no porto do Topo, na campanha de 2018.
Fonte: Acervo DRC.

Canhão 2: comprimento – 108 cm; anel da boca – 6 cm; diâmetro interior da boca – 10 cm; diâmetro exterior da boca – 22 cm; diâmetro máximo da peça – 24 cm.

O forte do Topo ficava situado na elevação sobranceira ao cais da vila do Topo, na ilha de São Jorge, junto à rampa do porto. Este forte tratava-se de uma das várias fortalezas erigidas, na transição entre o século XVI para o XVII, com o intuito de solidificar o aparelho defensivo de São Jorge, no seguimento de diversos ataques de pirataria, levados a cabo na ilha, durante a última década de quinhentos.

Não se sabendo a data exata da sua construção, surgem-nos referências a ações defensivas naquele local, perante incursões de pirataria, a partir do ano de 1694. Nessa data: *“passou pelo porto do Topo um navio de moiros perseguindo três caravelas. Da pequena bateria de terra enviaram-lhe duas balas (...). Em 15 de Outubro do ano seguinte, passando perto da fortaleza um navio corsante em perseguição de um navio de carga desartilhado e sem meios de defesa, foi alvejado de terra com duas balas de artilharia.”* (Cunha, 1981, p. 471). Nos anos seguintes, multiplicam-se os relatos do género, pequenas escaramuças entre a terra e embarcações de corso, que por ali passavam.

Damião Pego registou o forte no dia 28 de maio de 1888: *“É de forma irregular, aproximando-se ás de um pentagono; montou 4 boccas de fogo, contendo no seu recinto uma pequena casa ou quartel. O ingresso para o Forte é uma rampa e com degrãos como se vê na planta. (...) O Forte está em ruínas e de há muito, porque já em 1801 a camara na sua vistoria o dá como arruinado, não constando que sofresse reparações (...) A superfície do Forte e caza é proxicamente de 273,0 metros quadrados incluindo a rampa d’entrada.”* (Pego, 1998, pp. 141-143). Acrescenta,

ainda, que o imóvel foi, provisoriamente, cedido à Alfandega de Angra do Heroísmo, funcionando, à época, como posto fiscal.

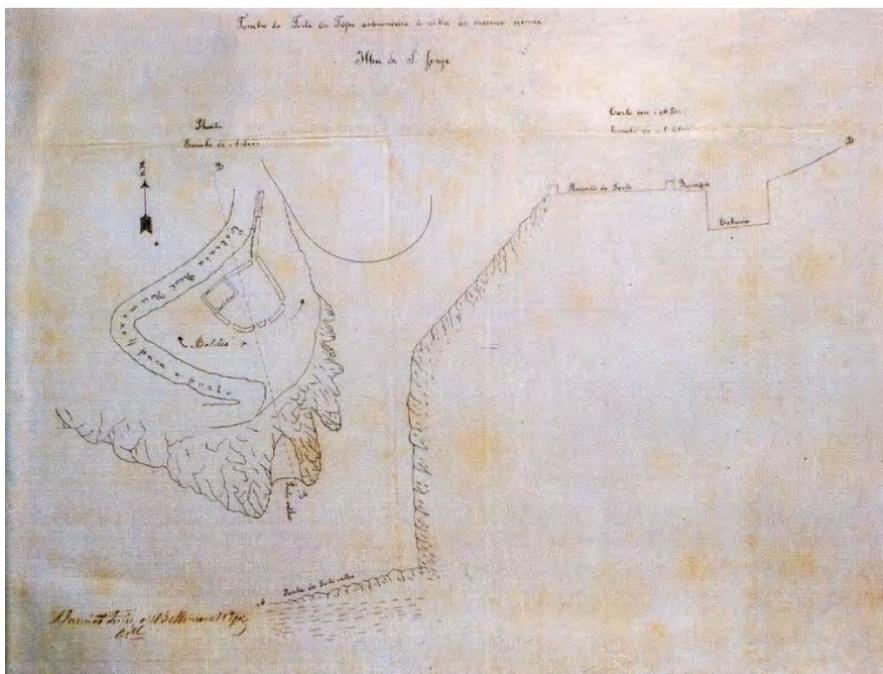


Figura 12. Planta e implantação do forte, por Damião Pego. Fonte: Publicado no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVI.

A passagem dos anos, as sucessivas catástrofes naturais e as alterações políticas, levaram a que a fortaleza caísse em desuso. A sua manutenção, à semelhança de muitas outras, caiu no esquecimento. Avelino de Meneses atribuiu o fenómeno a escassez de meios: “*por vezes desviados para outras necessidades, por vezes mobilizados à força.*” (Meneses, 2013, p. 74). A crise sísmica, sentida na ilha, no ano de 1964, bem como os efeitos do sismo de 1980, agravaram o estado de ruína do forte, levando ao abatimento da escarpa, onde este se encontrava implantado, destruindo-o.

As peças de artilharia, provavelmente correspondem a produções inglesas ou suecas, da segunda metade do século XVII ou do XVIII, mas o estado de concreção não permite fiável leitura.

Avaliado o potencial da baía do Topo, no ano seguinte, em momento anterior ao começo da empreitada, procedeu-se à aplicação de medidas de salvaguarda patrimonial. O trabalho foi orientado por João Gonçalves Araújo e Pedro Parreira, tendo consistido na realocização das peças arqueológicas, acrescendo o acompanhamento arqueológico das dragagens do fundo, para normalização de batimetrias.



Figura 13. Campanha arqueológica no porto do Topo, 2019.
Fonte: Acervo de Pedro Soares.

Todo o trabalho de dragagens e perfurações foi alvo de registo em memória descritiva e, quando necessário, fotográfica. As perfurações foram efetuadas com o recurso a uma embarcação, pontão de dragagem, *Tetrapode*, com uma manga de dinamitação, presa ao fundo marinho, aplicando uma furação com broca, seguida de uma carga de explosivos, para limpeza e normalização da zona de implantação do futuro pontão.

As dragagens decorreram com recurso a duas embarcações. O trabalho de escavação e remoção do material foi efetuado pelo pontão de dragagem, *Tetrapode*, com um comprimento total de 27,50 metros, que realizou as operações com escavadora giratória, Hitachi ZX 670/463 hp, com uma capacidade de balde entre os 2,5 e os 3,5 metros cúbicos, e atingindo uma profundidade máxima de -9,76 metros. O material proveniente das dragagens foi depositado em batelão hydroclap, *Arrábida*, com comprimento total de 31,34 metros e uma capacidade de porão de 160 metros cúbicos.

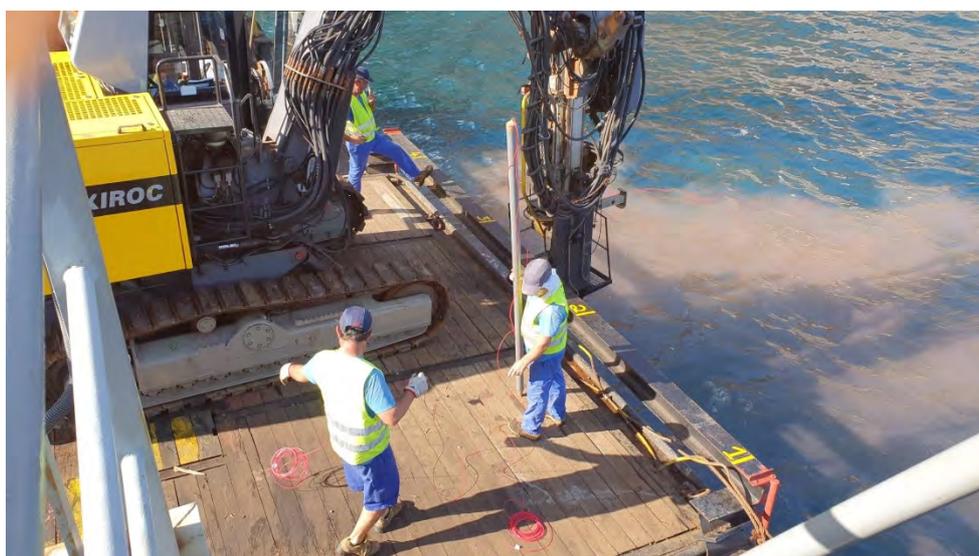


Figura 14. Trabalhos de dinamitação e dragagem. Fonte: Acervo de Pedro Parreira.

De acordo com o estabelecido em projeto de obra, todo o material, após verificação pelo arqueólogo presente *in situ*, foi descarregado em duas posições ao largo do porto do Topo, consensualizadas com as entidades fiscalizadoras, a cerca de -36 metros de profundidade, pelo batelão *Arrábida*. Constatou-se que não existiam elementos patrimoniais a proteger, durante o acompanhamento arqueológico.

Em momento anterior ao começo da dinamitação, os arqueólogos, em campo, com o apoio da equipa de mergulho profissional da empreitada, procederam à realocização das ocorrências detetadas em 2018. Em primeiro lugar, verificou-se que uma das âncoras desaparecera, entretanto, muito provavelmente vítima de furto. A caça ao tesouro continua a assumir-se como um dos maiores desafios para as boas práticas patrimoniais e para a gestão sustentável do património cultural. Não se conhecendo a sua localização, foram informadas as autoridades competentes, tendo sido aberto processo crime, ainda em curso.



Figura 15. Trabalhos de dinamitação e dragagem. Fonte: Acervo de Pedro Parreira.



Figura 16. Trabalhos de dinamitação e dragagem. Fonte: Acervo de Pedro Parreira.



Figura 17. Trabalhos de dinamitação e dragagem. Fonte: Acervo de Pedro Parreira.

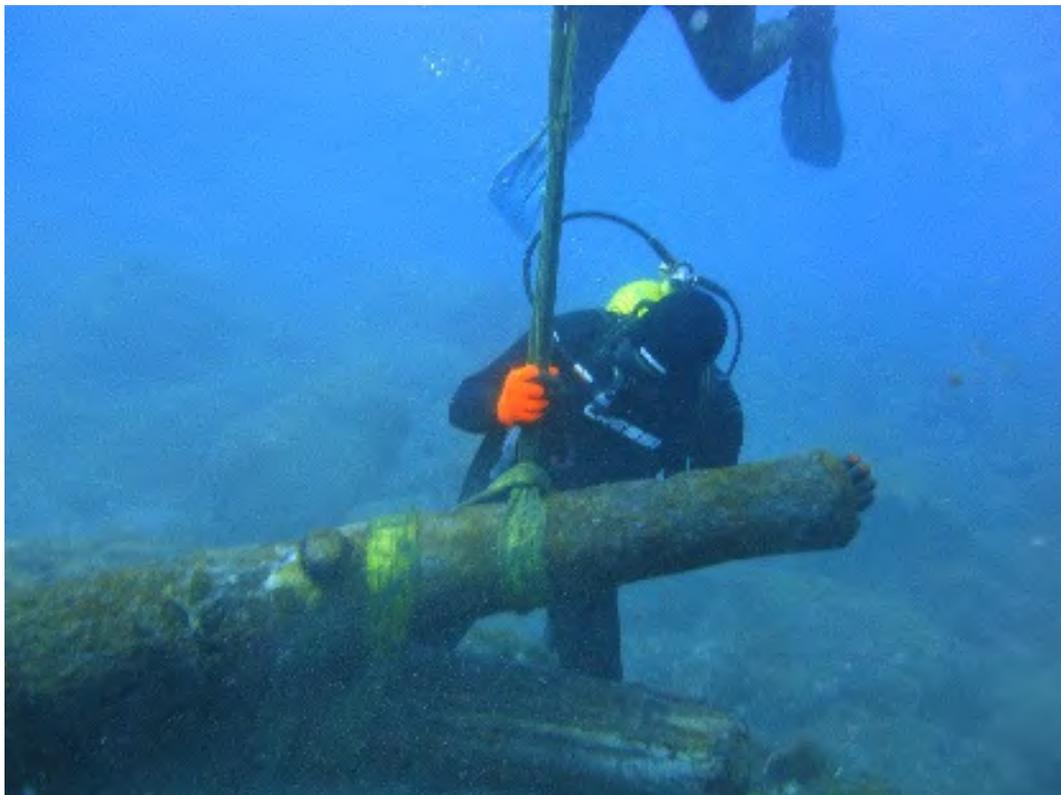


Figura 18. Trabalhos de realocização das peças. Fonte: Acervo de Vítor Fraga.

A outra âncora, bem como as duas peças de artilharia, foram realocizadas, para local previamente designado, com vista à criação de um novo núcleo arqueológico visitável, próximo à zona balnear do porto do Topo. Os trabalhos foram executados com o apoio do balde da escavadora giratória, em terra, com o apoio de cintas, para colocar as peças de artilharia dentro de água, e procedendo à sua deslocação subaquática com balões de ar e apoio de lancha.

3. Porto do Topo – Análise Histórico-Arqueológica

Terminada a intervenção, e sendo quase certo que as peças de artilharia estarão diretamente associadas à antiga fortificação, importa compreender a ocupação humana

do espaço, no porto do Topo, e a forma como a mesma estará relacionada com a presença das âncoras, naquele local.

Um trabalho de pesquisa documental, no Arquivo Histórico da Marinha, em Lisboa, permitiu identificar várias referências ao porto do Topo, no século XIX, na caixa n.º 85-2, fundo de documentação correspondente à Capitania de Angra do Heroísmo, cuja jurisdição abrangia a ilha de São Jorge. Em 1849, registou-se a nomeação de um prático para o serviço daquele ancoradouro, de seu nome Francisco da Cruz, e, a 8 de julho de 1872, a nomeação do cabo do mar, Joaquim Vieira.

Também no mesmo conjunto de documentos, identificou-se a seguinte entrada:

“E na Ilha de s. Jorge não há autoridade alguma marítima, sendo o seu principal porto das Vellas, segundo me informão bastante importante, e também o são os portos da Calheta e Topo pela sua muita navegação costeira.”

Sobre as condições do porto, e a sua importância no quotidiano do povoado, António dos Santos Pereira escreveu:

“O porto, que servia a vila, afastado do centro da povoação e ligado a esta por um caminho difícil de manter transitável, era desabrigado e necessitava de reparações constantes, sobretudo depois das invernias mais prolongadas. Todavia, a gestão municipal, que se exercia na vila já em meados do século XVI, velava pela manutenção das infraestruturas de que dependia a sobrevivência da comunidade (...) O porto facilitava, sobretudo, o escoamento, para a vila, das pipas do excelente vinho produzido na Fajã de S. João, a exportação de trigo, mormente para Velas e o transporte de pessoas e bens para a Terceira, tornando-se de utilidade crescente conforme o desenvolvimento económico da parte oriental da ilha.” (1987, pp. 41-42).

Em 1943, encontra-se registado da seguinte forma:

“Dobrada a Pontinha há o Porto do Topo, com um cais bem visível, servido por um guindaste e uma bela estrada para cima. Este porto é muito abrigado do NO. Nele estacionam barcos baleeiros. Os botes varam no cascalho miúdo, perto de uma gruta.

Os navios também podem fundear ao largo, para SE do cais, onde há muita areia. Um bom fundo a razoável distância da terra está em 20 metros. Este extremo da ilha é baixo e ameno, muitas casas subindo a encosta e abundantes culturas, sobretudo milharais e vinhas.” (Rodrigues, 1943, p. 164).



Figura 19. O porto do Topo, meados do século XX. Fonte: Acervo da Junta de Freguesia.

Constata-se, portanto, que o porto do Topo foi, desde que temos registos documentais, uma das mais importantes infraestruturas da vila, cumprindo o papel de abastecimento da sua população, e de cais de recreio, mas carecendo de condições naturais que permitissem a navegação e a ancoragem segura de embarcações de grande

calado. Como tal, não será de espantar que, desde muito cedo, se encontrem registos de naufrágios e sinistros naquele local.

Registados na *Carta Arqueológica Subaquática dos Açores*, encontram-se sete referências a afundamentos, nas imediações do Topo. No século XVI, reportou-se a existência de dois naufrágios, “*junto ao Topo*”, correspondentes a duas naus, uma delas da frota das Índias Orientais. No lugar da Ponta do Topo, junto ao ilhéu, registaram-se outros três sinistros, de barcos pequenos, portugueses, que serviram a navegação entre ilhas, nos séculos XVII e XVIII. (Monteiro, 1999, pp. 23-32).

Para o período em questão, existe apenas uma referência a um incidente, que estará, muito provavelmente, associado à presença das duas âncoras registadas em 2018:

“Pela violência do ciclone de 28 d’agosto de 1893, houve uma enchente de mar assustadora nas ilhas de São Jorge, Pico e Faial. Galgando a costa a muitas partes bastante elevadas invadiu a terra indo bater em lugares e pondo em ruína casas, que aos homens parecia defeso aquele elemento, vitimando na ilha do Pico algumas pessoas. Na ilha de São Jorge entrou pelos portos e levou os barcos que apanhou, fazendo grande estrago no porto do Topo, onde não só destruiu as embarcações de pesca como as de maior lotação que viajavam entre estas ilhas e faziam o comércio de cabotagem naquela importante parte da ilha.” (Avellar, 1902, p. 450).

“São enormes os prejuízos causados pelo temporal nas freguesias do Topo, podendo-se calcular em soma não inferior a reis 50:000\$000. Ninguém há que não tenha sofrido prejuízos mais ou menos avultados. No nosso porto o prejuízo foi grande. O mar levou os barcos Ennes e São Gonçalo, um batel de pesca, dois botes, mastreações, diversos aparelhos de de navegação, um pedaço dos muros e uma parte

da calçada da estrada, quebrando algumas das embarcações que deixou.” (O Insulano, 5 de setembro de 1893, p.1)

Esta catastrófica tempestade, classificada com intensidade de 2 a 3, segundo a escala Saffir Simpson, atingiu o arquipélago dos Açores em agosto de 1893, provocando estragos violentos em todas as ilhas do grupo central. Começou na ilha do Faial (Lima, 1940: 662-664), próximo das cinco da madrugada (Ribeiro, 2007, p. 200), passando ao Pico, São Jorge, terminando na ilha Terceira, deixando um rasto de desolação e fome, devido à ressalga dos campos, para além das vítimas mortais no Pico e na Terceira. Contudo, seguindo os vários periódicos de então consegue-se, com alguma fiabilidade, reconstituir o percurso da tempestade e os naufrágios que criou.

Para além dos já referidos anteriormente, no Topo, e que retomaremos, posteriormente, no porto da Horta naufragou a barca italiana *Giuseppe Emmanuel*, com carregamento de cal hidráulica e o lugre americano *Tremont*, com carregamento de tabuado e vigas, para além de incontáveis embarcações costeiras e de pesca. (*O Atlântico*, 3 de setembro de 1893, p.1 e *O Açoriano*, 3 de setembro de 1893, p.1). Na ilha do Pico, na Prainha, perdeu-se o caiaque de João Caetano, na Areia Larga um barco grande e quatro lanchas, no Calhau soçobrou o barco do porto, em São Mateus, o barco do Porto e duas lanchas, na Prainha do Galeão, também o barco do porto, em São João três lanchas e o barco do porto. Também em São João, durante uma missão de prospeção arqueológica, José Luís Neto e Pedro Parreira registaram uma âncora, de consideráveis proporções, que poderá estar associada a esta catástrofe. (2017, pp.4-5), nas Lajes perderam-se três barcos grandes (*O Cartão de Visita*, 24 de setembro de 1893,

p. 1) e mais de vinte embarcações pequenas (*O Atlântico*, 3 de setembro de 1893, p. 1 e *O Açoriano*, 3 de setembro de 1893, pp. 1-2).

No caso da ilha Terceira, os relatos do furacão foram amplamente difundidos pela imprensa da época:

“Pelos 8 horas começa a desencadear-se uma forte tempestade que vai recrudescendo de momento a momento até que pelas 11 horas e 35 minutos estava no seu maior auge (...) O mar tinha engrossado tanto que as vagas pareciam-se a alterosíssimas montanhas, cobrindo tudo, tudo damnificando, pois na sua enormíssima violência chegavam a saltar alturas de 60 a 70 metros, aproximadamente. (...)

Das 6 horas da manhã á 1 hora da tarde do referido dia de segunda feira passada, não houve em toda esta ilha propriedade alguma que não fosse bastante damnificada.” (*O Angrense*, 31 de agosto de 1893, p. 1)

Ficou registada como *grande calamidade, e horrorosa tempestade*. Na freguesia de São Mateus, ilha Terceira, registou-se a única vítima, em terra (*O Peregrino de Lourdes*, 2 de setembro de 1893, p. 1). Também o bispo de Angra, que na época residia na Quinta da Imaculada Conceição, foi arrebatado pelo mar, enquanto o observava, junto à encosta, mas foi salvo, pouco depois.

Os portos de São Mateus e das Cinco Ribeiras, foram totalmente arrasados, tendo sido destruídas também as embarcações de pesca, assim como algumas canoas baleeiras. Na baía de Angra do Heroísmo, o patacho *Segredo dos Açores* deu à costa, no lugar do Porto Novo, por volta das 11 horas, arrebatado pela força das ondas e do vento. A tripulação conseguiu salvar-se a tempo, tendo os salvados sido arrematados no

mesmo dia, por 330\$000 réis. Perdeu-se também toda a carga que seguiria para o Brasil nos dias seguintes.

Para além do aludido naufrágio, o Porto de Pipas e o Cais da Alfândega sofreram prejuízos significativos, com a destruição dos barracões ali existentes. No Cais da Alfândega as ondas atingiram a entrada da Igreja da Misericórdia e arrancaram as grades de ferro ali existentes. As muralhas do Porto de Pipas até ao Portinho Novo sofreram grandes estragos. O Porto de Pipas ficou com o pavimento do cais dividido em duas grandes partes, e a muralha de suporte desapareceu. Dos barcos varados todos se salvaram menos um e as barracas de banho foram todas destruídas.

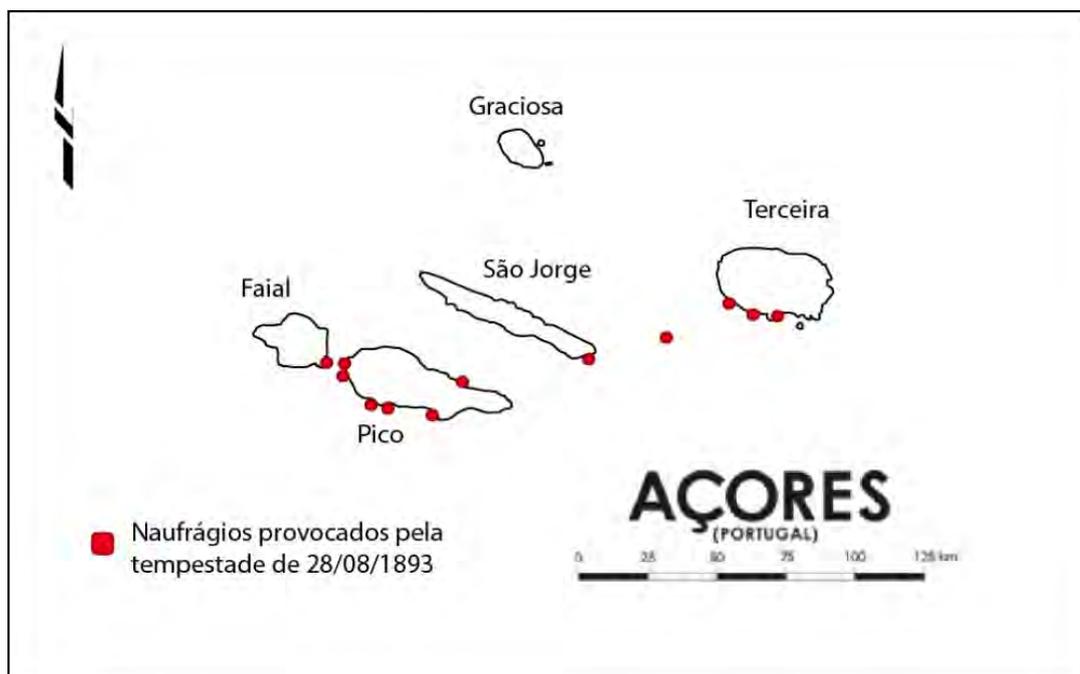


Figura 20. Naufregios provocados pela tempestade de 28.08.1893. Fonte: Autores

Em suma, a tempestade assolou o porto da Horta, correu toda a costa sul do Pico, subiu a nascente de São Jorge, vindo a afetar toda a costa sul da Terceira, tendo destruído, na sua passagem dezasseis barcos de calado considerável, pelo menos nove

lanchas baleeiras e incontáveis embarcações costeiras e de pesca, cujo número se saldará, pelo menos, numa centena. As âncoras descobertas no porto do Topo, testemunham esta história e relembram a perda do *Enes* e do *São Gonçalo*, que mantinham ligação entre o Topo e a ilha Terceira.

4. Conclusões

Terminada a intervenção arqueológica no porto do Topo, concelho da Calheta, ilha de São Jorge, podemos afirmar que foi amplamente demonstrada a importância da execução de estudos de impacto ambiental, no que concerne ao descritor patrimonial, em empreitadas referentes a áreas portuárias.

Esse tipo de trabalhos permite estabelecer um conjunto de medidas preventivas, que assegura a salvaguarda do património cultural subaquático, e desenvolve as investigações em curso. Com os trabalhos efetuados entre 2018 e 2019, foi possível resgatar novos testemunhos do antigo forte do Topo, e identificar duas âncoras, associadas a naufrágios, que são vestígios de uma catástrofe que assolou o arquipélago, no final do século XIX.



Figura 21. O porto do Topo, no começo do século XX. Fonte: Acervo da Junta de Freguesia.

O Topo, historicamente, manteve uma ligação de grande proximidade, com a ilha Terceira, através da navegação de cabotagem, que assegurava o trânsito de pessoas e mercadorias. Tratando-se de um povoado geograficamente isolado dos restantes, dentro de São Jorge, com pouco terreno agrícola fértil, mas com excelentes condições para a pecuária, os seus habitantes, desde cedo, asseguraram a produção de leite, queijo e carne de vaca, que servia de moeda de troca para o abastecimento de produtos essenciais, como o cereal, por exemplo.

Essas trocas, efetuadas com a Terceira, cessaram, durante largos meses, após a tempestade de 1893. Viveram-se momentos de crise, fome e carências económicas, que ficaram na memória coletiva dos que passaram por essa catástrofe. As âncoras do *Enes* e do *São Gonçalo*, registadas, antes do desaparecimento de uma delas, são testemunho dessa época.



Figura 22. Resultado final – núcleo arqueológico visitável do porto do Topo.
Fonte: Acervo de Pedro Parreira

O património cultural subaquático assume-se, na Região Autónoma dos Açores, como um ativo económico em crescimento. Com o trabalho em curso, de promoção internacional, dos valores patrimoniais do arquipélago, espera-se um crescente aumento de público de mergulho, com interesse em visitar essas cápsulas do tempo. Com a realocização da âncora e das peças de artilharia, a criação de um núcleo visitável, acessível aos mergulhadores, tanto por mar, como por terra, junto ao novo porto do Topo, procura estimular o turismo cultural e auxiliar a economia local de um povoado

que se debate com algumas restrições económicas no presente, que procura soluções inovadoras para crescer. Espera-se, com este trabalho, contribuir para a valorização desses recursos, dos recursos endógenos, desde que, naturalmente, sejam sempre asseguradas as boas-práticas do mergulho, que incentivam o crescimento sustentável.

Referências

- Avellar, J. C. da S. (1902). *Ilha de S. Jorge (Açores). Apontamentos para a sua história*. Horta: Tipografia Minerva Insulana.
- Crisman, K. (1999). Looking for ships: the 1998 central Azores shipwreck survey. In *The INA quarterly*. Texas: A&M University, vol. 26, 3-9.
- Cunha, M. A. da (1981). *Notas históricas. Estudos sobre o concelho da Calheta (S. Jorge)*. Ponta Delgada: Direção Regional da Cultura, Universidade dos Açores, vol. I.
- Flynn, E. (2006). *H.M.S. Pallas: historical reconstruction of an 18th century Royal Navy frigate*. Texas: A&M University.
- Garcia, A. C. (2002). Arqueologia subaquática. HMS Pallas. In *Atlântida*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura. vol. XLVII, 347-360.
- Lima, M. (1940). *Anais do município da Horta*. Porto: Oficinas Gráficas Minerva.
- Meneses, A. de (2013). *A ilha de São Jorge. Uma síntese histórica*. Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições.
- Monteiro, P. A. (1999). Carta Arqueológica Subaquática dos Açores. Metodologia, resultados e sua aplicação na gestão do património subaquático da Região

- Autónoma dos Açores. In *Atas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*.
Porto: ADECAP, 23-32.
- Neto, J. C., Neto, J. L. & McCarthy, M. (2018). *A última viagem da barca negreira francesa Mont Ferran*. Setúbal: Prima Folia.
- Pego, D. F. B. (1998). Tombos dos Fortes da Ilha de São Jorge. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira. vol. LVI, 141 – 143.
- Pereira, A. dos S. (1987). *A Ilha de S. Jorge (séculos XV-XVII). Contribuição para o seu estudo*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais.
- Ribeiro, F. F. (2007). *Em dias passados. Figuras, instituições e acontecimentos da história faialense*. Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- Rocha, J. O. M. (2006). O património cultural submerso nos Açores. O contributo do Museu de Angra. In *Atlântida*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura. vol. LI, 237-248.
- Rodrigues, M. M. S. (1943). *Ancoradouros das Ilhas dos Açores*. Lisboa: Anais de Marinha, Ministério da Marinha, Estado Maior Naval.

**LA ESTACIÓN RUPESTRE DE HUAYLLANQORI, PROVINCIA DE
ANTABAMBA (APURÍMAC, PERÚ)**

**HUAYLLANQORI A ROCKART SITE, ANTABAMBA PROVINCE
(APURÍMAC, PERU)**

Recebido a 27 de março de 2020

Revisto a 29 de abril de 2020

Aceite a 8 de maio de 2020

Raúl Carreño-Collatupa

Grupo Ayar - Cusco – Perú
raulcarreno@ayar.org.pe

Resumen

Cerca de la salida del muy estrecho cañón de Huayllanqori, en la provincia de Antabamba, departamento de Apurímac, existe una serie de pinturas rupestres y un petroglifo. Las pictografías representan a cérvidos y otros mamíferos (posiblemente camélidos), además de figuras indefinibles. Por los colores (rojo y negro) es probable que sean pinturas diacrónicas. El petroglifo presenta una figuración abstracta geométrica. Por la iconografía, el trazo y su localización estas expresiones rupestres probablemente correspondan al Arcaico andino.

Palabras clave: Arte rupestre, Huayllanqori, Antabamba, Apurímac, Arcaico

Resumo

Perto do final da saída do canyon muito estreito de Huayllanqori, localizado na província de Antabamba, departamento de Apurímac, há uma série de pinturas rupestres e um petróglifo. As imagens representam veados e outros mamíferos (possivelmente camelídeos), além de figuras indefiníveis. Pelas cores (vermelho e preto), pensa-se na possibilidade de serem pinturas diacrónicas. O petróglifo apresenta uma figura geométrica abstrata. Através da iconografia, a localização e localização dessas expressões rochosas correspondem, provavelmente, ao período arcaico andino.

Palavras-Chave: Arte Rupestre, Huayllanqori, Antabamba, Apurímac, Arcaico

Abstract

Close of the exit of the very narrow canyon of Huayllanqori, in the province of Antabamba, department of Apurímac, there is a series of cave paintings and a

petroglyph. The pictographs represent cervids and other mammals (possibly camelids), in addition to indefinable figures. From the colors (red and black) it is likely that they are diachronic paintings. The petroglyph shows a geometric abstract figuration. Due to the iconography, the stroke and their location, these Rock art expressions probably correspond to the Andean Archaic.

Keywords: Rock Art, Huayllanqori, Antabamba, Apurímac, Archaic

1. Introducción

Huayllanqori es un sitio rupestre no registrado anteriormente. Situado a 3670 msnm y a unos 4.5 kms al SE de la capital provincial de Antabamba, departamento de Apurímac, en el tramo final de la quebrada del Mollojo, tributario del río Antabamba (Figura 1). En lo esencial se trata de pictogramas, aunque también se identificó un petroglifo geométrico. Al parecer hay más paneles rupestres de los hoy visibles, los mismos que hace diez años estaban cubiertos por acumulaciones de bosta y, en la actualidad, por derrumbes y, sobre todo, por material aluvial producto de un flujo torrencial (huayco) ocurrido en los últimos años.



Figura 1. Ubicación de Huayllanqori-Antabamba. Fuente: adaptado por el autor

El sitio pertenece al ámbito de la capital distrital-provincial, San Salvador de Antabamba que, desde la Colonia, y a pesar de su escasez de recursos, tuvo la condición de cabeza de partido. Según su cura y vicario, el Licenciado Francisco Xavier Narbaez, en 1689 la doctrina de Antabamba contaba con “nueve Aillos, reducidos a dos parcialidades, la una llamada parcialidad de Collana, que se compone de los cuatro aillos: la otra llamada parcialidad de Guachaca, de los otros sinco, que ambas tienen ciento y diez indios tributarios efectivos” (Villanueva, 1982, p. 367); el mismo párroco señalaba que “habiendo tenido este dho pueblo tenido más de dos mil indios an quedado en los dos ciento y diez”; los indígenas fueron diezmados por las mitas mineras de Castrovirreina, Huancavelica y Cailloma.

Actualmente, en la pequeña quebrada no hay habitantes permanentes, sólo dos estancias de ocupación temporal, corrales y reductos para caballos, así como los restos de una pequeña hidroeléctrica que funcionó décadas atrás.

2. Marco Geológico

Huayllanqori es un peculiar y muy estrecho cañón (el ancho llega a ser inferior a diez metros en ciertos tramos, con acantilados prácticamente verticales que llegan a superar los cien metros de altura), situado a la salida de un túnel o puente natural de gran altura, resultante de procesos de erosión kársticos y glaciares (Figura 2) y por el que discurre el tramo final del río Mollojo. En el pasado, el puente natural se prolongaba hasta este punto, pero, en algún momento, el techo colapsó al avanzar la erosión kárstica.

El entorno litológico está constituido por rocas calizas masivas, compactas y estratificadas de la Formación Ferrobamba, perteneciente al Albiano-Cenomaniano (o Turoniano) del Cretácico Medio; en las cercanías de la margen izquierda afloran andesitas de cuerpos hipoabisales posiblemente relacionados a la falla Mollebamba o a antiguas chimeneas volcánicas del Terciario Medio a Superior (Pecho, 198, p. 31, p. 53).



Figura 2. Entrada a la encañada y puente natural de Huayllanqori y vista desde el interior. Fuente: Autor

La karstificación ha sido intensa; varias cavernas aparecen expuestas tras haber sido cortadas por derrumbes, durante el proceso de formación y ensanchamiento del cañón. En varios puntos se notan restos de espeleotemas, sobre todo estalactitas y coraloides, aunque también se notan restos de reticulados, banderolas y helictitas. En las proximidades existen, sin duda, cavernas que podrían constituirse en atractivos turísticos y que sería necesario explorar. La disolución de las calizas continúa; es por ello que buena parte de las pinturas se muestran desvaídas o cubiertas por una película de material calcáreo químicamente reprecipitado.

3. Arte Rupestre en la provincia de Antabamba

Muy poco se sabe sobre la arqueología de Antabamba; esto repercute sobre cualquier análisis que permita establecer el origen o la filiación cultural del arte rupestre de Huayllanqori. El primer inventario conocido de restos arqueológicos de la provincia de Antabamba, realizado por Mejía Xespe en 1942, consigna 17 lugares (todos considerados pre-inkas), ninguno en el distrito de Antabamba. Los más cercanos que se mencionan en la lista de Mejía Xespe corresponden a 3 del distrito de Huaquirca — Inkaperqa, Potqo y Pullapulla — y uno de Mollebamba — Calvario — (en Carreño & Kalafatovich, 2008, p. 230), a los que, con el tiempo, se han ido agregando varios otros. No se conocen estudios avanzados sobre ellos, apenas someras descripciones o menciones de pasada. Sólo el vecino valle de Mollebamba ha sido objeto de un relevamiento bastante preciso realizado por el equipo de Pieter van Dalen (2016), empero dicho estudio no consigna ninguna expresión rupestre.

Aun cuando el mismo van Dalen (2015, pp. 77-78) afirma que los siete distritos de la provincia de Antabamba “presentan sitios con pictografías”, no los alude ni describe específicamente. No queda claro en su texto si las referencias a “Puclla Puclla, Huaychullo, Choque Llusqa, Pueblo Viejo” corresponden a sitios rupestres o a conjuntos arqueológicos.

En su inventario nacional, Hostnig (2003, pp. 29-36) —además de Luychupata, que incluye entre los “sitios no localizados y/o dudosos”— consigna sólo tres sitios rupestres en la provincia de Antabamba: dos en el distrito de Totorá-Oropesa y otro en el de Huaquirca, los tres en muy mal estado de conservación:

3.1. Allhuanso, registrado por Ravines en 1967 (INC, 1986, p.13) y luego, más detalladamente, por Hostnig en noviembre del 2001. Destaca un gran ciervo o *taruka* con una enorme cornamenta muy estilizada (Figura 3), además de antropomorfos, camélidos y otros zoomorfos. Al pie se ubican contextos funerarios tipo *ch'ullpa*;

3.2. Corredora o Corredera, que habría sido indicada por el entonces tesista de la UNSAAC César Rubén Castro López, pero sin presentar ninguna descripción;

3.3. Kentoqasa (al parecer también conocido como Niño-orqo), registrado por Julinho Zapata en julio del 2000; en él se observan camélidos, aves y felinos pintados tanto en una pared rocosa como en bloques redondeados de piedra.

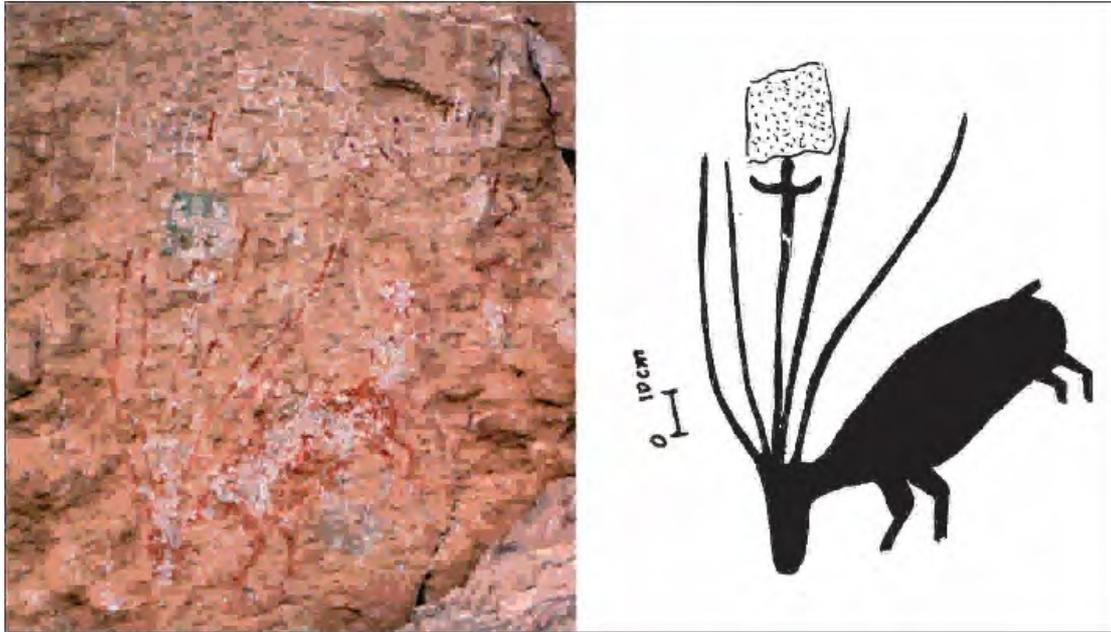


Figura 3. La figura principal de Allhuanso, un cérvido con una descomunal cornamenta, vandalizado reiteradamente. Foto y Calco: Rainer Hostnig

Los dos paneles de Alhuanso (Allwanso) fueron nuevamente descritos por van Dalen (2015, pp. 81-84) —sin mencionar las referencias precedentes—, quien “infiere que las pictografías o datarían del Intermedio Tardío o continuaron siendo objeto de culto y visitadas hasta este periodo por los pobladores locales, quienes enterraban a sus muertos justo debajo de estas pictografías”. Esta precisión es muy oportuna, pues evita la no siempre razonable usanza de establecer asociaciones automáticas o dataciones relativas a partir del solo criterio de la proximidad física entre paneles rupestres y contextos funerarios. Por el estilo y calidad de las figuras, lo más probable es que sean pictografías más antiguas, incluso del Arcaico, lo cual indicaría, como ya lo sugiere van Dalen, que el sitio fue utilizado en diferentes épocas y por un largo período de tiempo. Hay, en cambio, cierta discrepancia en cuanto al color de los pictogramas: Ravines habla de rojo, rojo oscuro y verde; van Dalen, de rojo claro y rojo oscuro; Hostnig, de rojo, morado y verde.

En su blog personal, Aroni (2014) (retomado el 2015 por la publicación “Raíces, informativo al servicio de la provincia de Antabamba”) alude a unos “geoglifos en la cumbre del cerro Utupara”. Esto no tiene sustento alguno, y resulta una fantasía surgida de impresiones o de ilusiones ópticas generadas por formas geológicas de estratificación y de erosión, que no aparecen muy claras en las imágenes Google Earth que sirven de referencia al autor de esa conjetura. Son, de toda certeza y evidencia, formas absolutamente naturales.

4. Los pictogramas de Huayllanqori

Próximo de la entrada del cañón, sobre la margen derecha del río, se sitúa un panel de algo más de dos metros de largo y casi metro y medio de alto, con algunas pictografías negras y rojas (Figura 4). Muy cerca hay otros dos pequeños paneles con restos de pinturas muy deterioradas o cubiertas por películas carbonatadas o desvaídas por dilución hídrica o que han sufrido desgajamiento mecánico; se observa, asimismo, pequeños restos de pinturas en otros puntos de las paredes karstificadas vecinas.

En 2008 ciertas balsas, como la que alberga los pictogramas, eran aún utilizadas como corral para vacas; se notaba que había otras pinturas rupestres detrás de la boñiga acumulada para su posterior empleo como abono, algo confirmado en ese entonces por un campesino del lugar. En la visita de julio del 2019, según testimonio de habitantes de la zona, debido al ataque de pumas, la encañada ya no era utilizada como corral; de otro lado, los paneles rupestres, antes ocultos por bosta, habían sido cubiertos por material aluvial arrastrado por una riada (huayco) ocurrida hace unos pocos años (Figura 5). Los

paneles aquí descritos, muy cercanos entre sí, se salvaron de ambos hechos, siendo los únicos actualmente visibles. Es muy probable que el piso de esta balma estuviese antes en un nivel más bajo, pero se fue elevando a medida que se acumulaba material sedimentario arrastrado por el río o aportada por derrumbes, por lo que, de continuar estos procesos, hay riesgo de que, con el tiempo, estos paneles rupestres queden cubiertos por sedimentos, como ya ocurrió con el vecino abrigo rocoso.



Figura 4. Vista del panel principal que contiene pinturas en rojo y negro de al menos dos épocas diferentes. Fuente: Autor



Figura 5. Balma que contiene otros paneles rupestres ocultos hoy por sedimentos acarreados por un flujo torrencial (huayco). La flecha señala el bloque que contiene el único petroglifo del sitio. Fuente: Autor

En el primer panel destaca una figura en negro que, a primera vista, parecería ser un camélido de líneas finas (Figura 6). Un examen cuidadoso plantea más dudas que convicciones: en todo caso se trata de una composición más o menos compleja, quizás realmente un camélido al que se yuxtapone otra figura similar en posición invertida; o, más probablemente, podría ser un cérvido (taruka) con una gran cornamenta, sin descartar la alternativa de que se trate del esbozo de una figura antropomorfa, o que, a fin de cuentas, no sea más que una composición abstracta. De tratarse de un cérvido, tendría en común con la figura principal de Alhuanso, el poseer una descomunal cornamenta, hecho, claro que no pasaría de ser una mera coincidencia. El componente superior (que recuerda vagamente una cabeza de rumiante) es de una coloración mucho más tenue y, junto a otras líneas grisáceas, podría quizá corresponder a un dibujo anterior. Hay además, en la parte inferior, rastros de otros pictogramas negros (uno de ellos parece el perfil incompleto de otro animal) así como restos de pinturas en rojo, cuya traza no es discernible, como consecuencia de la acumulación y fijación química de una película de polvo carbonatado derivada de fluidos de dilución.

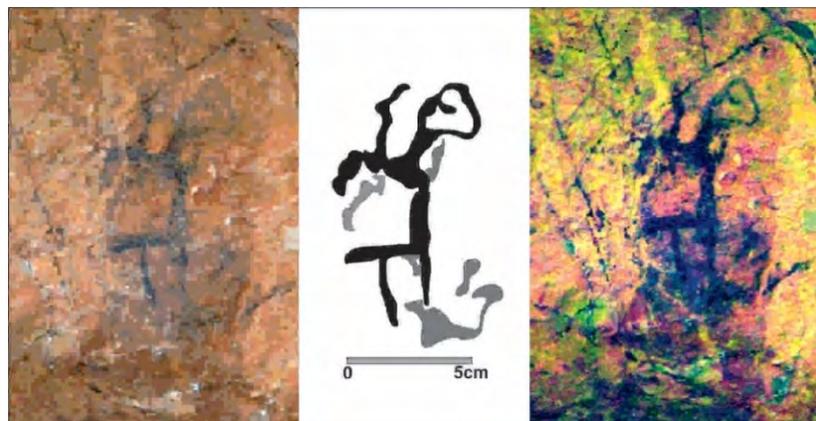


Figura 6. Pictograma en negro. Podría tratarse de dos camélidos yuxtapuestos, de un cérvido con una gran cornamenta o, simplemente, de una figuración abstracta (imagen derecha procesada con DStrech canal YBK). Fuente: Autor

En el paño del extremo superior izquierdo del panel se distinguen al menos tres pictogramas, dos rojos y uno negro, aparentemente camélidos muy esquematizados (Figura 7). Hacia la izquierda hay manchas rojas desvaídas que tal vez correspondan a uno o dos animales más. Lo que llama la atención en este sector es la coexistencia de figuras rojas y una negra; no es factible determinar si son coetáneas o diacrónicas. A partir del examen visual de las pátinas, del grado de atenuación y de la calidad del trazo, la hipótesis que manejamos es que las pictografías rojas son más antiguas que las negras.



Figura 7. Pictografías diacrónicas en rojo y negro, que posiblemente representan a camélidos. Fuente: Autor (imagen derecha procesada con DStrech canal LAB)

Hacia la derecha del panel se distingue otra pintura roja de un camélido con tres patas, muy rústicamente bosquejado, más un trazo que, en extremo, de haber pertenecido a la figura del animal, podría ser la cuarta pata, al parecer levantada y flexionada (Figura 8). En todos los paños con pinturas, la existencia de manchas mucho más tenues de color rojizo a anaranjado y sin diseño aparente, podría inducir a pensar que las pictografías —al menos algunas de ellas— fueron trazadas sobre un fondo coloreado previamente. El afloramiento rocoso de caliza ferruginosa tiene una pátina

natural rojiza, la cual pudo haber sido resaltada para crear una suerte de lienzo de fondo.

El estado de las pinturas no permite más conjeturas al respecto.

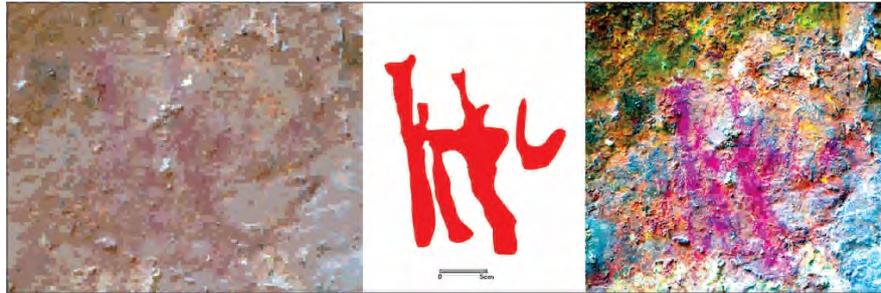


Figura 8. Pintura que representaría a otro camélido en rojo. Fuente: Autor (imagen derecha procesada con DStrecht canal LAB)

Se tienen al menos otros dos pequeños paneles en los que se notan trazos rojos velados por la capa de polvo fijado por la humedad, lo que dificulta la determinación de las figuras (Figura 9). En lo que fue una estalactita coraloide hay restos de trazos negros sueltos que no parecen configurar ninguna composición pictórica determinada.



Figura 9. Dos de los paneles donde se perciben restos de figuras rojas actualmente no discernibles, muy desvaídas por acción de dilución hídrica y/o recubrimiento con películas de carbonato de calcio reprecipitado. Fuente: Autor

En varios puntos del acantilado se notan formas oscuras que podrían confundirse con pictogramas; en realidad son manchas de pirolusita ($M^{4+}O_2$), un óxido de manganeso —en este caso de tipo coloidal— común en rocas calcáreas depositadas en

ambientes de aguas someras (lagunas, mares poco profundos o pantanos). No se descarta que este mineral haya podido ser usado como pigmento para las figuras negras.

5. El Petroglifo

Cerca del panel principal, en el límite aguas arriba de la balma donde habría más pinturas ocultas, se encuentra un petroglifo de figuración abstracta-geométrica (Figura 10) en un bloque desgajado del afloramiento rocoso o roca-madre. Es un grabado apenas perceptible y bastante alterado por la erosión y el rayado vandálico que ha sufrido, el mismo que induce a confundir ciertos trazos debido al remarcado de algunos surcos originales y las rayas agregadas; hay ciertos indicios que permiten pensar que el grabado pudo haber sido coloreado. Se trata de una figura cuadrangular, con delgados surcos de contorno en la parte superior y surcos más gruesos en la inferior. En la porción superior izquierda se nota una configuración cuadrangular reticulada, ya sea incompleta o erosionada, compuesta por delgados y someros surcos de 3-4 milímetros de anchura (Figura 11).

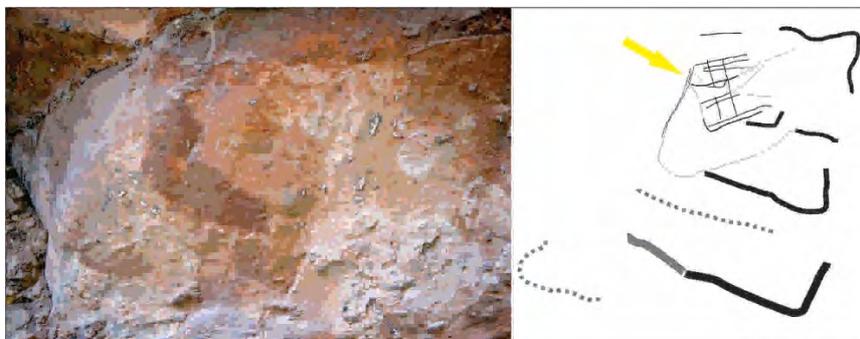


Figura 10. Vista general del petroglifo de Huayllanqori. Fuente: Autor

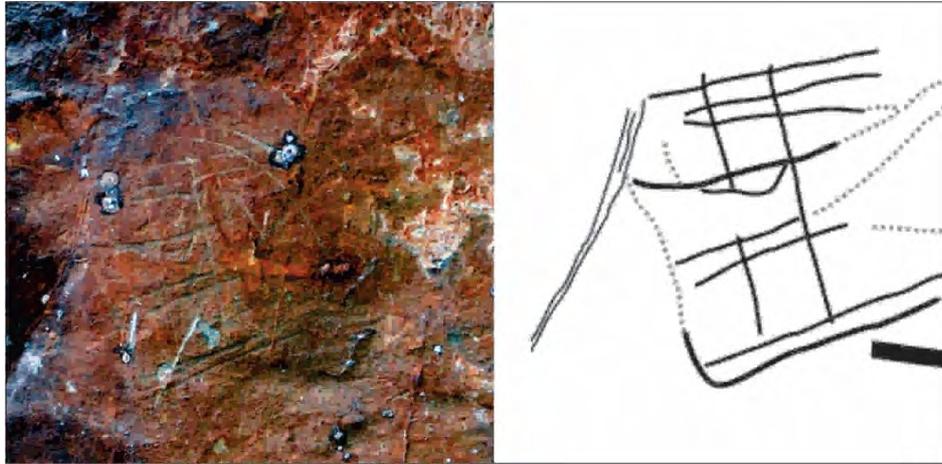


Figura 11. Detalle del elemento reticulado del petroglifo de Huayllanqori (foto procesada con DStretch canal CB). Las líneas blanquecinas curvas corresponden a un rayado vandálico reciente. Fuente: Autor

Aparte el diseño cuasi reticular, no se columbra mayor intención compositiva en la inscultura, por lo cual no sería descabellado imaginar que, al menos el componente reticulado, sea un mero producto lúdico en el sentido planteado por Richard (1993, p. 61) —y otros autores como Piette—, para quien el arte prehistórico de tipo lúdico corresponde a un rasgo innato de la naturaleza humana, que el tiempo libre o de ocio habría permitido desarrollarse. Esto implicaría la pertenencia a una época o a una circunstancia en las que aún no se alcanzaba la capacidad o la intención de lograr representaciones simbólicas. De ser pertinente tal hipótesis, se estaría, de algún modo, confirmando —o, por lo menos, reforzando— la pertenencia de estas expresiones al Arcaico.

Tampoco es dable confirmar si el grabado es algo inconcluso o si parte de sus trazos se perdieron por erosión. Esto último es factible, dada la posición del bloque al extremo de la mencionada balma cubierta con sedimentos aluviales y en un punto que facilita el desborde del torrente en caso de crecidas, huaycos o flujos de detritos (*debris flow*). De haberse producido eventos torrenciales similares en el pasado, no sería

extraño que los bloques rocosos arrastrados por la corriente hayan golpeado la piedra que alberga al petrograbado. De otro lado, la configuración de la cara expuesta de la roca hace pensar que hubo un cierto trabajo de tallado preparatorio para habilitar una especie de ventana o nicho más o menos cuadrangular, con un fondo aproximadamente plano, a manera de lienzo, en el cual se practicaron las incisiones.

6. Posibles Relaciones

Como se indicó, el patrimonio arqueológico de Antabamba es muy poco conocido y no ha sido suficientemente estudiado. En la actualidad resulta casi imposible establecer correlaciones y dataciones —por lo menos relativas— de las expresiones rupestres, por lo que sólo podemos consignar datos, hipótesis o referencias sobre restos arqueológicos vecinos que, eventualmente, podrían tener alguna relación con este sitio rupestre.

En las cercanías, en el camino al pueblo de Antabamba, hay algunos restos de construcciones, mayormente terrazas y, en especial, una huaka edificada sobre un ushnu a manera de pirámide escalonada circular (Figura 12), una estructura ceremonial relativamente común en las provincias occidentales del departamento de Apurímac. En terrenos aledaños a la salida del cañón hay andenerías, probablemente del Intermedio Tardío y el Tardío, con utilización continuada hasta nuestros días. Hay también un canal prehispánico rehecho y cementado, actualmente en funcionamiento, cuya bocatoma está cerca de los paneles rupestres dentro de la encañada. Van Dalen propuso la existencia de una “cultura Aymaraes” que se habría extendido entre la provincia de ese nombre y

la de Antabamba; de ser el caso, tal vez esas estructuras correspondan a esa cultura, aunque, iteramos, todo contribuye a indicar que las pictografías son más antiguas, y más bien, y muy probablemente, pertenecerían al Arcaico, aunque otras (en especial las negras) podrían ser posteriores. Esto complica cualquier intento de establecer eventuales filiaciones culturales.

El tipo de pictograma y la falta de mayor composición nos conducen a pensar que estas pinturas no pueden ser del Tardío, ni siquiera del Intermedio Tardío, sino mucho más antiguas. Aunque no se tienen referencias sobre pictografías del Tardío en Apurímac, tomando los casos del Cusco (especialmente los del Valle de Yucay, hoy conocido como Sagrado de los Incas) y otros dos similares de Tupinachaka, provincia de Yauyos (departamento de Lima), y de Chanque, provincia de Luya (departamento de Amazonas), que Hostnig (2007, 2017) atribuye a personajes de élite y emblemas de poder o, en otros casos, a marcas conmemorativas, territoriales o hitos, se concluye, sin mayor complicación, que las pinturas de Huayllanqori no pertenecen a dicho horizonte, ni por el tipo de composición y representación, ni por la iconografía, ni por los colores utilizados, ni por el contexto (los pictogramas del Tardío en Cusco están mayormente asociados a contextos funerarios).



Figura 12. Ushnu de estructura piramidal escalonada circular cerca de Huayllanqori; al fondo, el cerro Utupara. Fuente: Autor

Dentro del mismo cañón pudimos observar que, en uno de los túneles kársticos puestos al descubierto por un derrumbe, hay lo que eventualmente sería el techo de una estructura funeraria (Figura 13). Es de notar que en el farellón de la margen izquierda, a la entrada del desfiladero, es claramente visible una caverna en corte longitudinal, que ha quedado expuesta por el desprendimiento de las rocas que conformaban su cubierta lateral. Si el desprendimiento de la pared derecha es relativamente reciente, podría pensarse que esa caverna pudo servir de refugio a cazadores-recolectores de tiempos pasados. Más abajo hay también restos similares que pudieron haber sido aprovechados para emplazar tumbas. Esta es una pista que tendría que ser explorada (a pesar de las muy escasas evidencias) para establecer, en el futuro, alguna relación temporal y cultural de estas expresiones rupestres.

Cabe destacar que los paneles rupestres presentan superficies rojizas a anaranjadas, resultantes de la presencia de óxidos e hidróxidos de hierro, derivadas de la naturaleza de las rocas (calizas con niveles que contienen algo de hierro). Existe la

posibilidad de que los pigmentos rojos provengan de esas costras ferruginosas, aunque también podrían provenir de los yacimientos de cobre existentes en parajes relativamente cercanos, que tienen amplias cubiertas de oxidación ferrosa y cuprífera. En cuanto a los pigmentos negros, pueden ser producto del raspaje de las delgadas capas de la ya aludida pirolusita o de la eventual presencia de niveles carbonosos en la formación calcárea. Un examen químico específico podrá dilucidar la naturaleza mineralógica de los pigmentos utilizados.



Figura 13. Caverna kárstica cortada y expuesta por derrumbe casi frente a los paneles rupestres. A la derecha, otro resto de caverna con lo que podría ser el techo de una posible estructura funeraria. Fuente: Autor

En cualquier caso, el cañón de Huayllanqori merece mayores estudios arqueológicos (y espeleológicos), tanto en la balma cubierta por el huayco (donde, como se indicó, hace una década advertimos otras pinturas, algo corroborado por los antiguos usuarios del corral) como en el tramo situado aguas arriba.

Agradecimiento

A Susana Kalafatovich y Ronald Cruz por su apoyo en el trabajo de campo.

Referencias

- Aroni, R. (2014). Los geoglifos del cerro Utupara en Huaquirca - Antabamba. Obtener en <http://arony.obolog.es/geoglifos-cerro-utupara-huaquirca-antabamba-2372540>
- Carreño, R. & Kalafatovich, S. (2008). *Visión de Apurímac*. Cusco: GVC-Proyecto Arguedas.
- Hostnig, R. (2003). *Arte rupestre del Perú. Inventario nacional*. Lima: CONCYTEC.
- Hostnig, R. (2007). Pinturas rupestres de posible afiliación inca en el departamento del Cusco, Perú. Obtener en Rupestreweb, <http://rupestreweb.info.com/pinturarupestreinca.html>
- Hostnig, R. (2017). Personajes de rango y emblemas de poder en pinturas rupestres incaicas del Valle Sagrado, Cusco, Perú. *TRACCE Online Rock Rock Art Bulletin*, octubre 2017. Obtener en <http://www.rupestre.net/tracce/?p=12371>
- Instituto Nacional de Cultura (1986). *Arte rupestre del Perú. Inventario general (Primera aproximación)*. Compilación de R. Ravines, con la colaboración de F. Iriarte y A. Matos. Lima: INC.
- Pecho Gutiérrez, V. (1981). *Geología de los cuadrángulos de Chalhuanca, Antabamba y Santo Tomás*. Boletín n° 35. Lima: INGEMMET.
- Richard, N. (1993). De l'art ludique a l'art magique. Interprétations de l'art pariétal au XIXe siècle. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 90 (1-2), 60-68.
- Van Dalen, P. (2015). Allwanso, un sitio con pinturas rupestres tardías en Huaquirca, Antabamba, región Apurímac. En *Actas de ponencias del V Simposio Nacional de Arte Rupestre-SINAR "Eloy Linares Málaga"* (pp. 77-88). Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

Van Dalen, P.; Obregón, H.; López, A.; Huamaní, J. (2016). Arqueología de la cuenca del río Mollebamba, Antabamba–Apurímac. *Arqueología y Sociedad*, 32, 387-450.

Villanueva Urteaga, H. (1982). *Cuzco 1689, documentos. Economía y sociedad en el sur andino*. Archivos de Historia andina N° 1. Cusco: CERA Bartolomé de las Casas.

**GRAVURA RUPESTRE DO CORUTO (ESCARIZ, AROUCA): ESTUDO,
SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO**

**CORUTO ROCK ART ENGRAVING (ESCARIZ, AROUCA): STUDY,
SAFEGUARDING AND VALUATION**

Recebido a 16 de abril de 2020
Revisto a 08 de junho de 2020
Aceite a 03 de julho de 2020

Paulo A. Pinho Lemos

Arqueólogo
Araducta – Arqueologia Unipessoal Lda.
paplemos@gmail.com

Ana M. S. Bettencourt

Professora Auxiliar com agregação do Departamento de História da Universidade do Minho/Investigadora do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2pt).
anabett@uaum.uminho.pt

João Ralha

Engenheiro Geotécnico
joao.r.ralha@gmail.com

Resumo

O presente artigo surge na sequência das ações de acompanhamento arqueológico efetuadas no âmbito do projeto de execução do Interface Logístico do Parque de Negócio de Escariz, pela empresa Araducta Arqueologia Unipessoal, Lda. Os trabalhos realizados possibilitaram a descoberta de um afloramento ostentando uma gravura rupestre, designada por Gravura Rupestre do Coruto. A descoberta deste sítio arqueológico determinou, numa primeira fase, a limpeza do afloramento gravado e a escavação da sua área envolvente. Posteriormente, foram realizadas ações de registo e de estudo, bem como de corte, remoção e transporte para outro local, acompanhada de um placard explicativo.

Palavras-chave: Idade do Bronze, Gravura rupestre, Levantamento, Escavação, Modelo Residual Morfológico, Valorização.

Abstract

This article follows the archaeological follow-up actions carried out in the context of the project of execution of the Logistic Interface of the Business Park of Escariz, by the company Araducta Arqueologia Unipessoal, Lda. The works made possible the discovery of a rock engraving, called The Rock Engraving of Coruto. The discovery of this archaeological site determined, at first, the cleaning of the recorded outcrop and the excavation of its surrounding area. Subsequently, actions were carried out to study, register, remove/cut and transport the surface where the rock engraving is implanted and, consequently, its implantation in another location, accompanied by an explanatory placard.

Keywords: Bronze Age, Rock engraving, Recorded, Excavation, Morphological
Residual Model, Valuation.

1. Introdução

A descoberta da gravura rupestre do Coruto, localizada na freguesia de Escariz, concelho de Arouca, às coordenadas geográficas em graus, minutos e segundos, segundo o sistema WGS 84, de 40° 56' 43.7'' N e 08° 24' 15.0'' O, a 482 m de altitude, insere-se no âmbito do projeto de execução do Interface Logístico do Parque de Negócio de Escariz, desenvolvido pela Câmara Municipal de Arouca (Lemos, 2018, p. 4).

A área de implementação do projeto foi alvo de trabalhos arqueológicos de estudo patrimonial, nomeadamente de prospeção arqueológica, sob a designação “Projeto Alto do Coruto (Escariz, Arouca) - Estudo Patrimonial – Prospeção Arqueológica”, datado de 16 de novembro de 2011 (Lemos, 2011, pp.1-57). Decorrente da execução deste estudo foram identificados, na área de implantação do mesmo 8 elementos patrimoniais a saber: Mamoa 1 da Urreira; Mamoa 2 da Urreira; Mamoa 3 da Urreira; Mamoa 4 da Urreira; Mamoa 5 da Urreira; Mamoa 10 da Urreira; gravuras rupestres de Selada 1 e de Selada 2.

A intervenção arqueológica foi efetuada pela empresa Araducta Arqueologia Unipessoal, Lda., sob a responsabilidade do arqueólogo Paulo Lemos, visando dar cumprimento ao preconizado no mencionado estudo patrimonial, tendo os trabalhos decorrido entre 10 de abril de 2017 e 28 de fevereiro de 2018 (c).

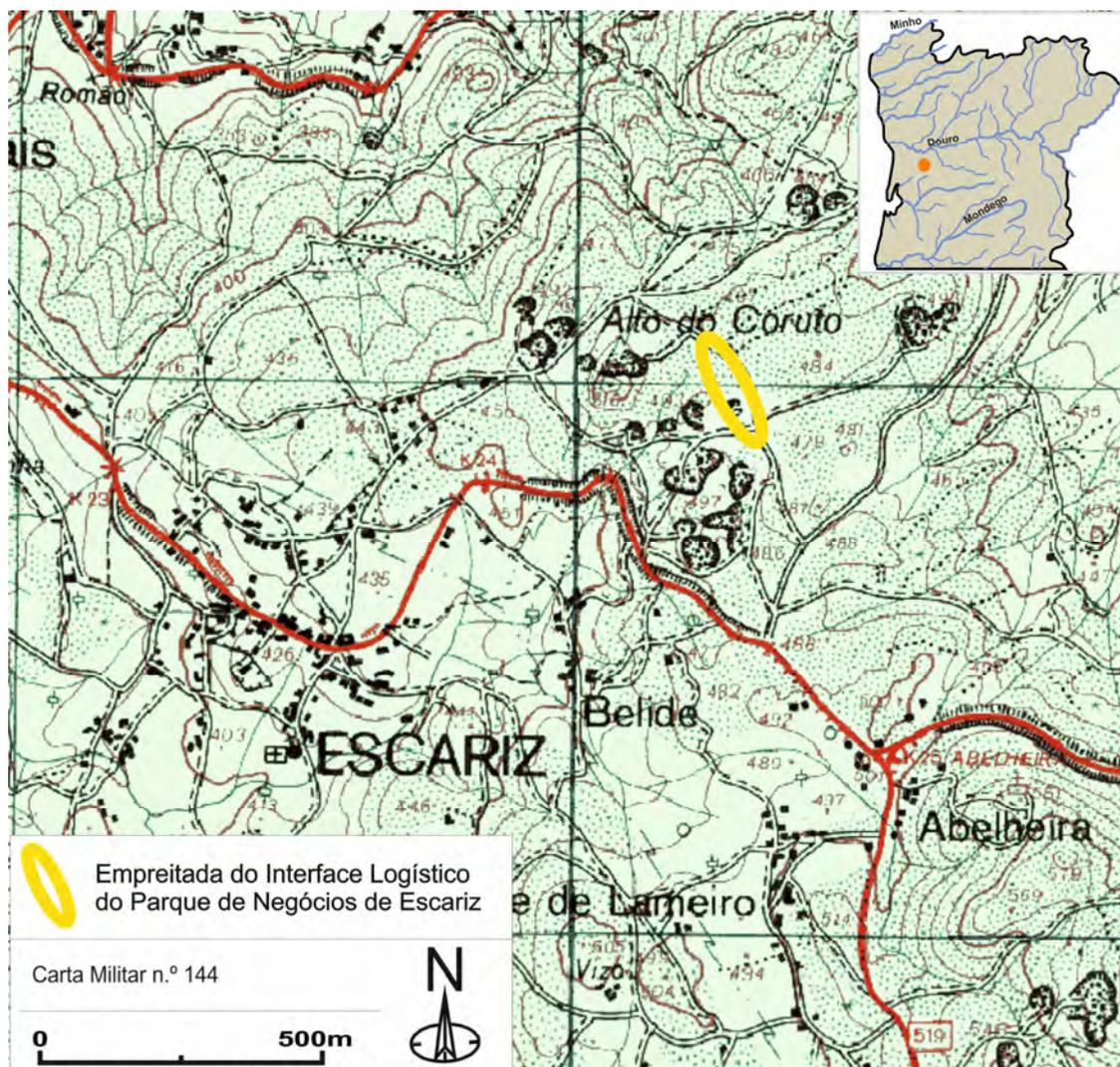


Figura 1. Localização do projeto de execução do Interface Logístico do Parque de Negócio de Escariz. Fonte: Carta Militar de Portugal, Folha n.º 144.

2. Caracterização Geral da Região

O concelho de Arouca localiza-se no centro norte de Portugal, próximo do litoral, aproximadamente a 30 quilómetros em linha reta, no extremo NE do distrito de Aveiro, entre os rios Douro e Vouga. Situa-se na NUT III - Região Entre Douro e Vouga, na província do Douro Litoral. Faz fronteira com os municípios de São Pedro do Sul, Castro Daire, Cinfães, Castelo de Paiva, Gondomar, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra.

Atualmente constituído por 16 freguesias, o município de Arouca viu os seus limites serem definitivamente fixados em inícios de 1917, altura em que Covelo de Paivô foi anexado (Pedrosa, 1988, p. 223). Exibe uma área de cerca 327 km², situando-se as altitudes dominantes entre os 200 e os 600 m, excetuando quer a parte sul do concelho, que abrange a maior parte da serra da Freita, quer o seu limite nordeste que corresponde ao extremo poente da serra de Montemuro, onde as altitudes ultrapassam os 1100 m.

Os principais cursos de água que cruzam o concelho são os rios Arda e Paiva, pertencendo ambos à bacia hidrográfica do rio Douro. O rio Paiva, que corre na direção SE/NO, é o maior e mais caudaloso de todos. Litologicamente, e de acordo com a Carta Geológica de Portugal, nº 13 B – Castelo de Paiva, na escala 1/50.000, a freguesia de Escariz, nomeadamente o local de achado da gravura rupestre, corresponde a uma zona de rochas eruptivas, tratando-se, de um modo geral, dum granito leucomesocrético, de grão médio, de duas micas. Quanto à composição mineralógica este granito é formado

por quartzo, albite-oligoclase, oligóclase, microclima, microclima-perlite, micropertite, biotite e moscovite.

Em termos de jazidas mineiras há referências a mineração antiga em diversas freguesias do concelho de Arouca, designadamente em Canelas (Covadas; Cancela; Cortada do Sequeiro; Coto da Massa; Coto do Moinho; Costa do Carvalho e Gralheira d' Água), em Espiunca (Cadaval; Alvariça e Vale da Avó), em Tropeço (Carraceira e Gralheiras) e em Janarde (Barco; Arieiro e Fundo da Leira) (Figueiredo & Silva, 2005, p. 196). De acordo com os referidos autores o ouro era “o principal motivo da exploração mineira nesta região, o que não obsta, naturalmente, a que outros minérios, como a prata, o estanho ou mesmo o cobre não possam também ter sido explorados” (*idem*, p. 201). Ainda no concelho de Arouca a investigadora Carla Martins (2008, p. 33) identifica como sendo de cronologia romana as minas de Regoufe (Covelo de Paivó) e como provavelmente romana as de Rio de Frades (Cabreiros).

3. Contexto Arqueológico

A ocupação humana da região de Arouca documenta-se desde tempos muito recuados, como se prova pelo facto de possuir um número bastante elevado de monumentos megalíticos, bem como vestígios do período proto-histórico. Na freguesia de Escariz, que se explana por 17,13 km², há uma grande densidade de monumentos megalíticos funerários estando contabilizados 67, o que a torna num dos polos da investigação arqueológica no domínio do megalitismo na região (Silva, 2004, pp. 86-145). Neste âmbito salta “à vista na cartografia um curioso alinhamento de

monumentos que se desenvolve a partir das imediações da estrada Chão de Ave – Carregosa [Mamoas 1 a 3 da Farrapa e Mamoas 1 a 5 de Couto de Mós], acompanhando depois, com evidente regularidade, um caminho antigo até aos lugares do Coval [Mamoas 1 a 4 do Coval] e da Venda da Serra, após o que se dispersa um pouco entre a Aliviada [Mamoas 1 a 7 da Aliviada] e Alagoas [Mamoas 1 a 12 das Alagoas], sem no entanto perder o sentido geral Sudoeste-Noroeste. Este traçado, com toda a probabilidade, corresponde a um eixo de circulação de origens remotas, que neste caso poderão porventura recuar até à pré-história, e terá sido depois aproveitado para a via romana que descia de Manhouce e dos Altos da Freita para seguir por aqui na direção do litoral” (*idem*, p. 108, Pereira da Silva, 1989, pp. 315-316, 1993, pp. 17-47, 2004, pp. 51-68).

Nas proximidades do núcleo megalítico da Urreira destaca-se o conjunto de gravuras rupestres conhecido por Selada. Na Selada 1 foram identificadas várias gravuras (círculo com covinha central, cruciformes, covinhas e tabuleiros de jogo) que Silva et al. (2017, pp. 67-68) incluem entre a Idade do Bronze e a Idade Média. A Selada 2 apresenta apenas covinhas, a Selada 3 covinhas em associação com motivos lineares em forma de V e U, por vezes ligando covinhas e a Selada 4 que foi considerada como sendo um possível esteio da câmara megalítica da Mamoa 3 da Urreira, descontextualizado (Silva et al., 2017, p. 68).

Ao período proto-histórico pode atribuir-se o povoado do Monte Coruto, existente nas imediações das mamoa da Urreira. Este terá tido ocupação desde o Bronze Final à Idade Média (Silva, 2004a, p. 352, Silva et al., 2017, p. 65), assim como

o castro de S. João de Valinhas (Santa Eulália), no vale do Arda (Silva 1995, pp. 199-220, 2004a, pp. 238-246, Silva & Ribeiro, 1999, pp. 363-369) (Figura 2).

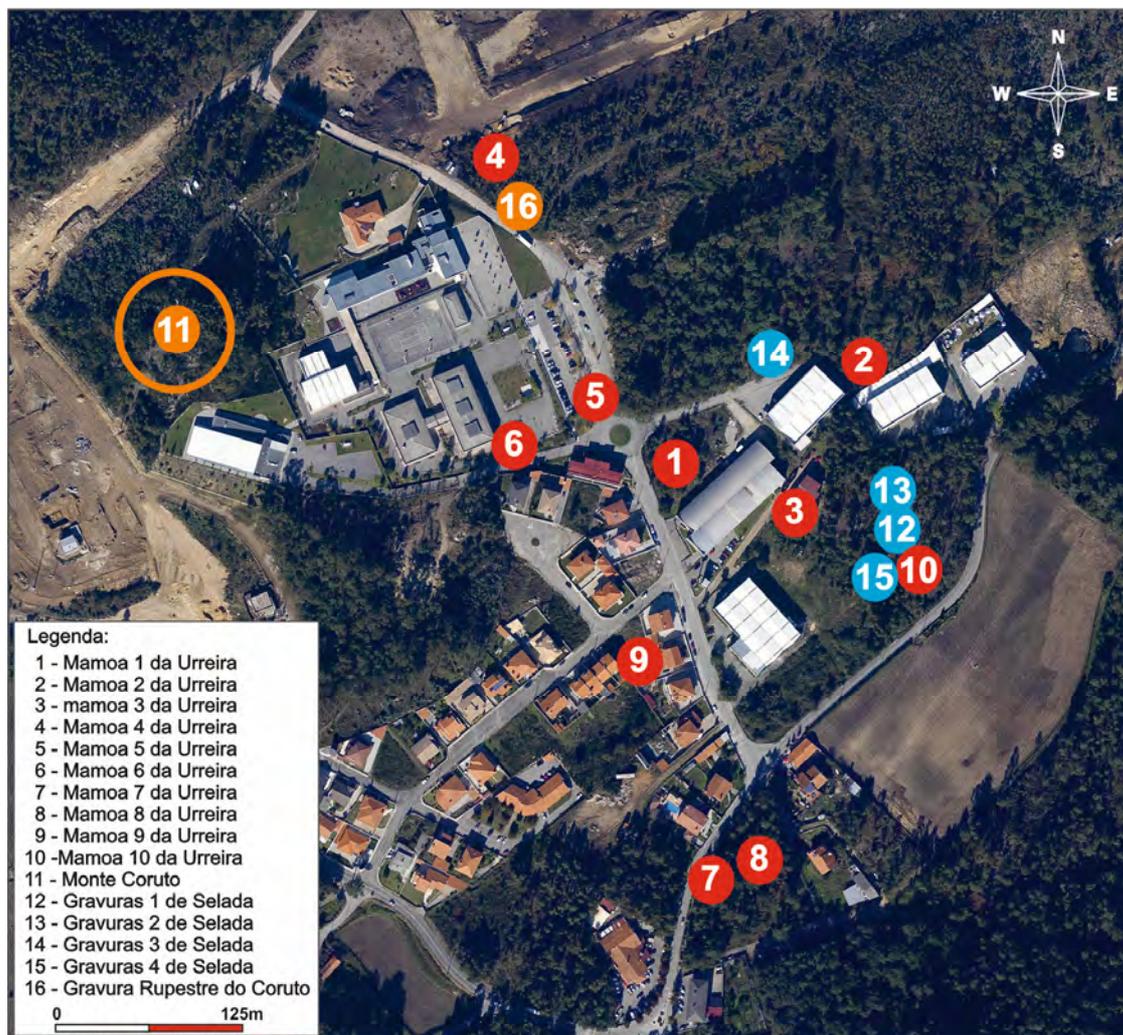


Figura 2. Localização dos elementos patrimoniais existentes na envolvente imediata do projeto de execução do Interface Logístico do Parque de Negócio de Escariz. Fonte: Ortofo Câmara Municipal de Arouca.

Durante a romanização e o período do domínio romano há vestígios e achados relativamente esparsos, se bem que nos últimos anos, fruto do esforço de sistematização de dados e de prospeções resultantes do levantamento da Carta Arqueológica de Arouca, a informação arqueológica tenha sido significativamente ampliada e, naturalmente, melhor contextualizada (Silva 2004a, pp. 208-246).

O referido castro de S. João de Valinhas parece ser, por enquanto, o único povoado proto-histórico com vestígios de arquiteturas e objetos de época romana (Silva 1995, pp. 199-220, 2004a, pp. 208-246, Silva & Ribeiro, 1999, pp. 363-369). Já a ocupação romana de vale e de meia vertente é mais abundantemente tipificada, sobretudo, pelo casal da Malafaia (Várzea), com ocupação entre o Alto Império e a tardo-antiguidade (Silva, 2004a, pp. 256-261).

Notícias antigas referem a localização de várias sepulturas e necrópoles, provavelmente romanas, sendo a mais conhecida a de Alvariça (Espunça), escavada em meados do século XX (Silva & Ribeiro, 2002, pp. 523-542, Silva, 2004a, pp. 264-272), que aliás não fica muito distante do sítio romano da Bóca, em Canelas. Na época romana, cruzava a região uma rede de caminhos tradicionais, com arranjo viário, sendo um dos mais importantes o que ligava á atual cidade de Viseu à via *ex olissipone ad bracaram*, nela entroncando por altura de Fiães da Feira. Em sentido aproximadamente perpendicular a *carraria antiqua* ligava o Douro ao vale de Arouca, se bem que seja bem mais impreciso o traçado desta via antiga (Silva 2004a, pp. 274-279, Lima, 2004, pp. 310-315).

A fonte mais antiga que faz referência ao topónimo Arouca (Aravoca) é o “Paroquial Suévico”, fazendo então “Aravoca” parte da diocese de Lamego. “Arouca era uma enorme “freguesia” que se estendia por um território muito mais extenso do que era o seu na época romana” (Silva, 1993, p. 1).

¹ Nomeadamente à Dr.^a Anabela Lebre.

Assim, Arouca primitiva nada tem a ver com a atual vila¹, tendo-se registado uma transposição do corónimo referente a uma região para a particularização de um burgo, nascido nos arredores do Mosteiro, fundado em 1092.

4. A gravura rupestre do Coruto

Em consequência dos trabalhos de acompanhamento arqueológico foi possível identificar, a 10 de abril de 2017, a gravura rupestre do Coruto. A descoberta deste sítio arqueológico foi comunicada à Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) que determinou a limpeza do afloramento, o registo das suas gravuras e a escavação da área envolvente ao motivo gravado (Figura 3).



Figura 3. Gravura rupestre do Coruto, à data da sua descoberta. Fonte: Fotografia de Paulo A. Pinho Lemos

4.1. Trabalhos arqueológicos

As ações concernentes à escavação arqueológica foram executadas entre 13 e 21 de abril de 2017, tendo sido encetados pela limpeza e corte da vegetação arbustiva e arbórea, seguidas do levantamento topográfico da rocha com a gravura²,

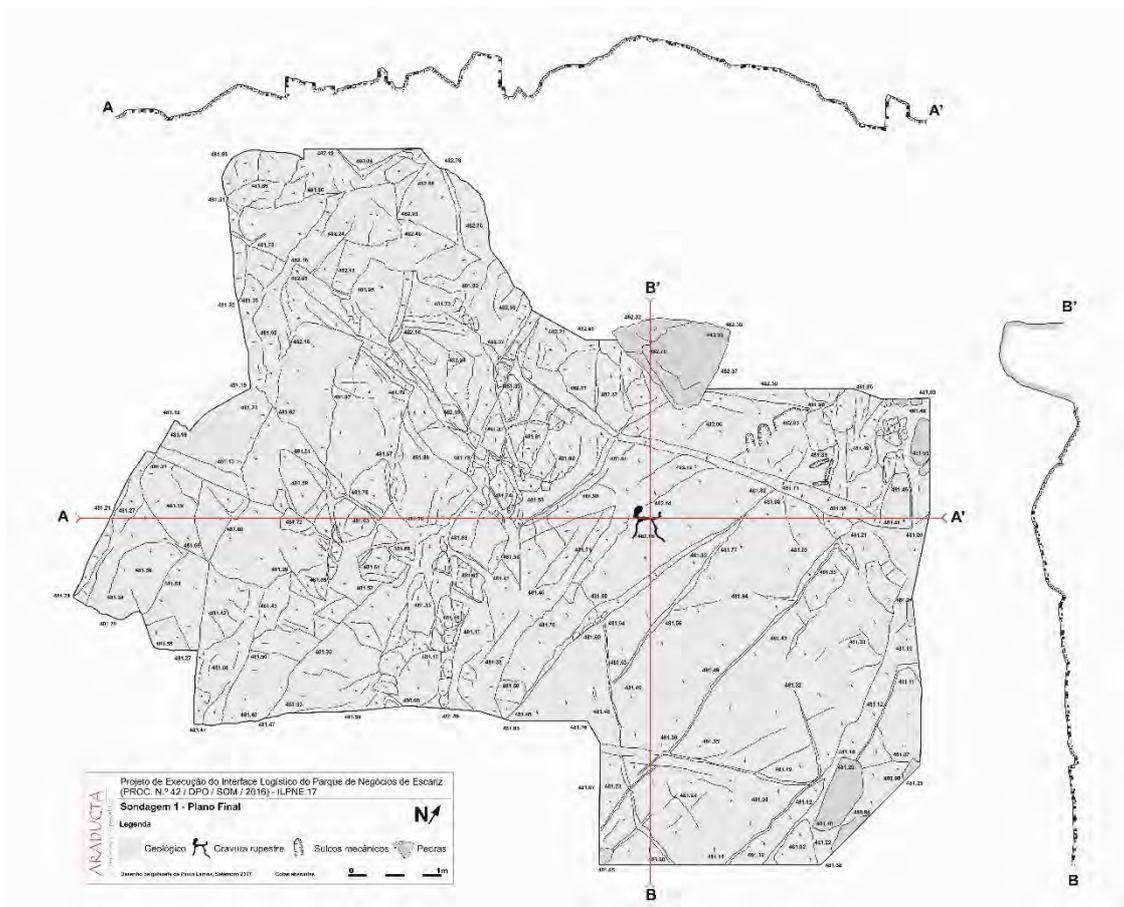


Figura 4. Planimétrico final da Sondagem 1. Fonte: Desenho de Paulo A. Pinho Lemos.

² Tarefa executada pelo topógrafo José Carlos Santos, da empresa Paviazemeis - Pavimentações de Azeméis L^{da}. do seu registo fotográfico e do seu decalque sobre plástico polivinilo (Figura 4).

Os trabalhos de escavação arqueológica foram executados numa superfície de 45 m² (Sondagem 1)³, em toda a envolvente do afloramento gravado. A quadrícula, assim como o espólio recolhido foram georreferenciados sobre base cartográfica fornecida pelo dono de obra. Os estratos foram decapados manualmente até ao substrato geológico recorrendo-se a pequenos instrumentos, como o colherim e o pico. Os dados arqueológicos foram registados em fichas manuais onde constam as descrições



Figura 5. Sondagem 1, UE 001. Fonte: Fotografia de Paulo A. Pinho Lemos.

Foram, igualmente, registados fotograficamente e em desenho, os perfis e os planos intermédios e finais. O registo estratigráfico foi efetuado pelo método de Harris (Harris, 1991, pp. 24-32), (Figuras 5 e 6).

³ A equipa de trabalho para a execução das sondagens arqueológicas de avaliação foi composta, além do 1º signatário, por Sara Almeida e Silva (arqueóloga) e por Raúl José Freitas da Costa (técnico de arqueologia).
estratigráficas e do espólio recolhido.



Figura 6. Sondagem 1, plano final visto de SE. Fonte: Fotografia de Paulo A. Pinho Lemos.

A escavação revelou uma potência estratigráfica média de 0,30 m. Após a unidade humosa (UE 001) foi identificada uma unidade de depósito (UE 002) composta por sedimentos homogêneos, de cor castanho-escuro, compactos, de grão fino, com abundantes raízes e frequentes calhaus angulosos de granito de pequenas a médias dimensões. Após a remoção destas unidades ficou patente, na totalidade da área escavada, o substrato rochoso em granito (UE 003)⁴ (Figura 7).

⁴ Todas as informações respeitantes à área em estudo, de que se destacam os registos fotográficos, os desenhos e os materiais arqueológicos exumados, encontram-se arquivados nas instalações do Centro de Arqueologia de Arouca.

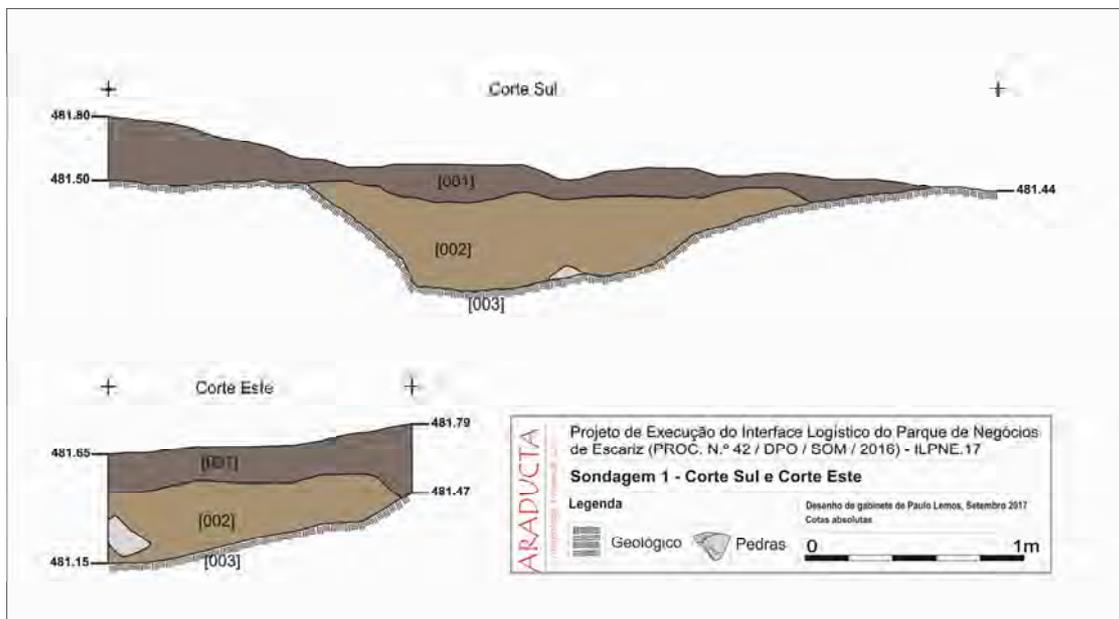


Figura 7. Sondagem 1, cortes sul e este. Fonte: Desenho de Paulo A. Pinho Lemos.

Os trabalhos de escavação permitiram a recolha de escasso espólio lítico e cerâmico, especificamente um fragmento de lâmina em sílex, de seção trapezoidal, parcialmente retocada na proximidade proximal (com 4,9 cm de comprimento), um pequeno fragmento de seixo rolado de rio (7,3 cm de comprimento) com marcas de uso, e cinco pequenos fragmentos cerâmicos (<3 cm) em mau estado de conservação, conotados com recipientes de fabrico manual, de aspeto algo grosseiro, com pastas arenosas com desengordurantes compostos por minerais de feldspato potássico, quartzo e mica. Ostentam coloração externa escura em resultado de cozedura em ambiente redutor (Lemos, 2017, p. 45). Todos os registos de campo e materiais foram identificados com o acrónimo ILPNE.17 (Figura 8).

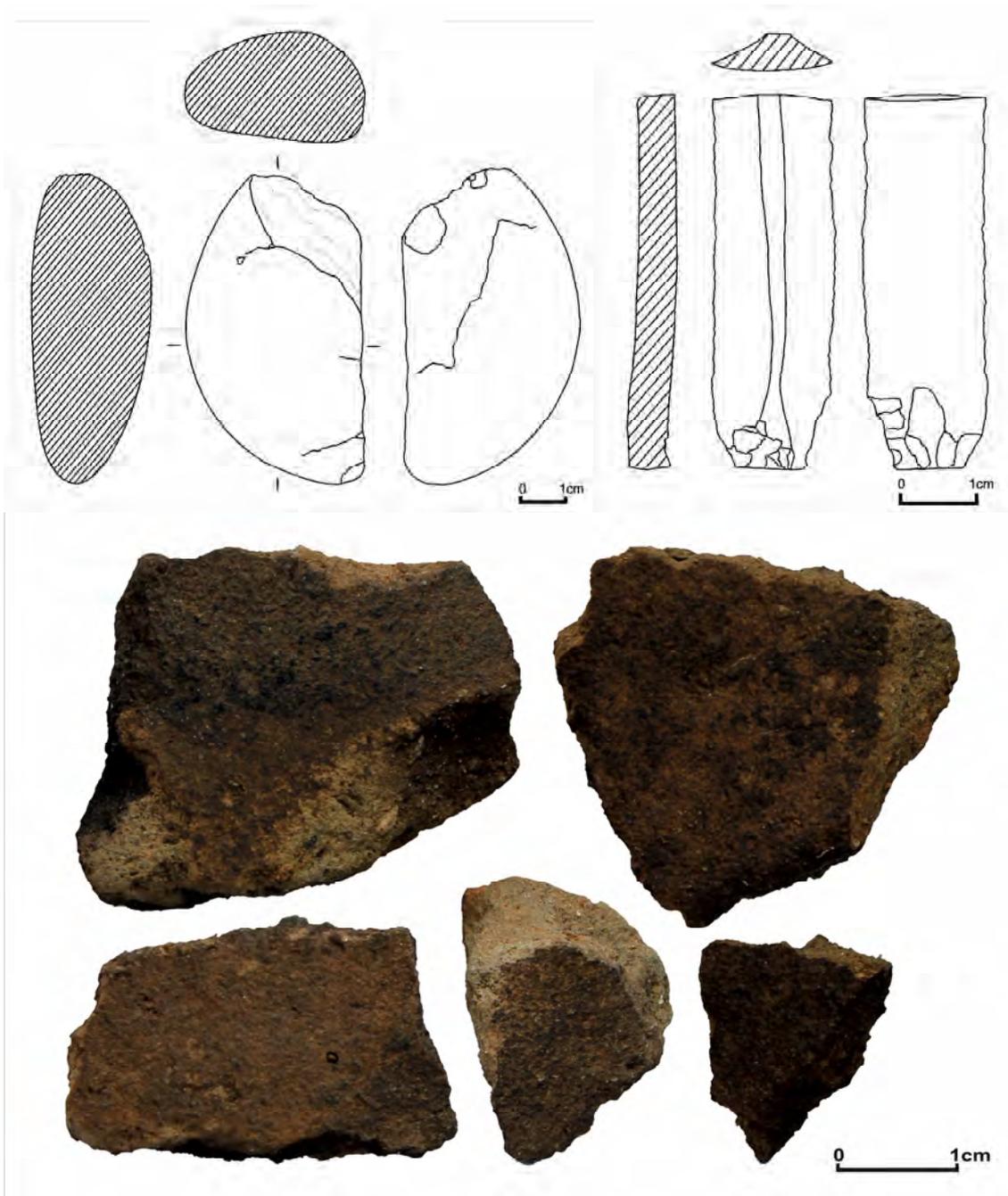


Figura 8. Espólio recolhido na Sondagem 1, UE001. Fonte: Desenhos e Fotografia de Paulo A. Pinho Lemos.

Na limpeza a seco do afloramento foi somente identificada um motivo gravado. Este localizava-se numa área que, à data da sua descoberta, sobressaía do solo, cerca de 20 cm. Após a escavação, foram igualmente detetados diferentes entalhes resultantes de

antigos trabalhos de extração de pedra (uma vez que o afloramento em análise, assim como a sua envolvente, se localizam em área de antigas pedreiras). Foram, ainda, registados diversos rasgos mecânicos (a cerca de 1 metro da gravura) provocados pelo revolvimento de terras no âmbito das obras do Projeto Alto do Coruto, que afetaram o afloramento gravado.

Na limpeza a seco do afloramento foi somente identificada um motivo gravado. Este localizava-se numa área que, à data da sua descoberta, sobressaía do solo, cerca de 20 cm. Após a escavação, foram igualmente detetados diferentes entalhes resultantes de antigos trabalhos de extração de pedra (uma vez que o afloramento em análise, assim como a sua envolvente, se localizam em área de antigas pedreiras). Foram, ainda, registados diversos rasgos mecânicos (a cerca de 1 metro da gravura) provocados pelo revolvimento de terras no âmbito das obras do Projeto Alto do Coruto, que afetaram o afloramento gravado.

4.2. Processo decisório da tutela

Findos o trabalho de escavação arqueológica foi executado uma Nota Técnica remetida à DRCN a 21 de abril de 2017 (Lemos, 2017, pp.1-40). Em resposta, a DRCN, no seu ofício datado de 18 de maio do mesmo ano, refere que “porque se trata de um contexto de obra em que por um lado, as decisões têm de ser tomadas de forma rápida, por outro, a implementação do projeto aprovado aporta a destruição do referido afloramento rochoso e com ele a sua gravura, consideramos necessário equacionar em primeiro lugar, a possibilidade de o promotor da obra proceder à alteração do projeto, de forma a promover a salvaguarda da rocha, permanecendo no local e num futuro

próximo, poder vir a ser devidamente estudada e valorizada. Como segunda opção, admitindo a destruição da rocha, o seu estudo terá de ser efetuado por especialista na área, permitindo caracterizar cientificamente e patrimonialmente a gravura, indicando posteriormente medidas adicionais adequadas à salvaguarda daquele vestígio arqueológico, designadamente levantamentos a laser scâner e MRM. Poderá haver necessidade de se ter que retirar a rocha, procedendo ao corte pontual da superfície onde se encontra implantada a gravura. Esta ação tem de ser executada por empresa especialista em cortes de precisão em rocha granítica.” Perante esta situação o promotor da obra, a autarquia de Arouca, optou pela segunda hipótese – a sua remoção.

4.3. Estudo da gravura rupestre do Coruto

Deste modo, o promotor da obra, a autarquia de Arouca, aprovou um plano de trabalhos e de estudo da gravura, que obedeceu às determinações impostas pela tutela, tendo solicitado ao primeiro subscritor deste texto a coordenação dos mesmos.

4.3.1. Descrição do afloramento e motivo gravado

Primeiramente foi solicitado o estudo morfotecnológico da gravura rupestre do Coruto por especialista na área, com o intuito de realizar uma caracterização científica e patrimonial da mesma. Este estudo foi solicitado à segunda subscritora deste texto que, após visita ao local, a 2 de junho de 2017, elaborou um relatório científico sobre o mesmo (Bettencourt, 2017, pp.1-11).

O afloramento gravado é de granito de tendência alcalina, com duas micas, de grão médio, de contorno bastante irregular e parcialmente destacado do solo atual, antes

dos trabalhos de limpeza. A sua extremidade mais elevada fica a oeste. A partir do topo, ocorrem diversos declives de pendor acentuado a norte, noroeste, oeste e sudoeste, e menos acentuado a sudeste e este. Trata-se de um afloramento com inúmeras diaclases que se orientam de nordeste para sudeste e de oeste-sudoeste para este-nordeste (*idem*, pp. 4-5).

Foi parcialmente gravado sendo constituído, apenas, por um painel. Este é composto somente por um motivo que se localiza no início do declive sul-sudeste, embora pareça estar “voltado” para sudeste.

O motivo mede cerca de 50 cm de altura, por cerca de 41 de largura. Foi formado por um sulco semicircular, com as extremidades abertas para o exterior, após um ligeiro estrangulamento. A extremidade é afilada e pontiaguda. Do topo do semicírculo, virado para a parte superior do afloramento saem dois sulcos arqueados para o interior que terminam de forma espessada através da gravação de covinhas. Os sulcos são assimétricos, sendo um deles mais alto e com maior espessamento na parte final, o que resulta de um estalamento no momento da gravação (Figura 9).

Figura 9. Afloramento gravado após a limpeza e decalque do motivo gravado sobre plástico polivinilo. Fonte: Fotografia e Desenho de Paulo A. Pinho Lemos.

A gravura foi efetuada por percussão profunda, seguida de abrasão, pelo que apresenta sulcos de seção em U. Os sulcos do semicírculo inferior medem entre 0,6 cm a 1,5 cm de largura. Os sulcos superiores medem entre 1,8 cm e 2,6 cm (estalamento incluído).

Pela profundidade do sulco o motivo seria bem visível por parte da audiência ou dos passantes pelo território. Para a sua melhor visibilidade a audiência teria que estar localizada a sudeste do afloramento, ou seja, virada para noroeste, onde ocorre o ocaso durante o solstício de verão (*idem*, pp. 6-7).

Não são evidentes paralelos para este motivo embora ele sugira o contorno de uma cabeça com esboço dos ombros, eventualmente provida do que poderiam ser hastes. Ao ser assim, teríamos uma gravura dos finais da Idade do Bronze, por paralelo com alguns dos motivos encontrados em diversas estelas do Sudoeste ibérico, como por exemplo os capacetes de cornos, relativamente comuns entre as bacias do Guadalquivir e do Tejo (Díaz-Guadarmino, 2010, pp. 255-258, entre outros). De destacar, na bacia do Tejo, algumas estelas com esta simbologia, como as de São Martinho 2 ou de Aldeanueva de S. Bartolomeu. Na bacia do Guadiana, referimos as estelas de Esparragosa de Lares 1, de El Viso 1 e 6, de Magacela, de Alamillo, de Fuente de Cantos, etc. (Díaz-Guadarmino, 2010, p. 410, p. 412, p. 433, entre outros). Há também a registar a existência de capacetes de cornos na pintura esquemática, como no abrigo de Pinho Monteiro, em Arronches (Gomes, 2010, p. 352) ou em gravuras do vale do Tejo, nomeadamente nos núcleos de Fratel - rochas F.175.1 e F.203.14 (Gomes, 2010, p. 352).

Esta cronologia estaria de acordo com a ocupação mais antiga existente no povoado do Monte do Coruto, localizado a cerca de 200 m, a oeste do afloramento gravado. De destacar que a estela de São Martinho 2 também foi encontrada nas imediações de um povoado do Bronze Final - o castro de São Martinho, em Castelo Branco (Pinto, 1987, p. 20, Vilaça, 1995, pp. 403-405). As cerâmicas pré-históricas encontradas no decorrer das sondagens realizadas na parte fronteira do afloramento, apesar de estarem aparentemente descontextualizadas, dada as suas dimensões e de não terem fornecido formas, constituem mais um dado para colocar a hipótese de que as gravuras seriam antigas. No entanto, não se pode deixar de colocar a hipótese de que os materiais cerâmicos e lítico sejam provenientes de algum monumento megalítico, entretanto desmantelado.

Ao comprovar-se a interpretação dada para esta figura, ela revelaria mais uma via de intercâmbio entre o sul e o norte da Ibéria, e a adoção de objetos e de liturgias a eles associadas, de origem mediterrânica, desta feita no litoral Centro-Norte.

Não se conhecem micro-topónimo e lendas associadas a este afloramento, nem evidências de cristianização pelo que o lugar não permaneceu simbolicamente ativo na longa duração, sendo provável que tivesse caído no esquecimento já durante a Idade Média, o que mais uma vez indicia a sua antiguidade.

4.3.2. Levantamento por laser scâner e MRM da superfície gravada

A digitalização tridimensional e estudo morfológico do afloramento rochoso com gravura rupestre do Coruto foi realizada por Hugo Pires com o objetivo de se obter um registo tridimensional de alta resolução espacial do afloramento gravado; uma

réplica digital de todo o afloramento que possibilitasse a reconstrução física do monumento e que permitisse detetar e contrastar irregularidades morfológicas não visíveis macroscopicamente na superfície pétrea (Pires, 2017, pp. 1-2) (Figura 10).

Figura 10. Modelo Digital de Superfície com sombreamento virtual e Modelo Residual Morfológico em escala de cor – Gravura Rupestre do Coruto. Fonte: Hugo Pires.

Como metodologia a proposta contemplava as seguintes tarefas: 1. inspeção ao local de trabalho e planeamento das restantes fases; 2. colocação de alvos de pontaria na zona em estudo; 3. campanha de registo fotogramétrico das superfícies em estudo através de câmara fotográfica digital calibrada para o efeito; 4. processamento fotogramétrico das imagens recolhidas com vista ao cálculo do modelo digital de superfície; 5. aplicação do algoritmo de análise morfológica MRM ao modelo digital de superfície que detetasse e contrastasse resíduos de gravuras degradadas, através da segmentação e contraste do micro-relevo das superfícies; 6. edição gráfica de imagens de síntese com os resultados

obtidos e 7. exportação de modelos tridimensionais para formatos convencionais (Pires, 2017, pp. 1-2).

Esta metodologia incluía a elaboração, após o registo e processamento de dados, de uma imagem ortofotográfica segundo a direção dominante do afloramento com detalhe adequado à escala 1:10 (2mm/pixel); de um ortofotomapa com altimetria representada através de curvas de nível com equidistância de 5 cm; imagens de síntese com resultado da aplicação do MRM à superfície em estudo e um modelo digital de superfície em formato convencional (OBJ, PLY ou STL) (Pires, 2015, pp. 415-421). Os trabalhos de campo foram executados no dia 17 de julho de 2017.

4.4. Corte e transporte do bloco granítico gravado

4.4.1. Levantamento geológico-geotécnico e estudo para trabalhos de remoção e transporte

Para a execução dos trabalhos de salvaguarda foi elaborado um estudo geológico-geotécnico com o intuito de remover o bloco gravado, tendo sido realizadas visitas ao local nos dias 31 de maio e 6 de junho de 2017 por parte de uma equipa especializada (Ralha & Marques, 2017, pp. 1-24). Para tal foi feita uma observação cuidada do maciço e executados ensaios esclerométricos para analisar o nível da sua alteração e resistência. Este estudo permitiu uma análise preliminar de avaliação dos meios e procedimentos de corte e remoção do mesmo.

Deste modo foi estabelecida uma metodologia que determinou o seguinte: que o desmonte do bloco fosse executado com recurso a serras de corte e a fio diamantado, de modo a possibilitar a recuperação intacta dos elementos pretendidos; que o desmonte

dos blocos para vazadouro ou aterro, na área a leste da afloramento gravado, com o fim de abrir a frente leste para o trabalho de corte, deveria ser realizado através de cunhas hidráulicas, de modo a não impor tensões demasiado próximas sobre o maciço a cortar; que sempre que possível, a execução dos cortes aproveitasse as diaclases e fraturas existentes garantindo a representatividade do maciço e a menorização da sua perturbação, na perspetiva de limitar os danos e de provocar uma leitura o menos antropomórfica possível do corte; que o corte do bloco fosse dividido em dois blocos, por questões de resistência do mesmo, aquando do corte e no transporte. Também teve de ser levada em conta a limitação de dimensões e ângulos de ataque das ferramentas de corte.

A ideia geral era a de evitar a criação de formas demasiado delgadas que se partissem no transporte ou com demasiado peso o que impossibilitaria o seu transporte com os meios existente na obra. Uma vez que a distância do transporte era inferior a 20 m seria importante que se pudesse usar uma giratória com capacidade para levantar mais de 10 toneladas.

4.4.2. Ações de corte e remoção do bloco gravado

Terminados os estudos prévios passou-se à execução do corte e remoção do afloramento gravado. Estes trabalhos foram executados pela empresa Argonvia – Serviços de Engenharia, sob a orientação do engenheiro geotécnico João Ralha, entre os dias 7 e 11 de agosto de 2017 e desenvolveram-se em cinco etapas a saber:

1) Saneamento e limpeza (trabalhos preparatórios). Esta 1ª etapa consistiu no saneamento da zona e limpeza de blocos graníticos em volta do afloramento gravado.

Para tal o sector oeste do afloramento foi limpo previamente à intervenção da equipa especializada no desmonte, o que foi realizado com recurso a equipamento de escavação mecânica pesada (vulgo giratória). Tal possibilitou uma área propícia aos trabalhos de pré-corte. As ações de remoção dos blocos soltos, de modo a não atingir a área do bloco gravado, foram executadas com cuidado e a utilização do martelo hidráulico foi mantida ao mínimo indispensável. Esta atividade teve acompanhamento arqueológico;

2) Pré-corte com cunha hidráulica. A 2ª etapa correspondeu ao desmonte e remoção de parte mais frágil do afloramento com recurso a cunhas hidráulicas. Os trabalhos iniciaram-se na frente leste, com o desmonte de pequenos blocos. Estes foram removidos pelo empreiteiro com o auxílio de uma giratória. Posteriormente, iniciaram-se os trabalhos delimitativos da estereotomia final dos blocos;

3) Corte e desmonte de material para vazadouro. A 3ª etapa centrou-se no corte de blocos para vazadouro com recurso a serra de disco. Estes foram cortados com serras de corte de rocha, com discos apropriados. Os elementos cortados foram facilmente removidos e não ofereceram muita resistência. Nesta fase foi possível verificar que, em profundidade, o afloramento encontrava-se mais alterado do que à superfície e que a meteorização dos elementos plagioclásicos era notória e agravada pela utilização de água no corte. Procedeu-se ao corte do topo pelo alinhamento este-oeste e as laterais pelo alinhamento norte-sul. Com o evoluir dos trabalhos foram removidos os “excessos” e delimitados os topos e lados dos mesmos. Finalmente fez-se o corte superior de separação dos blocos (Figura 11);



Figura 11. Pormenor dos blocos após os primeiros trabalhos de corte. Fonte: Fotografia de Paulo A. Pinho Lemos.

4) Corte dos blocos. A 4ª etapa equivaleu ao corte dos blocos a transportar e musealizar com recurso a serra de disco. Efetuou-se, primeiramente, o desmonte do bloco 2 (não gravado) que serviu para testar a metodologia usada e, se necessário, alterá-la e adequá-la no desmonte do bloco 1 (gravado). Procedeu-se à realização de furos de sondagem na base do bloco 2 para verificação das condições de corte e medidas que fossem necessárias a fim de garantir o transporte do mesmo. Em termos de dimensões realizadas aproveitou-se ao máximo o diaclasamento presente e cortou-se o bloco com 2,12 m de comprimento, 0,66 m de largura e 0,64 m de altura média. O corte do bloco 1 foi executado seguindo-se os alinhamentos sub-horizontais laterais. Este acabou por ficar com dimensões maiores do que as previstas no projeto para permitir a manutenção da área de diaclases que se mostravam frágeis. Ficou com cerca de 2,12 m de comprimento por 1,30 m de largura, não ultrapassando os 0,80 m de altura (Figura 12);



Figura 12. Trabalhos de corte do bloco 1. Fonte: Fotografia de Paulo A. Pinho Lemos.

5) Transporte dos blocos cortados. Por fim a 5ª etapa culminou com o acondicionamento e transporte dos blocos 1 e 2. O transporte do bloco 2 processou-se com o auxílio de cintas (forradas nos encontros das superfícies esquinadas); o transporte do bloco 1 seguiu os mesmos parâmetros do anterior.



Figura 13. Trabalhos de transporte do bloco 1. Fonte: Fotografia de Paulo A. Pinho Lemos.

Apenas foi necessário o uso de mais cintas e de maior cuidado no seu transporte, pois nas condições verificadas o equipamento tinha de manobrar com o elemento mais próximo para ter capacidade de carga. Após o seu transporte pode proceder-se ao desmonte do restante afloramento granítico, para dar seguimento à execução de obra (Figura 13).

4.5. Valorização da gravura rupestre

Os dois blocos foram colocados lado a lado, no seu alinhamento original, tendo sido trasladados simplesmente 12 m para NO do seu local original. Previamente à trasladação do afloramento gravado para a sua nova localização, foram realizados trabalhos de acondicionamento, assim como a criação de uma base impermeável e estável, em cimento, para garantir a fundação e estabilidade do conjunto dos dois blocos. Finalmente foram realizadas ações de colagem dos blocos com uma calda de cimento fina, devido à suscetibilidade do maciço à meteorização. O processo de valorização da gravura rupestre do Coruto culminou com a elaboração de uma placa informativa, em metal, disposta nas imediações do afloramento gravado com textos didáticos bilingues, em língua portuguesa e inglesa, da responsabilidade dos dois primeiros subscritores deste trabalho, acompanhada pelo levantamento 3D do afloramento original. O local foi ajardinado e provido de passeios que facilitam o acesso à gravura (Figuras 14 a 16).

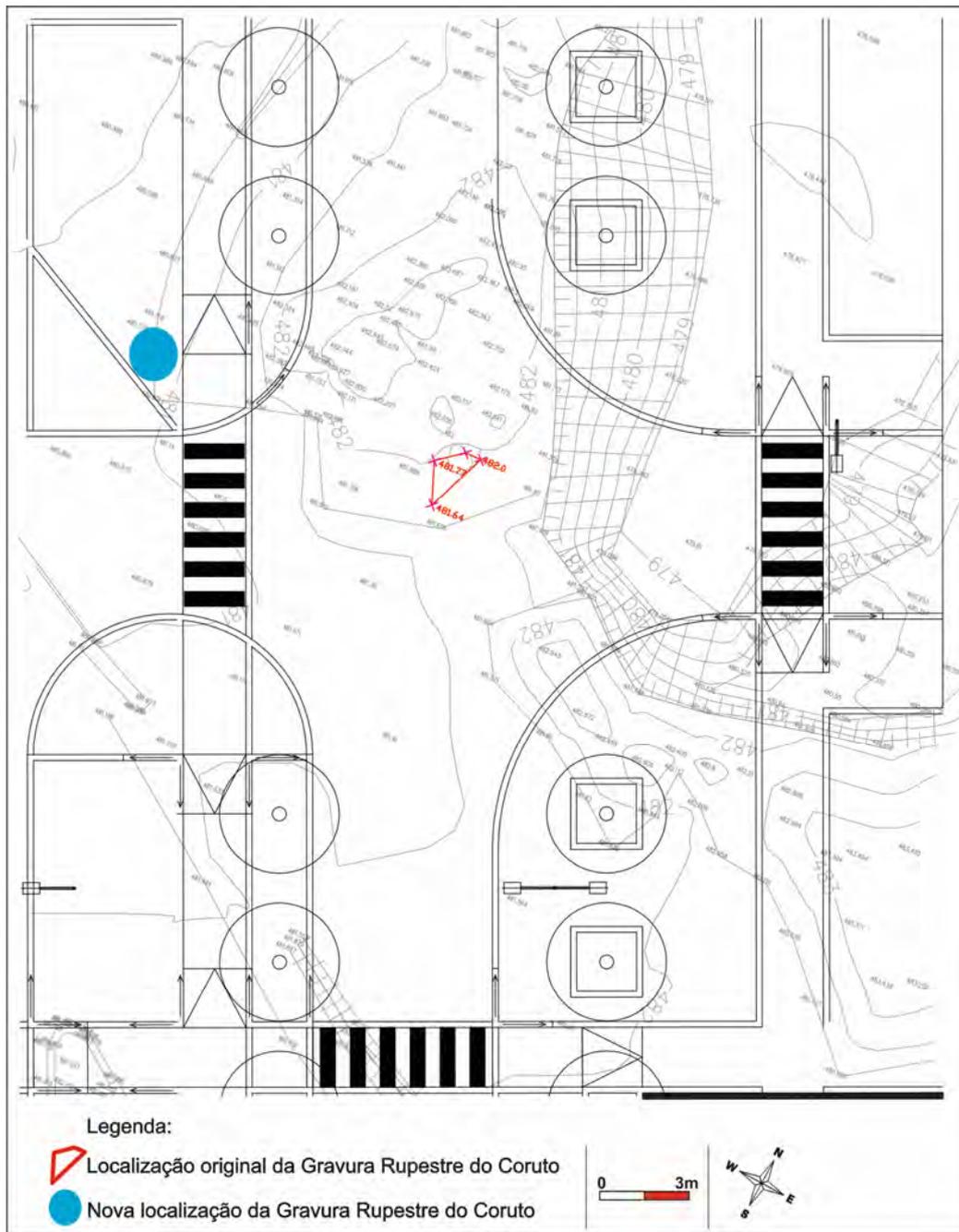


Figura 14. Projeto de execução do Interface Logístico do Parque de Negócio de Escariz com a implantação da gravura rupestre e o local de translado da mesma. Fonte: José Carlos Santos (Paviazemeis: Pavimentações de Azeméis Lda.).



Figura 15. Trabalhos de colagem dois blocos. Fonte: Fotografia de Paulo A. Pinho Lemos.



Figura 16. Gravura rupestre do Coruto, na sua nova localização. Fonte: Fotografia de Paulo A. Pinho Lemos.

5. Algumas Considerações

Na sequência das ações de acompanhamento arqueológico efetuadas no âmbito do projeto de execução do Interface Logístico do Parque de Negócio de Escariz foi identificada a gravura rupestre do Coruto. A descoberta deste sítio arqueológico levou a que o município de Arouca em diálogo com a DGPCN, optasse pela sua preservação e valorização para visita futura.

As medidas de estudo, registo, conservação e salvaguarda que foram necessárias implementar para a sua consecução implicaram um conjunto de metodologias interdisciplinares que se dão conta neste texto.

Trata-se de um caso de estudo onde imperaram as boas práticas e a boa vontade, possibilitando a preservação, divulgação e dignificação do património arqueológico, assim como o seu conhecimento pelas populações futuras.

Referências

- Bettencourt, A.M.S. (2017). *Gravura Rupestre do Coruto (Escariz, Arouca). Estudo Morfotecnológico. Projeto Alto do Coruto (Escariz, Arouca) - Estudo Patrimonial – Prospeção Arqueológica. Relatório Técnico-Científico*. Braga (Policopiado).
- Carta Militar de Portugal: Folhas 145 e 155 [Material cartográfico] Serviços Cartográficos do Exército - Escala 1:25.000. Série M888 - Lisboa: S.C.E., 1979/1998.
- Couto, H., Silva, A. M., Valério, M., Lemos, P. & Lourenço, A. (2010). Exploração de ouro no Geoparque Arouca: A Mina Romana da Gralheira d'Água. In Brandão, J.

M., Callapez, P. M., Mateus, O. & Castro, P. (Eds.) *Coleções e Museus de Geologia: missão e gestão*. Edição: Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra (MMGUC) / Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi).

Díaz-Guadarmino, M. (2010). *Las Estelas Decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica*, Madrid: Universidade Complutense de Madrid (Tese de Doutoramento).

Figueiredo, M. V. & Silva, A. M. S. P. (2005). Vestígios de mineração antiga na Região a Sul do Douro entre os rios Paiva e Arda (concelhos de Arouca e Castelo de Paiva, Portugal). In *Actas do 3º Simpósio sobre mineração e metalurgia históricas no sudoeste europeu*. Oporto.

Gomes, M.V. (2010). *Arte Rupestre do Vale do Tejo. Um Ciclo Artístico-Cultural Pré e Proto-histórico*. Lisboa: Universidade de Lisboa (Tese de Doutoramento).

Lemos, P.A.P. (2011). *Projeto Alto do Coruto (Escariz, Arouca) - Estudo Patrimonial – Prospeção Arqueológica. Relatório Técnico-Científico de Arqueologia*. Arouca. Policopiado.

Lemos, P.A.P. (2017). *Projeto de execução do Interface Logístico do Parque de Negócio de Escariz PROC. N.º 42/DPO/SOM/2016 – Nota Técnica. Relatório Técnico-Científico de Arqueologia*. Arouca (Policopiado).

Lemos, P.A.P. (2018). *Projeto de execução do Interface Logístico do Parque de Negócio de Escariz – PROC. N.º 42/DPO/SOM/2016 – Relatório Final. Relatório Técnico-Científico de Arqueologia*. Arouca (Policopiado).

- Lima, A.M.C. (2004). Arouca medieval: uma abordagem arqueológica. In A.M. Silva (Coord.) *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal, 306-335.
- Martins, C. (2008). *A Exploração Mineira Romana e a Metalurgia do Ouro em Portugal*. Braga: Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais.
- Pedrosa, F.T. (1988). Contrastes Espaciais no Concelho de Arouca - Alguns aspetos. In *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, nº 4, I Série, 223-290.
- Pereira, E., Gonçalves, L.S. & Moreira, A. (1980). *Carta e notícia explicativa da folha 13 – D (Oliveira de Azeméis) da Carta Geológica de Portugal à escala 1:50 000*. Lisboa: D.G.G.M. Serviços Geológicos de Portugal.
- Pereira da Silva, F. (1989). Escavação das mamoas 7 e 8 da Urreira, Escariz, Arouca – 1987. In *Revista de Guimarães*, nº 99, 290-318.
- Pereira da Silva, F. (1993). A necrópole de tumuli da Aliviada, Escariz - Arouca: uma primeira abordagem. In *Lucerna*, 3, 2ª série, 17-47.
- Pereira da Silva, F. (2004). Megalitismo e tradição megalítica no concelho de Arouca: três mil anos de arquitectura funerária. In Silva, A.M. (Ed.), *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal, 44-68.
- Pinto, M.C.M.V. (1987). O povoado do Monte de São Martinho. *Informação Arqueológica*. nº 8, 20.
- Pires, H., Martínez Rubio, J. & Elorza Arana, A. (2015) - Techniques for revealing 3D hidden archaeological features: Morphological Residual Models as virtual polynomial texture maps. *International Archaeological Photogrammetric Remote*

Sensing Spatial Information Science 40-5/W4: 415-421; doi:
[10.5194/isprsarchives-XL-5-W4-415-2015](https://doi.org/10.5194/isprsarchives-XL-5-W4-415-2015).

Pires, H. (2017). *Proposta para a realização de Digitalização tridimensional e estudo morfológico de afloramento rochoso com arte rupestre em Escariz, Arouca*. Porto (Policopiado).

Ralha, J. & Marques, N. (2017). *Interface Logístico do Parque de Negócios de Escariz. Estudo para a remoção de bloco rochoso com gravura*. Vila Nova de Gaia (Policopiado).

Silva, A.M.S.P. (1995). Escavações arqueológicas em S. João de Valinhas. Do primitivo castro ao castelo de Arouca. In *Poligrafia*, nº 4, 199-220.

Silva, A.M.S.P. (Coord. e Textos) (2004a). *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal.

Silva, A.M.S.P. (2004b). Castros, castrejos e romanos: a ocupação das terras de Arouca entre a proto-história e a romanização. In Silva, A.M. (Coord.), *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal, 206-235.

Silva, A.M.S.P. (Coord. Cient.) (2004c). *Memórias da Terra: uma viagem ao passado de Arouca*. Arouca: C.M.A./Sigologia. Sistemas de Informação Geográfica. 1 disco ótico (CD-ROM). Windows 98-XP.

Silva, A.M.S.P. & Ribeiro, M.C.S. (1999). A intervenção arqueológica em S. João de Valinhas (Arouca, Aveiro). Do povoado castrejo ao castelo da Terra de Arouca. In *Carlos Alberto Ferreira Almeida - In memoriam*. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 363-374.

- Silva, A.M.S.P. & Ribeiro, M.C.S (2002). A necrópole tardo-romana de Alvariça (Espunca, Arouca): algumas notas para uma revisão crítica. In *Atas do 1º Congresso da Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória*. Vol. I. Porto/Arouca, 523-542.
- Silva, A.M.S.P.; Leite, J.; Lemos, P.A.P. & Figueiredo, M.V. (2017). *Rock art places and contexts at Gralheira Massif (Central-NW Portugal): a general overview*. In Bettencourt, A.M.S., Santos-Estevez, M., Sampaio, H.A. & Cardoso, D. (Eds.), *Recorded Places, Experienced Places. The Holocene Rock Art of the Iberian Atlantic Northwest*, British Archaeological Reports – BAR, Oxford: Archeopress. 63-76.
- Vilaça, R. (1995). *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR.

**A PAISAGEM DE LONGA DURAÇÃO DO ALTO VALE DO
JEQUITINHONHA – OS VESTÍGIOS DE OCUPAÇÃO HUMANA DO
HOLOCENO MÉDIO NA SERRA DO ESPINHAÇO MERIDIONAL, MINAS
GERAIS – BRASIL**

**THE LONG – TERM LANDSCAPE OF THE HIGH VALLEY OF
JEQUITINHONHA – THE HUMAN OCCUPATION TRACKS OF THE
MIDDLE HOLOCENE IN THE SOUTHERN ESPINHAÇO MOUNTAIN
RANGE, MINAS GERAIS – BRAZIL**

Recebido a 09 de abril de 2020

Revisto a 18 de maio de 2020

Aceite a 29 de junho 2020

Átila Perillo Filho

Doutorando do Programa de Pós-graduação em História
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Faculdade de Ciências Humanas
Departamento de História
atilaperillo@gmail.com

Resumo

No Alto Vale do Jequitinhonha, na serra do Espinhaço meridional, encontram-se três sítios arqueológicos, todos em abrigos sob rocha quartzíticas, apresentando representações culturais em suas pinturas rupestres e remanescentes líticos. Estes sítios são uma pequena parcela de tantos outros sítios arqueológicos evidenciados na região centro-norte de Minas Gerais, Brasil. Em todos eles obtiveram-se datações relativas a uma ocupação humana durante o Holoceno médio, algo recente para a arqueologia regional. As datações que asseguram a presença humana no período do médio Holoceno confrontam a discussão de que ocorreu um hiato populacional nesta região durante tal período. Desta forma ao analisarmos os dados dos sítios arqueológicos descritos neste artigo podemos observar que a região apresenta uma ocupação de Longa Duração da paisagem que remete deste à transição do Pleistoceno para o Holoceno até tempos menos recuados, com datações indicando a produção artefactual lítica sendo realizada durante os últimos dois centenários. O número de sítios já identificados associado com a densidade de cultura material presente nos mesmos (em grande parte são materiais líticos e pinturas rupestres, podendo haver também enterros e a presença de sementes, porém nos últimos exemplos isso ocorre em baixa quantidade) aponta para que o Espinhaço Meridional seja caracterizado como um lugar de ocupação persistente.

Palavras-chave: Sítios Arqueológicos; Longa Duração; Paisagens.

Abstract

In the Alto Vale do Jequitinhonha, in the southern Espinhaço mountain range, there are four archaeological sites, all in shelters under quartzitic rock, presenting cultural

representations in their cave paintings and lithic remnants. These sites are a small portion of so many other archaeological sites found in the central-northern region of Minas Gerais, Brazil. In three of these sites, dates have been obtained regarding human occupation during the Middle Holocene, something new until then for regional archeology, while the fourth site testifies to an occupation that occurred during the late Holocene. The dates that ensure human presence in the middle Holocene period confront the discussion that there was a population gap in this region during that period. In this way, when analyzing data from the archaeological sites described in this article, we can observe that the region has a Long-Term occupation of the landscape that refers to the transition from the Pleistocene to the Holocene until less backward times, indicating a production of lithic artifacts being carried out in the last two hundred years. The number of sites already identified associated with the density of material culture present in them (largely lithic materials and rock paintings. There may also be burials and presence of seeds, but in the last examples this happens in low quantity) points to the Southern Espinhaço being characterized as a place of persistent occupation.

Keywords: Archaeological Sites; Long Duration; Landscapes.

1. Introdução

Nós existimos e a partir disso interagimos, nos relacionamos e fazemo-nos presentes no mundo. Toda a relação humana transcorre com a paisagem e acontece de acordo com sua capacidade de identificar e se relacionar às silhuetas dos canais, vales,

serras, planaltos e toda a sorte de morfologia que a paisagem incorpora. A partir da identificação nós refletimos, colocamos mãos, impressões, medos, plantamos florestas, criamos materialidades. Porém, antes de agir ou interagir com o meio, nós existimos.

Nossa vida acontece no curso do caminho, através das mudanças de direções, (re) interpretações, relações, encontros e desencontros que o saber fazer, o pensar e o se relacionar ocorrem. Como Tim Ingold (2019, p. 7) diz: *“como os caminhos se fazem ao andar, devemos continuamente improvisar modos de vida conforme avançamos, abrindo novas trilhas mesmo quando seguimos os rastros de nossos predecessores”*. É no caminho que a vida nasce, cresce e floresce, pelo caminho que o mundo e a paisagem acontecem e as vivências humanas transformam o inerte em história.

Para Ingold (2002, p. 196) o pensamento de Merleu-Ponty (1964 *Apud* Ingold, 2002, p. 196), é base para o entendimento de que o mundo adquire significado a partir das experiências humanas. Caminhando deixamos impressões de nós no mundo, gravadas na matéria que intercala devaneios e vontades, momentos de expressão temporal e etérea. Assim, na paisagem deixamos sinais de nosso tempo e maneiras de enxergar, é como comunicarmos uns com os outros e com o meio vivido. Para Gaston Bachelard (1994, p. 88) *“a paisagem do poeta é um estado d’alma, a paisagem do gravador é um caráter, um ímpeto da vontade, uma ação impaciente por agir no mundo”*, ou seja, na paisagem nós nos formamos.

A paisagem é trabalhada como objeto científico e tema de pensamento refletivo há alguns séculos, tendo recebido diversos significados no decorrer de sua história. Para Heródoto e Estrabão *“a paisagem foi alocada no âmbito do lugar da contemplação”* (Linke, 2008, p. 13) que mesmo em termos contemplativos tomava parte de uma

necessidade ao entendimento do mundo conhecido. Durante o Renascentismo, a paisagem abrangia uma concepção estética, tendo surgido no século XV sob o nome de *landskip*, se configuraria na representação da natureza abrangendo tudo aquilo que a vista alcança. No século XIX ela passa a configurar uma estrutura científica, saindo do contemplativo filosófico e poético para o produto sintetizado da geografia, onde Alexander Von Humboldt defendia sua necessidade descrição (Galhardo, 2019, p. 25).

A segunda metade do século XIX traz o homem para a geografia através da *Antropogeografia* de Friedrich Ratzel que vinha fortemente influenciada pelo determinismo e evolucionismo vigente à época, assim, o homem habitava um território e não uma paisagem. O termo território vem atrelado as relações de trabalho e desenvolvimento que cabia ao pensamento evolucionista do momento, Ratzel ainda defende que o território poderia ser visto como comparativo de evolução de uma sociedade, “a perda de território seria a prova de decadência da mesma. Enquanto que o progresso implicaria na necessidade de aumentar e expandir seu território” (Linke, 2008, p. 14).

No mesmo período em que as teorias de Ratzel sobre território eram difundidas, o francês Vidal de La Blache apresentava um pensamento que divergia do alemão, defendendo que o homem ocupava desde tempos antigos diferentes pontos do planeta e que justamente por estar presente em variados lugares desenvolveu técnicas, métodos, hábitos e costumes que permitiram seu desenvolvimento através da utilização dos recursos disponíveis, a este conjunto de conhecimento La Blache nomeou “gênero de vida” (Linke, 2008, p. 15).

A geografia Vidaliana se preocupava e pretendia entender agrupamentos humanos e não sociedades, discutindo e pesquisando as técnicas e instrumentos não se atendo a produção de recursos, assim ele “admitiu que o homem sofre sim influência do meio, que tudo é uma questão de contingência” (Linke, 2008, p. 15). Isso significa que a relação humana coma paisagem ocorre de maneira funcional, não sendo a paisagem determinadora e tampouco o humano passivo, esse jogo de relações imperativas discordava do determinismo geográfico de Ratzel atentando para que o meio não determinava as relações, mas sim recebia uma troca, possibilitando uma relação direta entre humano e a paisagem, pensamento este fundamental para o possibilismo defendido por La Blache (Linke, 2008, p. 15).

O início do século XXI traz novas concepções acerca do entendimento de paisagem, uma delas é a de Michel Collot (2012, p. 13) que a trata como um fenômeno, sendo, portanto, resultante da experiência momentânea, não agindo como agente ativo tampouco como agente passivo separado à humanidade. A paisagem então existe no momento da percepção, sendo construída a partir do intermédio existente entre um sistema simbólico, através do sujeito e definindo-se no mundo (Greco, 2019, p. 22).

Neste artigo, trabalho com um enfoque que entende a paisagem como dinâmica, produto das relações humanas em seu ambiente, ela ultrapassa o mero sentido fisiográfico e visual sendo entendida como uma construção que concretiza no tempo o humano através da materialidade ou imaterialidade (Ingold, 1993, p. 158, 2002, ppp. 1-465; Santos-Granero, 2005, p. 185, Fagundes et al., 2019, p.14, Galhardo, 2019, p. 39).

Trato de três sítios arqueológicos identificados na Serra do Espinhaço Meridional, Alto Vale do Jequitinhonha, em uma área arqueológica denominada Serra

Negra, os sítios Três Fronteiras 7, Sampaio e Cabeças 04. Todos eles apresentam datas que atestam a ocupação humana durante o Holoceno Médio, algo incomum para a região. Autores tem tratado esta falta de evidências para a ocupação do Brasil Central como um Hiato, onde durante o Holoceno médio os grupos teriam buscado outras regiões que apresentavam melhores condições climáticas para ocuparem (Araujo et al., 2003, p. 2, 2005, pp. 299-300). Porém a identificação de sítios arqueológicos apresentando datações entre 7.255 e 4.445 antes do presente (A.P.) associada as informações paleoambientais (Hórak-Terra, 2015, p. 121-125, Chueng, 2018, pp. 2268-2269) indicam que no Alto Jequitinhonha o clima não sofreu com a recorrente seca, indicando que ao menos nesta região, este deslocamento populacional parece não ter ocorrido.

Os três sítios em pauta estão localizados no alto vale do rio Araçuaí (Bacia Federal do Jequitinhonha), em uma área que, apesar de implantada no bioma do cerrado, apresenta um mosaico vegetacional que atualmente conta com diferentes feições fitogeográficas, desde o cerrado *stricto sensu*, perpassando pelos campos rupestres, campo limpo, matas secas e florestas estacionais semidecíduas (Fagundes, 2013, p. 87, Leite, 2016, pp. 65-72).

2. O Hiato do Holoceno (ou Hiato do Arcaico) e a cronologia de ocupação humana na Serra Porção Meridional da Serra do Espinhaço

O Planalto Central Brasileiro vem sendo sistematicamente estudado pela arqueologia nacional e um dos pontos discutidos durante os trabalhos seria o hiato populacional ocorrido durante o Holoceno Médio devido a um longo período de

estiagem e queda da humidade. Esta modificação climática resultou em um abandono populacional na região e afetou, especialmente, as ocupações em abrigos (Araujo et al., 2003, p. 1, 2005, pp. 299-300; Araujo, 2005/2006, p. 8).

Ao pesquisar a região do Carste de Lagoa Santa, Araújo (et al., 2005) observou que durante todo o período do Holoceno Médio o clima na região mineira fora consideravelmente mais seco. Estes dados paleoambientais em comparação com a existência de lacunas temporais de ocupação e indícios de um decréscimo populacional fez com que fosse levantada a hipótese de que esta modificação climática resultou em um esvaziamento populacional na região. Para a Serra do Espinhaço Meridional as pesquisas estão sendo desenvolvidas e apontam para uma caracterização climática diferente (Vasconcelos et al., 2018, p. 45).

“Os dados até então produzidos para o Planalto Diamantinense e para Serra Negra (na borda Leste da Serra do Espinhaço Meridional) indicam que ocorreram instabilidades climáticas durante o Holoceno variando entre clima frio-quente e úmido-seco. Contudo, para o Holoceno Médio, na maioria dos casos, observou-se um período mais estável com clima quente e úmido, sobretudo entre 7000 e 4000 anos AP.”

(Vasconcelos et al., 2018, p. 45).

Assim, a estrutura climática regional pode ter sido diferente daquela vista para o Carste de Lagoa Santa, oferecendo um clima menos hostil. Pesquisas paleoambientais estão sendo desenvolvidas na região e a compreensão de como fora o clima no passado pode oferecer importantes dados para pesquisas arqueológicas, bem como perguntas. Os resultados das pesquisas desenvolvidas na turfeira Pau-de-Fruta em Diamantina e uma outra turfeira no Distrito de Pinheiro, também Diamantina mostram que o clima durante

o Holoceno Médio na Serra do Espinhaço Meridional variara entre úmido e quente e seco e quente, a tabela 1 ilustra os dados obtidos por Hórak-terra (2014, p. 32, p. 68) e Hórak-Terra (et al., 2015, p. 130).

Tabela 1

Dados paleoclimáticos da região de Diamantina. Fonte: Hórak-terra (2014) e Hórak-Terra (et al., 2015).

Dados Obtidos na Turfeira do Distrito Pinheiro		
Época	Tipo de Clima	Anos
Transição Pleistoceno/Holoceno até Holoceno Médio	Muito úmido e muito frio	14.400 até 6.600 AP.
Holoceno Médio	Seco e quente	6.600 até 3.300 AP.
Holoceno Superior	Quente e seco para Subúmido	3.300 até o presente
Dados Obtidos na Turfeira Pau-de-Fruta		
Transição Pleistoceno/Holoceno e Holoceno Inicial	Frio e muito úmido	10.000 até 7.360 AP.
Holoceno Médio	Úmido e quente	7.360 até 4.200 AP.
Holoceno Médio e Holoceno Tardio	Seco e quente	4.200 até 2.200 AP.
Holoceno Tardio	Seco com períodos de resfriamento	2.200 até 1.160 AP.
Holoceno Tardio	Subúmido ameno	1.100 AP até o presente.

Outro ponto relevante para a discussão da presença ou não deste Hiato na região da Serra do Espinhaço era a falta de datações em sítios arqueológicos indicando a presença humana na região durante o Holoceno Médio. Sítios com ocupação referente à Transição do Pleistoceno para o Holoceno Inicial são conhecidos regionalmente através dos trabalhos do Setor de Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Isnardis, 2009, p. 280, 2013, pp. 54-67).

Sítios Arqueológicos como a Lapa do Caboclo, a Lapa da Chica e a Lapa do Peixe Gordo, ambos instalados em afloramentos rochosos quartzíticos no município de Diamantina, apresentam datações de aproximadamente 10.500 AP. (Isnardis, 2009, p. 49; Solari et al., 2012, p. 131). As estruturas de combustão que geraram as datas

referentes à Transição do Pleistoceno e Holoceno Inicial (provenientes da Lapa do Peixe Gordo e do Caboclo) eram pequenas, não ultrapassando 50cm de diâmetro. Estando também associadas à blocos rochosos e materiais faunísticos (Isnardis, 2009, pp. 81-84).

Os materiais líticos identificados na Lapa do Caboclo e do Peixe Gordo apresentam indícios do uso de retoques e da *façonagem*, cujos suportes eram em geral plaquetas de quartzito homogêneo e com boa resposta ao lascamento. Atividades que resultarem em materiais “com perfil curvo e porção proximal delgada, atestando a produção de artefatos refinados” (Isnardis, 2009, p. 85).

A matéria prima secundária, em sítios como a Lapa do Caboclo e do Peixe Gordo, foi o quartzo. Mesmo não sendo a matéria principal de trabalho para o lascamento sua presença não é, como dito por Isnardis (2009, p. 85) inexpressiva. Foram trabalhados também a partir da *façonagem* e apresentam indícios de retoques. De acordo com Isnardis (2009, pp. 85-86), na Lapa do Caboclo uma das intenções da utilização do quartzo foi a produção de artefatos bifaciais delgados enquanto que no Peixe Gordo a presença de pequenas lascas levanta a suposição de que o suporte preferencial tenham sido pequenos cristais de quartzo.

Para o Holoceno Superior, as datações foram obtidas em diferentes sítios arqueológicos estudados tanto pelo Setor de Arqueologia da UFMG quanto pelo Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem (LAEP) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Dentre os sítios para os quais dispõem-se datações para este período estão: Itanguá 02, Mendes II (Perillo Filho, 2016, p. 78, Fagundes & Perillo Filho, 2018, p. 6), Lapa do Caboclo, Lapa da Chica e Lapa do Macaco (Isnardis, 2009, p. 87, 2013, pp. 54-67).

As datações realizadas na Lapa do Caboclo resultaram em uma ocupação recente de 680 ± 50 e 1220 ± 40 A.P. Os materiais datados estavam em associação a cinco estruturas funerárias e depósitos vegetais. O carvão datado da Lapa da Chica indicou uma ocupação recente ocorrendo em 2730 ± 40 . O material datado fora retirado nos primeiros cinco centímetros do pacote sedimentar do sítio.

A Lapa do Caboclo abriga uma densidade de exploração de quartzo superior à de quartzito, onde processos como a *façonagem* e a *debitagem* podem ser observadas nos materiais. O universo cultural do sítio em questão abriga lascas de adelgaçamento, retoque, instrumentos retocados uni e bifacialmente, um grande conjunto de lascas de pequeno porte e, de acordo com Isnardis (2009, p. 90) a utilização do lascamento unipolar é quase total nos materiais líticos.

Os materiais lascados em quartzo na Lapa da Chica aparecem em formas de lasca de *debitagem*, alguns exemplares, inclusive, sendo obtidos através da exploração de seixos, característica incomum para Diamantina. O quartzito aparece em colorações cinza e avermelhada e em forma de lascas de *debitagem* e instrumentos sob plaquetas. A matéria-prima explorada neste sítio é, em comparação com a Lapa do Caboclo, mais diversificada, não apresentando um material em maior quantidade de uso que o outro. Este sítio ainda apresenta uma grande densidade de materiais líticos, o que sugere que uma intensa atividade de lascamento ocorria localmente (Isnardis, 2009, p. 142).

Isnardis (2009) afirma que em alguns sítios por ele estudado, o material lítico possui uma notável semelhança com materiais líticos mais antigos do Brasil Central, os plano-convexos da Tradição Itaparica. Para o autor as semelhanças formais e tecnológicas são expressivas, traduzindo-se na estruturação dos bordos e gumes, e a

escolha da *façonagem* como técnica de lascamento para modificação de volume e tamanho, sendo posteriormente seguidas para as atividades de retoques (Isnardis, 2009, p. 220).

A diferença, ainda de acordo com o autor, está concentrada na escolha do suporte para produção artefactual, em Diamantina há uma clara predileção para a utilização das plaquetas enquanto que os materiais do Brasil Central optarem por lascas.

Outro sítio arqueológico que forneceu datações para o Holoceno Superior é o Itanguá 02. É um abrigo rochoso que para fins de interpretação fora subdividido arbitrariamente em três compartimentos distintos (central, leste e oeste), onde em todos os compartimentos foram identificadas presenças de painéis rupestres. O compartimento central foi alvo de escavações que resultaram em um pacote sedimentar muito pequeno com profundidade máxima de 25cm, onde apresenta maior profundidade, e 5cm na área de menor profundidade (Perillo Filho, 2016, p. 58, Fagundes & Perillo Filho, 2018, p. 6).

As escavações identificaram um expressivo acervo cultural lítico, 6000 peças localizadas tanto em superfície quanto em subsuperfície, além de outros vestígios associados a ocupação humana, tais como: vasilhame cerâmico recente (identificado no compartimento leste); um artefato em madeira fossilizada, e 10 painéis rupestres (Fagundes & Perillo Filho, 2018, p. 3).

O abrigo central, que foi escavado, mede 4,5m de profundidade por 6,5m de largura na porção frontal. Outras áreas abrigadas que são formadoras deste afloramento na parte de trás e no centro apresentam dois vãos que subdividem os compartimentos. O compartimento leste é formado por um abrigo que mede 5,40m de profundidade por 6m

de largura contendo dois painéis rupestres e no compartimento oeste, o abrigo mede 4,5m de profundidade por 5m de largura e temos mais dois painéis (Perillo Filho, 2016, p. 58, Leite, 2016, p. 113), (Figura 1).



Figura 1. Vista dos três compartimentos do sítio arqueológico Itanguá II. Fonte: Átila Perillo Filho (2016)

As escavações no sítio arqueológico, realizadas através de níveis artificiais e em quadrículas de 1m² denominadas através de um sistema alfanumérico, identificaram uma grande densidade de materiais lascados em toda a extensão do pacote sedimentar e duas camadas culturais, vale ressaltar que a maior concentração de materiais líticos está na camada 02.

1. “A primeira camada (camada 01), formada por um antropossolo de coloração escura pouca compactada e arenosa, com espessura variante entre 02 e 10cm é marcada por uma baixa densidade artefactual” (Perillo Filho, 2016, p. 62).

2. A segunda camada (camada 02), com profundidade de 10 a 25cm, apresentou uma maior densidade de materiais arqueológicos e o sedimento presente nesta

porção do pacote sedimentar é fruto da decomposição da rocha quartzítica resultando em uma coloração clara (Perillo Filho, 2016, p. 62).

Na primeira camada do pacote sedimentar do sítio foi identificada uma estrutura de combustão cujos materiais foram levados para datação C^{14} , o resultado foi uma cronologia que atesta a ocupação desta camada do sítio em pelo menos 680 ± 110 anos A.P. (CENA/USP), dado que indica que as atividades humanas no Itanguá 02 podem ter ocorrido em tempos mais recuados, porém como não foram identificados remanescentes orgânicos na segunda camada, as datações estão relacionadas apenas aos últimos momentos de ocupação do sítio.

A matéria-prima mais explorada no sítio foi o quartzo hialino (presente em 75% dos materiais), outras matérias-primas como o sílex, que está presente em diferentes tonalidades como o caramelo e o vermelho, o quartzito e o arenito silicificado também são presentes (Perillo Filho, 2016, p. 80). No sítio lascas (de debitage, *façonagem* e retoque), núcleos e instrumentos. A debitage unipolar configura como sendo a forma mais presente de exploração do material rochoso, isso se dá devido à alta qualidade do quartzo identificado no sítio, que por bem responder as atividades de lascamento permite uma melhor manipulação do mesmo (Perillo Filho, 2016, p. 80, Fagundes & Perillo Filho, 201, p. 8).

Outro sítio arqueológico que apresenta datações para o Holoceno Superior é o Mendes II, localizado no município de Diamantina. As duas datações obtidas neste sítio, a primeira para o nível 15 e a segunda para o nível 18, mostram uma ocupação local por volta de 220 ± 20 e 330 ± 85 . A.P. Os materiais líticos identificados no sítio em questão são produtos da exploração do quartzo e do quartzito. Os materiais elaborados em

quartzito são planos-convexos e raspadores, todos produzidos através da exploração de plaquetas e lascas. O quartzo figura na presença de pequenos raspadores, pontas de projétil, núcleos e percutores (Fagundes, 2013, p. 74).

Como dito anteriormente, datações ligadas ao Holoceno Médio eram, até meados de 2014, inexistentes para a região da Serra do Espinhaço Meridional. Até o momento para a região as datações eram antigas ou recentes, os trabalhos realizados no Sítio Arqueológico Cabeças 4 foram os primeiros a indicarem, com apresentação de datações, a existência de sítios arqueológicos ocupados no Holoceno Médio para a região (Fagundes, 2015, pp. 1-36).

Posteriormente outros dois sítios arqueológicos, o Três Fronteiras 7 e o Sampaio, também forneceram datações para o Holoceno médio. Estes três sítios arqueológicos mostram uma ocupação sistemática dos abrigos rochosos em que estão instalados, com variados pacotes sedimentares e estruturas de combustão associadas à material lítico em que datas em questão foram obtidas (Fagundes, 2016, p. 6, Silva, 2017, p. 22, Vasconcelos et al., 2018, p. 47). A tabela 2 apresenta as datações separadas por períodos cronológicos em sítios arqueológicos na região da Serra do Espinhaço, mais especificamente em aproximação do município de Diamantina.

Tabela 2

Datações de Sítios Arqueológicos do Alto Jequitinhonha. Fonte: Vasconcelos (et al., 2018), Fagundes (2015, 2016); Isnardis (2009, 2013, 2017); Alves (2016).

Holoceno Tardio							
Sítio	Município	Laboratório	Material Datado	Técnica	Localização	Data	Calibragem
Caboclo	Diamantina	BETA 199502	Carvão	-	Camada 02	10560±40	-
Caboclo	Diamantina	BETA 233764	Carvão	-	Camada 02	10380±60	-
Peixe Gordo	Diamantina	BETA 233762	Carvão	-	Camada 03	10210±60	-
Lapa da Onça	Diamantina	CEN 1180	Carvão	-	Camada 03	8530±120	-
Lapa da Chica	Diamantina	BETA 524271	-	-	-	8760±50	-
Holoceno Médio							
Cabeças 4	Felício dos Santos	BETA 379290	Carvão	C ¹⁴	Qd. F30, Camada 05, nível 16.	6290±30	7255 a 7170
Cabeças 4	Felício dos Santos	BETA 379290	Carvão	C ¹⁴	Qd. F30, camada 05, nível 14, sedimento no interior claro com bordas alaranjadas e líticos associados	6170±40	7160 a 7100
Cabeças 4	Felício dos Santos	BETA 370289	Carvão	C ¹⁴	Qd. E30, camada 04, nível 18, mancha escura com material lítico associado	5270±40	6168 a 6150
Cabeças 4	Felício dos Santos	BETA 370291	Carvão	C ¹⁴	Qd. E30, camada 03, nível 13, mancha escura com material lítico associado	4010±40	4520 a 4420

Sampaio		BETA 471280	Carvão	C ¹⁴	Nível 09, camada de ocupação 03. Material associado à lítico.	4280±30	4866 a 4799
Três Fronteiras 7		BETA471281	Carvão	C ¹⁴	Camada de ocupação 02, associada a	4100±30	4643 a 4424
Cabeças 4	Felício dos Santos	BETA 379289	Carvão	C ¹⁴	Quadrícula E30, nível 09, camada 03.	3980±30	4445 a 4420

Holoceno Superior							
Lapa da Chica	Diamantina	BETA 254270	Carvão	-	-	2730±40	
Lapa do Taião	Diamantina	CEN 1183	Carvão	C ¹⁴	Camada 02	2370±80	-
Cabeças 1	Felício dos Santos	BETA 379288	-	-	-	1960±30	1190 a 1865
Cabeças 3	Felício dos Santos	BETA 400565	-	-	-	940±30	-
Lapa do Macaco	Felício dos Santos	BETA 379292	Carvão	AMS	Qd. N3, nível 08, camada 03.	1970±30	-
Lapa do Caboclo	Diamantina	BETA 199503	Estrutura de depósitos vegetais	-	Camada 01	1220±40	-
Lapa da Onça	Diamantina	BETA 370293	Carvão	C ¹⁴	Estrutura 2, Qd. K21, camada 03	790±30	-
Matão 01	Felício dos Santos	-	-	C ¹⁴	-	980 ± 30	922 a 788 AP.
Matão 01	Felício dos Santos	-	-	C ¹⁴	-	1240 ± 30	1024 a 986 AP.
Matão 01	Felício dos Santos	-	-	C ¹⁴	-	1270 ± 30	1990 a 1965 AP.
Itanguá 2	Senador Modestino Gonçalves	CEN 1172 (AMOSTRA 01)	Carvão em estrutura de combustão	C ¹⁴	Camada 01 (10 cm prof.), centro da estrutura.	680 ± 110	-
Lapa do Caboclo	Diamantina	BETA 199504	Sepultamento (estojo de casca de árvore)	-	Camada 01	680±50	

Itanguá 2	Senador Modestino Gonçalves	CEN 1181	Carvão – fora da estrutura de combustão	C ¹⁴	Camada 01 (10 cm prof.)	660 ± 85	798 a 497 AP.
Itanguá 2	Senador Modestino Gonçalves	CEN 1173	Carvão mancha Escura	C ¹⁴	Camada 01 (10 cm prof.)	630 ± 30	-
Matão 01	Felício dos Santos	-	-	LOE	-	550 ± 50	-
Cabeças 4	Felício dos Santos	BETA 379291	Carvão, mancha escura	C ¹⁴	Qd. E30, nível 4, camada 01	480 ± 30	530 a 510
Matão 01	Felício dos Santos	-	-	LOE	-	400 ± 50	-
Mendes 2	Diamantina	CEN 1182	Carvão, estrutura de combustão	C ¹⁴	Camada 01, nível 18	330 ± 85	-
Itanguá 2	Senador Modestino Gonçalves	BETA 310324	Carvão/sedimento, mancha cinza	AMS	Camada 01 (05 cm prof.)	270 ± 20	-
Lapa do Macaco	Felício dos Santos	BETA 379288	Carvão, estrutura de combustão	AMS	Quadrícula K2, Nível 05, Camada 01	230 ± 30	-
Mendes 2	Diamantina	UG AMS#10586	Carvão, mancha escura	AMS	Camada 01, nível 15	220 ± 20	-
Cabeças 1	Felício dos Santos	BETA 379288	-	-	-	230±30	280 a 255
Itanguá 2	Senador Modestino Gonçalves	DAT3289	Sedimento mancha escura	LOE	Camada 01	120 ± 20	-
Cabeças 4	Felício dos Santos	BETA 370292	Sedimento mancha escura	C ¹⁴	Camada 01	60 ± 30	-

Por mais que tratemos de maneira mais descritiva os três sítios arqueológicos em questão no capítulo que se segue, a obtenção das datas referentes ao Holoceno Médio nestes sítios, indica que a paisagem da Serra do Espinhaço Meridional pode não ter sofrido com um escoamento populacional neste período. Levando em consideração que

ainda existam sítios a serem identificados na região, que apresenta um alto potencial arqueológico outros sítios com datações semelhantes ainda podem ser identificados.

2.1. Uma Área, Diferentes Complexos Arqueológicos

A Serra do Espinhaço Meridional está em uma área de divisa de três bacias hidrográficas, a do Jequitinhonha, do Doce e do São Francisco. Sua fitofisionomia favoreceu o estabelecimento de diferentes ecossistemas em sua extensão, sendo o cerrado o bioma mais abrangente da região. É neste local que figuram os sítios arqueológicos aqui pesquisados. Fagundes (2020, p. 15) ressalta que a área apresenta uma grande potencialidade arqueológica, haja visto que já foram identificados mais de 300 sítios na referida serra, e que esse número pode ainda ser consideravelmente, haja visto que pouca parcela do território fora prospectada.

Os três sítios arqueológicos trabalhados neste artigo compõem uma série de sítios que estão localizadas em uma área arqueológica denominada de Serra Negra. As feições da paisagem de Serra Negra são caracterizadas pela intensa presença de abrigos sob rocha quartzítica, muitos destes inclusive com presença de arte rupestre. Geologicamente a região oferece aporte a instalação de sítios arqueológicos na forma de abrigos, e também oferece matéria-prima para elaboração artefactual. No segundo caso Serra Negra se diferencia da região do Planalto Diamantinense pela pouca utilização do quartzito na produção artefactual (Fagundes, 2020, p. 6).

Sua geomorfologia é “marcada pela presença de morros do tipo meia laranja” (Fagundes, 2020, p. 20), Figura 2, estrutura semelhante daquela identificada nas regiões dos mares de morros de Minas Gerais, sendo formados por dezenas de serras. O clima é mesotérmico e marcado por verões brandos e úmidos intercalados de invernos frescos e secos apresentando uma temperatura anual média de 18° (Fagundes, 2020, p. 10).

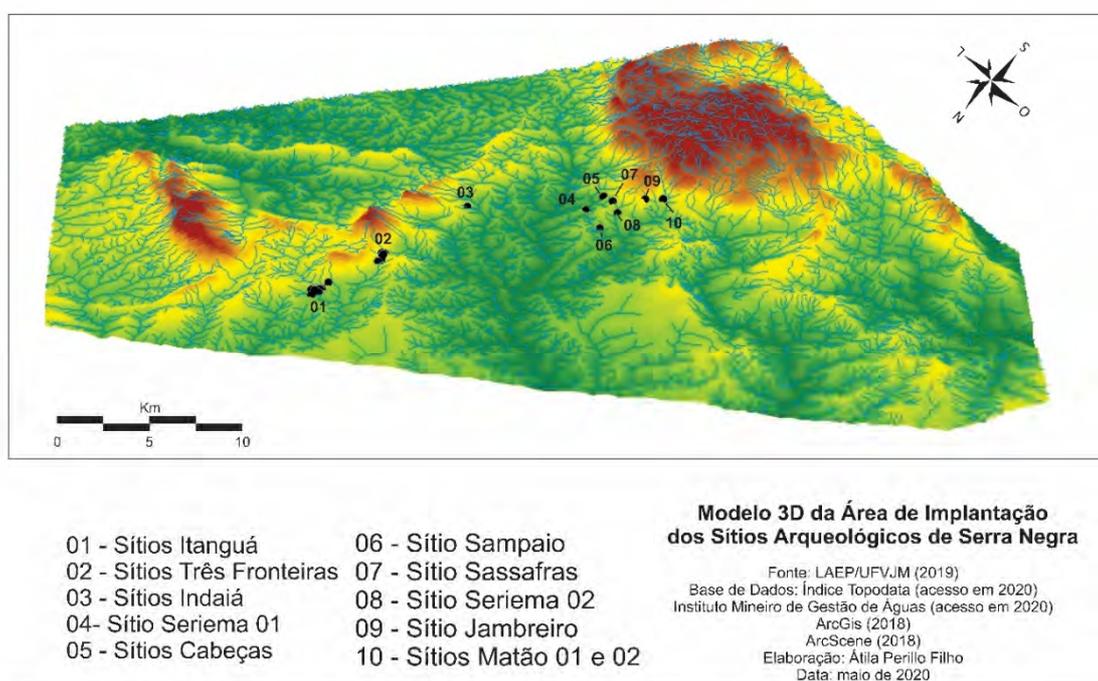


Figura 2. Modelo tridimensional da área de implantação dos sítios arqueológicos em Serra Negra. Fonte: Autor.

No que tange ao fator arqueológico, a Área de Serra Negra é formada por três Complexos Arqueológicos, o Complexo Campo das Flores, o Complexo Serra do Ambrósio e o Complexo Felício dos Santos. Onde os sítios estão implantados em áreas de abrigos sob rocha numa cota altimétrica que varia de 800m a 1200m, tendo a fisionomia da paisagem intercalada entre campos rupestres, florestas semidecíduas e cerrados (Fagundes, 2013, p. 84).

O significado de Complexo Arqueológico é, como proposto por Schalanger (apud Fagundes, 2013, p. 68), associado à uma assembleia de sítios arqueológicos que carregam entre si semelhanças em seus sistemas de implantação e repertório cultural, a somatória de vários Complexos Arqueológicos formaria uma Área Arqueológica “que, além de compartilhar características semelhantes, possui indicadores de uma rede de trânsito entre grupo (ou mesmo grupo) que divide um determinado território” (Fagundes, 2013, p. 68).

Todos os sítios arqueológicos aqui descritos são componentes do que Fagundes (2013, p. 74) denominou de Complexo Arqueológico Felício dos Santos. A tabela 3 apresenta de forma descritiva os sítios componentes da Área Arqueológica em questão, bem como suas características de implantação.

Tabela 3
Complexos Arqueológicos Pertencentes à Área Arqueológica de Serra Negra. Fonte: Fagundes (2013).

Complexo	Localização	Nº de sítios	Hidrografia	Cobertura vegetal	Implantação
Campo das Flores	Borda norte da serra dos dois irmãos, implantado em média vertente.	21	Ribeirão Itanguá	Campo rupestre	Abrigos sob rocha
Felício dos Santos	Borda da Serra. Os sítios estão em média e alta vertente.	38	Tributários do rio Araçuaí	Cerrado e floresta estacional semidecidual	Abrigos sob rocha
Serra do Ambrósio	Área de contraforte. Sítios instalados em topo de serra	6	Nascentes das bacias do Doce e do Jequitinhonha	Floresta estacional semidecidual	Abrigos sob rocha

2.2. Sítio Arqueológico Três Fronteiras 7

O conjunto de sítios arqueológicos Três Fronteiras, ver tabela 4 e figuras 3 e 4, está inserido em áreas do Orógeno Araçuaí, em uma área de fronteira entre os municípios Senador Modestino Gonçalves, Felício dos Santos e Itamarandiba. Todos os sítios arqueológicos, um total de 16, estão localizados em abrigos rochosos de fina a média granulometria e coloração clara (branco) e espalhados em uma área de 561m². A paisagem local apresenta características intercaladas entre campos e formações rupestres, apresentando um solo pouco profundo e resultante da decomposição rochosa local (*neossolo lítico quartzarênico*). Três Fronteiras está localizado em áreas de influência das microbacias dos córregos Lambari Dourado e Água Quente, onde ao longo de seus cursos é possível ainda ver florestas estacionais semidecíduais (matas de galeria) (Fagundes, 2016, p. 8, Vasconcelos et al., 2018, p. 15).

Tabela 4

Sítios Arqueológicos Componentes do Complexo Arqueológico Três Fronteiras. Fonte: Fagundes (2016); Fagundes (et al., 2018); Vasconcelos (et al., 2018).

Sítio	Tipo	Superfície do Abrigo	Município	Cultura Material	Implantação (Vertente)
Três Fronteiras 01	Abrigo Sob Rocha	Rochosa	Felício dos Santos	Rupestre	Alta
Três Fronteiras 02	Abrigo Sob Rocha	Rochosa	Felício dos Santos	Rupestre	Alta
Três Fronteiras 03	Abrigo Sob Rocha	Sedimentar	Felício dos Santos	Rupestre	Alta
Três Fronteiras 04	Abrigo Sob Rocha	Sedimentar	Felício dos Santos	Rupestre	Alta
Três Fronteiras 05	Abrigo Sob Rocha	Sedimentar		Rupestre	Alta
Três Fronteiras 06	Abrigo Sob Rocha	Rochoso e sedimentar	Senador Modestino Gonçalves	Rupestre	Baixa
Três Fronteiras 07	Abrigo Sob Rocha	Sedimentar	Senador Modestino Gonçalves	Lítico, rupestre e carvão.	Baixa
Três Fronteiras 08	Abrigo Sob Rocha	Rochoso e sedimentar	Senador Modestino Gonçalves	Rupestre	Baixa
Três Fronteiras 09	Abrigo Sob Rocha	Sedimentar	Senador Modestino Gonçalves	Rupestre	Baixa
Três Fronteiras 10	Abrigo Sob Rocha	Sedimentar	Senador Modestino Gonçalves	Rupestre	Baixa
Três Fronteiras 11	Abrigo Sob Rocha	Sedimentar	Senador Modestino Gonçalves	Rupestre	Baixa
Três Fronteiras 12	Abrigo Sob Rocha	Sedimentar	Senador Modestino Gonçalves	Rupestre	Baixa
Três Fronteiras 13	Abrigo Sob Rocha	Sedimentar	Senador Modestino Gonçalves	Rupestre	Alta
Três Fronteiras 14	Abrigo Sob Rocha	Sedimentar	Senador Modestino Gonçalves	Rupestre	Alta
Três Fronteiras 15	Abrigo Sob Rocha	Rochoso	Senador Modestino Gonçalves	Rupestre	Alta
Três Fronteiras 16	Abrigo Sob Rocha	Sedimentar	Senador Modestino Gonçalves	Rupestre	Alta

O sítio de número 07 apresenta está inserido em um abrigo formado pelo abatimento de blocos de grande porte criando uma área abrigada total de 80m² com dimensões de 8,5m de comprimento, 6,20m de largura e altura de 2,75. Possui entradas nas quatro direções cardeais e em comparação aos demais sítios de Três Fronteiras possui acesso fácil estando distante 130m do córrego Lambari Dourado (Vasconcelos et al., 2018, p. 32), (Figuras 3 e 4).

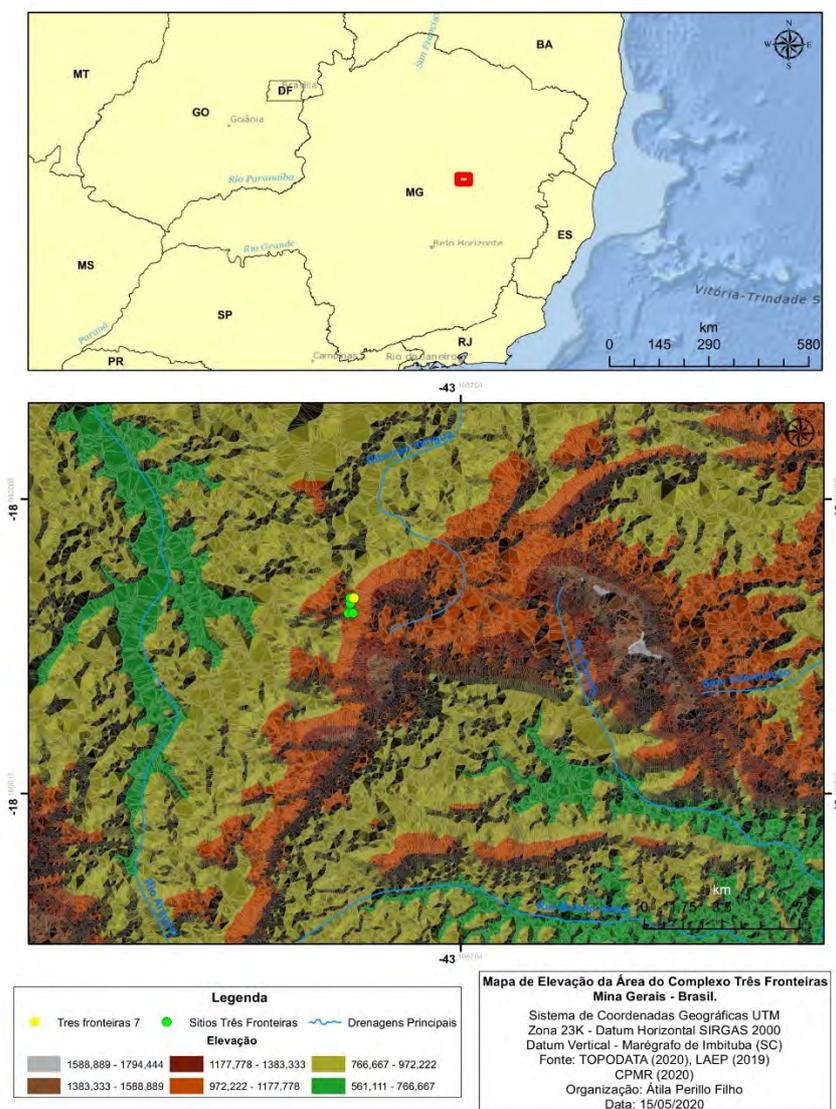


Figura 3. Mapa de localização do Complexo Arqueológico Três Fronteiras. Fonte: Autor



Figura 4. Vista aérea da área de implantação do Complexo Arqueológico Três Fronteiras. Fonte: Marcelo Fagundes (et al., 2018).

A parte que sofreu com intervenções fora a parte central do sítio arqueológico, que fora quadriculada em sentido norte-sul, inicialmente a partir da elaboração de uma trincheira de 3m de comprimento. O nome das quadrículas componentes desta trincheira fora feito de maneira alfanumérica sendo estes, J10, J11 e J12, este último sendo o ponto 0 da escavação. As intervenções no pacote sedimentar do sítio arqueológico ocorreram a partir da realização de decapagens naturais buscando seguir a topografia natural do terreno, bem como os processos formativos do solo. O primeiro momento de escavações identificou materiais líticos em grande quantidade (cuja matéria-prima mais representativa fora o quartzo) (Vasconcelos et al., 2018, p. 35).

Neste momento ainda se identificou na quadrícula J10 (no nível 07) uma estrutura de combustão e na quadrícula J12 (no nível 06) uma mancha escura, porém a quantidade de materiais para datação fora insuficiente. A falta de materiais para datação e a grande quantidade de materiais líticos foram motivos para a realização de uma ampliação das áreas escavadas. Deste modo uma trincheira de 2m em sentido ao setor

leste do sítio fora aberta (quadrículas I11 e I12), sendo realizada também uma quadrícula próximo a parede formativa do abrigo, denominada de H12. Assim a escavação identifica, nas seis quadrículas realizadas, três camadas distintas, resultando em um total de 4157 materiais líticos, ver figura 5 (Vasconcelos et al., 2018, p. 38).

Camada 01: a primeira camada é composta pela superfície escavada e os níveis 02 e 03. Na quadrícula J10 ela é profunda e caracterizada pela presença de materiais orgânicos e alta densidade de raízes. O sedimento apresenta uma coloração cinza (variando entre o mais claro ao mais escuro), ainda é possível observar lentes de areia no setor norte da escavação. A superfície apresenta baixa compactação sedimentar, que aumenta de acordo com a profundidade. Foram identificados poucos materiais líticos, majoritariamente em quartzo, porém há presença de sílex e quartzito (Vasconcelos et al., 2018, p. 38).

Camada 02: a segunda camada se inicia na transição dos níveis 03 e 04 e finaliza entre os níveis 06 e 07. O pacote sedimentar é majoritariamente arenoso apresentando uma coloração que varia entre o cinza claro e o branco. Nesta camada foram identificadas quatro estruturas de combustão, o material datado da quarta estrutura gerou uma datação de 4100 ± 30 A.P. O material lítico está presente em grande quantidade e densidade, onde o quartzo é o material mais presente (em forma de lascas brutas). Nesta camada os materiais elaborados em sílex são mais significativos que a anterior. A presença do quartzito é pequena e ocorrem majoritariamente em forma de percutores. Esta camada é, inclusive, a que mais densidade de material lítico apresenta (Vasconcelos et al, 2018, p. 38).

Camada 03: a terceira camada se inicia entre os níveis 06 e 07 e continua até a rocha base do solo. O sedimento é mais compactado que os anteriores e apresenta uma coloração marrom claro. Esta camada é a que menos apresenta densidade de líticos que mais próximos à base rochosa são inexistentes (Vasconcelos et al., 2018, p. 39).

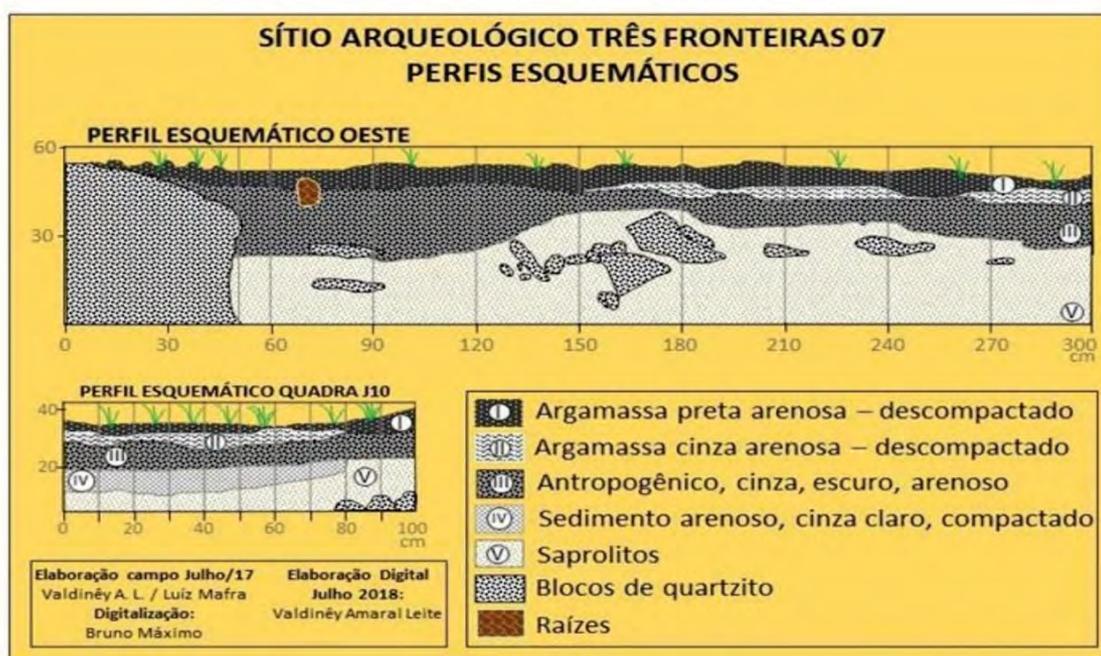


Figura 5. Perfil esquemático do Sítio Três Fronteiras 07. Fonte: Alessandra Mendes Carvalho Vasconcelos (2018, p. 40).

2.3. Sítio Arqueológico Cabeças 04

Implantado em um abrigo de rocha quartzítica na escarpa da serra e sob um gradiente vegetacional de floresta semidecidual no município de Felício dos Santos, porção nordeste da serra do Jambreiro, Minas Gerais, está o sítio Cabeças 04. Apresenta uma área escavada que sofreu intervenções em uma porção de 3m² que ocorreram em novembro de 2013. Em média as escavações atingiram 70cm de profundidade, característica distinta dos demais sítios da Serra do Espinhaço Meridional, essa

realidade também foi identificada durante as intervenções realizadas em outro sítio aqui descrito, o Três Fronteiras 7 (Silva, 2017, p. 21, Fagundes, 2016, p. 12) (Figuras 6 e 7).

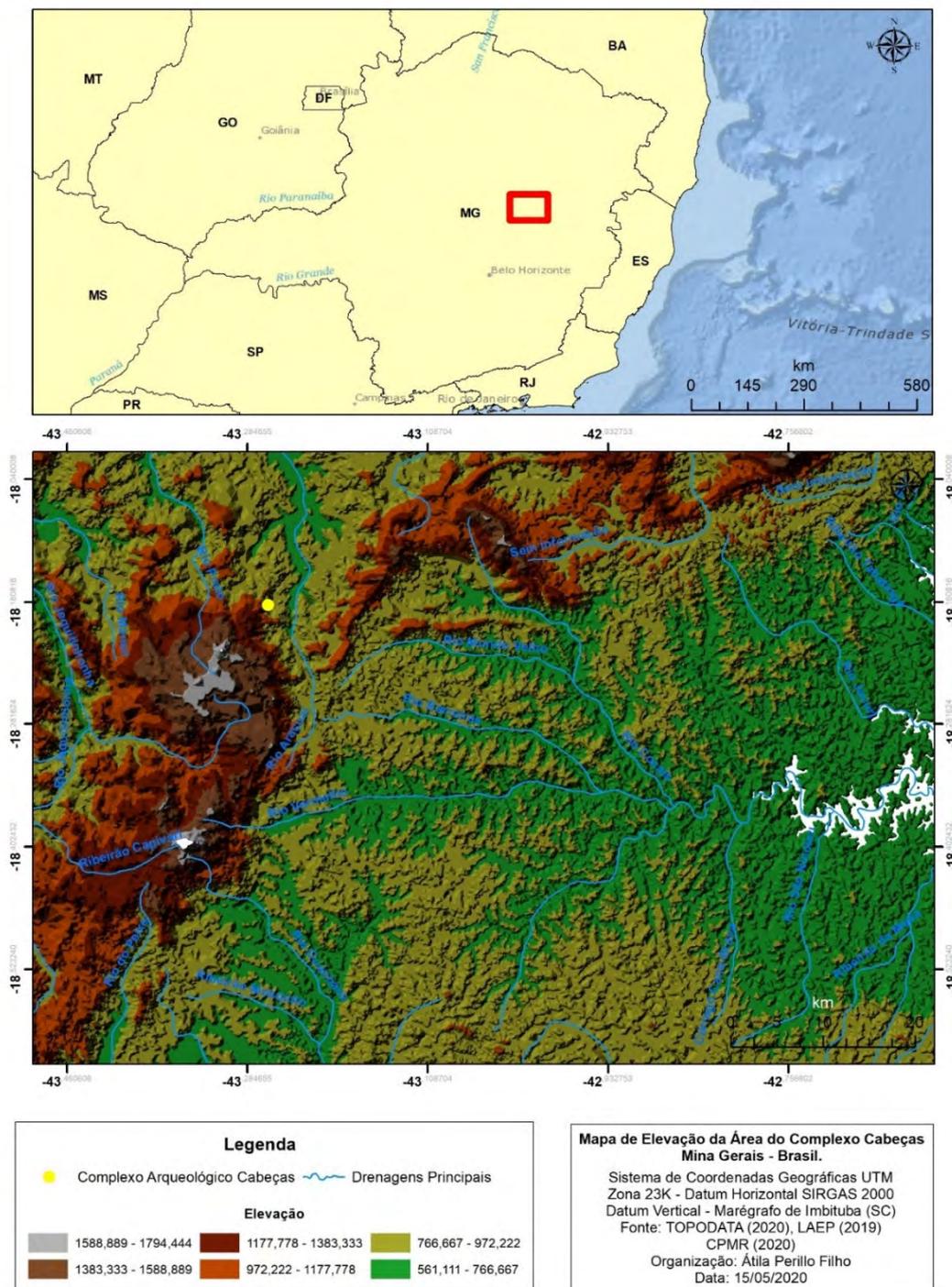


Figura 6. Mapa de Localização do Complexo Arqueológico Cabeças 04. Fonte: Autor.



Figura 7. Sítio Arqueológico Cabeças 04, detalhe para as pinturas rupestres de peixes em vermelho e para a área de escavação. Fonte: Autor.

Durante as escavações, realizadas por meio de decapagens de níveis naturais, foram identificados 19 níveis de ocupação subdivididos em cinco camadas que compõem dois horizontes culturais. Do horizonte ceramista, até o nível 10, foram retirados cacos cerâmicos e materiais líticos lascados, que em sua grande maioria foram produzidos pela exploração do quartzo hialino, além de uma lâmina de machado polida (Fagundes et al., 2014, p. 101, Fagundes, 2016b, pp. 12-13). A variante entre níveis de ocupação identificados aqui está ligada diretamente na predisposição à escolha da matéria-prima, a presença de quartzito como matéria de exploração é apenas visível nos níveis relacionados unicamente aos caçadores-coletores (Fagundes et al., 2014, p. 102, Silva, 2017, p. 22). Os dados obtidos apontam para cinco camadas de ocupação que compõem dois horizontes culturais, sendo estes. Ver também figura 8 para observar o desenho de perfil do sítio em questão.

2.3.1. Uma primeira camada de ocupação associada diretamente aos níveis mais superficiais da escavação. Esta camada não fora datada, porém apresenta um sedimento fino de coloração cinza clara com presença de poucos e pequenos materiais cerâmicos, e líticos elaborados em quartzo hialino (Silva, 2017, p. 121);

2.3.2. A segunda camada de ocupação foi identificada a partir da datação da estrutura de combustão 04. Em associação à estrutura foram identificados materiais líticos, poucas cerâmicas (também presente em fragmentos diminutos), materiais botânicos e malacológicos. Para esta camada foram realizadas análises de fitólitos que apontaram para a presença de milho (Silva, 2017, p. 121). A partir deste momento o sedimento identificado durante as escavações permanece semelhante até a base das quadrículas, sendo composto por material alaranjado, areno-argiloso de textura média e compactado, existe também a associação de cascalho em alguns pontos da camada (Silva, 2017, p. 122);

2.3.3. A terceira camada está diretamente ligada as ocupações do Holoceno Médio. As datações foram obtidas a partir de materiais identificados nas estruturas de combustão de n.5 e 6. Os materiais líticos são abundantes nesta camada e são compostos em sua maioria por materiais explorados em quartzo hialino, o quartzito, porém, faz-se presente em raspadores plano-convexos elaborados a partir da exploração de plaquetas (Silva, 2017, p. 122);

2.3.4. A quarta camada, também ligada ao Holoceno Médio, foi identificada a partir das análises dos materiais da estrutura de combustão 7 e associada a grande quantidade de materiais líticos (Silva, 2017, p. 122);

2.3.5. A quinta camada está ligada as estruturas de combustão 9 e 10, também associadas a grande densidade de material lítico (Silva, 2017, p. 122).

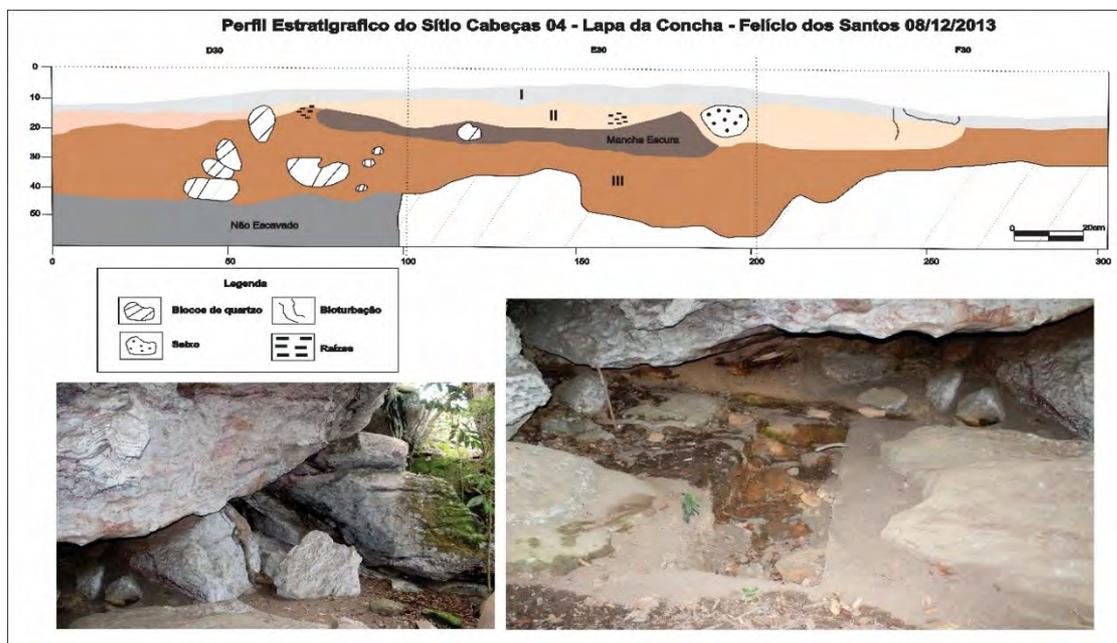


Figura 8. Perfil esquemático do sítio Cabeças 04, detalhe para a área de escavação. Fonte: Imagem adaptada de Lidiane Aparecida da Silva (2017).

Através de datações foram identificados três horizontes temporais distintos, sendo estes referentes a primeira ocupação com datações relativas à 6.280 ± 30 e 5.270 ± 40 A.P.; uma ocupação intermediária com datações de 4.010 ± 40 e 3.980 ± 30 A.P. e uma camada mais recente relacionada a grupos ceramistas com datação de 480 ± 30 A.P., ver tabela 5. Nas ocupações do Holoceno Médio foram resgatados um total de 1.607 materiais provenientes do lascamento do quartzo hialino, matéria-prima comumente utilizada pelos grupos pré-coloniais que ocuparam a região do Alto Jequitinhonha (Silva, 2017, p. 107, p. 131).

Tabela 5

Datações Obtidas no sítio Cabeças 04. Fonte: Fagundes (2016).

Estrutura	Quadrícula	Nível	Datação	Calibrada
01	D30	01-04	-	-
02	D30	06-08	-	-
03	D30	09-13	-	-
04	E30	04-05	480±30	530 a 550
05	E30	09-11	3980±30	4445 a 4420
06	E30	13-15	4010±40	4520 a 4420
07	E30	17-18	5270±40	6180 a 6150
08	F30	3-5	-	-
09	F30	13-15	6140±40	7160 a 7100
10	F30	16-18	6280±30	7255 a 7170

O sítio possui sete painéis cujos grafismos se apresentam majoritariamente monocromáticos em tons de vermelho, amarelo e preto, com uma temática variada representando peixes e cervídeos, marcadores tipicamente associados à Tradição Planalto (Gambassi Júnior, 2018, p. 60).

2.4. Sítio Arqueológico Sampaio

Inserido na bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, sub-bacia do rio Araçuaí e micro-bacia do rio Sampaio o sítio está inserido em uma altitude média de 757m. Para acessar o sítio toma-se uma estrada vicinal por 8,5km a partir do centro de Felício dos Santos. O abrigo rochoso no qual o sítio está inserido está próximo ao leito atual da drenagem do rio supracitado, apresenta também uma morfologia caracterizada por “matacões runiformes”, com tetos e blocos abatidos, esfoliações do suporte rochoso e deslocamentos, características determinantes para a forma da rocha (Fagundes et al., 2017, p. 67).

Sobre a geologia e características rochosas Fagundes (et al., 2017, p. 67) ressalta que “as condicionantes geológicas e litológicas conferem alto grau de resistência à

erosão química (que se processa de forma mais lenta) sobre os quartzitos”, isso significa que os processos de deterioração mecânica da rocha são mais eficientes do que os demais (ao menos para a região onde o sítio Sampaio, ver figura 11, está localizado). Abaixo um mapa de localização indicando o sítio Sampaio, bem como o relevo local (Figura 9).

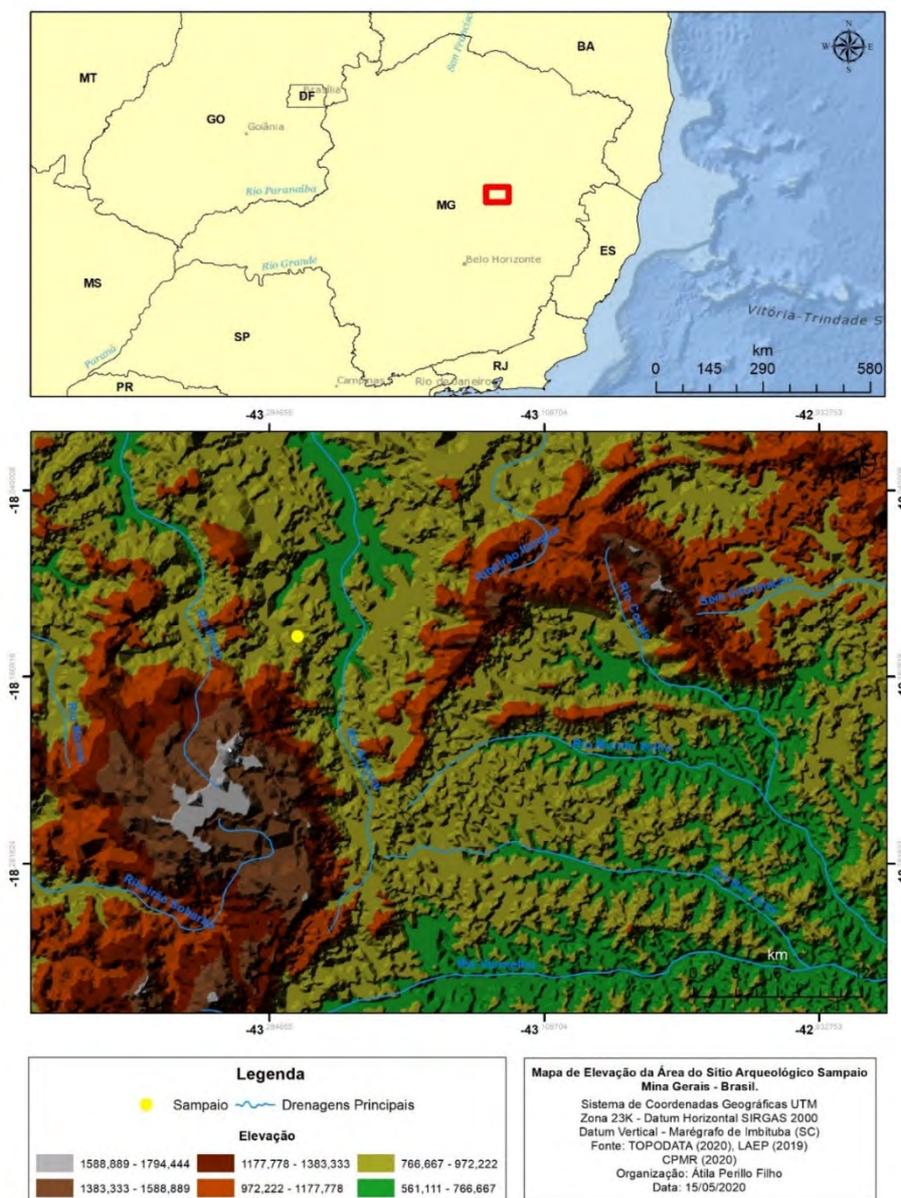


Figura 9. Mapa de Localização do Sítio Arqueológico Sampaio. Fonte: Autor.

Apesar de estar alocado em uma área de abrigo relativamente grande, o sítio apresentou pouca área aberta e apta à escavação, deste modo optou-se por realizar a intervenção subsuperficial através da elaboração de uma quadrícula de 1x1m denominada D30, como pode ser visto na figura 10 (Fagundes et al., 2018b, p. 757, Greco, 2017, p. 46).

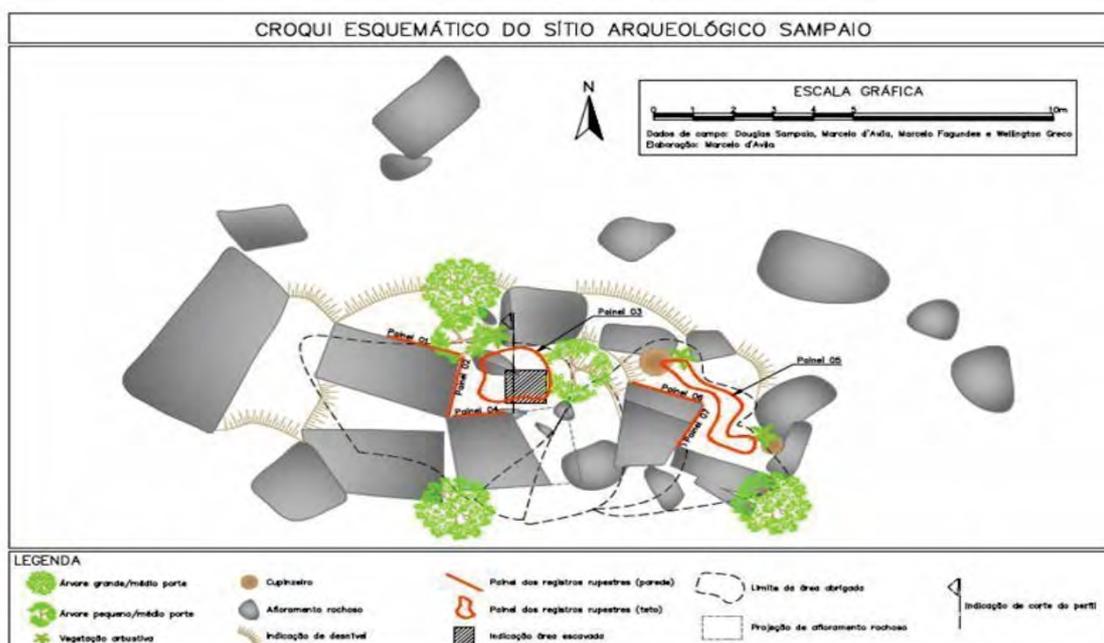


Figura 10. Croqui do Sítio Arqueológico Sampaio. Fonte: Marcelo Fagundes (et al., 2017).

A realização da sondagem resultou na identificação de três camadas de ocupação subdivididos em 12 níveis com uma profundidade média de 45cm. O repertório cultural resgatado durante a campanha de escavação apresenta um total de 326 vestígios líticos, sendo o quartzo o material mais expressivamente neste universo cultural, porém aparecem também o quartzito, o sílex e a hematita como fontes secundárias de lascamento (Galvão, 2018, p. 11). Sobre as camadas de ocupação, estas podem ser descritas da seguinte maneira:

2.4.1. A primeira camada de ocupação abrange os níveis 1 ao 3. Foi nesta camada que se identificou a primeira estrutura de combustão cujo carvão para datação fora recolhido. O sedimento presente na mesma é marrom claro, de textura média e arenosa, com presença de radículas esparsas e poucos carvões fora da estrutura. A densidade de materiais líticos identificados aqui é baixa, em compensação existe uma grande presença de coquinhos carbonizados (Fagundes, 2020, p. 65);

2.4.2. A segunda camada compreende os níveis 3 ao 7 e também apresenta uma estrutura de combustão associada, também a coquinhos carbonizados. Neste momento a quantidade de materiais líticos aumenta de maneira considerável (Fagundes, 2020, p. 65);

2.4.3. A terceira e última camada inicia-se a partir do 8º nível e segue até a base da quadrícula. Também apresenta uma estrutura de combustão associada a materiais líticos. Tal estrutura forneceu materiais para datação que gerou a data de 4280 ± 30 A.P. (Fagundes, 2020, p. 65).



Figura 11. Sítio Arqueológico Sampaio. Fonte: Wellington Santos Greco (2017).

O conjunto rupestre do sítio mostra que existe uma predominância do uso da coloração vermelha na elaboração dos sete painéis rupestres identificados em Sampaio, o que não isenta a presença de grafismos de diferentes colorações, como o amarelo, por exemplo (Greco, 2017, p. 98, Fagundes et al., 2018b, p. 766). Os grafismos são resultantes da aplicação do *crayon* e pintura, dividindo ainda espaço com figuras elaboradas em um tempo mais recente através de atividades do picoteamento do suporte rochoso (Greco, 2017, p. 123, Fagundes et al., 2018b, p. 766).

3. Considerações Finais

Pensando em análises da paisagem e de sítios arqueológicos – com suas relações interiores e exteriores – o conceito de *Lugares (Place)*, por exemplo, assume alta relevância nas pesquisas arqueológicas, como visto em “*The Archaeology of Place*” (de Lewis R. Binford, 1982, pp. 5-31) onde o autor realça a necessidade de que durante a pesquisa arqueológica não se foque no sítio pelo sítio, isso resulta em uma análise da paisagem de maneira estrutural, onde deposição, pós-deposição e espacialização de sítios em uma determinada paisagem deve ser observado (Binford, 1982, p. 6, Fagundes, 2009, p. 307).

Os três sítios arqueológicos descritos acima, em associação ao contexto arqueológico da região do planalto diamantinense e os outros sítios arqueológicos de Serra Negra, têm fornecido dados (datações, tecnológicos, de implantação etc.) importantes a compreensão da ocupação humana antiga na borda do Espinhaço Meridional, agindo de maneira também a complementar o que já se sabe sobre a ocupação do Planalto Central brasileiro. As datações e os resultados preliminares das

indústrias líticas (Galvão, 2018, p. 5, Perillo Filho, 2016, p. 19, Fagundes & Perillo Filho, 2018, p. 4, Silva, 2017, p. 127, Fagundes, 2013) e pinturas rupestres (Greco, 2017, p. 85, 2019, p. 106, Leite, 2016, p. 102, Gambássi Júnior, 2018, p. 60, Isnardis, 2009, p. 93, Linke, 2008, p. 43, Linke et al., 2020, pp. 1-24; Alves, 2016, p. 39) indicam que a paisagem da Serra do Espinhaço Meridional fora um lugar de uso contínuo no centro norte mineiro.

As datações referentes ao Holoceno Médio das quais nos dispomos atualmente estão em direta associação (sendo geograficamente próximas a outros sítios arqueológicos ou terem sido obtidas em uma camada cultural diferente do mesmo sítio arqueológico) à outras datações associadas ao Holoceno Superior. A imagem 12 indica a localização onde temos sítios arqueológicos com datações do Holoceno Médio em comparação com o Holoceno Tardio, enquanto o gráfico 1 mostra a dispersão de datações identificadas em Serra Negra para os períodos do Holoceno Tardio, Médio e Inicial.

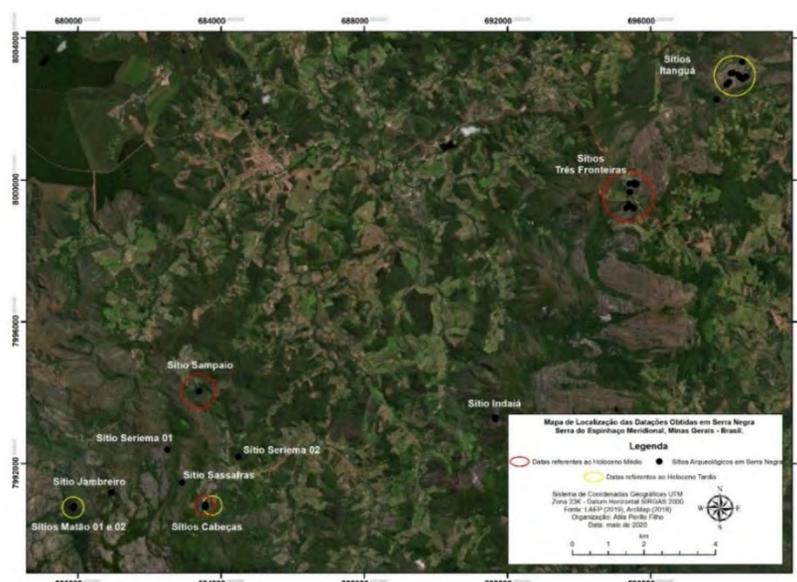


Figura 12. Mapa de distribuição e localização dos sítios arqueológicos onde datações do Holoceno Médio e Tardio foram obtidas. Fonte: Autor.

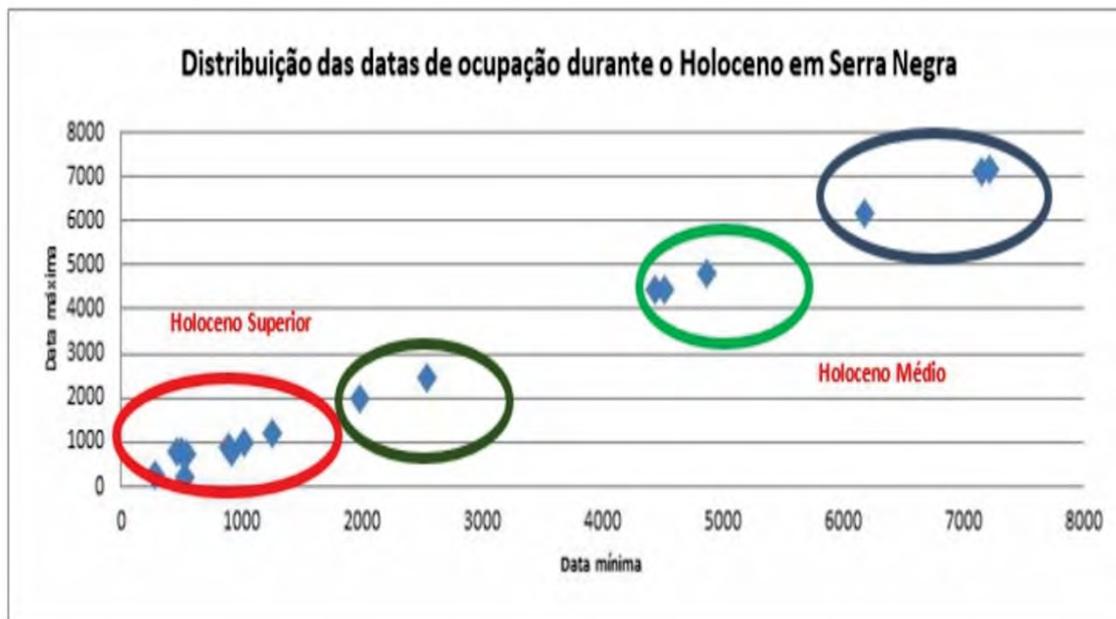


Gráfico 1. Distribuição das datas de ocupação durante o Holoceno em Serra Negra.
Fonte: Marcelo Fagundes (2020).

Os sítios arqueológicos datados, como descrito acima, apresentam um vasto acervo lítico, o que pode indicar um uso sistemático da paisagem e do sítio. Neste contexto que inclui uma sistemática utilização dos lugares, me baseio em Sarah Schalanger (1992) e Fagundes (2009), que trabalham com um termo derivado, ampliando o arcabouço para o entendimento de lugares sistematicamente ocupados ao decorrer do tempo, nestes *Lugares Persistentes* observa-se tanto locais onde existem concentrações de materiais arqueológicos (ou sítios propriamente ditos) quanto locais onde as feições da paisagem oferecem melhores condições à ocupação, por fim, o conceito de *Lugares Persistentes* trabalha com o todo da paisagem, não sendo a relação humana com a paisagem visível apenas através da materialidade artefactual de um sítio arqueológico (Schalanger, 1992 *Apud* Fagundes, 2009, p. 311).

Myrtle Shock e Claide Morais (2019, p. 278) aplicam o mesmo pensamento para discutir o uso das plantas frutíferas identificadas em *Lugares Persistentes* na Amazônia.

Para as autoras com o passar do tempo, das ações humanas – do uso, (re)uso do lugar – e das redes de deslocamentos, estes lugares adquiriram características como um arcabouço de memórias alimentados por ações e acontecimentos que tenderiam a influenciar em futuros momentos de ocupação. Para Cristina Barreto (et al., 2016) os principais motivos que podem caracterizar a região de Monte Alegre (PA) como um *Lugar Persistente* é a presença de serras areníticas que destoam com a “monotonia” paisagística local. O segundo motivo é relativo à abundância e diversidade de recursos presentes em Monte Alegre, resultantes da proximidade geográfica com biomas como o Cerrado, Floresta e campos de várzea.

Os sítios descritos neste trabalho fazem parte de uma rede de conexões, traços e indícios de uma história de longa duração do uso e ocupação do espaço por grupos humanos. Com um rico sistema cultural que atesta a ocupação humana no centro-norte em todos os períodos Holocênicos e também pela transição do Pleistoceno/Holoceno. Isso pode ser visto na presença de outros sítios arqueológicos em conexão com os estudados.

Estas sequenciais ocupações deixam na paisagem fragmentos impressos na estruturação física que a compõem, são sítios arqueológicos que contém informações sobre o dinamismo dos grupos que ocuparam determinado lugar. Estes podem ser distintos grupos, em períodos análogos ou não, ocorrendo de diferentes maneiras e criando assim um registro cultural diferenciado ou semelhante, portanto, as dinâmicas da relação ou até mesmo de vivência da Paisagem se expressam através de diferentes modelos estratégicos condizentes aos diferentes grupos que a ocupam (Ingold, 1993, p. 167, Fagundes et al., 2018, p. 2).

De todo modo é no tempo presente que olhamos para os sítios arqueológicos e seus remanescentes, como então compreender de melhor maneira as estruturas de uma paisagem já muito diferente daquela que se apresenta atualmente? Ao considerarmos que os humanos se reconhecem no mundo a partir das próprias ações e a paisagem percebida e vivenciada não se desliga de quem nela vive, somado ao fato de que as relações de ação precedem a reflexão da ação (Merleu-Pontu, 1999, p. 5) seria, talvez, necessário saber como era a paisagem em seu período de ocupação por determinados grupos, assim os dados Paleoambientais são um conjunto de informações precioso ao entendimento da relação prática existente entre as pessoas e a paisagem em questão.

É o caso da hipótese levantada por Lucas Bueno e Andrei Isnardis (2018, p. 5), onde a variação climática marcada por um clima extremamente quente e seco com interrupções de períodos sazonalmente chuvosos das regiões da Serra da Capivara, do Vale do Peruaçu e da Bacia do rio São Francisco, construíram um ambiente rico em recursos, podendo estas áreas serem consideradas como locais de grande importância para logística e mobilidade. Estas características paisagísticas e ecológicas contribuíram para que estas áreas centrais do país fossem intensamente e continuamente ocupadas desde períodos mais recuados, 13.000 A.P. – 11.000 A.P.

No caso da Serra do Espinhaço Meridional, o clima mais ameno e com variações suaves, associado as feições geológicas e geomorfológicas da região, constituiu também uma área rica em recursos. Mesmo com uma gradual modificação no clima desde a Transição do Pleistoceno para o Holoceno até o Holoceno Superior, a região é rica em recursos minerais e de subsistência, sendo amplamente irrigada pelos córregos, rios e seus tributários.

As pesquisas arqueológicas realizadas na Serra do Espinhaço Meridional (no Planalto Diamantinense e em Serra Negra) continuam a ser realizadas pelo setor de arqueologia da UFMG e pelo LAEP, esperasse que com o passar do tempo mais dados sejam levantados e com isso mais informações sobre a história dos ocupantes originários da Serra do Espinhaço venham à tona.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, e ao professor Dr. Lucas de Melo Reis Bueno pela orientação no curso de Doutorado. Ao Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (LAEP/UFVJM) na pessoa de seu coordenador o Dr. Marcelo Fagundes pela oportunidade de estudar os sítios arqueológicos e seus remanescentes culturais. Ademais, também gostaria de agradecer a todos que contribuíram e continuam a contribuir para o desenvolvimento destas pesquisas.

Referencias

- Alves, R. B. (2016). *Desenhos Entrelaçados: uma análise dos grafismos rupestres da Lapa do Caboclo de Diamantina – MG*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Ciências Humanas, Graduação em Antropologia com Área de Concentração em Arqueologia. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Araujo, A.G. et al. (2003). Eventos de Seca e Suas Implicações no Povoamento Pré-Histórico do Brasil Central. In *Congresso Sobre Planejamento e Gestão das Zonas*

Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa; IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário; II Congresso dos Países de Língua Ibéricas. Recife. Obtido na http://www.abequa.org.br/trabalhos/projeto_25.pdf

Araujo, A. G. et al. (2005). Holocene dryness and human occupation in Brazil during the “Archaic Gap”. In *Quaternary Research*, 64, 298-307.

Araujo, A. G. (2005/2006). Human Occupation and Paleoenvironments in South America: expanding the notion of an “Archaic Gap. In *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 15 (16), 3-35.

Bachelard, G. O. (1994). *O Direto de Sonhar*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 4ª edição.

Barreto, C. et al. (2016). Lugares Persistentes e Identidades Distribuídas no Baixo Amazonas: complexos cerâmicos pré-coloniais de Monte Alegre, Pará. In *Revista de Arqueologia*. 29 (1), 55-85.

Binford, L. R. (1982). The Archaeology of Place. In *Journal of Anthropological Archaeology*. 1, 5-31.

Bueno, L. & Isnardis, A. (2018). Peopling Central Brazilian Plateau at the onset of the Holocene: building territorial histories. In *Quaternary International*, 144-160.

Collot, M. (2012). Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. Tradução de Denise Grimm. In: *Literatura e Paisagem em Diálogo*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, p. 11-29.

Chung, K. et al. (2018). Reconstituição Paleoambiental da Área Arqueológica de Serra Negra, Face Leste do Espinhaço Meridional (Minas Gerais), através da Análise de

- Fitólitos. In *Revista Brasileira de Geografia Física*. Obtido na <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/236068>.
- Fagundes, M. & Perillo Filho, Á. (2018). Conjunto Artefactual Lítico do Sítio Itanguá 02: Complexo Arqueológico Campo das Flores, Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil – Cadeia Operatória e Distribuição Espacial. In *Revista Tarairíu*. 1 (14), 1-18. Obtido na <http://revista.uepb.edu.br/index.php/TARAIRIU/article/view/3900/2556>.
- Fagundes, M. et al (2014). A Área Arqueológica de Serra Negra: Alto Araçuaí, Minas Gerais – Implantação, Repertório Cultural e Análise Tecnológica. In *Revista de Arqueologia*. 27 (2), 100-124.
- Fagundes, M. (2015). Arqueologia e Paisagem das Terras Altas Mineiras: Serra do Espinhaço Meridional. Baeta, A. & Piló, H. In *Morro do Pilar, Carta Arqueológica*, 1-36.
- Fagundes, M. et al. (2018). *Paisagens e Lugares – Caracterização geoambiental dos sítios arqueológicos do complexo Três Fronteiras, Alto Vale do Rio Araçuaí, Minas Gerais*. Obtido na <https://pt.scribd.com/document/383286448/Fagundes-Marcelo-Paisagens-e-Lugares>
- Fagundes, M. et al. (2018b). Paisagens e Lugares: considerações sobre a arte rupestre do Sítio Sampaio, Felício dos Santos, Alto Araçuaí, Minas Gerais: uma análise interpretativa. In *Revista Caderno de Geografia*. 28 (54), 746-768.
- Fagundes, M. et al., (2019). As Estruturas Arqueológicas em Cerro Ventarrón – marcos sociogeográficos, lugares e paisagens durante o formativo Inicial, Lambayeque, Peru. In *Revista Espinhaço*. vol. 8 (2), 13 - 24.

- Fagundes, M. et al. (2017). O Sítio Arqueológico Sampaio, Alto Vale do Araçuaí, Felício dos Santos, Minas Gerais: paisagem, cronologia, e repertório cultural para compreensão das ocupações humanas antigas no Espinhaço Meridional. In *Revista Espinhaço*. 6 (2), 65-76.
- Fagundes, M. (2009). O Conceito de Lugares Persistentes em Arqueologia – os Lugares Persistentes. In *Revista Holos*. 9 (2), 301-315.
- Fagundes, M. (2013). O Projeto Arqueológico Alto Jequitinhonha (PAAJ) e a Área Arqueológica de Serra Negra, Alto Araçuaí, Minas Gerais – Aspectos Gerais. In *Revista Espinhaço*. 2 (2), 68-95.
- Fagundes, M. (2016). O Projeto Arqueológico Alto Jequitinhonha – sítios arqueológicos, cultura material e cronologias para compreensão das ocupações indígenas holocênicas no Alto Vale do rio Araçuaí, Minas Gerais – Brasil. In *Revista Científica Vozes dos Vales*. 10 (V), 1-25.
- Fagundes, M. (2016b). Projeto Arqueológico Alto Jequitinhonha – Área Arqueológica de Serra Negra, Face Leste da Serra do Espinhaço. In *Relatório Final*. vol. V. Processo IPHAN 01514.007699/2012-53.
- Fagundes, M. (2020). Relações Socioambientais da Borda Leste do Espinhaço: paleoambiente e Arqueologia – Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil, Projeto Arqueológico Alto Jequitinhonha – PAAJ. In *Relatório Final de Pesquisa Acadêmica – Bolsa Produtividade*. Processo n. 311235/2016-6.
- Galhardo, D. A. (2019). *Lugares do Passado: abordagens geográficas e arqueológicas para o estudo de sítios pré-históricos no noroeste paulista*. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo.

- Galvão, L. G. (2018). *Estudo do Conjunto Lítico do Sítio Arqueológico Sampaio, Felício dos Santos, Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais*. (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Diamantina (MG).
- Gambassi Júnior, R. (2018). *Rabiscos na Paisagem: um estudo dos grafismos rupestres do sítio Cabeças 04, Felício dos Santos, Alto Jequitinhonha, MG*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM.
- Greco, W. S. (2019). *Espelho de Pedra: a estrutura emergente da arte rupestre nas Matas do Alto Araçuaí, Felício dos Santos, MG*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, MG.
- Greco, W. S. (2017). *Estilo e Paisagem: Os conjuntos rupestres do sítio Sampaio, Felício dos Santos, Vale do Araçuaí, Alto Jequitinhonha, MG*. Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado a Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (FIH/UFVJM).
- Hórak-Terra, I. (2014). *Late Pleistocene-Holocene environmental change in Serra do Espinhaço Meridional (Minas Gerais state, Brazil) reconstructed using a multi-proxy characterization of peat cores from mountain tropical mires*. 134p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Solos e Nutrição de Plantas, Universidade de São Paulo.
- Hórak-Terra, I. et al. (2015). Holocene climate change in central-eastern Brazil reconstructed using pollen and geochemical records of Pau de Fruta mire (Serra

- do Espinhaço Meridional, Minas Gerais). In *Palaeo geography, Palaeo climatology, Palaeo ecology*. vol. 437, 117-131.
- Ingold, T. (2019). *Antropologia: para que serve?* Petrópolis – RJ. Editora Vozes.
- Ingold, T. (2002). *The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London/New York: Routledge, Taylor & Francis e-Library.
- Ingold, Tim. (1993). The Temporality of the Landscape. In *World Archaeology*. 25 (2),152-174.
- Isnardis, A. (2017). Na Sombra das Grandes Pedras: as indústrias líticas das ocupações pré-coloniais recentes da região de Diamantina, Minas Gerais, Brasil. In *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Vol. 12 (03), 895-918.
- Isnardis, A. (2013). Pedras na areia. As indústrias líticas e o contexto horticultor do Holoceno Superior na região de Diamantina, Minas Gerais. In *Revista Espinhaço*. vol 02, n. 02, 54-67.
- Isnardis, A. (2009). *Entre as pedras: as ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Leite, V. A. (2016). *Flores e Pinturas na Paisagem: Análise Espacial e Intra-sítio em Campo das Flores*. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, BH.
- Linke, V. (2008). *Paisagem dos Sítios de Pintura Rupestre da Região de Diamantina – MG*. (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG.

Linke, V. et al., (2020). Do Fazer a Arte Rupestre: reflexões sobre os modos de composição de figuras e painéis gráficos rupestres de Minas Gerais, Brasil. In *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. vol. 15 (1), 1-24.

Merleau Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Editora Martins Fontes.

Perillo Filho, Á. (2016). *Análise lítica e dispersão espacial dos materiais arqueológicos do Sítio Itanguá 02, Vale do Jequitinhonha – MG*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Antropologia com Área de Concentração em Arqueologia. Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pelotas - RS. Obtido na <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/3184>.

Santos-Granero, F. (2005). Writing History into the Landscape: Yanesha notions of space and Territoriality. In *The Land Within: Indigenous Territory and the Perception of Environment*. Surrallés, Alexandre & Hierro, Pedro García (Eds.). Copenhagen: Obter na <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2015/03/santos-granero-2005.pdf>

Shock, M. & Moraes, C. P. (2019). A Floresta é o Domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno. In *Boletim da Revista do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém – PA, Edit: Museu Paraense Emílio Goeldi. vol. 14 (2), 263-289.

Silva, L. A. (2017). *O Holoceno Médio na Serra Negra: Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pelotas – RS.

Solari, A, Isnardis, A & Linke, V. (2012). Entre cascas e couros: os sepultamentos secundários da Lapado Caboclo (Diamantina, Minas Gerais). In *Habitus*. vol. 10 (número 1), 115-134.

Vasconcelos, A. M. C. et al., (2018). Sítio Arqueológico Três Fronteiras n. 7: um abrigo do holoceno médio no Alto Araçuaí, Minas Gerais. In *Clio*. vol. 33 (3), 14-59.

**ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DO LITORAL SUL DO
BRASIL E SUA PATRIMONIALIZAÇÃO: OS VESTÍGIOS DA OFICINA
LÍTICA NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA PONTA DO RETIRO,
FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA**

**ASPECTS OF PREHISTORIC COLONIZATION OF THE SOUTHERN COAST
OF BRAZIL AND ITS PATRIMONIALIZATION:
THE TRACE OF THE LITHIC WORKSHOP ON THE ARCHAEOLOGICAL
SITE OF PONTA DO RETIRO, FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA**

Recebido a 21 de janeiro de 2020
Revisto a 15 de março de 2020
Aceite a 20 de abril de 2020

Márcio Mota Pereira

Doutor em História, Universidade Federal de Minas Gerais.
Departamento de Teoria e Gestão da Informação, Escola de Ciência da Informação.
Universidade Federal de Minas Gerais.
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627, Pampulha,
Belo Horizonte - MG, 31270-901, Brasil
drmmota@yahoo.com.br

Resumo

Após o término do Holoceno, determinadas populações que habitavam determinada parcela do litoral Leste da América do Sul, parte que é do território brasileiro contemporâneo, estabeleceram-se em acampamentos de média duração temporal, quase sempre à beira-mar ou pouco dele distante, e que hoje são conhecidos popularmente como sambaquis. Os sambaquis são formados pelos dejetos produzidos por estas populações e que eram acumulados exatamente no local em que habitavam, fazendo surgir ao longo do tempo elevações onde era alicerçada uma sociedade pré-histórica vivente, sobretudo, a partir dos recursos encontrados nos ecossistemas litorâneos. O sítio arqueológico da Ponta do Retiro surge como um local com determinadas particularidades e que era utilizado por estas populações pré-históricas em suas atividades cotidianas, sobretudo aquelas relacionadas ao trabalho lítico. Esse artigo tem por objetivo apresentar esse sítio arqueológico em consonância com essas populações, chamadas de sambaquieiras, bem como apresentar os estudos que buscam a valorização do patrimônio arqueológico regional.

Palavras-Chave: Sambaquis, Santa Catarina, Ponta do Retiro, Patrimônio Arqueológico.

Abstract

After the end of the Holocene, certain populations that inhabited a certain portion of the East coast of South America, part of which is part of contemporary Brazilian territory, settled in medium-term camps, almost always at or near the seaside, and which today are popularly known as “sambaquis”. The sambaquis are formed by the waste produced

by these populations and which were accumulated exactly where they lived, giving rise over time to elevations where a living prehistoric society was founded, especially from the resources found in the coastal ecosystems. The archaeological site of Ponta do Retiro emerges as a place with certain particularities that was used by these prehistoric populations in their daily activities, especially those related to lithic work. This article aims to present this archaeological site in line with these populations, called sambaqueiras, as well as to present studies that seek the valorization of the regional archaeological heritage.

Keywords: Sambaquis, Santa Catarina, Ponta do Retiro, Archaeological Heritage.

1. Introdução e Colonização Pré-Histórica do litoral brasileiro

Muito incerta é a data exata em que se dá a ocupação do litoral brasileiro. Podemos confirmar essa afirmação confrontando-a com a tão discutida teoria Clóvis, que afirma que a entrada do homem no continente americano teria se dado há cerca de 12.000 anos antes do presente, em um momento em que a última glaciação findava, as calotas de gelo no extremo norte do continente diminuía e o nível do mar aumentava (Whitley & Dorn, 1993). Levy Figuti (1999), no entanto, afirma que esse processo teria ocorrido em um período anterior uma vez que, no litoral brasileiro, “os primeiros verdadeiros sítios de grupos humanos com economia baseada na extração de recursos marinhos datam de cerca de 20 mil anos”, como consequência “de fortes pressões ambientais e demográficas que teriam levado o homem, até então caçador de grandes

mamíferos, a diversificar sua economia e tornar agricultor, pastor e, enfim pescador e coletor de organismos marinhos” (Figuti, 1999, p. 198). Também pesquisas realizadas nas últimas décadas a partir da popularização de métodos de datação mais precisos, como o radiocarbono (C^{14}), proporcionaram novos olhares para uma discussão que pensava-se consolidada, sendo a descoberta de vestígios arqueológicos em Santa Luzia, na região central do estado de Minas Gerais, com até 11 mil anos (Neves & Piló, 2008), ou ainda na Serra da Capivara, com até 50 mil anos, têm proporcionado novas leituras acerca da própria ocupação do continente não por um conjunto populacional, mas por distintos grupos populacionais, assinalando um processo de grande complexidade que ainda se encontra em discussão teórica (Neves et al., 2007, Bueno & Dias, 2015, Bueno, 2019, Da-Gloria, 2019, Oliveira & Santos Júnior, 2019).

Este artigo têm por objetivo, a partir do cenário previamente apresentado, apresentar uma breve análise acerca do processo de colonização do sul brasileiro, com destaque para as populações pré-históricas que ocuparam a região litorânea da Ilha de Santa Catarina, no período compreendido entre seis mil e mil anos atrás (Gaspar, 1999, p. 159), e que se dedicavam às atividades de caça, coleta e pesca, quando, devido à abundância de alimentos encontrados nessa região, estes grupos se tornaram sedentários e passaram a se alimentar quase que exclusivamente da fauna marinha local estabelecendo-se em estruturas antrópicas, denominadas “sambaquis”. Por fim, também é intenção do presente estudo apresentar uma análise, enquanto estudo de caso, do sítio arqueológico da Ponta do Costão, situado na praia de Joaquina, Ilha de Santa Catarina e município de Florianópolis, onde podem ser encontrados vestígios de uma complexa oficina líticas.

2. Origens dos Sambaquis

As populações pré-históricas viventes em sambaquis – também denominadas sambaqueiras, dependiam e faziam uso quase que exclusivamente dos recursos naturais que eram encontrados nas regiões litorâneas. Particularidade restrita a esse grupo que se estabeleceu em toda a região Centro-Sul brasileira, desde o sul do Estado da Bahia até o Rio Grande do Sul – conquanto seja no estado de Santa Catarina que os sambaquis sejam mais numerosos, foi o uso que fizeram dos detritos e resquícios alimentares que consumiam, sobretudo conchas (bivalves, vieiras, etc...) marinhas e, em menor proporção, ossos e fragmentos líticos, os quais eram descartados exatamente no mesmo lugar em que habitavam fazendo surgir, com o passar dos anos, uma elevação do terreno, onde constantemente reedificavam seus abrigos.

Estes aglomerados de resíduos são conhecidos no Brasil por diversos nomes, como minas, concheiros ou, ainda, por sua denominação mais comum e conhecida; sambaquis, palavra que possui origem na língua indígena dos gentios Tupis e significa “amontoado de marisco” (*tamba* = marisco e *ki* = amontoamento) (Prous, 1992, p. 204). No âmbito dos estudos pré-históricos, contudo, o termo sambaqui é utilizado somente para designar os sítios de depósitos homogêneos, nos quais as conchas estão bastante repartidas em superfície e profundidade, formando a quase totalidade da massa sedimentar (Prous, 1992, p. 204), e que apresentem “uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada: camadas de conchas mais ou menos espessas intercaladas por numerosos estratos finos e escuros, ricos em materiais orgânicos, com muitas estruturas

distribuídas em áreas específicas” (Deblasis, 2007, p. 30), podendo alcançar até 70 metros de altura e 500 metros de comprimento.

Quanto à sua distribuição no território brasileiro, os sambaquis estão dispostos quase sempre no litoral, mas também em reentrâncias de água salgada, como baías ou, ainda, na foz de pequenos cursos fluviais, próximos a mangues e recifes ou mesmo afastados do mar por distâncias consideráveis, não raro alcançado cinco ou dez quilômetros terra adentro. A propósito, Tânia Lima (2004, p. 45) considera que “as baías, os estuários e as lagunas apresentam, em geral, grandes concentrações desses sítios arqueológicos e a implantação dos sambaquis nesses ambientes não teria se dado por acaso uma vez que se trata de um dos ambientes de maior produtividade biótica da costa”. Além disso, o estabelecimento dessas populações nesses locais se fazia em função da disponibilidade de acesso à fontes de água doce, nas proximidades dos sambaquis.

Lina Kneip (1985, p. 79) define o sambaqui como sendo um “local de acampamento temporário de comunidades caçadoras, pescadoras e coletoras geralmente litorâneas, de forma e dimensão variável, contendo, de acordo com o grau de adaptação ou especialização, quantidades variáveis da fauna de invertebrados e vertebrados, além de vestígios vegetais e as mais numerosas evidências da atuação humana: artefatos de pedra, osso e concha, cerâmica, sepultamentos, resíduos de carvão, cinzas de fogueiras, matéria corante, entre outros”.

Ou seja, são estruturas compostas principalmente por detritos oriundos da cadeia alimentar das populações pré-históricas que o habitavam, pelo que para Lina Kneip e Luciana Pallestrini (1985, p. 99) essas áreas também podem ser denominadas

“estruturas alimentares”, por se caracterizarem como “áreas de acúmulo de intensidades diversas de restos alimentares animais (invertebrados e vertebrados) e vegetais, associados ao testemunho arqueológico de natureza variada (artefatos, matéria corante, fragmentos de carvão, etc.), formando áreas diferenciadas de concentração no solo arqueológico”. Segundo Kneip (1985, p. 99), não é raro encontrar “estruturas alimentares, mas também estruturas funerárias e de combustão”, o que corrobora a pluralidade de ações desenvolvidas no âmbito dos sambaquis pelas populações que neles habitavam.

O estabelecimento em definitivo dessas populações em dado território partia não apenas de sua sedentarização face à disponibilidade de recursos naturais, sobretudo alimentares, mas também por meio estabelecimento de estruturas habitacionais, na forma de pequenos abrigos que eram erigidos na parte mais elevada dos sambaqui.

Erigidos com galhos, e gravetos e cobertas com folhas, esse abrigos eram responsáveis por acolher as unidades familiares e serviam, ainda, para a realização de outras atividades cotidianas, como o preparo e a própria alimentação, mas também parte da manufatura de instrumentos líticos e o próprio descarte de seus detritos ou, ainda, sepultamentos, que serão brevemente analisados mais à frente. Face a essas estruturas habitacionais terem sido construídas com recursos que apresentam uma rápida deterioração, deles não sobraram muitos vestígios a não ser “buracos de estacas que acreditamos tratar-se de antigas cabanas e ainda adiciona-se a essa evidencia o achado de uma concentração de restos de folhas de palmeiras queimadas que pode ser relacionada à cobertura das habitações” (Tenório, 1999, p. 241).



Figura 1. Mapa da disposição dos sambaquis no litoral centro-sul brasileiro (pontilhados), com destaque para sua concentração na região sul. Fonte: Prof. Paulo De Blasis, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Adaptado de MAM. *Da pedra Da terra Daqui*. Catálogo da Exposição. São Paulo: Museu de Arte Moderna, 2015, p. 33.



Figura 2. Fotografia do sambaqui Cubatão I, localizado na Foz do Rio Cubatão, em Palhoça, Santa Catarina. O sítio arqueológico em questão vem sendo afetado pela ação das marés, causando sua erosão. Fonte: Fotografia do acervo do Museu do Homem do Sambaqui, de Joinville.



Figura 3. Fotografia aérea do sambaqui Cubatão I, em Palhoça, Santa Catarina. Fonte: Fotografia do acervo do Museu do Homem do Sambaqui, de Joinville.

3. Estruturas alimentares, líticas e funerárias

Quanto à alimentação, o entorno do sambaqui era, como já foi dito, de grande importância para as populações viventes naquele ambiente, uma vez que era em suas regiões adjacentes (mar, corais, mangues, restingas, rios e florestas litorâneas) que a dieta alimentar era adquirida. Por meio das pesquisas arqueológicas realizadas nestes

locais é possível encontrar grande diversidade de restos alimentares, como ossos de peixes das mais variadas espécies; de répteis, como a tartaruga marinha, que “poderia ser facilmente capturada na praia por ocasião da desova” (Vogel, 1985, p. 239); de diferentes espécies de aves, assim como de mamíferos da terra ou do mar, como golfinhos e baleias, inclusive. Figuti ressalta, no entanto, que “a presença de restos de mamíferos marinhos de grande porte, como as baleias, pode ser fruto de acidentes em que estas encalham nas praias” (Figuti, 1999, p. 202), tendo elas sido consumidas meramente por conveniência.

Outras características que assinala a estrutura cultural e material desses grupos sociais é a existência de uma cultura lítica era bastante desenvolvida, podendo-se encontrar machados e pontas de flechas em grande número e em diferentes formatos, geralmente lascados, com exceção dos machados que usualmente são polidos. A presença de tais instrumentos e das lascas resultantes de sua confecção, além de corroborar as atividades de caça e pesca, sugere que não raras fossem as disputas pela posse e controle do sambaqui ou mesmo de um trecho do litoral. Nesse interim destaca-se também a importância do sambaqui enquanto lugar estratégico, uma vez que “suas armas consistiam em instrumentos que eram lançados e que, desta forma, a melhor defesa seria estar sempre acima do inimigo” (Tenório, 1999, p. 243).

Ainda na seara do trabalho lítico, igualmente importantes são as representações zoomorfas esculpidas e/ou polidas em pequenos seixos e, por ventura, também em ossos, que poderiam apenas representar as visões coloquiais de tal sociedade ou, ainda, ter uma significância simbólica, talvez mitológica, pelo que não é raro encontrar

representações de peixes, aves e animais terrestres que, sem dúvida, despendiam considerável empenho e no seu feitoio.

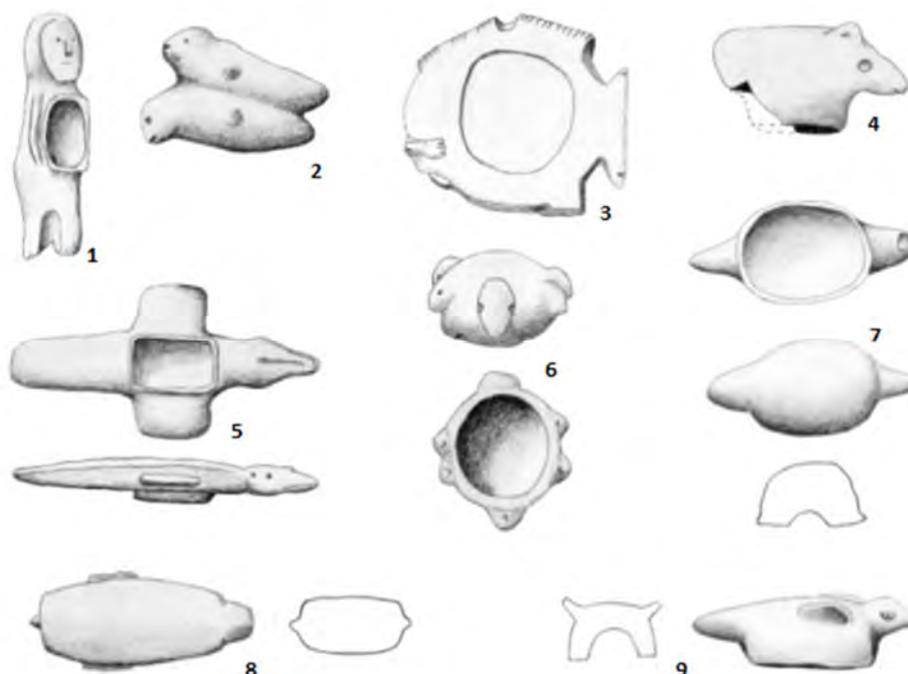


Figura 4. 1 – antropomorfo de Pântano do Sul, SC (Museu Nacional); 2 – passados em cópula (Coleção Tiburtius, Museu de Joinville); 3 – platiforme ‘A’ linguado nº 26, Cabo de Santa Marta, SC (Coleção C. Remor); 4 – anta, Rio Vermelho, SC (Coleção Large Morretes) (sobre pedestal); 5 – cruciforme ‘C’, Cubatãozinho, SC (Coleção Tiburtius); 6 – ninhada de passados, Rio Vermelho, SC (Coleção Large Morretes); 7 – nucleiforme ‘B’ (Ilha de Santa Ana, SC – Museu Nacional); 8 – nucliforme ‘A’, Torres, RS (Hamburgisches Museum fur Volkorkunde); 9 – nucleiforme ‘C’ (Torres, RS – Coleção M. Oderich). Fonte: Prous (1992). *Arqueologia Brasileira*.

Os sepultamentos podem ser encontrados com facilidade em sambaquis alvos de prospecções e de estudos arqueológicos mais aprofundados, o que mostra que jamais existiam sítios totalmente especializados ora como cemitérios, ora como locais destinados apenas à habitação, conforme assinalou André Prous (1992, p. 216).

Estatisticamente, no entanto, a quantidade de sepultamentos no sambaqui e em seu entorno são informações importantes para determinar a sua importância e o recorte temporal em que este foi habitado.

Outra possibilidade de estudo que se revela no âmbito dos sepultamentos realizados em sambaquis ou em suas proximidades diz respeito aos objetos líticos, como machados de pedra, pontas de fecha e esculturas antropomórficas ou zoomorfas, bem como de fragmentos de cestarias, colares e adornos compostos por ossos, conchas e dentes e, em um período mais recente, de objetos funcionais confeccionados em argila ou cerâmica, também na qualidade de acompanhamentos funerários que, segundo Verônica Wesolosky (1999, p. 193), é “tudo aquilo que parece ter sido colocado intencionalmente na sepultura junto do corpo”.

Também a qualidade e a quantidade dos acompanhamentos funerários traz à luz a possibilidade do estudo acerca das relações sociais estabelecidas no seio dessas populações, sobretudo da existência de uma complexa hierarquização social, uma vez que “as características de deposição dos esqueletos, acompanhamentos funerários e estruturas habitacionais associadas igualmente refletem diferenças de *status* existentes nas sociedades pré-históricas” (Kneip, 1999, p. 231).



Figura 5. Sepultamento sambaquiense em exposição no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná, em Paranaguá. Fonte: Fotografia do acervo do MAE UFPR.

Quanto à cerâmica encontrada nos sambaquis da região Sul do Brasil, esta é majoritariamente pertencente a um período de transição entre a caça-coleta e a horticultura, ou seja, mais recente do que as primeiros sítios sambaquienses, e inserida na denominada “tradição cerâmica Tupiguarani, assim chamada pelo fato das informações etno-históricas estabelecerem correlações entre evidências arqueológicas e os falantes de uma variante do tronco lingüístico Tupi-Guarani do litoral na época do Descobrimento” (Crancio, 1985, p. 165).

4. O sítio arqueológico lítico da Ponta do Retiro, Florianópolis

No âmbito da presente análise destacamos a necessidade de lançar as primeiras luzes sobre um sítio arqueológico pré-histórico ainda não analisado pela literatura que estuda as primeiras povoações na Ilha de Florianópolis e as sociedades sambaquieiras; o sítio lítico da Ponta do Retiro (Coordenadas geográficas: -27.629695, -48.447197).

A Ponta do Retiro constitui-se como um maciço rochoso que está localizado no extremo leste da praia da Joaquina, e que se estende até a Ponta do Gravatá, mais ao norte, atuando como acidente geográfico divisor entre a praia de Joaquina e praia Mole. Neste local, de topografia acentuada, os resquícios de populações pré-históricas podem ser facilmente constatados, com destaque para os amoladores-polidores fixos, descritos como marcas resultantes da ação de confecção de objetos de corte e polidos (Laming-Emperaire, 1967, p. 86, Gaspar & Tenório, 1990, p. 181), e que se diferenciam dos amoladores-polidores portáteis por terem sido estabelecidos em suportes não transportáveis, como grandes blocos rochosos. Segundo Maria Cristina Tenório (2003, p. 90), esses resquícios arqueológicos também foram identificados por outras denominações, como “pedras de polir” (Tiburtius, 1953 *apud* Amaral, 1995); “moinhos de bugre” (Rohr, 1959 *Apud* Amaral, 1995); “amoladores-polidores fixos” (Gaspar & Tenório, 1990); “estações líticas” (Beck, 1992 *Apud* Amaral, 1995); “oficinas líticas” (Amaral, 1995) e “amoladores-polidores líticos fixos” (Kneip & Oliveira, 2001).

Dentre os principais amoladores-polidores fixos na Ponta do Retiro destacam-se os “pratos”¹ ou “bacias de polimento”², descritos como depressões em formas de cuias que serviam para polir o gume de machados líticos, e os “amoladores de machado”³. As bacias de polimento, ou pratos, constituem-se como depressões alisadas, de forma redonda ou levemente arredondada, com uma depressão não desbastada ao centro. Segundo Ribeiro (1999, p. 144), “as depressões alisadas seriam locais para polimento de instrumentos, especialmente laminas de machado, pelo que nos “pratos” seriam polidos os corpos das laminas. Segundo Tenório (1999, p. 235), “(...) a forma de cuia resulta da atividade de polimento das lamina de machados, onde o gesto de polir retira das peças quaisquer saliências que dificultem o deslizamento do objeto no material a ser cortado. Para o preparo dos polidores, inicialmente a rocha suporte era picoteada para formar a reentrância, depois colocava-se areia e água doce e esfregava-se o seixo até ficar polido.”

¹ O termo “pratos” é utilizado por Pedro Augusto Mentz Ribeiro para se referir aos polidores de machados que são encontrados nos rios da Amazônia, e que se assemelham aos da Ponta do Retiro. In Ribeiro, P.A.M. Caçadores - Coletores de Roraima. In Tenório, M. C. (Org.) (1999). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 135-145.

² O termo “bacias de polimento” é utilizado por Prous para se referir aos mesmos polidores identificados por Ribeiro. In Prous, A. (1992). *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora UNB, p. 63.

³ Havendo a existência de dois termos distintos, mas com um mesmo significado, empregaremos o termo utilizado por Ribeiro em detrimento do utilizado por Prous, uma vez que o termo “pratos” é de mais fácil compreensão.



Figura 6. “Prato”, ou “bacia de polimento”, utilizada para polimento de instrumentos líticos. Sítio arqueológico da Ponta do Retiro, Florianópolis. O objeto utilizado como escala possui 13,5 centímetros de comprimento. Fonte: Fotografia do autor.



Figura 7. “Prato”, ou “bacia de polimento”, utilizada para polimento de instrumentos líticos. Sítio arqueológico da Ponta do Retiro, Florianópolis. O objeto utilizado como escala possui 13,5 centímetros de comprimento. Fonte: Fotografia do autor.

Já os amoladores de machado constituem-se como reentrâncias longitudinais, alongadas, sulcadas na rocha, de modo a constituir uma espécie de fenda, na qual a

lamina do machado poderia ser desbastada, fazendo com que estivesse amolada após este processo.



Figura 8. Amolador de machado, utilizado para proporcionar o fio, ou amolar instrumentos líticos. Sítio arqueológico da Ponta do Retiro, Florianópolis. O objeto utilizado como escala possui 13,5 centímetros de comprimento. Fonte: Fotografia do autor.



Figura 9. Amolador de machado, utilizado para proporcionar o fio, ou amolar instrumentos líticos. Sítio arqueológico da Ponta do Retiro, Florianópolis. O objeto utilizado como escala possui 13,5 centímetros de comprimento. Fonte: Fotografia do autor.

Tenório (1999, p. 237) afirma que blocos rochosos apresentando sulcos semelhantes aos amoladores-polidores fixos também em outras partes do mundo, como

na Austrália (*Apud* Smith, 1985), na Tanzânia (*Apud* O’Connell et al., 1991) e na Guiana Francesa (*Apud* Rostain & Wack, 1987)”. No Brasil, a autora destaca a presença desses testemunhos tanto no Sul quanto em outras regiões do país, como no litoral de São Paulo ou ainda no território indígena da etnia Ianomâmi, em Roraima, próximo à fronteira com a Venezuela (Tenório, 2003, p. 91), conquanto afirme que as duas maiores concentrações de amoladores-polidores fixos estão localizados na Ilha de Santa Catarina, onde se situa a Ponta do Retiro, e na região da Ilha Grande, estado do Rio de Janeiro, para além de que 25% do total do sítios registrados na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes são possuidores de amoladores-polidores fixos (Fossari et al., 1987, 1988, 1989).

Essa dispersão de amoladores-polidores fixos, entretanto, revela-se irregular uma vez que a presença destes testemunhos é baixíssima se comparada ao total de sítios arqueológicos registrados no litoral brasileiro, pelo que conclui a pesquisadora que “os amoladores-polidores fixos não constituem traço cultural capaz de identificar grupos socioculturais, eles seriam instrumentos passivos resultantes na maior parte das vezes, da elaboração de lâminas de machado” (Tenório, 2003, p. 91).

5. Estudos, musealização e reconhecimento patrimonial dos sambaquis em Santa Catarina

A arqueologia e o estudo da pré-história no estado de Santa Catarina emergem ainda na década de 1940 e se intensificam nas décadas de 1950 e 1960, a partir dos estudos realizados pelo padre João Alfredo Rohr (1908-1984), jesuíta considerado o “Pai da Arqueologia Catarinense” (Comerlato, 2015, p. 10), que realizou várias pesquisas em sambaquis e em outros sítios arqueológicos litorâneos e no interior do

estado, tendo sido responsável também pela catalogação dos mesmos (Rohr, 1960, 1961, 1962, 1966, 1968, 1969)⁴.

Segundo Tenório (2003), ainda na década de 1960 foram realizados os primeiros estudos práticos em sítios arqueológicos da região (Piazza, 1966, Beck, 1968, Hurt, 1974, 1984, Bryan, 1961, 1977, 1993), muitos dos quais destacando a interação entre os mesmos e o ambiente em que se encontram (Piazza, 1966, Beck, 1968, Hurt, 1974, 1984, Bryan, 1961, 1977, 1993).

Apesar de toda a importância do patrimônio arqueológico de Santa Catarina, os sítios arqueológicos litorâneos sofrem constantemente com processos naturais, como a ação dos ventos e da maré, e também por processos antrópicos, como a especulação imobiliária e a construção de ruas, avenidas e estradas, que assolam sua formação e fazem com que a cada dia suas características e contextos arqueológicos se percam (Uol, 2019).

Além da expansão imobiliária, a exploração mineral de cal se revela como o processo artificial mais comprometedor dos sambaquis, sendo que muitos sítios arqueológicos já foram destruídos por estas atividades enquanto outros foram parcialmente destruídos, ao passo que são poucos os que mantêm a mesma configuração desde o seu abandono pelos seus últimos habitantes pré-históricos, proporcionando as melhores condições de estudo e de compreensão dos processos históricos a que pertencem.

⁴ Sobre a realização de pesquisas arqueológicas pelo padre João Alfredo Rohr em Santa Catarina, vd. Comerlato, F. (2015). O legado do pe. João Alfredo Rohr S. J. Reflexões sobre sua trajetória na arqueologia brasileira. In *Revista Arqueologia Pública*, 8 [10], p. 9-24. Uma síntese histórica das pesquisas realizadas pelo padre João Alfredo Rohr pode ser encontrada no artigo de Pedro Inácio Schmitz, “João Alfredo Rohr: um jesuíta em tempos de transição”. In *Pesquisas – Antropologia*, nº 67. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2009.

Também os poderes públicos, que deveriam zelar pelo patrimônio histórico e cultural, vêm sendo responsáveis pela destruição do mesmo seja por sua omissão, seja por sua atuação a exemplo de determinado sambaqui, denominado Mato Alto I, que se encontrava na bairro homônimo, na cidade de Araranguá, e que foi estudado na década de 1960 pelo Museu de Arqueologia Etnologia da Universidade de São Paulo e posteriormente, em 1991, destruído pela Prefeitura da Municipal, que utilizou parte do material em obras na cidade (Farias & Kneip, 2010, p. 267).

Ao longo das últimas décadas várias políticas de iniciativa privada e pública vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de lançar luzes ao patrimônio pré-histórico litorâneo no estado de Santa Catarina. Dentre eles podemos destacar a criação de duas instituições museológicas; o Museu do Homem do Sambaqui “Padre João Alfredo Rohr”, em Florianópolis, e o Museu Arqueológico de Sambaqui, de Joinville.

O Museu do Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr constitui-se como um museu privado, pertencente ao Colégio Catarinense, instituição e ensino secular de Florianópolis, e surgiu ainda na década de 1960, tendo sido inaugurado no ano de 1963, com o nome de Museu do Homem Americano, renomeado em 1965, para Museu do Homem do Sambaqui e reinaugurado posteriormente com a atual denominação, e teve origem a partir da aquisição da coleção arqueológica do comerciante Carlos Behrenheuser (1875-1951), catarinense filho de imigrantes alemães, e que foi devidamente adquirida pelo padre João Alfredo Rohr (1908-1984), que salvaguardou ainda a história da origem do acervo colecionado por Behrenheuser que, segundo consta, trocava cortes e retalhos de tecidos por peças da arqueologia local, encontradas por moradores em diversos lugares da ilha (Schmitz, 2009, p. 13).

Desde sua fundação, o Museu do Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr potencializou e diversificou suas coleções mantendo, hoje, uma coleção arqueológica, que fundamenta a instituição; uma coleção etnográfica, com a presença de acervos indígenas de etnias das regiões Sul e Sudeste do Brasil, bem como outras coleções igualmente importantes, como a taxidérmica, paleontológica, conquiológica, mineralógica, numismática e um acervo de vestimentas e outros objetos religiosos.

Em sua coleção arqueológica a instituição dispõe de quase 10 mil artefatos oriundos dos sambaquis de Santa Catarina, inclusive zoólitos e outros objetos líticos, para além de mais de 80 mil fragmentos de cerâmicas indígenas, com várias peças completas, muitas das quais oriundas das pesquisas arqueológicas realizadas pelo padre João Alfredo Rohr desde a década de 1940.

A instituição cumpre seu papel social atendendo a um público diverso, sobretudo visitantes – turistas – mas, também, escolares e acadêmicos, da educação básica e do ensino superior e pós-graduado, proporcionando a difusão do conhecimento arqueológico e, sobretudo, sobre os sambaquis ao público infanto-juvenil e maximizando as oportunidades de pesquisas acadêmicas no acervo da instituição.

O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, por sua vez, foi constituído a partir do acervo coligido pelo alemão e arqueólogo autodidata Guilherme Tiburtius (1892-1985), berlinense radicado no Brasil desde a década de 1910, e adquirido pela prefeitura do município de Joinville, a partir de recomendações, no ano de 1963, da Comissão Diretora do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville, tendo sido oficialmente inaugurado no ano de 1969 e posteriormente reinaugurado em sua nova edificação, atual sede definitiva, no ano de 1972⁵.

À margem do ambiente acadêmico, Guilherme Tiburtius pesquisou e reuniu um considerável acervo a partir de suas pesquisas em Santa Catarina e no Paraná, tendo sido bastante estigmatizado por não possuir uma formação específica e estigmatizado, inclusive, tendo sido acusado de “destruir sítios arqueológicos e obrigado a abandonar suas atividades” (Prous, 1992).

Enquanto instituição de pesquisa, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville se destaca pela abertura de programas de pesquisas direcionados à produção do conhecimento científico em diversas áreas, como arqueologia, Educação, Geografia, Museologia e áreas afins, com o objetivo de contribuir para a salvaguarda e o melhor conhecimento do patrimônio arqueológico regional.

Além do acervo museológico e das pesquisas científicas desenvolvidas no âmbito da instituição, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville desenvolve exposições múltiplas (artes, fotografias, etc.), e possui ainda uma biblioteca especializada, destinada ao estudo de áreas comuns à Arqueologia, como a Antropologia, História e Educação, com um acervo de cerca de 10 mil obras.

Mais recentemente, diversas pesquisas (Guimarães, 2016, 2018) vêm enfatizando as possibilidades de aproveitamento do patrimônio arqueológico catarinense com vistas ao desenvolvimento do turismo na região, tendo por modelo aqueles que são

⁵ Para uma melhor compreensão da importância do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, ver a Dissertação de Mestrado de Ferreira da Silva, P. G. (2017). A compra da coleção Guilherme Tiburtius por Joinville: uma coleção arqueológica na cidade ‘germânica’. Joinville: UNIVILLE, (Dissertação de Mestrado, Universidade da Região de Joinville). desenvolvidos em locais com potencialidades análogas e já efetivadas, como Machu Picchu, no Peru, ou São Raimundo Nonato, no estado do Piauí, região Nordeste do Brasil.

Esses estudos consideram a importância do desenvolvimento do turismo arqueológico em Santa Catarina, em comum acordo com propostas que busquem a valorização dessa qualidade de patrimônio histórico e cultural e o desenvolvimento econômico regional, valorizando ainda os sambaquis e conferindo uma maior visibilidade a estes sítios arqueológicos.

Nesse ínterim, destacamos a necessidade da manutenção e dilatação de programas e ações que busquem a devida valorização dos sambaquis e dos demais patrimônios arqueológicos regionais, como aqueles que podem ser realizados no âmbito das instituições escolares e que já são realizados pelas instituições museológicas supracitada, ressaltando ao público infanto-juvenil a importância dos sambaquis para a compreensão da pré-história local, a construção de uma pertença sociocultural que aproxime os moradores e os respectivos sítios arqueológicos e o sentimento de valorização do mesmo, em consonância com as propostas de dinamização econômica, para que o segmento turístico que se busca alcançar não se torne um agente explorador do patrimônio arqueológico, mas um instrumento de sensibilização histórica para sua valorização.

Referencias

- Bueno, L. (2019). Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um 'Novo Mundo'? *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém: Ciências Humanas, vol. 14, n°. 2, 477-495, maio-ago.
- Bueno, L. & Dias, A. (2015). Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. In *Estudos Avançados*. vol. 29, n°. 83, 119-147.

- Comerlato, F. (2015). O legado do pe. João Alfredo Rohr S. J.: reflexões sobre sua trajetória na arqueologia brasileira. In *Revista Arqueologia Pública*. vol. 8, nº 10, 9-24.
- Crancio, F. (1985). Ocorrência de Cerâmica na Camada Superior do Sambaqui Zé Espinho. In Kneip, L. M. (Org.) *Coletores e Pescadores Pré-Históricos de Guaratiba, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/Niterói: UFF, 257,165-184.
- Da-Gloria, P. (2019). Ocupação inicial das Américas sob uma perspectiva bioarqueológica. In *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém: Ciências Humanas. vol. 14, nº 2, 429-458.
- Deblasis, P. (2007). Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. In *Arqueología Suramericana*. vol. 3, nº, 1, 29-61.
- Farias, D. & Kneip, A. (2010). *Panorama arqueológico de Santa Catarina*. Palhoça: Unisul.
- Farias, D. S. (2000). A Educação Patrimonial e os sambaquis de Jaguaruna, Santa Catarina, Brasil. In *Ética e Educação Brasil outros 500. Anais do Congresso Internacional de Educação do Colégio Coração de Jesus*. Florianópolis, vol. 1, 124-126.
- Farias, D. S. (2005). Criando interfaces entre Educação Patrimonial e Arqueologia: as atividades desenvolvidas no projeto arqueológico do Camacho - 1999-2003. In *Anais do 11º Congresso Nacional de Arqueología*. Salta: Universidad Nacional de Salta.
- Figuti, L. (1999). Economia/Alimentação na Pré-história do Litoral de São Paulo. In Tenório, M. C. (Org.) *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 197-203.

- Gaspar, M. D. & Tenório, M. C. (1992). Amoladores polidores fixos do litoral brasileiro. In *Revista do centro de Estudos de Pesquisa Arqueológica*. Santa Cruz do Sul. vol. 17, nº. 20, 181-190.
- Gaspar, M. D. (1999). Os Ocupantes Pré-Históricos do Litoral Brasileiro. In Tenório, M. C. (Org.) *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 160-169.
- Guimarães, G. M. (2018). *Preservação de Sambaquis: Turismo como Vetor em Tubarão-SC. Brasil*. Rosa dos Ventos, vol. 10, nº. 1.
- Guimarães, G. M. (2016). Turismo arqueológico, educação e os sambaquis do complexo lagunar sul de Santa Catarina: proposta de um circuito para visitação. In *Revista Memorare*. Tubarão. vol. 3, nº. 3, set./dez.
- Kneip, L. M. (1985). Histórico das pesquisas arqueológicas em Guaratiba. In Kneip, Lina M. (Org.) *Coletores e Pescadores Pré-Históricos de Guaratiba, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/Niterói: UFF, 73-88.
- Kneip, L. M. (1999). Pré-História de Saquarema. In Tenório, M. C. (Org.) *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 223-232.
- Kneip, L. M. & Pallestrini, L. (1985). Arqueologia: estratigrafia, cronologia e estruturas do sambaqui Zé Espinho. In Kneip, L. M. (Org.) *Coletores e Pescadores Pré-Históricos de Guaratiba, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/Niterói: UFF, 89-141.
- Laming-Emperaire, A. (1962). *Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul*. Manuais de Arqueologia 2. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Universidade Federal do Paraná.

- Lima, T. A. (2004). Nos mares do Sul: A pré-história do litoral Centro-Meridional brasileiro. In *Antes: história da pré-história do Brasil*. Catálogo da exposição. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil/Ed. Gráficas Burti.
- Mam, (2015). *Da pedra Da terra Daqui*. Catálogo da Exposição. São Paulo: Museu de Arte Moderna.
- Martin, G. (2008). *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Ed. UFPE.
- Neves, W. A., Bernardo, D. V. & Okumura, M. M. (2007). A origem do homem americano vista a partir da América do Sul: uma ou duas migrações? In *Revista de Antropologia*. vol. 50, nº. 1.
- Oliveira, D. L. de & Santos Júnior, V. dos (2019). Datações de gravuras rupestres no brasil: Pesquisa e Métodos Arqueológicos. In *Clio Arqueológica*. vol. 34, nº. 1, 66-92.
- Prous, A. (1992). *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora da UNB.
- Ribeiro, P. A. M. (1999). Caçadores Coletores de Roraima. In Tenório, M. C. (Org.) *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 135-145.
- Schmitz, P. I. (2009). João Alfredo Rohr: um jesuíta em tempos de transição. In *Pesquisas – Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, nº 67.
- Silva, P. G. F. da (2017). *A compra da coleção Guilherme Tiburtius por Joinville: uma coleção arqueológica na cidade germânica*. Joinville: UNIVILLE (Dissertação de Mestrado, Universidade da Região de Joinville).
- Tenório, M. C. (Org.) (1999). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 135-145.
- Tenório, M. C. (1999). Os Fabricantes de Machado da Ilha Grande. In Tenório, M. C. (Org.) *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 233-246.

Uol, (s.d.). *Sítio arqueológico com peças de 6 mil anos está ameaçado por casas em SC.*

Obtido na <https://www.uol.com.br/tilt/ultimas-noticias/redacao/2016/05/21/sitio-arqueologico-com-pecas-de-6-mil-anos-esta-ameacado-por-casas-em-sc.htm?empid=copiaecola> [Consultado a 05 de julho de 2019].

Vogel, M. A. C. (1985). Restos de Vertebrados do Sambaqui Zé Espinho. In Kneip, L. M. (Org.) *Coletores e Pescadores Pré-Históricos de Guaratiba, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/Niterói: UFF, 229-244.

Wesolosky, V. (1999). Práticas Funerárias Pré-Históricas do Litoral de São Paulo. In Tenório, Maria C. (Org.) *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 189-195.

Whitley, D. & Dorn, R. (1993). New Perspectives on the Clovis vs. Pre-Clovis Controversy. In *American Antiquity*. vol. 58, nº 4, Oct., 626-647.

**TESTEMUNHOS RECENTES DE TEÓNIMOS PRÉ-ROMANOS
NA LUSITÂNIA**

**RECENT EVIDENCE OF PRE-ROMAN THEONYMS
IN LUSITANIA**

Recebido a 20 de fevereiro de 2020
Revisto a 18 de março de 2020
Aceite a 20 de abril de 2020

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra
Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património
Rua Eça de Queiroz, 89
Pampilheira
P – 2750-662 Cascais
jde@fl.uc.pt

Resumo

Dá-se conta das reflexões que a epígrafe de Arronches, o altar fundacional de Viseu e as duas aras de Alcains provocaram e referem-se os novos testemunhos de teónimos identificados na Lusitânia ocidental.

Palavras-chave: Divindades indígenas, Língua lusitana.

Abstract

An overview about the new find monuments concerning the prerroman deities in West Lusitania: the Arronches' epigraph in 'Lusitanian' language with new deities attested; the Viseu's altar as a foundational document. New lectures, new motivations to think deeper about our always temporary conclusions.

Keywords: Indigenous divinities, Lusitanian language.

Porventura a mais recente síntese acerca dos testemunhos epigráficos, encontrados em território actualmente português, de teónimos pré-romanos data de Setembro de 2008: a comunicação que, também em meu nome, Amílcar Guerra apresentou no IX Workshop FERCAN, realizado em Molina de Aragón (Encarnação & Guerra, 2010).

O que ora se almeja é apresentar o que, desde então, aconteceu nesse âmbito: as novas reflexões, os novos teónimos... Enfim, o interesse manifestado por esta temática, que também esteve em discussão em Loulé, no XIII Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleo-Hispânicas (Outubro de 2019), onde, mais uma vez, ficou demonstrado o entusiasmo com que esta problemática é encarada, inclusive aureolada, como está, pelo

desejo de se fomentar a identidade local perante avassaladoras homogeneidades (Encarnação, 2020).

1. A Epígrafe de Arronches

Esta epígrafe, dada a conhecer precisamente nesse ano de 2008 (Encarnação et al., 2008), transformou-se, sem dúvida, pelas suas características, num dos mais importantes documentos em língua dita “lusitana”.

É conhecida a versão provisória que apresentámos. Refiram-se os teónimos (em dativo e pela ordem em que surgem na epígrafe) que nela lográmos identificar:

– *Harase* – que poderá ser um teónimo ou o epíteto local, atendendo às formas que adiante se aduzem;

– *Broeneiae* – teónimo até agora não registado;

– *Reve Aharacui* – novo epíteto de *Reva*, provavelmente de raiz local, com o característico ‘dativo céltico’ em **-ui** (para usarmos da nomenclatura de M. Lourdes Albertos);

– *Bandi Haracui* – supomos que se trate do mesmo epíteto local que foi atribuído a *Reva*, ainda que com outra grafia, como já vai sendo normal para palavras cuja pronúncia é estranha para o lapicida;

– *Munitie* – que ousámos identificar com *Munis*, *-idis*, por ser já conhecida, mas que também aceitamos poder tratar-se de outra divindade;

– *Caria* – depressa se apresentou nova leitura, *Carla*, de que adiante se dá conta;

– *Cantibidone* – depois do invulgar achado na capela de Santa Marina (Segura, Idanha-a-Nova), de duas epígrafes dedicadas ambas *Erbine Iaedi* [vel *Iaidi*]

Cantibidone (HEpOL, registos n.ºs 23084 e 23085) e atendendo a que se discute o carácter de cada um destes termos, ou seja, se é *Cantibidona* a divindade e os outros dois vocábulos funcionam como epítetos ou se são três as divindades – o que não seria despreciando, se tivermos em conta que, em muitas teogonias (inclusive a católica), se regista uma trindade – a tentação de vermos, também aqui, essa trindade não deixa de ser sedutora. Por exemplo, em HEpOL 23084 e 23085, o título das fichas é “Dedicación a Erbine”. Já se discutirá.

Concluimos nessa data, em jeito de hipótese de interpretação:

“Mais as perplexidades, portanto, que as certezas. Mas destas há algumas que podemos garantir como dados verdadeiramente inovadores.

No que concerne à **religiosidade pré-romana**, atesta-se um ritual muito semelhante ao da *suovetaurilia*, sendo várias as divindades invocadas: *Banda*, *Reva* e *Munis*, quanto às já conhecidas; *Broeneia*, jamais registada até ao momento. Divindades invocadas sob um epíteto seguramente tópico, *Haracui* ou *Aharacui* ou mesmo *Harase* (numa diferença de grafia que outras vezes se documenta em relação às divindades indígenas, fruto do ‘contágio’ da oralidade) ou, ainda, sob a forma de sigla – H. De realçar a novidade de nos parecer que o teónimo *Munis* vem grafado como *Munitia* e qualificado com dois epítetos, um (*Caria*) relacionável com outros teónimos indígenas, o segundo (*Cantibidone*) já documentado em relação a divindade conhecida, *Erbina*”.

Logo na edição de Janeiro de 2009 da revista *Emerita*, Blanca María Prósper e Francisco Villar se debruçaram sobre o texto – como era de esperar, dado o seu carácter deveras aliciante. Procurarei, espero que bem, sintetizar o seu pensamento no domínio que nos interessa.

Concordam os autores em afirmar que estamos, mui provavelmente, perante um ritual de hecatombe, cujo testemunho é datável, como propusemos, de meados ou finais do século I a. C. Concordam que a terminação em *-ui* representa, linguisticamente, um “dativo singular masculino temático” (p. 29). Pensam, como nós, que *Harase* será o epíteto de uma divindade a que se ofereceu “uma ovelha parda”. Aceitam que a forma *Munitie* é uma variante gráfica de *Munis*. Hesitam em atribuir a categoria de teónimo a *Broeneia*, inclinando-se para que se trate de um locativo. A maior dúvida reside – como, aliás, já ponderáramos – em relação ao conjunto *Caria Cantibidone*: sugerem que também se poderá ler *Carea* ou ver aí um epíteto do género *Caria(cae)*, enquanto que *Cantibidone* – aqui e em Segura – poderá ser *Cantibidone(nsi)*.

A maior diferença em relação à nossa proposta reside no facto de considerarem que há dois textos redigidos em momentos diferentes e que também nesse segundo texto há referência a divindades de carácter local, concretamente a *Iccinui* (em dativo), relacionável, quiçá, com *Icona*, e a *Panditi* (dativo), que aproximam de uma *dea Panda* ou *Pantica*:

“Existe también en el mundo religioso latino una *Dea Panda ...uel Pantica*, cuyo nombre nos ha llegado a través de Arnobio (*Adu. Nat.* 4, 128), supuestamente una antigua divinidad de los caminos, que tenía la función de *uiam pandere et aperire*” (p. 25).

Confessam, porém, que se “la *Dea Panda* se compara tradicionalmente con la *Padella* umbra, idéntica a la *Patella* latina, y con el dat. fem. osco en dativo *Patanaí* (Agnone)”, “subsisten problemas relacionados con el consonantismo” (p. 26).

José Cardim Ribeiro já se debruçara sobre esta epígrafe em 2010. Retoma-a em 2016, em que apresenta, postumamente à redacção (p. 40) uma excelente fotografia feita

segundo o “modelo de resíduo morfológico”, e é essa contribuição a que ora tenho em conta. Aventura-se o Autor numa interpretação com significativas diferenças à dos editores, como pode ver-se pela simples análise da tradução que dá:

«A [... (divindade feminina)] (sacrificou-se) uma (...)a, uma ovelha, uma vaca. À [deusa] *Harase* (sacrificaram-se) dez ovelhas. A *Broeneia Ha[raca]* (sacrificaram-se) dez ovelhas. A *Reve A(ugustus) Haraco* (sacrificaram-se) dez touros consagrados; a *Bandi Haraco* (sacrificou-se) um *aur[...]*. À *Munitie Cantibidone* da/desta lápide (sacrificou-se) uma *a[...]*. *Apinus, Vendicus, Eriacainus*, áugures».

Isto é: *Harase* será teónimo; *Broeneia* poderá ter como epíteto *Ha[raca]*; *Reve* será *A(ugustus?) Haraco*; une *Munitie* a *Cantibidone*; e, no que se refere à palavra que lhes está de permeio – e que lê CARLA (com dúvida no R) – explica, na pág. 37, que será o substantivo *carla*, “vocábulo lusitano para designar “lápide”, pois que a aparenta com “o substrato pré-romano **kar-*, “pedra”, derivado, por seu turno, do indo-europeu **ker-*, “cortar”, levando-o a ver aí “a pedra artificialmente cortada, afeiçoada”.

No que se refere à “segunda parte do texto”, aceita que haja três dedicantes. Chama-lhes os “três *ougurani* que oficiaram na cerimónia” (p. 38), *Apinius, Vendicus* e *Eriacainus*, antropónimos que, em seu entender, apresentam “já sufixação latinizada”.

E será de salientar a interpretação que Cardim Ribeiro aponta no final: o relevante significado deste tipo de monumentos epigráficos, uma vez que eles representam a utilização, por parte das comunidades indígenas, de “um recurso novo oferecido pela romanização e parcimoniosamente circunscrito ao registo de eventos considerados de transcendente importância, outrora fixados e transmitidos através da mera tradição oral” (p. 39).

2. A Inscrição de Viseu

Além dos estudos publicados em 2008 e 2009, prepararam os achadores deste monumento – Pedro Sobral de Carvalho, Nádia Figueira e Luís da Silva Fernandes –, um simpático opúsculo, onde explicitam as circunstâncias do achamento deste magnífico altar fundacional, na cidade de Viseu (Carvalho & Fernandes, 2009).

Apesar de conhecido e de sobre ele eu próprio já ter tecido, por diversas vezes, algumas considerações (v. g., 2015, pp. 28-29), creio importante voltar a este altar como se fora uma novidade, pelo enorme significado histórico que detém no âmbito das divindades.

Ostenta o dedicante onomástica bem latina, mas identifica-se à maneira indígena – *Albinus Chaerae filius* – e a dedicatória é feita, em nome da comunidade que representa, a uma divindade encarada nas suas características femininas e masculinas, com epítetos cujo significado ainda se não logrou compreender: *Deiba Borigo Deibo Bor(igo) Vissaieigo Bor(igo)*.

Deiba e *Deibo* serão formas autóctones de escrever (e pronunciar) *Deae* e *Deo*. Assinale-se, de passagem, que se encontra na capela de Nossa Senhora da Granja, Proença-a-Velha, a dedicatória de *Caburia Caturonia* a uma *Deiba* (HEp 17, 2011, n° 237) e que, tal como ali bem se assinala, *Beiba* “en lengua indígena significa *deiva/deva*, la diosa”, pelo que se trata da divindade venerada no local, sem que, contudo, se explicita o seu nome particular, apenas o seu carácter divino.

Bor(igo) – se se aceitar este desdobramento – pode pôr-se em paralelo com *Bormanicus*, um deus das águas termais; *Vissaieigo* será, como tudo leva a crer, um epíteto locativo, a partir do qual, por regressão, poderemos chegar à etimologia do local

nos primeiros tempos da ocupação romana: *Vissaeum* – donde terá derivado o actual topónimo, Viseu.

3. As Aras de Alcains

Também o seu grande significado se assinalou já, desde a primeira publicação em 2009.

Importará ressaltar que estas duas aras constituem a prova inequívoca de que as *gentilitates* eram identificadas mediante o nome do seu fundador ou do seu antepassado de referência e que, no momento de se escolher a divindade protectora, o epíteto promanava dessas etimologias. Achadas no mesmo local, as aras indicam-nos que *Polturius Caenonis filius* era da *gentilitas Polturiciorum*, cujo númen era *Asidia Polturicea*.

4. Novos Testemunhos Identificados a partir de 2009

Vou basear-me, preferentemente, no que foi publicado no *Ficheiro Epigráfico*. Seguramente, não será rol completo; contribuirá, todavia, para se ter uma ideia de parte substancial do que se tem encontrado e das questões levantadas quer pelos novos documentos quer pelas reflexões feitas a propósito de teónimos há conhecidos.

4.1. *Banda Brialeaecus* (2009)

Fragmento de uma ara romana, de granito da região, descoberto, juntamente com outras, destruídas pela urbanização do castro dos Castelos Velhos, nas imediações da cidade da Guarda, em meados da década de 1990-2000.

Apenas se consegue ler:

[...] [?] / [?] [BA]NDI / BRIA[LE]AECO / [...] [?]

Constitui, pois, mais um testemunho do culto à divindade *Banda*, sob o epíteto *Brialeaecus*, de que conhecemos mais dois testemunhos: um altar guardado em Orjais (Covilhã), numa casa particular, dedicado *Bandei Brialeacui* por *Severus Abruni filius* e a ara, também proveniente de Orjais, dedicada à mesma divindade e grafada da mesma forma: *Bandei Brialeaicui*, ainda por publicar e que está na posse de Francisco Geraldes, na Covilhã. De momento, apesar das reflexões feitas, por exemplo, por Blanca Prósper (2002, p. 262), que relaciona o vocábulo com a forma celta **brig-* «elevação», não há certezas quanto ao seu significado, se toponímico ou antroponímico.

Os três testemunhos documentaram-se, contudo, na mesma região, o que lhe confere, para já, um carácter tópico.

4.2. FE 95 (2012) n° 427

Nova leitura de CIL II 843, de Oliva de Plasencia, Capera:

Di[is] · [A?]rbariensibus / Rufus Aran/toni · V(otum) · L(ibens) · S(olvit)

Nada se logrou ainda descobrir acerca deste aglomerado populacional ou *gentilitas*, que poderia designar-se *Arbarium*, cujos *dii* tutelares um indígena aqui invoca.

4.3. FE 106 (2013) nº 470

De Castelo de Paiva.

Fuscus [...] / Anicaii [vel Aivicaii] [?] f(ilius) [?] / Laribus · C/cecaecis / Ienaecis [?] · l(ibens) · s(olvit)

Do teónimo apenas o segundo epíteto, por ser novidade, traz dificuldade nas três primeiras letras: *Ieiaecis?* *Lenaecis?* No entanto, a análise cuidadosa da pedra permitiu sustentar a possibilidade de se optar por *Ceceaecis*, mesmo em outras epígrafes onde se hesitara na leitura: os *Ceceaici* seriam, assim, a “organização suprafamiliar” (para usarmos a expressão de María Lourdes Albertos), que teve subdivisões geograficamente localizadas ou derivadas de um outro antepassado comum.

4.4. FE 114 (2014) n° 489 (Figura 1)



Figura 1. Altar possivelmente dedicado às Ninfas, com a grafia *Lumbis*. Fonte: *Ficheiro Epigráfico*.

Na igreja matriz de Longroiva (concelho de Meda).

Potitus / Reburri / f(ilius) · Lumbis / votum / solvit.

Consultada por mim, a propósito do significado do teónimo e eventual razão desta grafia, Blanca Prósper respondeu-me que lhe soava «a un dativo de plural (femenino) de una variante del nombre de las ninfas, adaptado en latín desde el griego como *Lymphis*» ou «probablemente una divinidad *lombha».

O testemunho ímpar de absorção da cultura romana, por parte dos indígenas, num âmbito erudito deveras significativo?

4.5. FE 127 (2015) nº 539 (Figura 2)



Figura 2. Mais um testemunho do culto a *Vorteaecius*, possível epíteto da divindade *Banda*, que se apresenta com diferentes grafias. Fonte: *Ficheiro Epigráfico*. De Olival Queimado (Penamacor):

L(ucius) Coutiliu[s] / Bulcai · l(ibertus) · B/andi · Vort/[ae]co · v(otum) ·
l(ibens) · a(nimo) · s(olvit)

Presumível variante do epíteto de uma divindade, de que se haviam atestado já
as grafias *Vortaeceo*, *Vordeaeco*, *Vortiaecio*...

4.6. FE 128 (2015) nº 541 (Figura 3)



Figura 3. A invulgar dedicatória encontrada em *Olisipo*, interpretada como dedicada *Diis Bonis* e a duas outras divindades até agora desconhecidas. Fonte: *Ficheiro Epigráfico*.

Monumento encontrado em Junho de 2013, em Lisboa, sob um edifício situado no final da Travessa das Merceeiras, perto do Teatro Romano e da Sé, sendo originário, portanto, de um ponto situado em plena cidade romana. Foi estudado por Amílcar Guerra.

D(iis) B(onis) sac(rum) / Cinteri et Muno / G(aius) P(---) Marcin(us) / cum fil(io) / G(aio) P(---) Marcello / Crescen[te] / -----

“Consagrado aos Deuses Bons, a Cíntere e Muno. Gaio P. Marcino, juntamente com o filho, Gaio P. Marcelo Crescente, (...)”.

A fórmula inicial é rara; não atestada na Hispânia, tem paralelos em África. «Os nomes referidos a seguir à fórmula inicial não correspondem a qualquer entidade divina conhecida. Na realidade, a invocação *Cinteri* ocorre pela primeira vez em toda a epigrafia latina e o dativo *Muno* é também desconhecido no âmbito teonímico, podendo apenas apontar-se uma eventual presença na onomástica pessoal». «Uma interpretação dos dois nomes problemáticos pela via das línguas pré-romanas depara-se com o óbice importante de se registarem num contexto fortemente romanizado, sendo, por isso, mais natural esperar uma explicação no âmbito cultural romano» (Guerra, 2015).

4.7. FE 135 (2016) n° 562

De Alpalhão, povoação e freguesia do concelho de Nisa.

ARENT[...]/ [...]/ [...]/ [...] S(olvit)

Presumivelmente, mais um testemunho do culto a *Arentius*, -a, certamente com epíteto local, que desapareceu.

4.8. FE 181 (2019) n° 678

Numa árula votiva encontrada próximo da Capela de Santiago, em Vila Longa (União de Freguesias de Romãs, Vila Longa e Decermilo), concelho de Sátão, distrito de Viseu, leu-se:

[B]ANDI BI/[D?]OAE[CO?] / [...]

Mais um documento, datável da 1ª metade do século I da nossa era, a atestar o culto a esta divindade assaz conhecida (Encarnação, 2015, pp. 119-143, pp. 387-389), aqui apresentando a terminação **-i** no dativo, como se documenta nos testemunhos mais próximos: *Bandi Oilienaico*, em Esmolfe (Penalva do Castelo) (*ibidem*, p. 132-134) e *Bandi Tatibeaico*, em Queiriz (Fornos de Algodres) (*ibidem*, p. 134-137).

O epíteto terá, como é habitual, uma origem toponímica ou etnonímica, sendo aliciante, portanto, encontrar algum outro testemunho que permita identificar o topónimo ou o etnónimo de que este *Banda* era o protector. O epíteto *Bidiensis*, que qualifica a deusa *Salus* numa inscrição da área de Cáceres (HEPOL registo n° 424), poderá ser um paralelo a contemplar. Analisando este, Blanca Prósper (2002, p. 218), considera-o a forma latinizada de um topónimo **bedyā* ou **bedyo-*, sem que, no entanto, dê, a esse propósito, qualquer esclarecimento a justificar a sua opção. Também María Lourdes Albertos (1952, p. 60) se referira a esta epígrafe, opinando que, perto de Montánchez, onde a ara foi encontrada, se situaria a «fonte de *Bidia*, cujo génio ou virtude curativa» assim se salientaria.

Em termos de aproximação vocabular, cumpre citar o epíteto indígena *Cantibidone* patente em duas inscrições de Segura e na Arronches (HEPOL 23 084 e

23 085, e 27 346, respectivamente); e a ocorrência do etnónimo *Obidoq(um)* na epígrafe HEpOL n° 27 075, da área de Guadalajara.

4.9. FE 195 (2019) n° 718

Fragmento de uma ara de granito muito mutilada, descoberta em Mata de Alcántara, Cáceres, onde se mantém, desconhecendo-se a sua procedência.

Lê-se, na epígrafe, que *Modestus Tangini f(iilius)* a dedicou *Laribus Callaciensib[us]*.

O epíteto – *Callacienses* – sugere tratar-se das divindades protectoras de um lugar (*Callacia*) e da sua população, os *Callacienses*. Nada mais se sabe, por enquanto, acerca desta etnia nem qual terá sido a sua real localização. Ainda que as divindades *Lares* sejam romanas, tal como os *Dii* a que atrás se fez referência, tem sido justificado hábito incluí-las no rol das divindades indígenas quando – como é o caso – ostentem adjectivo de carácter local.

4.10. FE 198 (2019) n° 727

Ara votiva de granito no interior da igreja matriz da Moita, freguesia do concelho do Sabugal.

AVITVS / MADVRI / CVSI · ER[V?]/LANCVI · V(*otum*) · S(*olvit*)·

Não parece inviável considerar a forma *Cusi* uma variante do teónimo indígena *Cosus* documentado, sob diversas grafias (em dativo): *Cusu*, *Cossue*, *Cosu*...

Abunda a bibliografia sobre esta divindade, númen protector que assumiu epítetos conforme o lugar ou o povo de que foi patrono. Referem-se alguns dos artigos que expressamente lhe foram dedicados: Prósper, 1997, p. 267-302 (análise etimológica); Barcia Merayo e García Martínez, 1998, p. 11-25 (com lista de testemunhos e mapa); Búa, 2003, p. 147-184; Olivares Pedreño, 2007, p. 143-160.

Cusi é variante inesperada, porque, partindo do verosímil pressuposto de que estamos perante um dativo, trata-se de um dativo em **-i**, da 3ª declinação latina, o que leva a supor um nominativo não de tema em **-us**, como se há verificado até agora, mas em **-is**: *Cusis* – a lembrar as propostas *Lurunis* e *Triborunnis*. Diferente será o caso de *Cossue*, em que se alvitra nominativo em **-a**, estando *Cossue* por *Cossuae*. Ou seja, um teónimo variegado! E não será despropósito repetir que, mais do que razões etimológicas, se há-de ver nessas formas diversas o eco de diversas entoações fonéticas dadas pelos indígenas e que o lapicida tentou passar à pedra (cf. Encarnação, 2002, pp. 15-16).

Temos, porém, um epíteto novo, com terminação de dativo *-gui/cui*, que tem sido considerada tipicamente lusitana, atestado na designação de outras divindades, cujos testemunhos epigráficos poderão encontrar-se em HEpOL sob as designações indicadas: *Banda Isibraiegui* (Bemposta, Penamacor), *Banda Brialeacui* (Orjais, Covilhã), *Banda Tatibeaicui* (Queiriz, Fornos de Algodres); *Banda Vordiaicui* (Pinhel); *Crougae NilaiGUI* (Freixiosa, Mangualde); *Reva Langanidaegui* (Medelim, Idanha-a-Nova)...

Em relação a este novo epíteto, não se ousa, de momento, aventar sugestão de relacionamento quer com etnónimos quer com topónimos, inclusive porque a leitura resulta hipotética. Assinale-se, porém, ser nova forma de dativo do teónimo.

4.11. *Ulia Dea?*

Há no Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas (inv. PB/LR/03/1) a ara, proveniente dos arredores de Queluz (Sintra), dedicada *Uliae Deae O M* por *Chylia Gemina*.

J. Cardim Ribeiro ainda não procedeu ao estudo do monumento, mas referiu-se-lhe (2016a, nota 58 (p. 175-176), interpretando *Ulia* como um gentilício, de modo que a epígrafe seria o ex-voto cumprido à *Iuno* de *Ulia*, entendendo-se *dea* como o seu génio protector. Na sequência desse raciocínio, preferiu desdobrar as siglas O M em O(*ptime*) M(*erito*), fórmula ainda não documentada. Já tive ocasião (2017, pp. 243-244) de propor uma interpretação alternativa: a divindade (*dea*) é *Ulia* e tem como adjetivos O(*ptimae*) M(*aximae*), porventura inspirados na comum adjectivação de Júpiter.

Cardim Ribeiro tem por segura a menção do antropónimo *Ulia* e «mais dificilmente» suporia «tratar-se de um desconhecido teónimo». Justifica a sua opção, aduzindo a inscrição achada na mesma região (Pianos, S. João das Lampas, Sintra), em que, em vez de *[I]ulia* (CIL II 5010), prefere ler *Ulia Avita, uxor* do cidadão romano *M. Atilius Tanginus*.

Essa opção de *Ulia* por *[I]ulia* também se verificou em relação a uma epígrafe de Vila Fria (Felgueiras) e, por isso, a refere María Lourdes Albertos (1985, p. 302), relacionando-a com antropónimos indígenas já documentados: *Ulea* e *Ullea*, por exemplo. Segue-a Vallejo, que, por isso, inclui *Ulia* entre os antropónimos indígenas da Lusitânia (2005, p. 491). A revisão dessa epígrafe, levada a efeito por Armando Redentor (2010, nº 282, p. 200 do II volume,) comprova, todavia, claramente (veja-se a sua estampa XX) que deve ler-se *[I]VLIA*. Quanto ao outro texto aduzido como prova, CIL II 433, de Escalão, Figueira de Castelo Rodrigo, revisto por Patrício Curado (1985,

pp. 643-645), em relação ao qual Vallejo escreve que, em vez de *Cornelia Gensulia*, «quizá sea más razonable interpretarlo como *gens Vlia*, familia a que pertenecería *Cornelia*» (2005, p. 491), concorda-se que *Gensulia* será, de facto, «un nombre único», mas a interpretação proposta – *gens Vlia* – resulta, no mínimo, estranha.

Neste âmbito da procura de paralelos para *Ulia*, não se descurou, inclusive, a referência à cidade de Bética, *Ulia* (cf. Tovar, 1974, p. 115-116); não parece, porém, que de algo possa adiantar no caso que nos prende, ou seja, descortinar se é o vocábulo *Ulia* um teónimo – porventura indígena – ou um antropónimo.

Os dados estão lançados; outros se aguardam, porque, em meu entender, o que importava era mesmo levantar as questões: será viável aceitar uma divindade indígena quase assimilada a Júpiter nos seus atributos de *Optimus Maximus*? E venerada por uma dedicante cujo *nomen* se reveste de características gregas mas de *cognomen* bem latino? E tudo num ambiente aonde os Romanos chegaram logo nos primórdios e numa região onde durante mui largo tempo perdurou o culto ao Sol e à Lua e a outras divindades?!...

5. Conclusão

Dou por terminada esta resenha. Incompleta estará; mas já consciencializei que, para se dar conta de que, num rol, há dados que faltam, importa... elaborar o rol! Mais fácil é, assim, completá-lo e, por outro lado, levantar a partir dele novas e mais inteligentes questões.

Não incluí, por conseguinte, reflexões dispersas por textos, minhas (Encarnação 2010, 2013, por exemplo) ou alheias (v. g., Prósper, 2002, Ribeiro, 2014, Santos, 2008, Schattner, 2013). Nalguns desses textos se teceram, a talhe de foice (como sói dizer-se),

mui oportunas considerações sobre teónimos indígenas, às quais poderá não se ter prestado a atenção devida. Aliás, uma das dificuldades que amiúde se encontra pelos caminhos da investigação histórica reside no facto de, lateralmente ao anunciado tema de um artigo, em notas ou como que entre parêntesis, se apresentarem dados de interesse que não são valorizados depois. Acontece, mais tarde, um autor vir chamar a atenção para essa nota ou esse parêntesis, que não foram tidos em conta – e tem razão! Veja-se, a documentá-lo, como as observações agora feitas em 4.11 se basearam numa... nota de pé de página, que, por sinal, não me passou despercebida – mas podia ter passado!

Que se considera possível apresentar como conclusão (sempre provisória, como é óbvio) acerca do que se escreveu?

Diis Arbariensibus, Diis Bonis Cinteri et Muno, Deis Calobedaicensibus, Laribus Callaciensibus, Cusi Erulancui, Lumbis, Bandi Bidoaeco, Bandi Brialeaeco, Broeneiae, Aharacui, Munitie... Nomenclaturas estranhas, sem dúvida, a desafiar linguistas e historiadores, numa tentativa de se esclarecerem nomes de povos pré-romanos e sua localização, de se perscrutarem atributos divinos, de se caucionarem teses sobre linhagens étnicas susceptíveis de, também elas, caucionarem identidades!...

Muito mais perplexidades do que certezas. Muitas mais! Por isso se torna aliciante o nosso estudo!

Referências

Albertos Firmat, M. L. (1952). Nuevas divinidades de la antigua Hispania. *Zephyrus*. Universidad de Salamanca, 3, 49-63.

- Albertos Firmat, M. L. (1985). La onomástica personal indígena del Noroeste Peninsular (Astures y Galaicos). *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa. 1980)*. Salamanca, 255-310.
- Assunção, A.; Encarnação, J. d'; Guerra, A. (2009). Duas aras votivas romanas em Alcains. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: DGPC. 12/2,177-189. Obtido na <http://hdl.handle.net/10316/14377>.
- Búa, J. (2003). *Cosus*. Un exemplo de epigrafía e relixión. *Boletín Auriense*. Orense: Museo Arqueolóxico Provincial de Ourense. 33, 147-184.
- Carvalho, P. e Fernandes, L. (2009). *Vissaium – O Espírito do Lugar*. Viseu: Arqueohoje.
- Curado, F. (1985). Epigrafia das Beiras (notas e correcções). *Beira Alta*. 44, 641-655.
- Encarnação, J. d' (2010). Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal – 35 anos depois. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 10, 525-535. Obtido na <http://hdl.handle.net/10316/14476>
- Encarnação, J. d' (2013). Gentes e divindades na Lusitânia pré-romana ocidental. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 13, 209-217. Obtido na <http://hdl.handle.net/10316/24970>
- Encarnação, J. d' (2015). *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. Obtido na http://www.uc.pt/fluc/iarq/pub_online/pdfs_online/1975_Divindades
- Encarnação, J. d' (2017). Recensão a Gérard González Germain (coord.), *Peregrinationes ad inscriptiones colligendas. Estudios sobre epigrafía de tradición manuscrita. Sylloge Epigraphica Barcinonensis*. Barcelona. XV, p. 241-247. Obtido na <http://hdl.handle.net/10316/79582>

- Encarnação, J. d' (2020). Linguística e Epigrafia em busca da nossa mais vetusta antiguidade! *Al-madan online*. Almada. vol. # 23 (tomo 1), 171-172. Obtido na <http://hdl.handle.net/10316/88736>
- Encarnação, J. d' *et alii* (2008). Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre). *Conimbriga*. Coimbra. 47, 85-102. Obtido na <http://hdl.handle.net/10316/10754>.
- Encarnação, J. d' e Rodrigues, A. (2009). Altar votivo a *Banda Brialeacus*, do Castro dos Castelos Velhos (Guarda). *Praça Velha*. Guarda. 25, 227-238. Obtido na <http://hdl.handle.net/10316/10479>
- Encarnação, J. d' e Guerra, A. (2010). The current state of research on local deities in Portugal. In J. Alberto Arenas-Esteban (ed.), *Celtic Religion across Space and Time* (IX Workshop F.E.R.C.AN). Toledo: Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, p. 94-112. Obtido na <http://hdl.handle.net/10316/13814>.
- FE 95 (2012), nº 427 = Rio-Miranda Alcón, J. (2012). Nueva lectura del CIL II 843 (Oliva de Plasencia, Capera). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 95, nº 427.
- FE 106 (2013), nº 470 = Rocha, M. *et alii* (2013), *Ara Laribus Ceceaicis* em Castelo de Paiva (*Conventus Scallabitanus*). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 106, nº 470. Obtido na <http://hdl.handle.net/10316/22707>
- FE 114 (2014), nº 489 = Coixão (A.) e Encarnação (J. d') (2014). Inscrição votiva de Longroiva (*Conventus Scallabitanus*). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 114, nº 489.
- FE 127 nº 539 = Ângelo, M. *et alii*. Epígrafe votiva do Olival Queimado (*Conventus Emeritensis*). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 127, nº 539.

- FE 128 nº 541 = Guerra A. (2015). Uma consagração aos Deuses Bons proveniente de Lisboa/Olisipo (*Conventus Scallabitanus*). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 128, 2015, nº 541.
- FE 135 nº 562 = Oliveira, J. e Encarnação, J. d' (2016). Uma ara votiva em Alpalhão (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 135, nº 562.
- FE 181 nº 678 = Encarnação, J. d' e Marques, J. (2019). Árula votiva *Bandi Bidoeco* (*Conventus Scallabitanus*). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 181, nº 678.
- FE 195 nº 718 = Gómez-Pantoja (J.) y Durán Sánchez, A. (2019). *Lares Callacienses*. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 195, nº 718.
- FE 198 nº 727 = Encarnação, J. d' e Osório, M. (2019). Ara votiva da igreja matriz da Moita, Sabugal. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 198, nº 727.
- Fernandes, L. S.; P. S. Carvalho; N. Figueira (2008). Uma nova ara votiva de Viseu (Beira Alta, Portugal). *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*. Barcelona. VI, p. 185-189.
- Fernandes, L. S.; Carvalho, P. S.; Figueira, N. (2009). Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 9, p. 143-155.
- HEp = *Hispania Epigraphica*. Publicaciones Universidad Complutense de Madrid.
- HEpOL = versão *on line* de *Hispania Epigraphica*, revista editada pela Universidade Complutense de Madrid. Obtido na <http://eda-bea.es/>.
- Olivares Pedreño, J. C. (2007). Hipótesis sobre el culto al dios Cossue en El Bierzo (León): explotaciones mineras y migraciones. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 7, 143-160.
- Prósper, B. (1997). La divinidad paleo-hispana *Cossue/Coso* y el dios itálico *Consus*. *AIQN* 19, 267-302.

- Prósper, B. (2002). *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad.
- Prósper, B. y Villar, F. (2009). Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre. *Emerita*. Salamanca. LXXVII/1,1-32.
- Redentor, A. (2017). *A Cultura Epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis) – Percursos pela Brácará da Época Romana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, J. (2010). Algumas considerações sobre a inscrição em “lusitano” descoberta em Arronches. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 10, 41-62.
- Ribeiro, J. (2014). ‘Damos-te esta ovelha, ó Trebopala’! – A *invocatio* lusitana de Cabeço das Fráguas. *Conimbriga*. Coimbra, LIII, 99-144.
- Ribeiro, J. (2016). A inscrição lusitana de Arronches. In A. Carvalho, A. e Coito, L. *Lusitânia Romana – Origem de Dois Povos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 34-40.
- Ribeiro, J. (2016a). *Ad Antiquitates Vestigandas*. Destinos e itinerários antiquaristas nos campos olisiponenses ocidentais desde inícios a meados do século XVI. In González Germain, G. (coord.), *Peregrinationes ad inscriptiones colligendas. Estudios sobre epigrafía de tradición manuscrita*. Bellaterra: Universidad Autónoma de Barcelona, 135-249.
- Santos, M. J.; Schattner, T.; Pereira, V. (2008). Cabeço das Fráguas (Quinta de S. Domingos, Guarda) 2006: o contributo da primeira campanha de escavações. *Praça Velha*. Guarda. 24, 175-202.

- Schattner, T.; Fabião, C.; Guerra, A. (2013). A investigação em torno do santuário de S. Miguel da Mota: o ponto de situação. *Cadernos do Endovélico*. Lisboa: Edições Colibri. 1, 65-98.
- Tovar, A. (1974). *Iberisch Landeskunde*, Baden-Baden: Verlag Valentin Koerner, 1 (Bética).
- Vallejo Ruiz, J. M. (2005). *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

**ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DO ESPÓLIO OSTEOLÓGICO
PROVENIENTE DAS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS REALIZADAS
NO PÁTIO SUL DA IGREJA NOSSA SENHORA DO PÓPULO, CALDAS DA
RAINHA (LEIRIA)**

**ANTHROPOLOGICAL ANALYSIS OF THE OSTEOLOGICAL COLLECTION
FROM ARCHAEOLOGICAL INTERVENTIONS CARRIED OUT IN THE
SOUTHERN COURTYARD OF THE NOSSA SENHORA DO PÓPULO
CHURCH, CALDAS DA RAINHA (LEIRIA)**

Recebido a 03 de março de 2020
Revisto a 28 de abril de 2020
Aceite a 10 de maio de 2020

Daniel Alves

AMBIGRAMA
danielalves@ambigrama.pt

Augusto Ferreira

AMBIGRAMA
augustomgferreira@ambigrama.pt

Cláudio Monteiro

CAAPortugal
caaportugal@outlook.pt

Alexandra Figueiredo

Instituto Politécnico de Tomar
alexfiga@ipt.pt

Ricardo Lopes

LABACPS/IPT
ricardoantuneslopes@hotmail.com

Resumo

O artigo em questão debruça-se sobre a análise de um conjunto de restos osteológicos recolhidos na intervenção arqueológica que decorreu em 2019 na zona circundante da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo (Monumento Nacional pelo decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910), nas Caldas da Rainha. Os trabalhos, que se prenderam na realização de 4 sondagens arqueológicas, por motivo de obra de reabilitação daquele espaço, colocaram a descoberto diversos vestígios humanos que foram analisados no sentido de caracterizar o seu perfil biológico. Ao todo contabilizaram-se 591 fragmentos ósseos e parte de um esqueleto. No estudo desenvolvido observou-se um NMI de 5 indivíduos, sem lesões patológicas visíveis. Parte dos vestígios encontravam-se *in situ*, permitindo observar a presença de uma deposição em decúbito dorsal. A par destes vestígios registaram-se outros materiais que mencionaremos resumidamente para dar um enquadramento à possível cronologia dos depósitos.

Palavras-chave: Caldas da Rainha, Sondagens, Igreja Nossa Senhora do Pópulo, Perfil biológico, Patologias.

Abstract

This paper focuses on the analysis of a set of osteological remains collected in the archaeological intervention that took place in 2019, in the area surrounding the Church of Nossa Senhora do Pópulo (National Monument by decree of 16-06-1910, DG, n. 136, of 06/23/1910), in Caldas da Rainha. The research, which is linked of 4 archaeological surveys, due to the rehabilitation of that space, exposed several human remains that were analyzed in order to characterize its biological profile. Altogether 591 bone

fragments and part of a skeleton were found. An NMI of 5 individuals was observed, with no visible pathological lesions. Part of the traces were found *in situ*, allowing the presence of a deposition in the supine position. In addition to these traces, there were other materials that we will briefly mention to provide a framework for the possible chronology of deposits.

Keywords: Caldas da Rainha, trenches, Igreja Nossa Senhora do Pópulo, Biological profile, Pathologies.

1. Características da Intervenção

A intervenção arqueológica, onde o espólio osteológico foi descoberto, decorreu no âmbito da realização de sondagens equacionadas para minimizar os impactos no património aquando das “Obras de Reabilitação da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo”, localizado nas Caldas da Rainha.

Os trabalhos efetuados tiveram como intuito averiguar a existência de estruturas ou pré-existências patrimoniais na zona de implantação do sistema de drenagem, pátio sul (Figuras 1 e 2), preconizado no projeto de obras de conservação e manutenção do

monumento, nomeadamente nos sumidouros, no encaminhamento de água para as devidas caixas de recolha e na zona da implantação da caixa elétrica.



Figura 1. Localização da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo em fotografia aérea. Fonte: (Google Earth), 2019.



Figura 2. Fotografia da área intervencionada e representação gráfica das sondagens. Fonte: CAAPortugal, 2019.

Após o início das sondagens verificou-se a existência de inúmeros vestígios osteológicos, entre eles alguns em contexto primário de deposição (sondagem 3), tendo sido necessário reavaliar possíveis alterações ao plano de projeto e novas intervenções para minimizar possíveis impactes.

Mostrando-se necessário a abertura de novas sondagens para a recuperação completa dos enterramentos primários foi considerada, pelo Município das Caldas e os projetistas da obra, uma nova alternativa ao projeto de obra, menos intrusiva, passando pela colocação de um lajeado, aproveitando o declive natural do terreno, por forma a criar um escoamento das águas para o sumidouro mais próximo, localizado junto à sondagem 3. Este projeto não implicaria intrusões no solo. Neste sentido, após a devida aprovação pela entidade de tutela do património assumiu-se o procedimento de registo e estabilização dos vestígios existentes, bem como a realização das medidas de proteção e estudo *in situ* do enterramento primário, para posterior fechamento das sondagens.

Neste artigo destacamos essencialmente os resultados obtidos com a análise antropológica.

2. Contexto Histórico

Numa intervenção arqueológica é importante perceber o Homem, quer na componente dos seus comportamentos, crenças e *habitus*, quer dos vestígios que nos deixaram, envolvendo-se sempre a ciência da antropologia física quando observamos restos humanos. Neste sentido, no estudo em questão, revela-se fundamental caracterizar o perfil biológico dos elementos osteológicos humanos exumados (Ribeiro, 2013). As duas estruturas mais resistentes do corpo humano são os dentes e os ossos

(Ribeiro, 2013) e quando se conservam garantem um conjunto de dados que traçam um retrato paleodemográfico, morfológico e paleopatológico das populações passadas (White & Folkens, 2005).

Para além da caracterização da população e da sua saúde, esta interdisciplinaridade entre a antropologia e a arqueologia permite uma melhor interpretação dos atos ocorridos sobretudo quando envolve rituais de enterramento.

A Igreja da Nossa Senhora do Pópulo a que se refere este relatório data do início do século XVI. De acordo com a historiografia, em 1485, a rainha D. Leonor (1458-1525), esposa de João II de Portugal (1455-1495), comanda a edificação de um hospital num local conhecido como *Caldas de Óbidos*, uma zona com presença de “*banhos quentes*” ou águas termais, como designado atualmente, fundando as Caldas da Rainha como povoação com a cedência de um foral (Serra, 1991, Mangorrinha, 1996).

Dez anos depois, em 1495, é obtida uma autorização papal para a construção de uma igreja anexa ao hospital, invocando a Nossa Senhora do Pópulo, terminando a edificação inicial em 1500 (Rodrigues, 2013). Em 1510, com o final da construção da torre sineira é colocada uma pia batismal na igreja e esta é elevada a Igreja Matriz (Mangorrinha, 1996, Rodrigues, 2013). Durante o reinado de João V (1689 - 1750) ocorre uma campanha de reconstrução (1747- 1750), onde todo o hospital original é demolido e reconstruído, sendo a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo o único edifício a restar da construção original (Mangorrinha, 1996).

Em Portugal, no século XV e XVI, a esperança média de vida era baixa e a mortalidade infantil muito elevada (Marques, 2010). Existia uma estagnação no crescimento populacional e a questão da morte era um tema comum na vida dos portugueses. Os rituais funerários dependiam do estatuto social do indivíduo (*idem*,

2010). As classes de realeza, clero e nobreza tinham os seus corpos tratados com substâncias aromáticas, realizando processos semelhantes ao embalsamento, sendo sepultados em lugar santo, muitas vezes dentro de igrejas (Marques, 2010, Oliveira, 2007). Já as classes mais baixas, como o povo, tinham cerimónias fúnebres simples, muitas vezes inumados nos adros das igrejas (Marques, 2010). Esta prática foi relativamente comum até ao século XIX (Oliveira, 2007). Somente em 1835 é iniciada a legislação cemiterial em Portugal, proibindo o enterramento nas igrejas (Cabral & Feijó, 1985, Catroga, 1999), sendo reiterada nas Leis de Saúde em 1844 (Roque, 1892 *Apud* Magalhães, 2015, Cabral & Feijó, 1985). Desta forma seria previsível o aparecimento de vestígios de enterramento na zona intervencionada, sobretudo pela importância que a Igreja teve durante todo este período, quer como apoio religioso aos utentes do Hospital Termal, quer pela posição ministerial que tinha a toda a população das Caldas da Rainha.

A nível urbanístico, a Igreja da Nossa Senhora do Pópulo localiza-se junto ao Passeio da Copa e ao Largo do Conselheiro José Filipe (Largo das Enfermeiras), embora num nível inferior. Encontra-se adossada às traseiras do Hospital Termal, onde por um túnel localizado no seu adro é possível aceder ao Largo da Copa (Largo do Termal). Consta que, no Palácio Real (Museu do Hospital e das Caldas), no arruamento superior à Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, terá em tempos existido também uma Ermida, a Ermida de São Silvestre, construída ainda antes da fundação das Caldas (Paulo, 1967). Esta terá sido demolida nos anos de Mil e Seiscentos devido ao elevado estado de degradação em que se encontrava. Outro edifício que terá sido demolido foi a Capela de São Bartolomeu, localizada no adro de uma igreja, defronte da Enfermaria das Mulheres (Paulo, 1967).

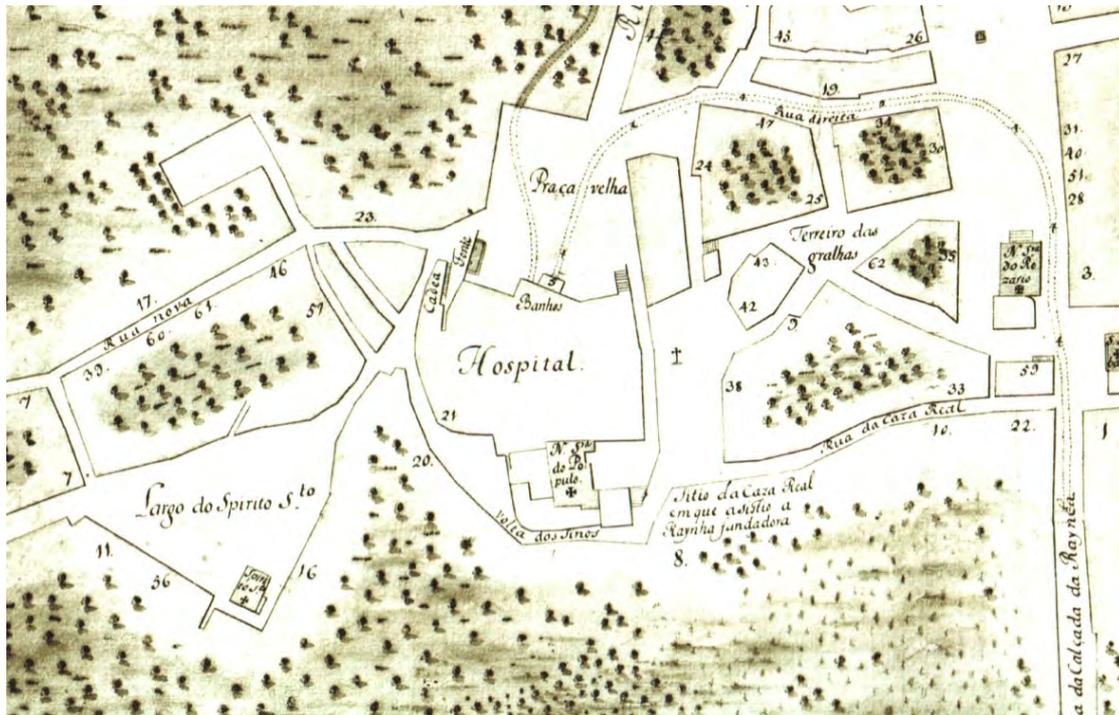


Figura 3. Pormenor da planta da Vila das Caldas, 1742. Adaptado do mapa de João Pedro Ludovice, vista de este para oeste. Fonte: Obtido na <http://bndigital.bnportugal.gov.pt/project/cartografia/>

Observando o mapa de 1742 (Figura 3), de João Pedro Ludovice, observamos que a Igreja estaria integrada no edifício termal, corroborando com as descrições documentais que a conecta diretamente com a antiga enfermaria e que, após 1747, com as obras levadas a cabo pela realeza a terão desanexado, dando origem provavelmente ao pátio a sul, onde foram realizadas as sondagens arqueológicas. Terá sido nesta altura que a fachada adquiriu o estilo Joanino.

Durante os séculos seguintes a Igreja manteve mais ou menos a sua traça, tendo sido desenvolvido um ou outro trabalho de restauro de manutenção até à atual obra de reabilitação.

3. Parâmetros de análise antropológica

Durante a escavação foram aplicadas as indicações e considerações descritas por Buikstra e Ubelaker (1994) e utilizada a matriz de Harris para interpretação dos contextos (Harris, 1979).

Para a análise paleodemográfica, morfológica e paleopatológica baseamo-nos nos seguintes parâmetros (Tabela 1), registando-se com isto o número mínimo de indivíduos (NMI), a diagnose sexual (apenas para esqueletos adultos), a estimativa de idade à morte e a patologia (oral e degenerativa).

Tabela 1

Parâmetros em estudos, os ossos estudados, os métodos aplicados e as diferenciações de métodos entre indivíduos adultos e não adultos (adaptado de Lopes, 2002). Alves, D. & Ferreira, A., 2019.

Número mínimo de indivíduos (NMI)		
Parâmetro em estudo	Ossos	Método utilizado
NMI	Ossos longos	Herrmann et al. (1990)
	Restantes ossos (completos ou fragmentados)	Ubelaker (1974)
Indivíduos adultos		
Parâmetro em estudo	Ossos	Método utilizado
Diagnose Sexual	Crânio	Ferembach et al. (1980)
	Coxal	Bruzek (1991)

	Ossos longos	Wasterlain (2000)
	Talus e calcâneo	Silva (1995)
Idade à morte	Crânio	Masset (1982)
	Coxal (superfície auricular)	Lovejoy et al. (1985)
	Coxal (sínfise púbica)	Brooks & Suchey (1990)
	Ossificação da extremidade distal da clavícula	MacLaughlin (1990)
Caracterização Morfológica	Índices robustez/achatamento	Olivier & Demoulin (1990)
	Estatura	Mendonça (2000); Olivier et al. (1978)
	Crânio - Caracteres discretos	Hauser & De Stefano (1989)
	Pós-Craniano - Caracteres discretos	Finnegan (1978) & Saunders (1978)
Indivíduos não - adultos		
Parâmetro em estudo	Osso	Método utilizado
Idade à morte	Desenvolvimento da erupção e calcificação dentárias	Ubelaker (1989)
	Comprimento das diáfises dos ossos longos	Stloukal e Hanáková (1978) <i>apud</i> Ferembach et al. 1980)
	Ossificação das epífises	Scheuer & Black (2000)
Análise paleopatológica		

Parâmetro em estudo	Patologia	Método utilizado
Patologia oral	Desgaste	Smith (1984)
	Cáries	Lucaks (1989)
	Doença periodontal	Mendonza (1982)
	Tártaro	Martin & Saller (1956 <i>apud</i> Cunha, 1994)
Patologia degenerativa	Articular	Crubézy et al. (1985)
	Não articular	Crubézy (1988)

4. Resultados e Discussão

No local foram abertas quatro sondagens com dimensões de 1 m² (1x1), e com a profundidade máxima de 0,6 m.

A sondagem 1 (Figura 4) foi aberta encostada ao muro exterior da traseira da Igreja, do lado esquerdo da vala existente neste local, na direção da torre sineira.

Observaram-se 4 unidades estratigráficas. A UE2 apresentou um repositório secundário e na UE4 registou-se parte de um crânio. No local foram levantados um total de 184 fragmentos de osso. Não se observou presença de ossos articulados.

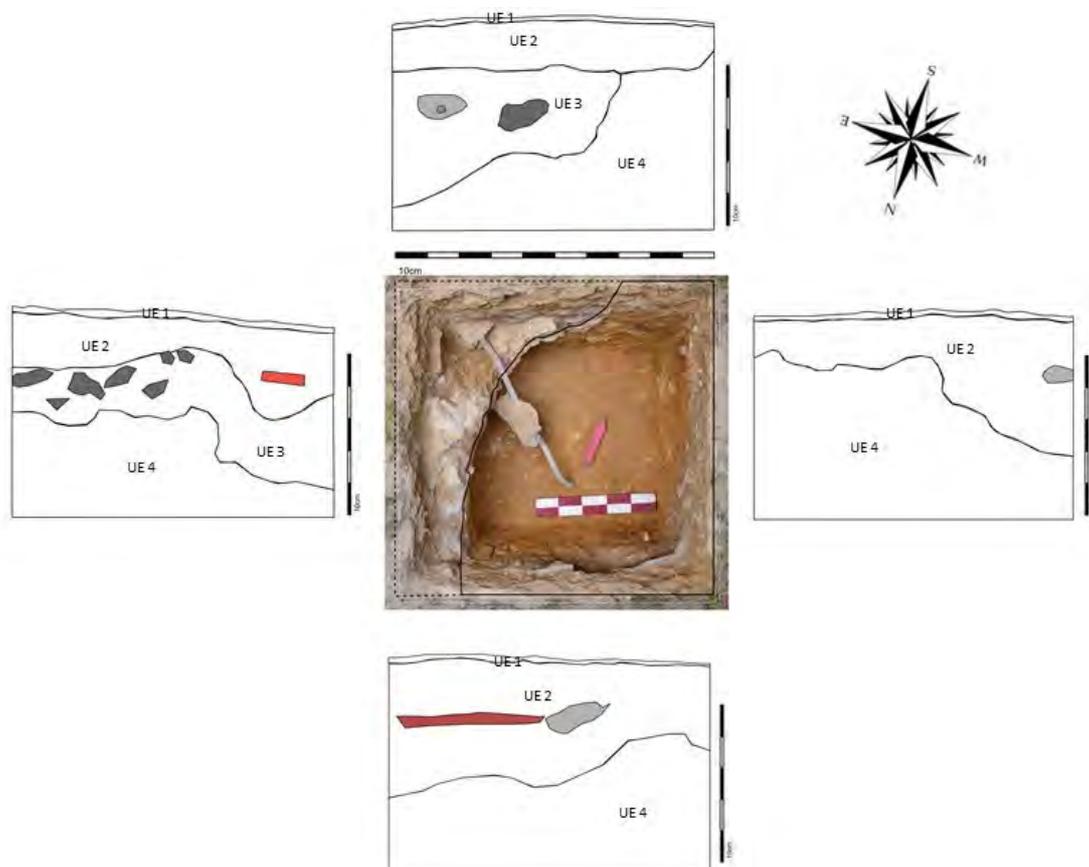


Figura 4. Fotografia, desenho dos perfis e planta final da sondagem 1. Fonte: CAAPortugal, 2020.

A sondagem 2 foi aberta encostada à parede lateral da traseira da igreja, no vértice de junção à torre sineira (Figura 5). Da mesma forma na UE2 registou-se a presença de ossos desarticulados, aparentando ser um repositório secundário. Tem as dimensões de 1 m² (1x1), mas devido à presença de cimento no local da abertura da sondagem, resultante da edificação da torre sineira, não foi possível abrir a mesma completamente, atingindo-se no local mais profundo 0,4 m.

Foram levantados um total de 101 fragmentos de osso. Deve ser notado que dos fragmentos retirados foi possível extrair parte de um crânio. Devido a questões de

alteração do projeto de obra e indicações da DGPC, alguns ossos presentes não foram levantados, entre eles destacam-se: 2 crânios, um fémur, uma epífise distal do úmero; três ossos longos com fragmentação indiscriminada e um fragmento de osso chato também indiscriminado (Figura 5).

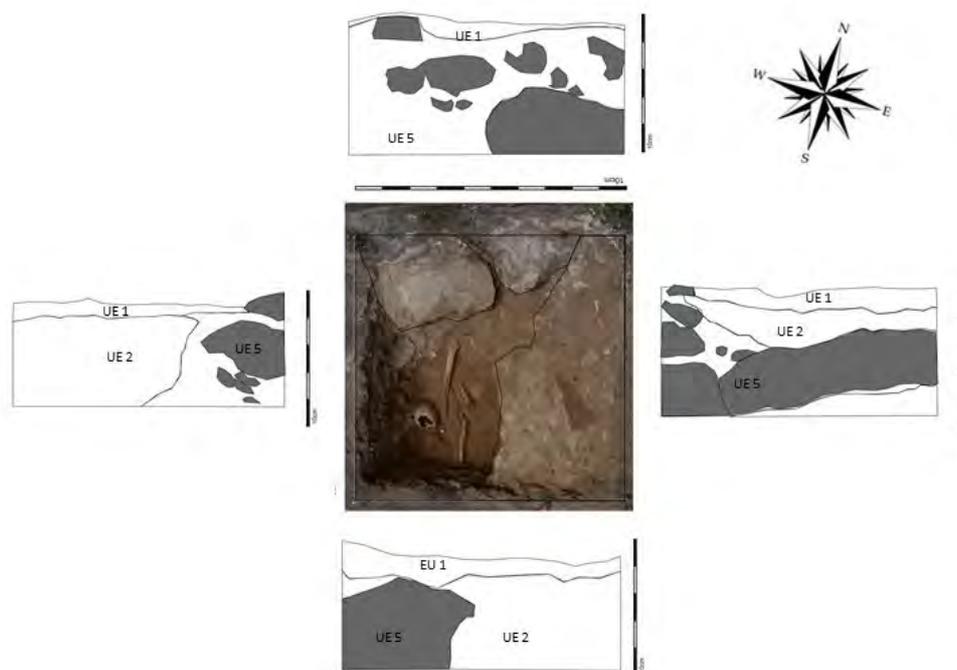


Figura 5. Fotografia, perfil e planta final da sondagem 2. Fonte: CAAPortugal, 2019.

A sondagem 3 foi aberta diagonalmente oposta à sondagem 2, com uma das suas laterais em linha com a vala presente na zona, ficando na direção da porta traseira de acesso à igreja. Tem uma dimensão de 1 m² (1x1) e 0,5 m de profundidade. Foram levantados um total de 68 fragmentos ósseos da UE2. Não se observou presença de ossos em articulação nos fragmentos levantados nesta unidade. Na UE4 identificou-se um crânio com mandíbula articulada, assim como o enterramento do esqueleto 1 (Figura 6). Em ambos os casos, não foram levantados pelas razões supracitadas referentes à obra, tendo sido efetuado o estudo *in loco*.

O esqueleto encontra-se em inumação primária (ver Figura 6), direção sudeste-noroeste. O crânio e mandíbula foi registada paralelamente a este, um pouco mais a norte, junto ao limite norte da sondagem. O enterramento foi feito em decúbito dorsal, a cerca de 0,5 m de profundidade e apresenta um bom estado de conservação, com alguns danos tafonómicos e antrópicos. Na sondagem encontra-se o esqueleto desde metade da coluna, com presença de costelas e a parte inferior dos úmeros e estende-se até à articulação entre o fémur e a tibia, sendo que o resto do esqueleto ainda se encontra soterrado. É de realçar, como característica da deposição, o facto do esqueleto apresentar os braços cruzados, com o antebraço direito colocado de modo a que a mão se encontre por cima da zona torácica do coração e a mão esquerda colocada sobre a articulação do braço e antebraço direito. Este posicionamento pode ter sido intencional, possivelmente parte da vontade do defunto ou do ritual de enterro. O fémur esquerdo apresentava 43,6 cm de comprimento, 2,6 cm de largura medial e 9 cm desde a cabeça até ao pequeno trocânter, a cabeça do fémur tinha um diâmetro de 4,4 cm. No que diz respeito ao antebraço esquerdo o rádio apresenta 25,4 cm de comprimento e 1,5 cm de largura medial. O cúbito tem 23,5 cm de comprimento e 1,5 cm de largura medial. Notou-se ainda que na mão esquerda esta apresentava um corte que secciona parte das epífises distais dos metacarpos (*pós-mortem*). Todas as epífises e diáfises dos ossos observados encontram-se totalmente fundidas num único osso. Estes ossos foram conservados com uma camada de areia fina, colocando de seguida uma camada de geotêxtil e finalmente tapado com terra.

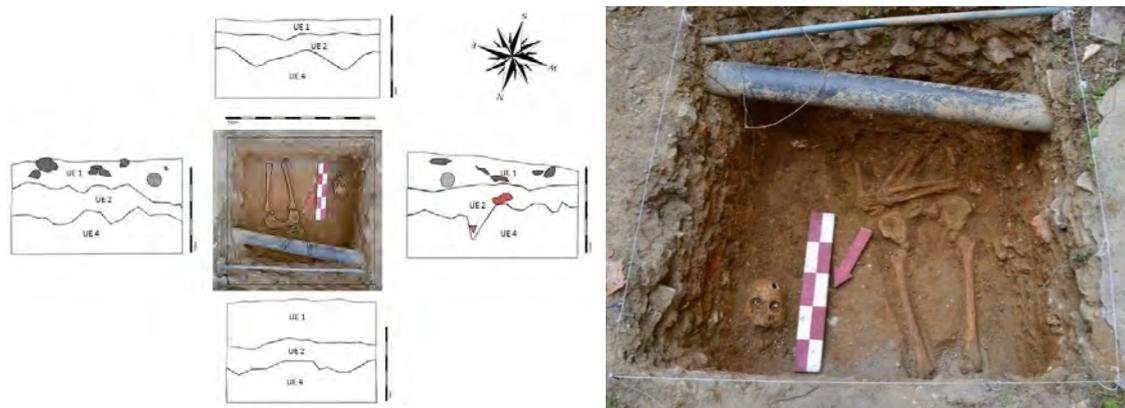


Figura 6. Fotografia, perfis e planta final da sondagem 3. Fonte: CAAPortugal, 2019.

Segundo o método de diagnose sexual de Wasterlain (2000), que utiliza medições de ossos longos, o ponto de cisão para a cabeça do fémur é de 43,23 mm, sendo abaixo desse feminino e acima masculino, com 85% de taxa de classificação correta. Já o ponto de cisão do comprimento do rádio é de 222,77 mm, com a parametrização anterior e com uma taxa de 84,95% de classificação correta. Com as medições recolhidas, segundo este método, o indivíduo apresenta características do sexo masculino, como demonstrado na tabela 2. No entanto, visto não ser possível aplicar mais métodos de análise devido às limitações apresentadas, não podemos afirmar com fiabilidade que o indivíduo é masculino, apenas que tem indicadores de sexo masculino, assim como não é possível determinar a estatura do mesmo. No parâmetro da idade, com as informações recolhidas sobre a união das epífises e diáfises dos ossos observados, e aplicando os métodos de Scheuer e Black (2000), é possível determinar que o indivíduo teria, pelo menos, mais de 22 anos, o que o colocaria na faixa etária de jovem adulto.

Tabela 2

Resultados de diagnose sexual segundo método de Wasterlain (2000). Alves, D. & Ferreira, A., 2019.

Osso longo	Ponto de cisão (mm)	Medida do osso (mm)	Sexo
<i>Rádio</i>	222,77	254	Masculino
<i>Cabeça do fémur</i>	43,23	44	Masculino

A sondagem 4 foi escavada no centro da diagonal entre a sondagem 2 e 3 (Figura 7), do lado esquerdo da porta traseira de entrada para a igreja, no centro do retângulo formado entre as paredes da igreja e a vala de drenagem existente no terreno.

A sua tipologia é de um repositório secundário de um grande conjunto de ossos longos bastante fragmentados. Nesta sondagem foram levantados 238 fragmentos da

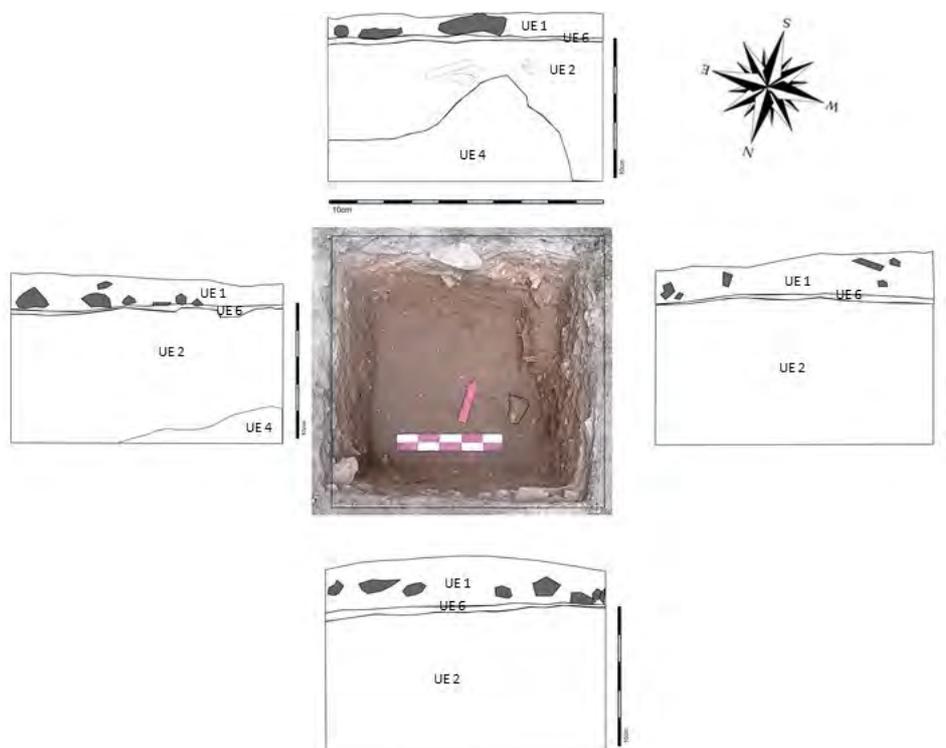


Figura 7. Fotografia, perfil e planta final da sondagem 4. Fonte: CAAPortugal, 2019.

EU2, sendo que 5 destes fragmentos são não-humanos. Não se observou presença de ossos em articulação.

Devido aos poucos ossos completos recuperados, o número mínimo de indivíduos é baixo. No entanto, a partir da estrutura óssea mais representada nas 4 sondagens, o crânio, é possível estimar que o número mínimo de indivíduos é de 5.

Devido a todos os crânios apresentarem suturas fundidas, podemos concluir que existe um número mínimo 5 indivíduos adultos.

Tabela 3

Número mínimo de indivíduos presentes nas sondagens da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, segundo o método de Ubelaker (1974). Alves, D. & Ferreira, A., 2019.

Sondagem	Nº de crânios presentes	Adultos	Não-adultos
1	1	1	-
2	3	3	-
3	1	1	-
4	-	-	-
Total	5	5	-

De acordo com a análise paleopatológica não foram identificadas nenhuma lesões ou evidências patológicas nos fragmentos e ossos recuperados. Contudo esta situação pode dever-se com a sua fragmentação e reduzido grau de conservação. Já nos ossos não levantados, a observação foi dificultada por estarem parcialmente encobertos na terra, o que pode não permitir uma análise completa.

Tabela 4

Total do material osteológico não articulado recuperado nas sondagens realizadas na Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Caldas da Rainha. Alves, D. & Ferreira, A., 2019.

Sondagem	UE	Material Osteológico	
		Humano	Não-humano
1	103	184	-
2	201	29	-
	202	44	-
	203	28	-
3	301	-	1
	302	32	-
	303	35	-
4	401	22	-
	402	40	-
	403	171	5
Total – sondagens		585	6

5. Conclusões

Nas 4 sondagens foram recolhidos um total de 591 fragmentos ósseos, sendo que destes 586 são humanos e 5 são não humanos. Além dos fragmentos recolhidos, na sondagem 2 e na sondagem 3 ficaram *in situ* ossos desarticulados, assim como um esqueleto em enterramento primário na sondagem 3 e um crânio e sua respetiva mandíbula. O enterramento observado foi realizado em decúbito dorsal, com o indivíduo a apresentar a mão direita sobre o coração.

A conservação e preservação dos ossos é na generalidade reduzida, com a exceção do estrato que guarda o enterramento primário.

Ao todo foi determinado o número mínimo de 5 adultos. Os ossos não levantados foram conservados com uma camada de areia fina, colocando de seguida uma camada de geotêxtil e finalmente tapando com terra.

Ainda que não tenham sido realizadas datações absolutas o cruzamento dos dados com as interpretações e vestígios arqueológicos leva-nos a considerar que terá sido após os finais do séc. XVIII que teriam sido realizados os enterramentos e as deposições na zona sul da Igreja, isto é, após a desanexação da enfermaria e a transformação desta zona em pátio exterior. Na análise da matriz dos estratos registamos transversalmente a todas as sondagens a existência de 3 camadas: A UE1 (camada atual), a UE2 (camada que apresenta ossos descontextualizados) e camada UE4 (camada *in situ*, onde se registou o enterramento primário). Associado à camada UE2 observamos uma grande quantidade de materiais azulejares, quer antigos, quer em chacatoca recente, usados para o restauro de painéis, prolongando a cronologia da UE2 para segunda metade do século XX. De acordo com informação oral terá sido pelos anos 60/70 que se terá realizado a construção da conduta de transporte das águas termais que atravessa o pátio sul da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo. Esta conduta, aquando da sua construção, terá possivelmente destruído diversos vestígios de enterramentos primários, não estudados, nem acompanhados arqueologicamente, levantando a hipótese destes vestígios registados na UE2, ser uma tentativa de depósito (devolução à terra) dos restos ósseos, optando-se pela zona próxima à parede da Igreja para o seu acumulo, como se observa na sondagem 2. Pelos ossos observados terão sido essencialmente depositados os ossos mais significativos, ossos longos e crânios.

Sobre a UE2, foi construído um piso de acesso à porta de entrada da Igreja, visível somente na sondagem 4, que com certeza irá até à vala que atravessa o pátio.

Dos materiais recuperados destacamos como possíveis objetos mais antigos o botão cónico em cobre, pelo seu uso desde o séc. XVII e que pode ser pertencente a uma indumentária de um enterramento, bem como os outros dois botões, de produção mista e envolvidos possivelmente a tecido, de uso generalizado após o séc. XIX. Da sondagem S4, devemos ainda salientar a presença de dois fragmentos que colam de um prato de Sacavém, de estátua ou cavalinho a preto. Estes pratos ocorrem desde 1850, altura da fundação da fábrica e prolongam-se para o séc. XX. Não foram recolhidos materiais da UE4, à exceção dos vestígios osteológicos.

Considerando a diretiva do governo de Costa Cabral, que após 1845, exige o enterramento em cemitérios e atendendo aos dados expostos, podemos considerar os enterramentos observados como sendo anteriores a meados do séc. XIX e aparentemente posteriores a meados do séc. XVIII.

Referências

- Brooks, S. & Suchey, J. (1990). Skeletal age determination based on the os pubis: a comparison of the Acsádi-Néméskeri and Suchey-Brooks methods. In *Human Evolution*, 5(3), 227-238.
- Bruzek, J. (1991). Proposition d'une nouvelle methode morphologique dans la determination sexuelle de l'os coxal. Application a la Chaussée-Tirancourt. In *Méthodes d'étude des sepultures*, 11-20.
- Buikstra, E.; Ubelaker, D. (1994). *Standards for Data Collection from Human Skeletal Remains*. Fayetteville: Arkansas Archaeological Survey.

- Cabral, J.P. & Feijó, R.G. (1985). Um conflito de atitudes perante a morte: a questão dos cemitérios no Portugal Contemporâneo. In Feijó, R. G., Martins, H. & Cabral, J.P. (Eds.) *A morte no Portugal Contemporâneo: aproximações sociológicas, literárias e históricas*. Lisboa: Editorial Quercus, 175-215.
- Catroga, F. (1999). *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva.
- Crubézy, E. (1988). *Interactions entre facteurs bio-culturels, pathologie et caracteres discrets. Exemple d'une population médiéval: Canac (Aveyron)*. (Thèse de Doctorat). Montpellier: Université de Montpellier I.
- Crubézy, E., Morlock, G. & Zammit, J. (1985). Diffuse idiopathic skeletal hyperostosis and enthesopathy in medieval skeletons. In *Clinical Rheumatology*, 5(2), 17.
- Cunha, E. (1994). *Paleobiologia das populações medievais portuguesas: os casos de Fão e São João de Almedina*. (Dissertação de Doutoramento). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Ferembach, D., Schwidetzky, I. & Stoukal, M. (1980). Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons. In *Journal of Human Evolution* 9(7), 517-550.
- Finnegan, M. (1978). Non-metric variation of the infracranial skeleton. In *J. Anat.*, 125 (1), 23-37.
- Harris, E. (1979). *Principles of Archaeological Stratigraphy*. London: Academic Press.
- Hauser, G. & De Stefano, G. (1989). *Epigenetic variants of the human skull*. Stuttgart: Schweizerbart.
- Herrmann, B., Grupe, G., Hummel, S., Diepenbrück, H. & Schutkowski, H. (1990). *Praehistorische Anthropologie der fels-und labormethoden*. Berlin: Springer Verlag.

- Lopes, C. (2002). *Estudo antropológico do material osteológico recuperado do Mosteiro de Pombeiro (Felgueiras) na campanha de escavação de 2002*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Lovejoy, O., Meindl, R., Pryzbeck, R. & Mensforth, R. (1985). Chronological metamorphosis of the auricular surface of the ilium: a new method for the determination of adult skeletal age at dead. In *American Journal of Physical Anthropology*, 68(1), 15-28.
- MacLaughlin, S. (1990). Epiphysial fusion at the sternal end of the clavicle in a modern portuguese skeletal sample. In *Antropologia Portuguesa*. 8, 59-68.
- Magalhães, B. (2015). *Acompanhamento arqueológico e de antropologia biológica da Empreitada de “Reabilitação exterior da cabeceira da Igreja Matriz de Torre de Moncorvo e respetiva envolvente” – Relatório Final – Antropologia*. (Relatório não publicado).
- Mangorrinha, J. (1996). *Rodrigo Berquó Cantagalo (1839-1896): arquitecto das termas*. Caldas da Rainha: Centro Hospitalar das Caldas da Rainhas.
- Marques, A. (2010). *A sociedade medieval portuguesa: aspetos da vida quotidiana*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Masset, C. (1982). *Estimation de l'âge au décès par les sutures crâniennes*. (Dissertação de doutoramento). Paris: Université de Paris VII.
- Mendonça, M. (2000). Estimation of height from the length of long bones in a portuguese adult population. In *American Journal of Physical Anthropology*. 112, 39-48.
- Mendonza, A. (1982). *Les paradontopathies en Pré-histoire recent du Languedoc*. Thèse de la Faculté de Chirurgie Dentair de Montpellier 42.

Oliveira, M.M. (2007). *In memoriam, na cidade*. (Tese de Doutoramento em Arquitetura).

Braga: Universidade do Minho.

Olivier, G., Aaron, C., Fully, G. & Tissier, G. (1978). New estimations of stature and cranial capacity in modern man. In *Journal of Human Evolution*. 7, 512-518.

Olivier, G. & Demoulin, F. (1990). *Pratique Anthropologique a L'usage des étudiants. IOsteologie*. Université de Paris 7.

Paulo, Jorge de São (1967). *O Hospital das Caldas da Rainha até ao Ano de 1656*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Ribeiro, C. (2013). *Granito do passado: Análise antropológica de uma série osteológica da época medieval/moderna proveniente de Pinhel (Guarda)*. (Dissertação de Mestrado). Coimbra, Universidade de Coimbra. (Não publicado).

Rodrigues, L.O. (2013). *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha 1*. (Tese de Doutoramento). Braga, Universidade do Minho

Scheuer, I. & Black, S. (2000). *Developmental juvenile osteology*. London: Academic Press.

Serra, J. (1991). *Introdução à História das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: Cadernos de História Local.

Silva, A. (1995). Sex assessment using calcaneus and talus. In *Antropologia Portuguesa*. 13, 107-119.

Smith, B.H. (1984). Patterns of molar wear in hunter-gatherers and agriculturalists. In *American Journal of Physical Anthropology*. 63, 39-84.

- Ubelaker, D. (1974). *Reconstruction of Demographic Profiles from Ossuary Skeletal Samples: a Case Study from the Tidewater Potomac*. Smithsonian Contributions to Anthropology 1. Washinton, DC: Smithsonian Institution Press.
- Ubelaker, D. (1989). *Human skeletal remains: excavation, analysis and interpretation*. Washinton, Taraxacum, 2^a ed.
- Wasterlain, S. (2000). *Morphé. Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da colecção de esqueletos identificados do Museu Antropológico da Unversidade de Coimbra*. (Dissertação de Mestrado). Coimbra, Universidade de Coimbra. (Não publicado).
- White, T. & Folkens, P. (2005). *The Human Bone Manual*. New York: NY Academic Press.

**CASA DO CORPO SANTO – 1531 A 1714.
ARQUEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO**

**CORPO SANTO'S HOUSE – 1531 TO 1714.
ARCHAEOLOGY, CONSERVATION AND MUSEALIZATION**

Recebido a 02 de abril de 2020
Revisto a 23 de abril de 2020
Aceite a 18 de maio de 2020

José Luís Neto

Investigador do Centro de Estudo de Ciências da Arte e do Património da Faculdade de
Belas-Artes da Universidade de Lisboa
Jlneto77@gmail.com

Patrícia Trindade Coelho

Conservadora-restauradora da Prima Folia – Cooperativa Cultural, CRL
primafolia@gmail.com

Resumo

A instalação de um novo Gabinete dos Centros Históricos, promovida pela autarquia de Setúbal, no piso térreo da Casa do Corpo Santo, permitiu avançar com uma intervenção arqueológica, em contexto prévio ao começo dos trabalhos da empreitada, com vista à salvaguarda do património arqueológico. Esse trabalho surge na sequência de anterior intervenção, efetuada em 2000, e permitiu retirar novas conclusões sobre a evolução daquele espaço, que se assume como um dos mais ricos, ao nível patrimonial, em toda a cidade. Permitiu, igualmente, retirar novas elações sobre a cultura material das sucessivas épocas de ocupação humana no território, e a forma como as mesmas se interligaram, ao longo dos séculos.

Palavras-Chave: Arqueologia urbana, Arqueologia preventiva, Cultura material.

Abstract

During the creation of the new Cabinet for Historical Centres, promoted by the township of Setubal, on the ground floor of the Corpo Santo House, an archaeological intervention was prepared, to prevent the destruction of any cultural heritage and preserve any important findings. Previously, in 2000, another intervention had already produced important results. With the new findings, the archaeologists gathered new evidence related to the evolution of one of the richest heritage sites in to whole city. The new findings allowed for further conclusions regarding the material culture of the various epochs of human occupation of that territory, and the way the interconnected, over the centuries.

Keywords: Urban archaeology; Preventive archaeology; Material culture.

1. Introdução

Decidida a instalação do Gabinete dos Centros Históricos, da autarquia de Setúbal, no piso térreo da Casa do Corpo Santo, em 2008, a empreitada foi alvo de uma intervenção arqueológica de carácter preventivo. O edifício era de propriedade municipal. Já anteriormente, em 2000, fora feita pequena intervenção no pátio da mesma. Dos resultados cruzados das duas intervenções pôde realizar-se uma tentativa de reconstituição daquele espaço através dos tempos. O edifício fica localizado no cruzamento do Largo do Corpo Santo, n.º 7, com a Rua de Santa Marta, na freguesia de Santa Maria, em Setúbal.



Figura 1. O Palácio dos Quebedo. Fonte: Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. Setúbal, década de 60 do século XX. Fonte: Autores

Apesar dos trabalhos de recuperação do edifício, então efetuados, terem sido pouco agressivos ao nível de subsolo, tratava-se de um sítio de interesse arqueológico relevante, devido ao facto de se localizar na Zona de Protecção de imóvel classificado como Interesse Público - Igreja de Santa Maria, Decreto n.º 40361 de 20/10/1955 -, bem

como ao facto de o pátio já ter sido intervencionado, no ano de 2000, com a coordenação de Luís Jorge Gonçalves e do primeiro signatário.

2. O Edifício

Edifício concluído em 1714, conforme ao lintel da porta de acesso pelo Largo do Corpo Santo, trata-se de um quarteirão edificado que pertencia à família dos Quebedos. O quarteirão tinha como limite norte e nascente a linha por onde passava a muralha trecentista, como limite sul o Largo do Corpo Santo (parte da medieval Rua Direita) e como limite poente o Largo do Poço do Concelho. Aí a referida família mandou construir o seu palácio urbano, com frente para o Largo do Quebedo, um grande rossio onde confluíam todas as estradas que chegavam de nascente e de sul, para além da importantíssima estrada de carros que ligava à Moita. No extremo oposto ao do palácio, instalaram-se, nos finais de Setecentos, os Agostinhos Descalços (actual Polícia Judiciária). Aí, no antigo Terreiro do Trigo, imensos largos de chegada, sensivelmente a meio, também estavam instalados os jesuítas, no Colégio de S. Francisco Xavier, para além de ser o ponto de confluência do importante comércio dos animais do montado destinados ao abate, do qual apenas sobrevive hoje a fonte Setecentista como memória evocativa.

A área onde foi efectuada a intervenção arqueológica parece-nos que não fazia parte da chamada Casa do Corpo Santo, confraria de mareantes, cujo primeiro compromisso data de 1340, importante actor político local, que estava instalada no primeiro andar, sob cedência da família dos Quebedos, com entrada pelo Largo do Corpo Santo.

O piso térreo estava integrado no palácio, pois, caso contrário, existiria alguma ligação entre os dois pisos. Para além disso, o facto de existirem três entradas no piso térreo, pelo pátio da Casa do Corpo Santo, cuja central é a mais monumental, mostra que esta funcionava de modo independente face ao primeiro andar, pelo que é mais provável que estivesse articulada com o restante edificado. Acresce ainda que o rasgão no pano oriental da muralha trecentista poderá resultar da necessidade dessa cedência, oferecendo independência de acesso ao piso térreo. Essa hipótese veio a ser confirmada, volvidos quase dez anos, com uma intervenção efetuada em 2016, cujos resultados foram divulgados nos *Cadernos do Arquivo Municipal* da Câmara Municipal de Lisboa (Coutinho, 2016, p. 173-208).



Figura 2. Vista exterior do imóvel a partir do Largo do Quebedo. Fonte: Intervenção Arqueológica na Casa do Corpo Santo. Setúbal, 2008.

Complicando ainda mais uma interpretação segura do edificado, a fragmentação da enorme propriedade original, fragmentação essa que obrigou a cortar novas entradas e a entaipar vãos, como parece ser o caso da divisão a norte da intervencionada, em cúpula, que se encontra interrompida de forma óbvia. Com o palácio praticamente

devoluto, propriedade do Ministério do Trabalho, seria positivo, proceder ao seu levantamento e escavação, de modo a entender um dos poucos edifícios apalaçados de Setúbal em razoável estado de conservação, de modo a oferecer um modelo interpretativo deste tipo de construção.

No que respeita à área intervencionada, a história do local já foi apresentada em estudos anteriores (Neto et. al., 2001, pp. 25-45) (Neto, 2007, pp. 263-275) (Lopes & Neto, 2007, pp. 277-283), nomeadamente, a mais recente, no de sede de confraria a núcleo museológico (Neto, 2001, pp. 17-24). Aliás, com a saída do posto de turismo deste local, em 2008, terminou uma longa tradição que vinha já desde os anos 30 do Século XX.



Figura 3. Vista exterior do imóvel a partir da Rua de Santa Maria. Fonte: Intervenção Arqueológica na Casa do Corpo Santo. Setúbal, 2008

3. Intervenção Arqueológica

A equipa que conduziu a intervenção arqueológica foi coadjuvada por diversos trabalhadores do Departamento de Obras Municipais, tendo como colaborador principal

Pedro Martins, contando ainda com a colaboração da técnica Patrícia Trindade Coelho, da escultora Rita Alves e do arquitecto José Minderico.

Procedeu-se à divisão do espaço irregular em áreas de referência, de dimensões variáveis, procurando seguir uma métrica de padrão com 3 metros de largo, denominando-a em sequência alfabética.

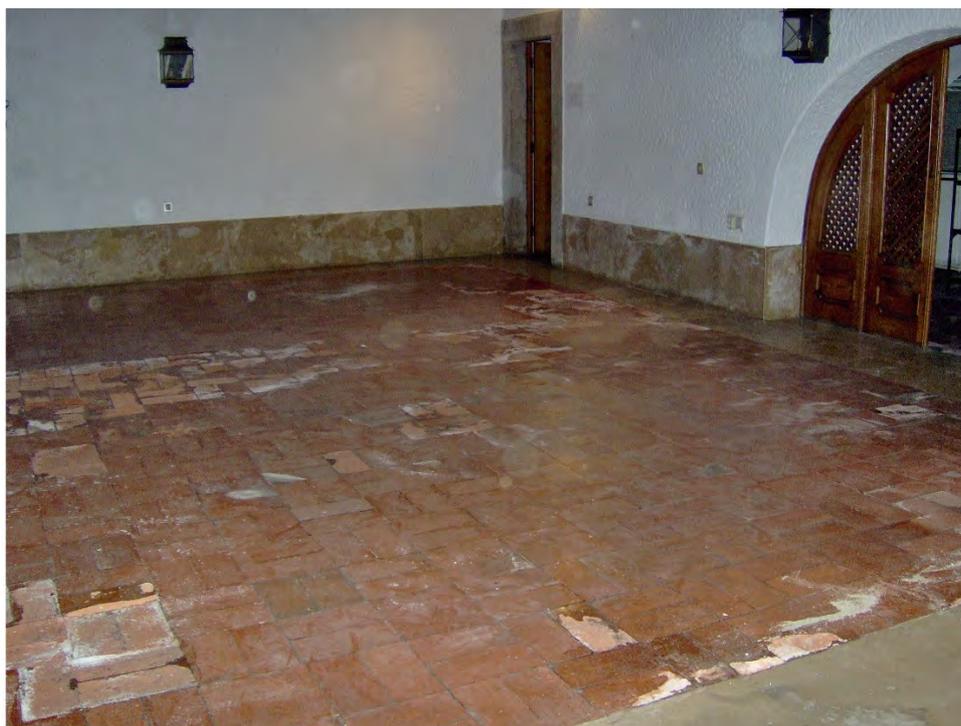


Figura 4. Sala – Antes da intervenção – Piso 1.

Fonte: Intervenção Arqueológica na Casa do Corpo Santo. Setúbal, 2008

Assistiu-se à demolição do piso de tijoleira (piso 1) em uso, o que permitiu fazer registo fotográfico desta operação. Este encontrava-se danificado por infiltrações de salitre, com o seu consequente esboroamento nalgumas zonas. Sob esse piso, encontrou-se cimento, misturado com saibro e pedras (camada 1), nível pouco espesso e retirado a martelo pneumático.

Após uma camada muito heterogénea, com pedras de pequeno e médio calibre (arenitos, calcários e brecha, não afeiçoados), partes de paredes argamassadas (podendo

ou não apresentar reboco), telhas e tijolos fragmentados, azulejos partidos e bolsas de terra (camada 2), tratando-se de um verdadeiro aterro, com um metro de espessura, coerente em toda a área, feito a partir da destruição de uma edificação.



Figura 5. Sala – Topo da camada 2. Fonte: Intervenção Arqueológica na Casa do Corpo Santo. Setúbal, 2008

Um metro depois, identificou-se um piso de tijoleira, disposta em espinha, em razoável estado de conservação (piso 2). Trata-se de uma divisória de dimensão desconhecida, tendo cerca de sete metros de largura, valor estimado pelo aparecimento de uma parede rebocada, com uma meia-coluna de argamassa rebocada adossada, no corte Este, contraposto com outra meia-coluna de argamassa rebocada adossada no corte Oeste. No corte Oeste não apareceu o muro correspondente, devido ao facto do alicerce da divisão actual ter destruído o mesmo, com a sua implantação aproximadamente sobreposta. Na zona SO observaram-se reparações do piso de tijoleira, detetando-se

uma área com tijoleira ligeiramente maior e menos gasta que o restante conjunto.

Algumas falhas de tijoleira poderão ser atribuídas à criação e compressão do aterro que o tapava.

Perante esse panorama, de um grande salão em assinalável estado de conservação (piso 2), optou-se por realizar uma sondagem de 2 por 2 metros, junto ao corte Norte, na área B. Note-se que, apesar desse achado, não era por isso menos necessário definir a potência estratigráfica do local - e em boa hora tal foi efetuado -, mercê da sua proximidade com a Travessa dos Apóstolos, até então único arqueosítio publicado de Setúbal, com materiais proto-históricos.



Figura 9. Piso 2 – No canto superior direito da escala a falha de piso de tijoleira, onde foi instalada a sondagem. Fonte: Autores



Figura 10. Piso 2 – Corte poente. Fonte: Autores

Levantando a tijoleira, de 3 centímetros de espessura, observou-se o seu assentamento, de argamassa de cal e areia (camada 3). Nesse assentamento foi possível registar a posição das tijoleiras em negativo, excepto numa área, sensivelmente a meio da metade Sul da sondagem, onde tal não era visível. Levantando o assentamento seguiu-se a sua camada de preparação (camada 4), nível de terra castanha, pouco compacta, com presença de alguns materiais, sendo que, por baixo da área sem negativo da camada 3, encontrou-se algumas tijoleiras.



Figura 11. Sondagem – Camada 3. Fonte: Autores



Figura 12. Sondagem – Camada 4. Fonte: Autores



Figura 6. Quadrículas B e C – Piso 2. Fonte: Intervenção Arqueológica na Casa do Corpo Santo. Setúbal, 2008



Figura 7. Corte Nascente (Quadr. C e F) – Pisos 1 e 2, e Camadas 1 e 2. Fonte: Intervenção Arqueológica na Casa do Corpo Santo. Setúbal, 2008.



Figura 8. Corte Nascente (Quadr. C e F). Fonte: Autores.

Sob essa, seguiu-se uma camada bastante dura, feita de terra, pedra partida, telhas e tijolos fragmentados e adições de cal (camada 5). De tom rosado, claramente batida, avançou-se com a hipótese de ter por objetivo ser impermeabilizante. Encontrava-se sobre o piso 3, constituído de areia e cal, muito compacto, um estilo de piso de terra batida pouco espesso, mas funcional. Essa técnica fora registada na intervenção arqueológica da Rua de Santa Catarina, n.º 18. O piso 3 apresentava falhas muito grandes, pois com três centímetros de espessura encontra-se sob a camada 5, muito batida e sobre a camada 6, idêntica à 5, que cobria, por sua vez, o piso 4, de técnica igual ao do piso 3. Ou seja, o piso 4, 3 e 2 são uma sucessão de pisos de uma mesma divisão, 2 deles em terra batida e o último em versão tijoleira. Tal foi atestado pelo facto de a anomalia do negativo da camada 3 ter resultado numa estrutura adossada

a uma coluna pétreia (estrutura 1), já inexistente, que assentava no piso 3, que, por sua vez, cobria a base da mesma em alvenaria calcária (estrutura 2), assentando no piso 4. Essa coluna estava colocada, aproximadamente, a meio do salão supra-mencionado (piso 2).



Figura 9. Piso 2 – No canto superior direito da escada a falha de piso de tijoleira, onde foi instalada a sondagem.
Fonte: Autores.



Figura 10. Piso 2 – Corte poente.
Fonte: Autores.

Levantando a tijoleira, de 3 centímetros de espessura, observou-se o seu assentamento, de argamassa de cal e areia (camada 3). Nesse assentamento foi possível registar a posição das tijoleiras em negativo, excepto numa área, sensivelmente a meio da metade Sul da sondagem, onde tal não era visível. Levantando o assentamento seguiu-se a sua camada de preparação (camada 4), nível de terra castanha, pouco compacta, com presença de alguns materiais, sendo que, por baixo da área sem negativo da camada 3, encontrou-se algumas tijoleiras.



Figura 11. Sondagem – Camada 3.

Fonte: Autores



Figura 12. Sondagem – Camada 4.

Fonte: Autores

Sob essa, seguiu-se uma camada bastante dura, feita de terra, pedra partida, telhas e tijolos fragmentados e adições de cal (camada 5). De tom rosado, claramente batida, avançou-se com a hipótese de ter por objetivo ser impermeabilizante. Encontrava-se sobre o piso 3, constituído de areia e cal, muito compacto, um estilo de piso de terra batida pouco espesso, mas funcional. Essa técnica fora registada na intervenção arqueológica da Rua de Santa Catarina, n.º 18. O piso 3 apresentava falhas muito grandes, pois com três centímetros de espessura encontra-se sob a camada 5, muito batida e sobre a camada 6, idêntica à 5, que cobria, por sua vez, o piso 4, de técnica igual ao do piso 3. Ou seja, o piso 4, 3 e 2 são uma sucessão de pisos de uma mesma divisão, 2 deles em terra batida e o último em versão tijoleira. Tal foi atestado pelo facto de a anomalia do negativo da camada 3 ter resultado numa estrutura adossada a uma coluna pétreia (estrutura 1), já inexistente, que assentava no piso 3, que, por sua vez, cobria a base da mesma em alvenaria calcária (estrutura 2), assentando no piso 4. Essa coluna estava colocada, aproximadamente, a meio do salão supra-mencionado (piso 2).



Figura 13. Corte poente – Meia-coluna de argamassa rebocada. Fonte: Autores



Figura 14. Corte nascente - Meia-coluna de argamassa rebocada. Fonte: Autores



Figura 15. Sondagem – Camada 5. Fonte: Autores



Figura 16. Sondagem – Piso 3 e 4. Fonte: Autores



Figura 17. Sondagem – Piso 3 e 4. Fonte: Autores

Após o piso 4 encontrou-se a camada 7, em tudo idêntica às camadas 5 e 6, e, de seguida, um nível de terra castanha esverdeada, misturada com pedras, telhas, argamassas, pouco compacta (camada 8). Aparentava ser um aterro resultante, igualmente, da destruição de uma edificação. Seguiu-se-lhe outro aterro, com cerca de 1.5 metros de espessura, de terra castanha muito escura e argilosa, misturada com

areias, com um grau de compactação débil, misturada com pedras de diversos calibres, telhas e tijolos fragmentados, bem como alguns materiais. No canto NO da sondagem, observou-se uma concentração de pedras de grandes dimensões aglomeradas, que poderiam corresponder a um alicerce da edificação que originou a camada 8. Contudo, pela reduzida dimensão da sondagem e por não haver um ligante evidente destas pedras, não se reuniram condições para confirmar a hipótese. Sob esse espesso aterro, repousava, por fim, a camada 10, de areia, correspondente á aluvião geológico.



Figura 18. Sondagem – Base de coluna.
Fonte: Autores.



Figura 19. Sondagem – Cama.
Fonte: Autores.



Figura 20. Sondagem – Camada 9
Fonte: Autores.



Figura 21. Sondagem - Camada 10
Fonte: Autores.

4. Materiais

Dentro do conjunto dos materiais exumados, seleccionaram-se alguns particularmente significativos e representativos. Conforme era expectável a maioria foi

recolhida na camada 2, área mais intervencionada e com uma representatividade estratigráfica superior.

Desse nível destacou-se um conjunto de azulejos muito diversificados. Por um lado, surgiram azulejos destinados a ser implantados em pisos, monocromados a branco.

Parietais, a mais comum utilização dos azulejos, corresponde a esmagadora maioria dos exemplares, sendo de destacar um de remate monocromado a verde. Dentro da evolução cronoestilística há forte presença de azulejos hispano-árabes sevilhanos, do Século XVI, bem como azulejos figurativos com predomínio da pintura a azul e amarelo sobre branco. As representações são de animais, plantas ou motivos geométricos. Há, igualmente, para além dos tons referidos, a utilização dos verdes, vinosos e laranjas sobre branco, nalguns casos em desenhos de singelo recorte, com contornos a vinoso.

Tratar-se-ão, possivelmente, de produções portuguesas de inícios do Século XVII. Vários signos encontram-se pintados nas chacotas dos mesmos, mas fragmentados, não permitiram uma clara leitura.



Figura 22 - Camada 2 – Azulejo.
Produção portuguesa – Século XVII.
Fonte: Autores



Figura 23 - Camada 2 – Azulejo.
Produção portuguesa – Século XVII.
Fonte: Autores



Figura 24 - Camada 2 – Azulejo.
Produção portuguesa – Século XVII
Fonte: Autores

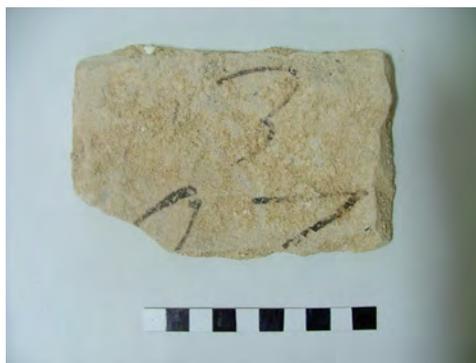


Figura 25 - Camada 2 – Chacota de Azulejo.
Produção portuguesa – Século XVII
Fonte: Autores



Figura 26 - Camada 2 – Azulejo monocromado de remate.
Produção portuguesa – Século XVII.
Fonte: Autores



Figura 27 - Camada 2 – Azulejo monocromado de piso.
Produção portuguesa – Século XVII
Fonte: Autores



Figura 28 - Camada 2 – Azulejo Hispano-árabe.
Produção sevilhana – Século XVI.
Fonte: Autores

No que respeita aos artefactos dessa mesma camada 2, destaque para, em primeiro lugar, um prato alto, em faiança portuguesa de produção olisiponense. A pasta é beije, muito depurada e compacta, com elementos não plásticos muito finos, de textura branda, algo granulosa. Trata-se de uma peça que apresenta esmalte branco, com pintura a azul de cobalto e vinoso, sendo que na face externa apresenta uma banda horizontal a azul no bordo e outra quase a meio do corpo, no meio das quais outras duas linhas a vinoso delimitam uma decoração de rendas superiores e inferiores alternadas e repetitivas. Na face interna, apresenta, na aba, uma linha horizontal a vinoso. O fundo, igualmente a vinoso, apresenta uma inscrição de difícil interpretação que, à primeira vista, pode confundir-se erradamente com um arabesco. Sem uma interpretação cabal para a mesma, parece tratar-se de quatro letras “T”, com prolongamentos longitudinais, seguidas por um traço que as corta e se prolonga na pena do artífice, criando umas curvas.

Assim sendo, provavelmente é um indicativo de contabilidade de produção, pois quatro “T” poderá ser interpretado como o número 4, sendo que o traço que os corta nos indicaria o 5, tal como se pode observar na documentação escrita. Não é de espantar que seja um indicativo de quantidade, pois estes pratos altos com decorações tão simples e repetitivas eram produzidos em massa, pelas olarias ocidentais de Lisboa, as de barro branco. Não é impossível que corresponda, conseqüentemente, à última peça de uma fornada de quinhentas faianças destinadas à venda livre ao público. No que respeita à datação, a tradicional cronologia estilística para uma peça com estas características aponta para uma produção da segunda metade do Século XVII.



Figura 29. Camada 2 – Faiança Seiscentista (2.^a metade). Fonte: Autores

Seguem-se dois fragmentos de pratos altos em faiança esmaltada a branco, não pintados, de forma idêntica. Ao bordo extrovertido, que varia entre perfil subtriangular ao subcircular, segue-se um corpo troncocónico e um fundo raso assente num pé baixo em anel. No que respeita à cronologia desses dois fragmentos, muito comuns em intervenções arqueológicas realizadas no centro histórico de Setúbal, bem como nas cidades do Sul de Portugal, são datáveis do Século XVII a meados do Século XVIII (níveis do terramoto de 1755). Ainda no âmbito das faianças olisiponenses exumou-se um prato de bordo extrovertido, de perfil subtriangular, aba larga e caldeira curta, com fundo raso assente num pé de anel baixo. Apresenta-se esmaltado a branco em toda a superfície e pintado na face interna, com duas bandas circulares a azul, na parte superior da aba. O fundo apresenta uma moldura feita por outras duas bandas circulares a azul, com um motivo vegetalista central, também a azul de cobalto. É notória a fraca qualidade da produção, condicente com as três anteriormente referidas, até pelo azul pálido da tinta.

No que respeita às produções vidradas destaca-se, pelo seu bom estado, um pequeno pote com bordo em aba pendente, colo estrangulado, corpo globular e pé destacado, raso. O vidrado melado cobre ambas as faces. As paredes internas

apresentam-se estriadas, naquele que é, certamente, um belo exemplar do que facilmente classificaríamos como um pote destinado a guardar mel ou banha. Trata-se de uma produção possivelmente setubalense, produzida nos Séculos XVII e XVIII. As pastas dessas produções são vermelho-alaranjadas, micáceas, calcíticas, quartzíticas e feldspáticas, de textura folheada e de grão médio. Dentro desta família de produções temos ainda um fragmento de bordo de uma pequena panela, vidrada internamente a melado. Outro fragmento, de uma taça de bordo extrovertido, espessado, em aba pendente, corpo de perfil troncocónico (ou seja, uma forma decalcada da dos alguidares), apresenta vidrado melado na face interna e na externa pela linha da aba.

As produções vidradas de Lisboa também se encontram representadas num portentoso alguidar para fazer a massa do pão, com 700 mm de diâmetro, vidrado a verde na face interna e na externa pela linha da aba. A forma é igual à da peça anterior, sendo que importa ressaltar uma pequena sela na parte interna do bordo, provavelmente resultante da colagem do mesmo ao corpo. A aba apresenta um perfil circular. A pasta é bege, muito depurada e compacta, com elementos não plásticos muito finos, de textura branda, algo granulosa.

No que respeita à cerâmica comum, os exemplares aqui apresentados corresponderão a produções dos oleiros sadinos, com a característica aguada vermelha nas superfícies. As pastas dessas produções são vermelho-alaranjadas, micáceas, calcíticas, quartzíticas e feldspáticas, de textura folheada e de grão médio. Assim, um fragmento de bordo de um alguidar mostra forma idêntica, excepto que o perfil da aba é triangular e apresenta 500 mm de diâmetro. Segue-se-lhe um fragmento de panela, com forma bem conhecida, de bordo introvertido, em aba pendente horizontal, colo em campânula e corpo globular. O mesmo pode ser dito acerca do bordo de prato,

extrovertido, de aba pendente, perfil subrectangular e paredes oblíquas. Os tachos também apresentam formas bem conhecidas, com bordo introvertido, em aba pendente, sendo que no caso do segundo se pode observar muitíssimo bem a dobragem do barro, com um corpo oblíquo. Por último, um pequeno fragmento de panela que merece, igualmente, destaque por, nos ombros, apresentar uma decoração incisa, seguida por uma outra, penteada, formando ondas incisas. Trata-se de uma peça de pequenas dimensões, mas sendo muito raras as decorações em cerâmicas comuns de produção local, essas devem ser registadas.

Figura 30.



Figura 31.



Figura 32.



Figura 30. Camada 4 – Cerâmica comum de produção local – Séculos XV – XVI.

Fonte: Autores

Figura 31. Camada 8 – Cerâmica comum de produção local – Século XVI.

Fonte: Autores

Figura 32. Camada 9 – Cerâmica comum de barros vermelhos

Produção Local – Inícios do século XVI. Fonte: Autores

Sobre o primeiro conjunto retiram-se duas conclusões. A primeira é que os materiais azulejares apresentam uma longa diacronia, que vai da primeira metade do Século XVI à primeira metade do Século XVII. Em segundo, que os materiais cerâmicos apresentam uma grande coerência enquanto conjunto cronológico situado entre a segunda metade do Século XVII a 1714 (data da nova edificação).

Da camada 4 importa destacar um fragmento de taça carenada, esmaltada a branco, que corresponderá a uma produção sevilhana, da primeira metade do Século XVI. A pasta é beije-amarelada, muito homogénea, dura e granulosa, com pequenas inclusões. Seguem-se quatro fragmentos de cerâmica local, um de um pote, outro de um tacho, com pega triangular adossada ao bordo. O bordo é ligeiramente introvertido, espessado, de perfil perolado, seguindo-se-lhe um corpo semiesférico. Segue-se uma lamparina, muito fragmentada, de fundo ligeiramente côncavo, paredes de perfil troncocónico e bico simples, obtido através da pressão do oleiro sobre as paredes da lamparina antes da cozedura.

Esse conjunto apresenta, de igual modo, grande coerência, uma vez que, tipologicamente, a peça exógena e as de cerâmica comum apresentam características comuns a contextos da primeira metade do Século XVI.

Da camada 6 provém um testo simples de panela, com lingueta central, em cerâmica comum. É curioso notar que até podia ser utilizado noutra peça anteriormente referida na camada 2, o que é demonstrativo da manutenção das formas e modelos nas produções sadinas através dos séculos. Segue-se, também de cerâmica comum, um tacho com o bordo ligeiramente introvertido, espessado, de perfil circular, com estrangulamento do colo e corpo semiesférico. Por último, um fragmento de alguidar destinado à fabricação do pão, vidrado a verde na face interna e na externa pela linha da aba. Apresenta bordo extrovertido, espessado, em aba pendente, de perfil subtriangular e corpo de perfil troncocónico, sendo que se ressalta uma pequena sela, na parte interna do bordo, provavelmente resultante da colagem do mesmo ao corpo. Com 620 mm de diâmetro, a pasta, no núcleo, é beije-amarelada, muito homogénea, dura e granulosa, com pequenas inclusões. Nas franjas a pasta apresenta um tom rosado, significativo de

ter estado tempo insuficiente no forno para uma correcta cozedura. Trata-se, em princípio, de uma produção sevilhana.

Nesse conjunto teremos de recorrer ao tacho para obter uma cronologia, que aponta para a primeira metade do Século XVI, tal como o conjunto da camada 4.

Da camada 8 exumou-se um fragmento de alguidar, destinado à fabricação do pão, vidrado a verde na face interna e na externa pela linha da aba. Apresenta bordo extrovertido, espessado, em aba pendente, de perfil subcircular e corpo de perfil troncocónico, sendo que se ressalta uma pequena sela, na parte interna do bordo, provavelmente resultante da colagem do mesmo ao corpo. Com 660 mm de diâmetro, a pasta, no núcleo, é cinzenta, muito homogénea, dura e granulosa, com pequenas inclusões e intrusões ferrosas. Nas franjas a pasta apresenta um tom beije-amarelado, significativo de ter estado tempo excessivo no forno para uma correcta cozedura. Trata-se, em princípio, de uma produção sevilhana. Segue-se um fragmento de um outro alguidar vidrado a melado em ambas as faces. Apresenta bordo extrovertido, espessado, em aba pendente, de perfil subcircular e corpo de perfil troncocónico, ressaltando uma pequena sela, na parte interna do bordo, provavelmente resultante da colagem do mesmo ao corpo. Com 250 mm de diâmetro, a pasta é idêntica às anteriores, mas rosada.

Segue-se, de cerâmica comum, um tacho com asas de fita e uma taça, de tipo 3 da tipologia de cerâmica quinhentista da escavação do pátio da mesma casa. Um fundo de um prato anelado completa o conjunto. Acresce, todavia, uma asa de fita bilobada, com largo chanfro central. Os espessamentos das extremidades apresentam-se irregulares, numa decoração muito erodida. No chanfro central, foi adoçada uma faixa longitudinal decorada com perfurações repetidas, num complemento decorativo.

Da camada 9 advém um fundo de uma taça, ou malga, esmaltada a branco, de pasta rosada, com incrustações de areias no pé baixo em anel, correspondendo a uma produção provavelmente valenciana, da primeira metade do Século XVI. A ela estão associadas um fragmento de asa bilobada, de com largo chanfro central, um fragmento de corpo de púcaro e um fundo de jarro, de cerâmica comum de produção local.

Da baixa Idade Média parece corresponder o fragmento de fundo de um pequenino contentor de líquidos, vidrado a verde, sobre pastas alaranjadas. Produzido na Alta Idade é certamente o fragmento de corpo de jarro, criado a torno lento, e cozido em ambiente redutor, de pasta granulosa, com diversas inclusões de grande dimensão. Em suma, uma pasta grosseira. Três fragmentos ainda remetem para cronologia mais antiga, integráveis no período de domínio romano, como um arranque de asa de ânfora, um fundo de cerâmica comum e um bordo, igualmente de cerâmica comum, de um pote esmaltado, todas elas produzidas com pastas locais. Assim, a espessa camada 9 apresenta materiais que vão dos inícios da era cristã ao Século XVI.



Figura 34 - Camada 9 –
Cerâmica romana
Produção Local –
Séculos I – II.
Fonte: Autores



Figura 33 - Camada 9 –
Cerâmica medieval
Vidrado do século XIV,
Jarro dos séculos VI – VIII.
Fonte: Autores

5. Análise e Conclusões

Tratando-se de uma intervenção arqueológica de pequena dimensão, os resultados que oferece não poderiam ser abundantes. Mesmo assim, cremos que ficaram registados alguns pormenores sobre os quais valerá a pena determo-nos. Na realidade, os dados desta intervenção só nos servem quando comparados com a intervenção de 2000 (Neto et. al., 200, pp. 25-45).

Sob o palácio setecentista da família dos Cabedos reside uma longa ocupação humana que remonta ao Alto-Império. A zona vai sofrendo reocupações contínuas, sendo que, com o terramoto de 1531, se dá a destruição dos edifícios ali existentes, referidos nas Visitações da Ordem de Santiago de 1510. É na sequência do terramoto que se vai proceder à limpeza e aterro daquela área, para permitir a construção de um grande edifício quinhentista, um palácio urbano certamente, com frente para a Rua Direita, sobranceiro à socialmente significativa igreja matriz de Santa Maria. No que concerne a uma hipotética frente para Terreiro do Trigo, não possuímos ainda elementos suficientes para fazer uma apreciação.

Esse espaço sofre algumas remodelações ao longo dos tempos, conforme já havia sido testemunhado no pátio em 2000, e agora confirmado, em 2008, com os três pisos para uma mesma divisão (pisos 2, 3 e 4). Essa sucessão é feita em pouco tempo, visto que o piso de tijoleira é do Século XVII, provavelmente dos seus inícios, se atendermos aos azulejos pintados encontrados na camada 2. Ou seja, a divisão sofreu três remodelações em cerca de 70 anos, o que atesta a pouca durabilidade dos pisos em terra batida.

Sobre essa divisão convém dizer que é similar à sua congénere descoberta em 2000, com paredes de argamassa rebocadas e piso de tijoleira disposto em espinha. Trata-se, como é evidente, de uma mesma estrutura, todavia, esta surpreende-nos pela dimensão monumental, de um grande salão, possivelmente quadrangular. Apesar de grandiosidade do espaço, as técnicas construtivas foram rudimentares, uma vez que a cobertura não aparenta ter sido em cúpula, mas mais provavelmente em madeira, caso contrário teríamos testemunhos da cúpula na camada 2. Assim, uma grande viga de madeira teria de assentar nas meias-colunas de argamassa rebocada colocadas junto das paredes, passando forçosamente pela coluna pétreia da qual só temos a base, que está relativamente bem centrada na divisão.

Na primeira década do Século XVIII o edifício é destruído e, sobre ele, vai-se erigir o magnífico palácio dos Cabedos, arruinada jóia da arquitectura civil sadina.

6. A Musealização do Arqueossítio

Terminada a intervenção, importa, ainda, explicar que o sítio arqueológico foi alvo de um processo de musealização, no âmbito da aludida instalação do Gabinete Municipal dos Centros Históricos, potenciando o valor patrimonial, histórico e arqueológico da função pública da nova instituição, pela integração das suas pré-existências

Para todos os envolvidos no processo de reabilitação e reconversão do espaço, é óbvio que o complexo arquitectónico é de grande valor patrimonial e sensibilidade.

Assim, procedeu-se à preservação dos sucessivos edifícios, de modo a salvaguardar essa memória. Desenvolveu-se, em paralelo, um projeto museográfico,

onde foi incluído vários espólios aí exumados, nas duas intervenções, bem como se decidiu a criação de um pequeno filme educativo que, de modo rápido e simples, explica a evolução da ocupação daquela área. Tratou-se de um projecto pluridisciplinar, que procurou cumprir com os objectivos manifestados, de forma satisfatória, para além de se constituir na primeira vez em que tal foi executado em Setúbal.

Referências

- Coutinho, M. J. P. (2016). Os palácios dos barões e viscondes de Zambujal em Setúbal e Lisboa. In *Cadernos do Arquivo Municipal*. Série 2, n.º 5. Lisboa: Ed. Câmara Municipal de Lisboa, 173-208.
- Lopes, L. M. A. & Neto, J. L. (2007). Fauna da intervenção arqueológica da Casa do Corpo Santo. In *Subsídios para o estudo da História Local*. n.º 3. Setúbal: Edição da Câmara Municipal de Setúbal, 277-282.
- Neto, J. L. N. (2001). A Casa do Corpo Santo – de sede de confraria a núcleo museológico. In *Subsídios para o estudo da História Local*. n.º 1. Setúbal: Edição da Câmara Municipal de Setúbal, 17-24.
- Neto, J. L. N. et. al. (2001). Pátio da Casa do Corpo Santo – da intervenção arqueológica à museológica. In *Subsídios para o estudo da História Local*. n.º 1. Setúbal: Edição da Câmara Municipal de Setúbal, 25-45.
- Neto, J. L. N. (2007). Cerâmicas Quinhentistas da Casa do Corpo Santo. In *Subsídios para o estudo da História Local*. n.º 3. Setúbal: Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 263-276.

**UNIDADES DOMÉSTICAS DO SÉCULO XIX DO BAIRRO DA BOA VISTA
DO RECIFE: UM ESTUDO DO PERFIL TÉCNICO E DAS
CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICO-ARQUITETÔNICAS**

**DOMESTIC UNITS OF BAIRRO DA BOA VISTA DO RECIFE FROM THE
XIX CENTURY: A STUDY OF TECHNICAL PROFILE AND STYLISTIC-
ARCHITECTURAL CHARACTERISTICS**

Recebido a 10 de abril de 2020

Revisto a 18 de maio de 2020

Aceite a 02 de junho de 2020

Clara Diana Figueirôa Santos

Doutoranda do Departamento de Pós-Graduação em Arqueologia – UFPE
clara.ufpe@gmail.com

Henry Sócrates Lavalle Sullasi

Professor do Departamento de Pós-Graduação em Arqueologia – UFPE
henry.lavalle@gmail.com

Resumo

Este trabalho fez uso da abordagem da Arqueologia da Arquitetura com o objetivo principal de visualizar as mudanças vivenciadas no Recife durante o século XIX refletidas nas moradias do bairro da Boa Vista por estas terem sido, na sua maior parte, construídas durante este período. Para isto foram feitos o levantamento bibliográfico a respeito das mudanças do século XIX em contexto a área estudada, constituindo a documentação das unidades construtivas estudadas, a análise estilística das fachadas e do modelo das paginações. Como resultados foram observados suas características estilístico-arquitetônicas e paginações construtivas, com foco nos tijolos e argamassas, buscando evidenciar quais foram os parâmetros tecnológicos que mais variaram conforme este século, como as variações nas larguras e espessuras dos tijolos. Estas mudanças mostraram estar associadas com a economia de matéria prima e ao maior índice de vendas. Isto posto foi demonstrado à singularidade histórica dos exemplares construtivos, os quais atualmente se encontram em estado de grave degradação estrutural, compondo conjuntos de ruínas. Esta pesquisa também contribuiu na tentativa de cessar o avanço da degradação da materialidade edificada que representa parte da identidade cultural da cidade do Recife.

Palavras-Chave: Recife, Boa Vista, Material construtivo, Arqueologia da Arquitetura,

Patrimônio Histórico.

Abstract

This work made use of the Archeology of Architecture approach to visualize the changes experienced in Recife during the 19th century, mainly in the houses of the Boa Vista neighborhood, as these were, for the most part, built in the mentioned period. To achieve this objective, a bibliographic survey about the changes in the studied area/context in the 19th century was conducted, involving the documentation of the building units under study, the stylistic analysis of the architectural facades and the model of the paginations. As a result, their stylistic-architectural characteristics and constructive paginations were observed, focusing on bricks and mortars, seeking to highlight the technological parameters that varied most during the mentioned century, such as variations in the dimensions of the bricks. These changes proved to be associated with the economy and the trend of higher sales of raw materials. Having said that, the historical singularity of the constructive specimens was demonstrated, which currently are in a state of serious structural degradation, composing sets of ruins. This research also contributed to the attempt of stopping the degradation progress in the built materiality that represents part of the city of Recife cultural identity.

Keywords: Recife, Boa Vista, Constructive Materials, Archeology of Architecture, Historical Heritage.

1. Introdução

A abordagem da Arqueologia da Arquitetura encontra-se inserida no contexto da Arqueologia Histórica e trabalha diretamente com a dinâmica observada nos elementos

construtivos e estilístico-arquitetônicos e é conceituada como um estudo da edificação que busca compreender o seu contexto social e tecnológico. Nela, o edifício ou conjunto edificado, são analisados em seus materiais construtivos, técnicas construtivas e estilos arquitetônicos de forma a tentar reconstruir, registrar e analisar todos os momentos e influências culturais interligadas à sua existência (Tirello, 2007, p. 147).

Foi dentro desta perspectiva que esta pesquisa foi desenvolvida, abordando as mudanças culturais que ocorreram durante o século XIX, representadas pela substituição da manufatura pela maquinaria, pela variação dos modelos de produção em função da agilidade de confecção, da qualidade e estética dos materiais, e do surgimento dos centros de pesquisa e educação que proporcionou investigações e experimentos sobre o conhecimento de novas técnicas (Gama, 1987, pp. 48-55).

O Bairro da Boa Vista foi selecionado como objeto de estudo para este trabalho, em referência ao período construtivo, urbanístico, pelo qual passou durante o século XIX, onde obteve seu maior crescimento populacional (Cavalcani, 2009, pp. 271-272). Este bairro atualmente constitui um importante acervo cultural representante da História e da identidade do Recife, integrando parte das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), as quais são áreas formadas por sítios, ruínas e conjuntos antigos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística; cuja manutenção seja necessária à preservação do patrimônio histórico-cultural do Município de acordo com a Lei Nº 16.176/96, Lei Nº 16.290/97 e Lei Nº 16.719/01 (PCR, 2015, p. 1).

Dentre os trabalhos que abordaram as unidades de moradia podemos citar um estudo sobre as migrações temporárias vinculadas ao trabalho agrícola como estratégia de reprodução social através das unidades domésticas dos trabalhadores, buscando

compreender os processos produtivos e reprodutivos da moradia neste contexto de reprodução social; a metodologia foi qualitativa permitindo compreender as práticas dos agentes a partir dos significados que lhes conferem e foi realizado de 2009 a 2013 em 21 ocupações residenciais na província de Misiones na Argentina (Albertí, 2015, pp. 1-33).

Outro exemplo similar foi à análise das moradias das famílias de baixa renda das áreas urbanas na Argentina no bairro de Don Bosco. Em pesquisas de campo no ano de 2013 foi visto que as famílias utilizavam as moradias também como um lugar para realizar atividades comerciais ou serviços para venda de alimentos e operação de pequenas oficinas de (Barreto, Benítez & Puntel, 2015, pp. 19-57). Situações semelhantes ocorreram durante o século XIX e até mesmo anteriores a este em várias cidades do Brasil, incluindo Recife, Ouro Preto, Rio de Janeiro e Salvador.

Por tanto, o objetivo principal foi visualizar as mudanças vivenciadas pelo Recife durante o século XIX nas unidades de moradia da Boa Vista, em suas características estruturais e estilístico-arquitetônicas, e sua variação tecnológica.

2. Variação tecnológica e a materialidade na arqueologia histórica

Dentro dos espaços temporais estudados na Arqueologia encontra-se o período histórico, a Arqueologia Histórica tem como objetivo buscar conhecer através da cultura material, temas que a História não consegue acessar ou detalhar, pela desconexão ou ausência de informações entre os registros documentais. Estes estudos difundiram-se de forma sistemática a partir de 1990 e atualmente, vêm discutindo temas como etnicidade, aculturação, gênero, capitalismo e paisagem, assim como também buscam desenvolver

estudos nas áreas industriais, unidades domésticas e lixeiras coletivas, ramos do cotidiano das sociedades que representam a base de um sistema social (Zarankin & Salerno, 2007, p. 18) (Ghenó & Machado, 2013, p. 163).

Dentro deste viés encontra-se a abordagem da Arqueologia da Arquitetura, conceituada como o estudo da edificação de um ponto de vista arqueológico, buscando compreender o seu contexto social e tecnológico. Nela, o edifício ou conjunto edificado, é analisado em seu material construtivo e técnicas construtivas, arquitetonicamente, estilisticamente e estratigraficamente, de forma a tentar reconstruir, registrar e analisar todos os momentos e influências culturais interligadas à sua existência (Tirello, 2007, pp. 147-148).

A sua importância e os seus objetivos, estão em reconhecer e contextualizar sócio-culturalmente a evolução arquitetônica presente no edifício, a configuração e a funcionalidade dos seus diversos espaços, as mudanças ou não mudanças das técnicas e nos materiais construtivos utilizados e, quando necessário, esclarecer, comprovar ou refutar hipóteses de interpretações fornecidas por fontes documentais e/ou iconográficas. Para isso se faz uso do estudo da tecnologia, a qual é compreendida como o conhecimento científico das operações técnicas, compreendendo o estudo sistemático dos instrumentos, ferramentas, dos custos, gestos, do tempo e da energia aplicada (Gama, 1987, pp. 10-20).

A materialidade é um dos principais meios para se acessar processos e dinâmicas sócio-culturais atuantes em sociedades, uma vez que os objetos possuem o poder de materializar relações humanas a partir do fato de que tais relações produziram e reproduziram a idéia e o objeto conforme seus costumes, conhecimentos e crenças (Amaro, 2013, p. 21-22).

O modo de produção da materialidade é formado pelo trabalho que é um processo interativo entre o homem e a natureza, já a manufatura e o fabrico compõem-se das formas de atividades adequadas a um fim; da matéria a que se aplica e dos meios instrumentais de elaboração do produto, compostos por um complexo de propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas. Contudo, o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como se faz, com que meios de trabalho; fazendo a tecnologia revelar o modo de proceder do homem para com a natureza, elucidando as condições de sua vida social e as concepções mentais que dela decorrem (Gama, 1987, pp. 208-209).

Os aspectos tipológicos e funcionais da moradia estão relacionados diretamente com os condicionantes sociais e ambientais, e definem o modo de produção e o uso dos diferentes materiais construtivos, em função dos costumes e das possibilidades materiais e econômicas dos proprietários. Os aspectos funcionais são determinantes das condições de preservação da estrutura e da relação desta com os moradores no dia-a-dia (Zorraquino, 2006, p. 5-7).

Diante destas perspectivas esta pesquisa visualiza as unidades domésticas e as demais edificações como materialidade dos meios de trabalho e das culturas que as reproduziram, as quais são definidas por estruturas de habitação, compostas por áreas de alimentação, higiene, lazer, e em alguns casos, trabalho; assim como os itens materiais e os elementos artísticos utilizados na sua construção e nestas diversas atividades; compreendendo a trajetória de aquisição, uso e descarte (Sabatini & Garate, 2017, pp. 102-103).

Quando a materialidade estudada é o material construtivo destas unidades, o estudo aborda a execução de várias funções sociais, como a dos oleiros e dos mestres da

cal, representando o trabalho e a técnica no setor de produção, os mestres de obras, os carpinteiros e os pedreiros, representando o modo de reproduzir obras e estilos arquitetônicos; e os estudiosos engenheiros e arquitetos, que representam os estudos das variáveis mecânicas e econômicas resultantes e a criação dos estilos a serem reproduzidos. A análise do registro material não só aporta a definição dos espaços domésticos, mas também a identificação das formas recorrentes de fazer em um espaço-tempo (Sabatini & Garate, 2017, pp. 102-103). Esta concepção é um indicador de integração e interação de grupos humanos em um mesmo sistema social dentro do qual se compartilham os usos, crenças e valores.

A unidade doméstica, portanto, se encontra integrada a uma paisagem social, espacial e temporal; parte de uma rede de unidades sociais entrelaçadas economicamente e culturalmente (Scattolin, Bugliani, *et al.*, 2009). Desta maneira, o entorno construído forma parte de um substrato comum que reflete a continuidade e a recorrência dos modos de habitar, construir, produzir, consumir e processar (Sabatini & Garate, 2017, pp. 102-103).

3. Contexto estilístico-arquitetônico do bairro da Boa Vista do Recife

O bairro da Boa Vista localiza-se na cidade do Recife, no estado de Pernambuco no nordeste do Brasil; e faz divisa com os bairros do Recife, Soledade, Coelhos, Ilha do Leite e Santo Amaro, conforme Figura 1, compondo parte da Região Metropolitana do Recife.



Figura 1. Localização do Bairro da Boa Vista do Recife. Fonte: (PCR, 2015)

A paisagem social no Recife começou a se alterar no sentido das casas-grandes se urbanizarem em sobrados requintados, em influências europeias, com senzalas reduzidas a quartos de criadagem, as aldeias de mocambos representando-se no surgimento de cortiços e a presença de variadas religiões (Freire, 2003, pp. 7-8).

A influência europeia nas construções do Recife e de Olinda teve momento ápice junto às investidas do Barão da Boa Vista no século XIX, com a utilização dos estuques, gradis de ferro, caixilhos envidraçados, com os chalés, e as platibandas. No entanto, elementos como os cachorros de pedra são mais característicos dos pernambucanos, sendo ainda vistos nos velhos sobrados do Recife, Boa Vista e Olinda, os mesmos cachorros que se podem ver nas litografias de F. H. Carls, desenhadas por L. Schlappritz (Telles & Pinto et al., 1975, pp. 203-223).

As construções residenciais até o século XIX são diferenciadas conforme planta baixa e apresenta-se em suas variadas formas dentre elas podemos citar: as residências

do tipo bandeirista, casa térrea, casa de porta-e-janela, casa de cômodos, casa de parede-meia, casa de porão alto, casa forte, casa grande, casario, meia-morada, morada inteira, morada e meia, loja, chalé, assobradado e solar (Tavares, 1998, p. 132, p. 128, p. 383, p. 397).

Estas possuem um programa de planta baixa que consiste em uma sala na frente, uma sequência de quartos ou alcovas e uma sala íntima nos fundos. Apresenta também uma pequena escada de acesso localizada ou na própria sala de frente, ou quando o corredor chega até a rua, em um trecho do mesmo que se vai alargando ligeiramente formando um vestíbulo de entrada. Algumas casas também são utilizadas para o comércio, possuindo a sala frontal transformada em loja, que se abre para a rua, através de uma sequência de portas. Excepcionalmente, essas construções de caráter misto, residencial e comercial, são de sobrado (Telles & Pinto et al., 1975, pp. 214-215), comuns no Recife e na Boa Vista.

Já os tipos de telhados comumente usados nas unidades residenciais são descritos por Santos (2019, pp. 79-83), entre eles temos os telhados do tipo: água furtada, água mestra, meia água, quatro águas e duas águas cada uma delas com formas diferentes.

Os interiores dessas casas, com exceção das salas de visitas, apresentam-se com grande simplicidade. No século XIX, a abertura dos portos para o comércio com todos os países, aflora uma imigração de várias influências estrangeiras que vêm para o Brasil com um denominador comum, o estilo chamado neoclássico, que dominava então a Europa, após o final do rococó, e que teve no imperador Napoleão I o seu principal incentivador. Essa arquitetura imperial conquistou a França difundindo-se pela Europa (Telles & Pinto et al., 1975, pp. 209-211). Para entender a arquitetura neoclassicista, é

necessário compreender o grande conjunto no qual está integrada: a Arquitetura Historicista.

A Arquitetura Historicista ou *revivalista* é um conjunto de estilos arquitetônicos que objetivou reutilizar e recriar a arquitetura já utilizada antes e após o Renascimento. A fidelidade da reprodução estilística dos modelos antigos e a recriação de novas características adicionadas a estes, variou de acordo com os arquitetos de época e país de origem. Este movimento é associado à Arquitetura Eclética, a qual surgiu no mesmo período e dedicava-se a misturar estes estilos e recriar ou criar novas manifestações estéticas ou funcionais.

Esta tendência surgiu na Inglaterra no século XVIII com a reutilização do Estilo Gótico, então chamado de Neogótico; que traz de volta as características do Estilo Gótico da última fase da Idade Média em meados do século XVIII, com o surgimento do romantismo na arquitetura em uso puramente estético e representativo cultural. (Pereira, 2011, pp. 2-3). Na Boa Vista algumas destas características podem ser representadas pela unidade residencial de número 114 da Rua da Santa Cruz, conforme Figura 2.



Figura 2. Unidade residencial de número 114, Rua da Santa Cruz. Fonte: Acervo Pessoal, 2018

Em Portugal, o mesmo é aderido por volta de 1838, mas de uma forma diferente. Nesta cultura, os princípios ideológicos, baseados na simplicidade e recusa de toda a ostentação, com características próprias. O movimento é chamado de Neo-manuelino, tipicamente romântico que reutiliza o estilo Manuelino, com base no estilo Neogótico; aplicada em edifícios adaptados às necessidades do seu tempo. Recorre aos progressos técnicos surgidos com a Revolução Industrial, em nível de materiais e máquinas, usando freqüentemente estruturas metálicas, tijolo ou revestimentos cerâmicos industriais (Pereira, 2005, pp. 12-13). Os edifícios neo-manuelinos brasileiros são ligados a instituições fundadas por imigrantes portugueses; como a Mansão Henry Gibson no Recife, o mais antigo exemplar da arquitetura neo-manuelina no país, de 1847.

Assim como os estilos retratados anteriormente, o estilo neo-islâmico, também conhecido como Neo-mourisco ou Neo-árabe, teve as primeiras manifestações do estilo foram realizadas por arquitetos ingleses entre 1815 e 1822. Na Europa, muitas sinagogas foram construídas em estilos neo-islâmicos, devido à crença de que a época de dominação islâmica na Ibéria medieval correspondeu a uma idade de ouro para o Judaísmo (Lannes, 2013, pp. 41-42). Na Boa Vista, precisamente na Rua da Glória Nº 353, há a presença do Centro Islâmico do Recife mostrando desde fins do século XIX.

Já o neo-barroco, passou a ser adotado no bairro da boa vista em meados do século XIX, sobretudo a partir de 1880. Suas características são as mesmas do Barroco que é um estilo artístico surgido entre o final do século XVI e meados do século XVIII, inicialmente na Itália. Sua arquitetura é caracterizada pela complexidade na construção do espaço e pela busca de efeitos impactantes e teatrais, uma preferência por plantas axiais ou centralizadas, pelo uso de contrastes entre formas convexas e côncavas, pela

exploração de efeitos dramáticos de luz e sombra, e pela integração entre a arquitetura e as artes decorativas em geral (Wolff, 2012, pp. 4-5).

A última fase do barroco, o Rococó, também é muito presente nas construções do século XIX. Algumas das características principais do Rococó são as utilizações de cores suaves e etéreas, começa-se a elaborar estudos empíricos de comodidade e estes mostram a diferenciação funcional dos cômodos; comumente relacionado com a natureza, por causa de suas formas curvilíneas e sinuosas. Outra característica marcante desse estilo é a utilização de anjos querubins pra compor a decoração (Hansen, 2016, pp. 11-13).

Assim como os demais, o estilo neo-renascença retomava as formas arquitetônicas e decorativas do Renascimento europeu dos séculos XIV, XV, XVI e princípios do XVII. As características é o uso de modelos clássicos, a busca da perfeição e da beleza, a preocupação com a proporção, formas equilibradas e harmoniosas, temas religiosos, mitológicos e da natureza, uso dos arcos, abóbodas, cúpulas e colunas; e o predomínio das linhas horizontais (Zandonaidi, 2016, pp. 22-23).

Durante a abertura portuária em 1808, inúmeros cidadãos britânicos foram fixando-se no Recife. A cidade era vista como uma destinação privilegiada dentro do país, os ingleses construíram uma edificação pública onde pudesse praticar coletivamente sua religião anglicana. Isto fez surgir na Boa Vista, um templo classicista inglês em 1838-1839, adequado à simplicidade que se desejava dar à obra, que era ditada por razões econômicas (Telles & Pinto et al., 1975, pp. 209-210).

A ermida tomou como inspiração o modelo da Renascença portuguesa, e não na italiana, como era normal entre os praticantes classicistas ingleses. Lamentavelmente a igreja dos ingleses não mais existe, demolida que foi em 1940; ver Figura 19 no

contexto histórico. Ela situava-se na Rua da Aurora, na esquina com a Rua Formosa, atual Av. Conde da Boa Vista (Sousa, 1999, pp. 39-41).

Todos estes estilos contribuem para o surgimento do neoclassicismo, cujo desenvolvimento coincide com a Revolução Industrial. Esta corrente artística desenvolveu-se desde meados do século XVIII até aos inícios do século XIX, difundiu-se por todos os países ocidentais, e foi essencialmente uma reação ao Rococó (Sousa, 1999, pp. 29-30).

Para o classicismo os princípios relacionados ao racionalismo e o funcionalismo, é que conduziram a um novo ideal estético, com predileção para formas geométricas elementares, para ele a natureza era o princípio originário da arquitetura, o seu edifício ideal era definido por colunas livres, sem pilares, embasamentos e outros elementos da tradição renascentista e pós-renascentista (Silva & Castanheira, 2013, pp. 5-7).

Por outro lado, o Neoclassicismo tornou-se o estilo dos estados burgueses enriquecidos com a industrialização, a linguagem decorativa tornou-se mais rica e expressiva; no entanto, os princípios básicos da tradição neoclássica resumem-se em: lógica, técnica construtiva, e uso racional de materiais relativos à sua função, o neoclassicismo se disseminou no Brasil mais rapidamente durante o século XIX, e foi institucionalizado com a chegada da Missão Artística Francesa e com a fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, sistematizando o ensino no modelo conhecido como Academismo (Marcelo, 2007, pp. 7-10).

A aglomeração urbana recifense desenvolveu uma variante desta linguagem estavam presentes as características básicas definidoras da identidade do estilo, como a preferência por volumetrias quase geométricas, definidas por paredes sem saliências, reentrâncias e sombras pronunciadas; e por fachadas resultantes do arranjo regular e

repetitivo, sobre tais paredes, das saliências provenientes do vocabulário classicista, como cercaduras de vãos, pilastras, entablamentos, cornijas, faixas horizontais, etc.; no entanto sem impedir que peculiaridades importantes viessem a diferenciar uma da outra (Sousa, 1999, pp. 109-159).

O classicismo recifense optou por uma abordagem próxima do racionalismo preconizado pelos franceses; em especial por J.N.L. Durand, no início do século, que teria aceitação limitada na Europa durante a maior parte do século XVIII, mas que se imporia no século XX, alicerçando a ideologia da arquitetura funcionalista. A opção adotada reduziu-se na severidade formal, na movimentação volumétrica como meio de se criar a beleza, na geometrização da composição e na adoção de um repertório classicista restrito a elementos de maior sobriedade. Essa abordagem chegou a produzir alguns edifícios que renunciaram até certo ponto, a estética da arquitetura moderna (Sousa, 1999, pp. 76-77).

Situação diferente verificava-se na produção de edificações residenciais, muitas havendo sido erigidas na cidade durante as duas primeiras décadas consideradas. Só nos anos de 1830 é que o estilo moderno que o classicismo corporificava e isto aconteceu não numa edificação governamental, mas numa residência particular, ainda que um tipo especial, por destinar-se a uma importante personalidade pública: o bispo. Foram as obras de ampliação do Palácio Episcopal da Soledade, construção setecentista, começadas logo no princípio da década, que marcaram o início da história do classicismo arquitetônico no Recife imperial (Telles & Pinto et al., 1975, pp. 203-205).

É em 1840 que inicia a aplicação deste estilo em obras públicas com a chegada de Louis Léger Vauthier com a ideia norteadora da concepção volumétrica evitando o

etnocentrismo, preferindo mesclar influências francesas, italianas e luso-brasileiras (Sousa, 1999, pp. 61-62).

É na escolha dos materiais que está o grande peso na definição da aparência do edifício. A fórmula tradicional das paredes rebocadas e pintadas envolvidas por saliências feitas em pedra aparelhada ou em massa foi adotada juntamente com a prática de importar de Lisboa a cantaria em *lioz*.

Nos seis anos em que Vauthier permanece no Brasil, dedicou-se a engenharia e a arquitetura, encarregando-se de atividades variadas, como a construção de pontes e estradas, o levantamento de uma planta da cidade e a elaboração de estudos sobre o porto do Recife. Ele projetou para o futuro Conde da Boa Vista, um sobrado de andar, situado à Rua da Aurora cuja fachada para a rua era encimada, de um canto para o outro por um frontão triangular e tinha cinco vãos em cada piso, os do primeiro andar abrindo-se para sacadas (Sousa, 1999, pp. 62-63).

No exterior, a grande modificação feita foi um crescimento da volumetria, provocado pela ampliação do espaço interno. O corpo principal dos edifícios teve a altura aumentada em cerca de três metros e o comprimento em oito metros. Outra modificação importante foi o uso de telhas de barro na cobertura, mais adaptadas ao clima e às tradições estéticas locais em substituição à lousa. Alterou-se também o tratamento cromático das paredes externas, antes pintadas numa só cor, adotando-se o todo de duas cores, que contrasta as saliências lineares com as superfícies por elas emolduradas (Sousa, 1999, p. 64).

Essas tendências foram adotadas e difundidas ainda mais por José Mamede Alves Ferreira, engenheiro pernambucano que nos anos que se seguiram à partida de

Vauthier, produziu a mais importante contribuição dada pelo classicismo ao Recife imperial.

As obras de Mamede são de natureza classicista, e está representada em três edificações públicas: o hospital Pedro II, a Casa de Detenção e o Ginásio Pernambucano. Nota-se a opção do arquiteto por volumes de contornos claros e precisos e feição quase geométrica, possibilitada pela parcimônia acentuada de saliências pronunciadas nas superfícies formadoras do invólucro arquitetônico, que nos três edifícios limitavam-se praticamente a duas portadas clássicas centrais. Do outro lado, fica evidenciada uma preferência pelas volumetrias movimentadas, obtidas ora com a decomposição de massa edificada em blocos articulados (Telles & Pinto et al., 1975, pp. 223-225).

Na arquitetura residencial, o classicismo imperial recifense popularizou-se, através de um emprego em larga escala facilitado pelo acentuado crescimento da cidade; permitindo que ele viesse a alterar e marcar a fisionomia urbana do Recife. Com a adoção do classicismo, as casas passaram a exibir certo nível de refinamento, um novo tratamento passou a ser dado ao telhado, cujas extremidades horizontais foram escondidas por platibandas cheias e cujas bordas inclinadas foram recuadas, deixando à mostra a espessura da empena, ou foram encobertas por uma saliência acrescentada ao topo desta (Santos, 2019, p. 88-89).

Por fim, a Arquitetura Eclética refere-se a um período de transição da arquitetura predominante desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX. O ecletismo é a mistura de estilos arquitetônicos anteriormente descritos para a criação de uma nova linguagem. Além do uso e mistura de estilos estéticos históricos, a arquitetura

eclética, de maneira geral, se caracterizou pela simetria, busca de grandiosidade, rigorosa hierarquização dos espaços internos e riqueza decorativa (Fabris, 1993, p. 137).

Com todos estes dados, constrói-se base para caracterização das unidades domésticas do bairro da Boa Vista do Recife, e para percepção da variação nos seus componentes construtivos.

4. Objeto de Estudo

O objeto de estudo deste trabalho são as unidades domésticas localizadas no bairro da Boa Vista nas ruas da Glória, Alegria, São Gonçalo, Santa Cruz e Rua Velha, as quais são pioneiras no desenvolvimento urbano deste bairro (Cavalcani, 2009, pp. 277-281). Estas unidades estão descritas na tabela 1 e sua localização pode ser vista na Figura 3.

Tabela 1.
Identificação de cada uma das moradias documentadas e analisadas neste trabalho.

Unidade doméstica	Localização
UD 1	Rua Velha, Nº 34
UD 2	Rua da Glória, Nº 187
UD 3	Rua da Glória, Nº 189
UD 4	Rua da Alegria, Nº 170
UD 5	Rua de São Gonçalo, Nº 34
UD 6	Rua da Santa Cruz, Nº 92
UD 7	Rua da Santa Cruz, Nº 100

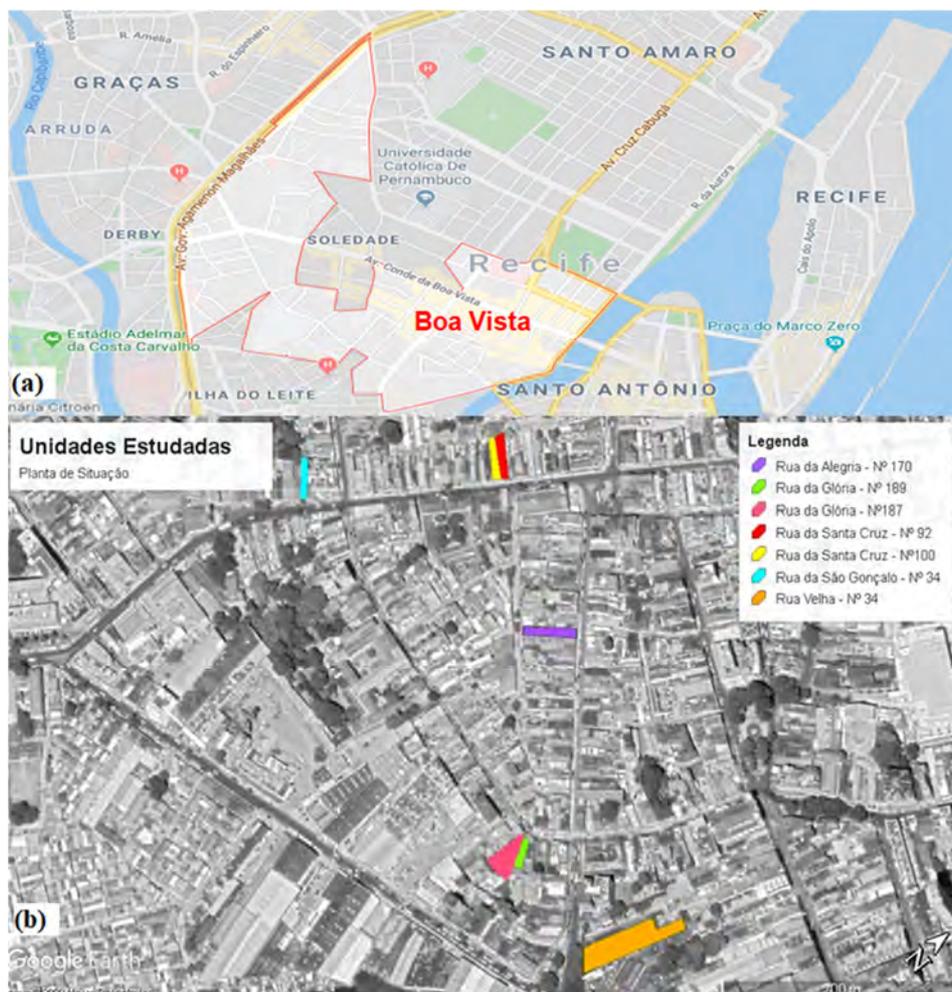


Figura 3. Localização do Bairro Boa Vista (a) e a distribuição das unidades de moradias dentro das ruas do Bairro Boa Vista. Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Para o estudo destas unidades, foram realizadas as seguintes etapas:

- Foram elaboradas plantas de situação, locação, cobertas e plantas baixas,
- Foram observadas suas feições estilísticas,
- Foram observadas, também, suas paginações construtivas.

5. Resultados da documentação e análises das unidades domésticas do bairro de Boa Vista

5.1. Unidade de moradia 01: Rua Velha, Nº 34

Esta unidade está alocada junto à atual Ponte Velha. As coordenadas desta correspondem por $8^{\circ} 3'52.67''S$ e $34^{\circ}53'6.27''O$, Datum WGS84. Em uma primeira etapa foi possível observar uma feição de chalé, com telhados de duas águas, amplos beirais e implantação em centro de terreno com empena voltada para via pública. Em sua fachada foi visto a presença de venezianas nas janelas, do tipo móvel, relacionada ao modelo a francesa, muito usada aos finais do século XIX (Tavares, 1998, p. 408) conforme Figura 4a.

Seus ornatos são representados em molduras de argamassa nas portas e janelas, além de motivos florais e geométricos, ambos apenas expostos no pavimento superior. Em toda área interna, a morada contém pinturas policromáticas em motivos classicistas.

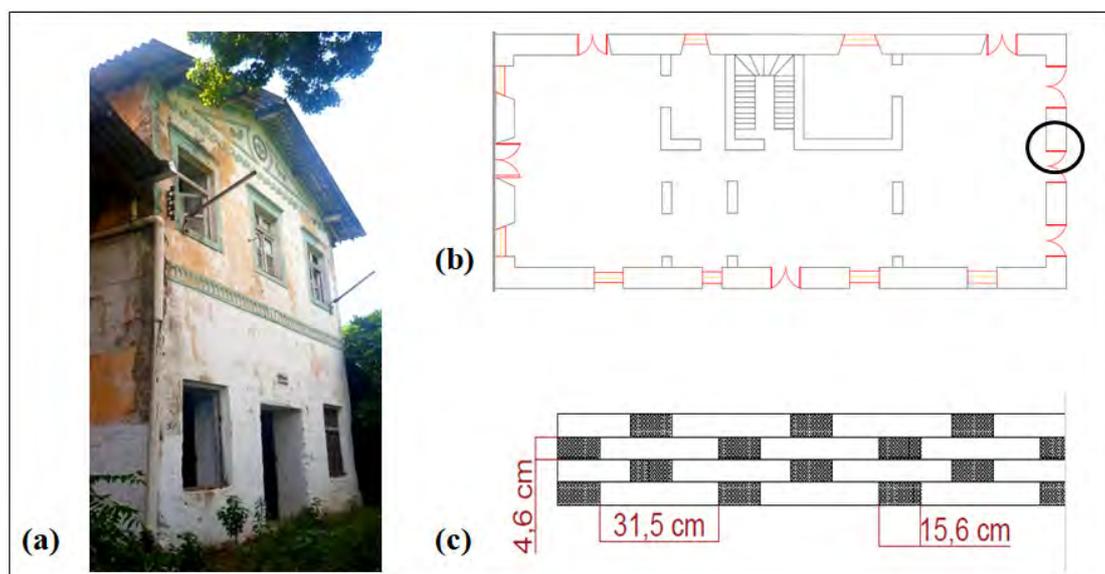


Figura 4. (a) Unidade de moradia 01: Rua Velha, Nº34. (b) Planta do pavimento térreo da unidade. (c) Paginação da área de coleta. Fonte: (a) DPCC 2015; (b) e (c) Arquivo pessoal, 2019

Sua planta baixa é similar ao modelo de morada inteira (Tavares, 1998, p. 397) conforme se observa na Figura 2b, a paginação da parede de coleta se apresenta em aparelho de tipo flamengo, comumente utilizado entre o século XVIII e o XX, como composta por fiadas alternadas de um tijolo *header*¹, seguido de dois *stretcher*², com amarração em cruz, conforme Figura 2c, caracterizando uma parede dupla, cuja espessura compreende a duas vezes a largura dos tijolos.

Recentemente, esta unidade recebeu intervenção de restauro parcial direcionado pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Construído. Em 2017 foi dado início as obras, as quais foram finalizadas em setembro de 2018.

5.2. Unidades de moradia 02 e 03: Rua da Glória, Nº 187 e 189

As unidades 02 e 03 foram abordadas juntas, por situarem-se uma ao lado da outra e formarem parte de um mesmo complexo estrutural, conforme figura 4. A unidade Nº 187 possui coordenadas 8° 3'49.92"S e 34°53'10.73"O, e a unidade Nº 189 8° 3'49.92"S e 34°53'10.73"O Datum WGS84. A fotografia utilizada para descrição da fachada é do ano 2000 porque no ano de 2016, quando este projeto estava sendo desenvolvido, ocorreu o desabamento da unidade 03 de Nº189.

¹ Nomeação portuguesa para o tijolo assentado de forma que seu comprimento seja a largura total da parede; esta posição também é chamada “header” pelos britânicos (Segurado, 1945, p. 40).

² Nomeação para o tijolo na posição horizontal, de modo que a sua largura seja correspondente a largura total ou parcial da parede (Tavares, 1998, p. 435).



Figura 5. Unidade de moradia 02 e 03:(a) Rua da Glória, N°187e (b) N°189; (c) Planta baixa do pavimento térreo de coleta da unidade 02; (d) Paginação da área de coleta da unidade 02; (e) Planta baixa do pavimento térreo de coleta da unidade 03; (d) Paginação da área de coleta da unidade 03. Fonte: DPPC – Recife, 2000

A unidade 02 de N° 187 apresenta um modelo assobradado e telhado de duas águas. Sua fachada apresenta janelas venezianas e janelas de púlpito com parapeito de gradil apoiado em cachorros de madeira além duas portas em tamanhos regulares no térreo simbolizando a possibilidade de comércio no local, comumente encontrado em construções deste período. A fachada contém ainda a presença de *sanca* que são peças do madeiramento do telhado que se apoiam na espessura da parede, elemento muito utilizado no século XVII e XVIII no Brasil, além de platibanda que substitui a função da *sanca* vindo na segunda metade do século XIX. Sua planta baixa apresentou característica porta e janela (Tavares, 1998, p. 130) conforme Figura 5.

Devido ao desabamento da unidade 03 no ano 2000, a coleta do material construtivo a ser estudado desta unidade foi realizada na parede de meação entre as duas unidades, de modo a facilitar a coleta diante do risco de desabamento da unidade 02. Esta parede possui paginação em aparelho inglês com uma amarração em cruz, muito usada até o final do século XIX (Telles & Pinto et al., 1975, pp. 173-177) ver Figura 5.

A unidade 03 de Nº 189 também em modelo assobradado difere da unidade 02 apenas na presença de janelas de guilhotina composta por duas folhas articuladas por um movimento correção vertical, comumente formado por caixilhos envidraçados, não permitindo a abertura total do vão, introduzida regularmente na arquitetura brasileira no início do século XIX (Tavares, 1998, p. 320), assim como na presença de porta e janela no térreo e na ausência de cachorros. Sua planta baixa é característica de porta e janela associada à planta de meia morada. A paginação encontrada na parede de coleta foi de modelo isódoma, com amarração em cruz, conforme a Figura 3, muito comum entre os séculos XVI ao XVIII.

Ambas as unidades apresentam no segundo piso janelas de púlpito e gradis de ferro, referenciando o início do século XIX, que contextualiza a chegada das fundições como a Fundação d'Aurora, do grupo inglês Harrington&Starr em 1836, situada nas proximidades durante este período. Por fim, ambos os sobrados apresentaram condições de terem sido edificadas no início do século XIX, e ao decorrer do mesmo foi se adaptando as novas medidas arquitetônicas, como as platibandas e os gradis de ferro. Atualmente, estas unidades encontram-se interditadas pela Defesa Civil do Recife em situação de ruína.

5.3. Unidade de moradia 04: Rua da Alegria – Nº 170

Esta unidade possui coordenadas 8°3'47.88"S / 34°53'14.66"O Datum WGSS84, também possuidora de modelo assobradado, apresenta fachada composta por porta e janelas estreitas, não emolduradas, de modelo veneziana, referenciando a segunda metade do século XIX, conforme Figura 6. Esta unidade também possui platibanda em pedra arenítica, demonstrando o alto custo da construção, uma vez que os elementos cerâmicos como os tijolos, eram mais baratos que as pedras no Recife (Zorraquino, 2006, p. 20-21) e *sanca*, diferindo apenas por possuir esta também como divisória do entre o primeiro piso e o térreo, podendo simbolizar dois momentos construtivos (Tavares, 1998, p. 557). Como decoração apresentou motivos florais e cartela em massa argamassada abaixo dos peitoris de madeira, simbolizando de forma simples os estilos neoclássicos e o eclético muito característico do Recife durante os meados do século XIX.

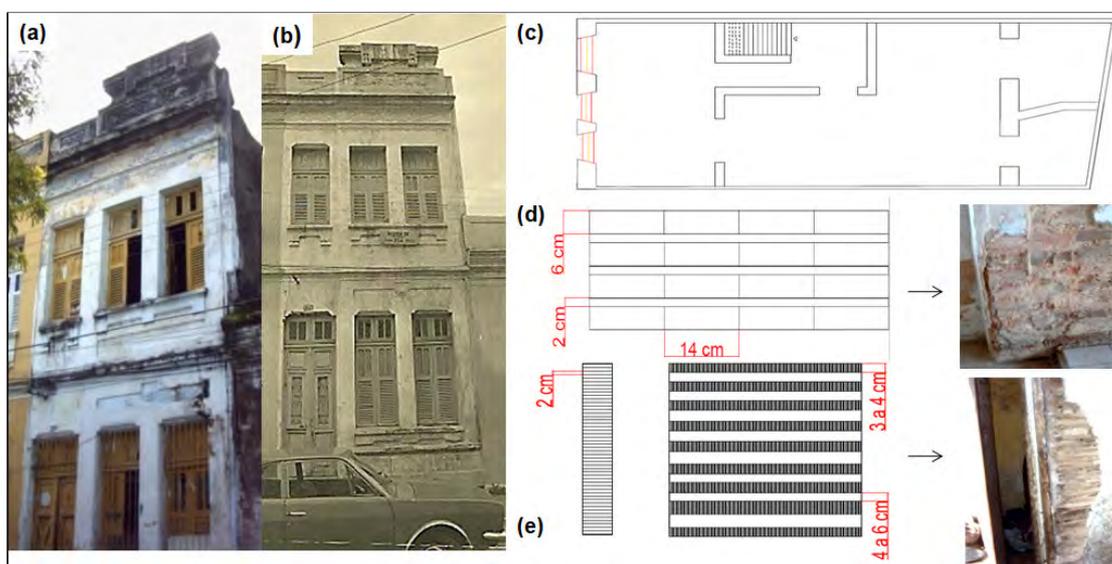


Figura 6. Unidade de moradia 04: Rua da Alegria, Nº170; (b) Unidade 04 em 1970; (c) Planta do pavimento térreo da unidade; (d) Paginação de alvenaria de tijolos das paredes mestras; (e) Paginação de taipa. Fonte: Arquivo pessoal, 2019. DPPC – Recife, 2018

A planta baixa segue parcialmente o modelo de meia morada, conforme Figura 6 e uma cobertura de duas águas. As paginações encontradas nesta unidade foram duas: uma em alvenaria de tijolo localizada nas paredes mestras, na qual foi realizada a coleta conforme demarcado letra (c) na Figura 6, composta por fiadas de tijolos *header*, simbolizando um aparelho reticulado, cuja espessura da parede é duas vezes a largura dos tijolos compondo então uma parede dupla; e outra em taipa diferenciada em dois tipos para as paredes internas, um tipo mais fino composto apenas de ripas de madeira uma sobre a outra, entrepostas por uma fina camada de argamassa, conforme descrito como parede de meia vez; e outro tipo duplicado, composto por duas colunas de ripas de madeira entrepostas por uma grossa camada de argamassa, conforme descrito como parede a francesa (Tavares, 1998, p. 336).

Portanto a UD 04 apresenta condições de ter sido edificada até o início do século XIX, e posteriormente ter sofrido as alterações implícitas aos novos modelos arquitetônicos. Sua estrutura encontra-se em estado de ruína, também interdita pela Defesa Civil do Recife.

5.4. Unidade de moradia 05: Rua de São Gonçalo – N°3

A unidade possui coordenadas 8° 3'50.57"S/34°53'21.44"O DatumWGSS84. Trata-se de uma casa térrea, com fachada rica em azulejos policromáticos demonstrando a riqueza decorativa do estilo classicista no Recife, além do seu valor social, conforme a Figura 7^a, 7b e 7c. Sua planta baixa condiciona-se atualmente em meia-morada, conforme Figura 7d (Tavares, 1998, p. 383).

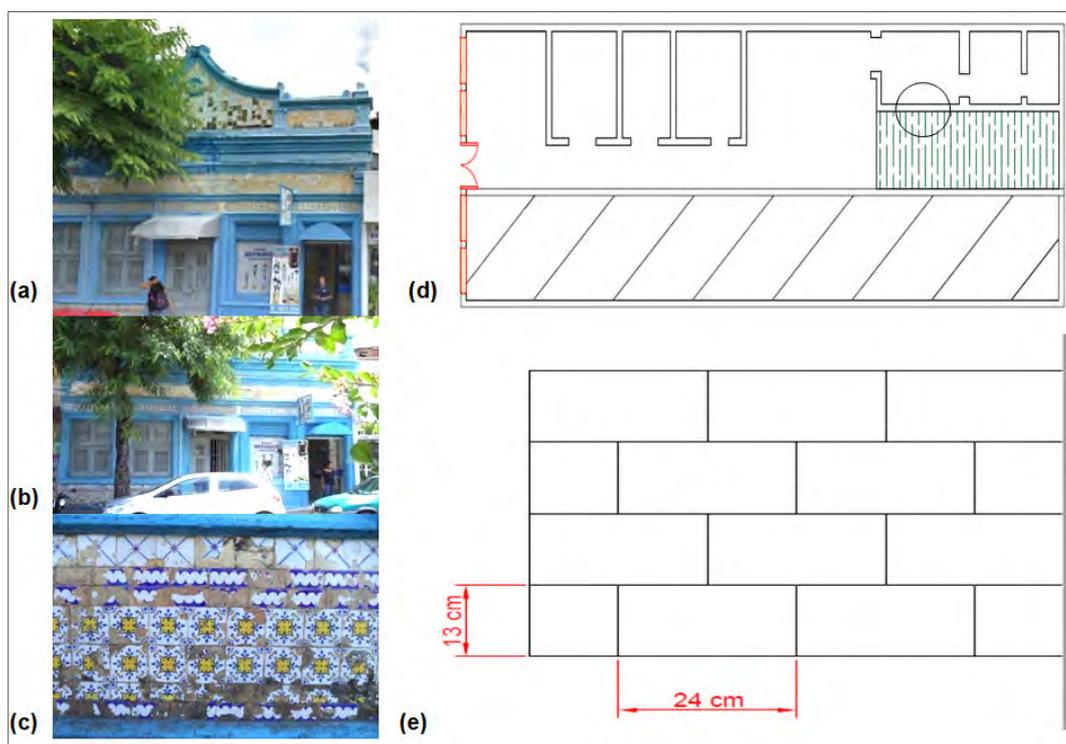


Figura 7. (a) e (b) Unidade de moradia 05 - Rua de São Gonçalo, N°34; (c) Azulejos policromáticos da fachada; (d) Planta Baixa, área hachurada em verde corresponde ao quintal e a área hachurada em linhas paralelas na diagonal corresponde à outra metade da morada que se tornou outra unidade; (e) Vetorização da paginação construtiva da unidade. Fonte: Arquivo pessoal, 2019

A paginação foi observada na zona mais desgastada da casa, sem reboco, na abertura para o quintal, sob a qual foi possível identificar um modelo isódomo, com amarração em cruz, já identificado anteriormente na unidade 03. Este modelo tem seu auge construtivo até o século XVIII, e está disposto também na Figura 7. Com isso, conclui-se que esta unidade, bastante preservada, apresenta a possibilidade de ter sido edificada no início do século XIX, com seu estilo classicista, transpassando valores sociais e econômicos da época.

5.5. Unidades de moradia 06 e 07: Rua da Santa Cruz – Nº 92 e 100

Estas unidades foram estudadas em conjunto pelo mesmo motivo apresentado nas unidades 02 e 03 e possuem coordenadas $8^{\circ} 3'45.95''S$ e $34^{\circ}53'18.58''O$ para UD 06 e $8^{\circ} 3'45.74''S$ e $34^{\circ}53'18.44''O$ para UD 07. Ambas as unidades são construções térreas e integram uma mesma construção e são interligadas pelo mesmo terreno e um portão central, conforme Figura 8.

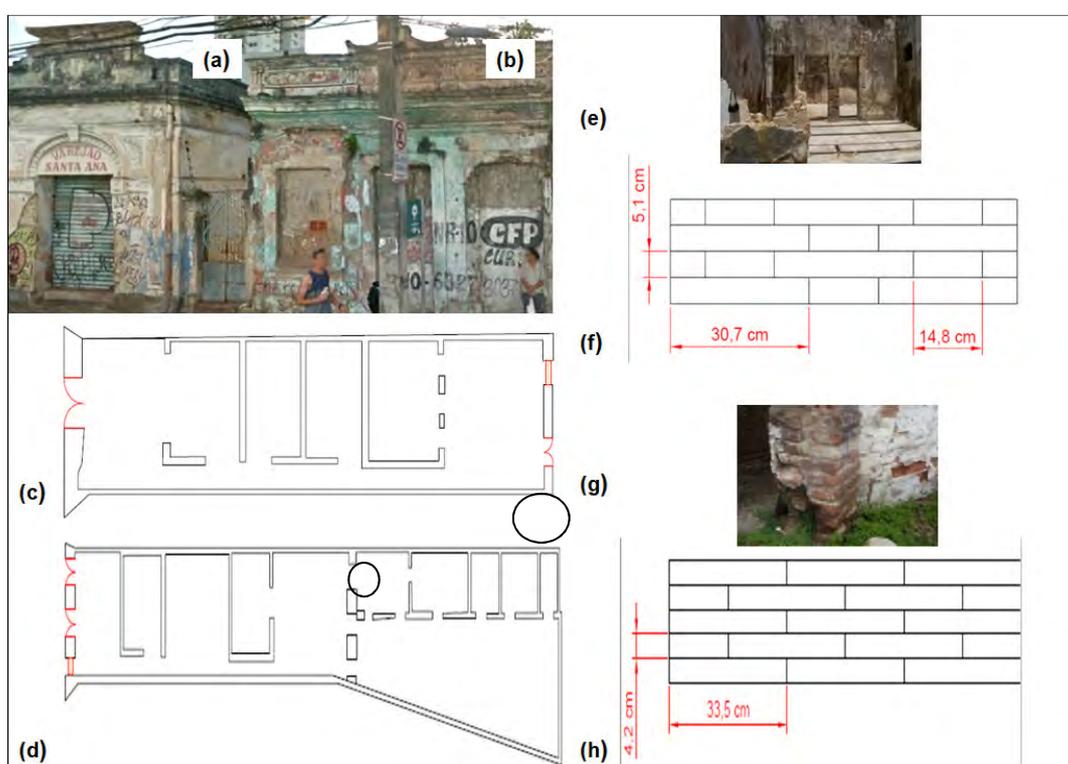


Figura 8. (a) e (b) Unidades de moradia 06 e 07 – Rua da Santa Cruz, Nº 92 e 100; (c) Planta baixa da unidade 06; (d) Planta baixa da unidade 07 (e) e (f) Área e paginação da coleta da unidade 06; (g) e (h) Área e paginação da coleta da unidade 07. Fonte: Arquivo pessoal, 2019

A fachada da unidade 06 possui apenas uma porta central em formato retangular, sem moldura, com um arco que abriga abaixo o nome de “Varejão Santa Ana”. Este nome, assim como sua planta baixa, ver figura 6 está associado à função da unidade até o século XX. Sua fachada também apresenta *sanca* e platibanda, tendo esta, como

elementos decorativos a cartela e os motivos florais. A unidade também apresenta degrau e base em cantaria, revelando um status econômico mais elevado.

Já a fachada da unidade 07 apresentou uma porta central e uma janela a cada lado, compondo então uma variação entre a morada inteira e a meia morada, possuindo elementos decorativos florais na platibanda, também possui *sanca*, e suas janelas e porta possui molduras em massa argamassada. A unidade 07 possui uma de suas janelas transformada em porta, tal fato pode orientar que a função desta unidade foi por fim, o mesmo da unidade 06, o comércio, até ambas entrarem em estado de ruína a qual esta representada nas Figuras 8a e 8b.

A paginação da unidade 06 apresenta-se sob a forma de aparelho flamengo com amarração em cruz, ver figura 8e e 8f, e foi comumente usada desde o século XVIII até o século XX, assemelhando-se a unidade 01. Entretanto, a unidade 07 apresenta paginação diferente, seu aparelho foi identificado como isódomo, com amarração em cruz, com fiadas regulares de tijolos assentados sobre uma fina camada de argamassa, ambas conforme a figura 8g e 8h, comumente utilizada até o século XVIII, assemelhando-se as unidades 03 e 05.

6. Considerações Finais

A partir deste trabalho foi possível identificar uma variedade entre os estilos arquitetônicos, modelos construtivos, já sendo possível visualizar variações na espacialidade e divisão dos cômodos, riqueza de elementos construtivos e alguns diferindo das plantas descritas por Santos (2019, pp. 79-83), mostrando que estas unidades representam um processo de transição entre a influência construtiva europeia a

formação da identidade construtiva do Recife, a qual ocorre de forma eclética adaptada às necessidades do construtor e a disposição de espaço, condições financeiras e gosto dos proprietários.

Fica evidente, que com o crescimento das cidades, terem um sobrado bem edificado era motivo de status entre os sociais, estando sempre em atualidade com os estilos europeus. Era o início da possibilidade de emergentes econômicos poderem igualar-se aos nobres e burgueses, erguendo seus sobrados, iniciando uma rivalidade de ostentação construtiva, em menor espaço, conforme autores como Freire (2003, pp.12-13) já tinham observado.

Por tanto, as moradias urbanas passaram a se diferenciar em pavimentos, modelos, estilos, material construtivo, ornamentos, constituindo diversos tipos que caracterizam as tentativas de separação de classes sociais em um espaço curto de aproximação e ao mesmo tempo de distanciamento entre as pessoas.

Por fim é possível perceber de fato que a moradia é o reflexo de seus proprietários, de suas condições econômicas e das matérias primas e condições ambientais disponíveis conforme o período na qual foi edificada, tornando-se, portanto, um símbolo único de identidade do investidor, do trabalhador, da cultura originária, do período histórico e da cultura na qual está introduzido.

Todo este patrimônio, junto á diversas outras unidades residenciais, são reconhecidas pela população como Bens Culturais, as quais apresentam atualmente péssimas condições estruturais. A situação que este acervo se encontra é de desabamento, incêndio, invasão e abandono. O desconforto dos moradores e comerciantes está presente de forma perceptível em diversas reportagens locais. Estas construções remontam a História de uma cidade reconhecida como parte da história e da

cultura de um país, portanto a pesquisa destacou a importância destas construções e a variação cultural presentes nestas.

Referencias

- Albertí, A. V. (2015). Migraciones temporarias, ciclos laborales y estrategias de reproducción social: El caso de las unidades domésticas del área rural de Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina). In *Mundo Agrario*. Saavedra, Dezembro, 16-33. ISSN 1515-5994.
- Amaro, G. D. C. (2013). Da Matéria à Materialidade: breves reflexões sobre a relação da Arqueologia com a Cultura Material. In *Opinião*. Santiago, vol. 2, 21-27.
- Barreto, M. Á., Benítez, M. A. & Puntel, M. L. (2015). Vivienda social y estrategias de sobrevivencia. Soluciones adecuadas a partir de un estudio de caso (Resistencia, Argentina, 2013). In *INVI*. Santiago, vol. 30, Agosto, 19-57.
- Cardoso, R. F. (2017). *Neoclassicismo na arquitetura portuguesa: estudo de referências arquitetônicas para a o classicismo imperial em Belém*. Universidade Federal do Pará. Belém.
- Cavalcanti, V. B. (2009). *Recife do Corpo Santo*. Recife: Edições Bagaço, 2ª. ed.
- Fabris, A. (1993). Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol. 1, 131-307.
- Feely, A. (2013). Los modos de hacer vasijas: elecciones técnicas y estilos tecnológicos del oeste. In Ratto, N. (Ed.) *Delineando Prácticas de la Gente del Pasado. Los Procesos Sociohistóricos*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 69-130.
- Freire, G. (2003). *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Global, 2ª. ed.

- Gama, R. (1987). *A tecnologia e o trabalho na História*. São Paulo: EDUSP.
- Gheno, D. & Machado, N. (2013). Arqueologia Histórica: Abordagens. In *História: Questões & Debates*. Curitiba. Janeiro, 161-183.
- Hansen, J. A. (2016). *Barroco, neobarroco e outras ruínas*. Universidade de São Paulo. Recife.
- Lannes, S. B. D. (2013). *A Formação do Império Árabe-Islâmico: História e Interpretações*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Marcelo, D. M. (2007). *Classicismo, coordenação modular e habitação*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Prefeitura da Cidade do Recife (2015). *Boa Vista. Prefeitura da Cidade do Recife*. <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/boa-vista> [Consultado a 07 Novembro 2018].
- Pereira, M. C. C. L. (2005). *O Neomanuelino no Brasil: a identificação de um estilo através das suas instituições. Os gabinetes portugueses de leitura*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Pereira, M. C. C. L. (2011). O revivalismo medieval e a invenção do neogótico: Sobre Anacronismo e Obsessões. In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: [s.n.].
- Sabatini, G. & Garate, E. (2017). Espacialidad y materialidad de un conjunto de unidades domésticas tempranas -CA. 300-600 D.C.- de Anillaco (La Rioja, Argentina). In *Comechingonia: Revista de Arqueologia*. Córdoba, vol. 21, Fevereiro, 99-122. ISSN 03267911.

- Silva, J. B. D. & Castanheira, M. Z. (2013). *Entre Classicismo e Romantismo: Ensaaios de Cultura e Literatura*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Centro de Extensão, Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional.
- Sousa, A. (1999). *O classicismo arquitetônico no Recife imperial*. João Pessoa: JFC Hominem Evehere.
- Tavares, F. M. (1998). *Dicionário da Construção Cívil*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1-39.
- Telles, A. C. D .S. et al. (1975). *Arquitetura Civil II*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – Ministério da Educação – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 2.
- Tirello, R. A. (2007 Abril). *A arqueologia da arquitetura: um modo de entender e conservar edifícios históricos*. São Paulo: Centro de Preservação Cultural – Universidade de São Paulo, vol. 3, 145-165.
- Wolff, J. (2012). O Neobarroco Segundo Severo Sarduy*. In *Landa*. Florianópolis, Janeiro, 1-15.
- Zandonaidi, J. C. (2016). *Renascença e história da ciência: Uma análise comparativa de tendências historiográficas e a contribuição de Antonio Beltrán*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Zorraquino, L. D. (2006). *A evolução da casa no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1-67.

